



demonstrações financeiras completas individuais e consolidadas

1º SEMESTRE DE 2026

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2026

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Sistema Financeiro Banestes (SFB), relativos ao período encerrado em 30 de junho de 2026, de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

1. COMENTÁRIO ECONÔMICO

O segundo trimestre de 2026 trouxe novos contornos para o cenário macroeconômico, evidenciando readequações nas trajetórias de crescimento e pressões inflacionárias persistentes. O PIB mundial apresentou uma leve desaceleração, com a projeção de crescimento anual revisada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) de 3,1% para 3,0%, refletindo os riscos contínuos de fragmentação comercial e conflitos geopolíticos. Em contrapartida, o PIB nacional demonstrou forte tração, levando o FMI a elevar expressivamente a projeção de crescimento do Brasil de 1,9% para 2,4% no ano, assim como o Banco Central que elevou de 1,6% para 2,0% a projeção para 2026. Esse aquecimento da atividade econômica, contudo, conviveu com um IPCA que registrou crescimento acumulado de 1,42% no segundo trimestre, indicando uma desaceleração no ritmo de aumento de preços em relação ao início do ano. Diante desse cenário econômico ainda aquecido, o Banco Central optou por uma postura cautelosa, mas deu continuidade ao processo de flexibilização monetária gradual, reduzindo a taxa Selic para 14,25% ao ano na reunião de junho.

Regionalmente, os desafios no controle de preços também se repetiram no cenário local, onde o IPCA na Grande Vitória acumulou um avanço de 1,26% no segundo trimestre, pressionado fortemente pelos custos logísticos e de combustíveis na cadeia de abastecimento. Embora o estado encerre o período em posição estratégica no comércio exterior, a taxa de juros restritiva em nível nacional e o custo de vida elevado passam a atuar como fatores de monitoramento essencial devido ao potencial impacto sobre o consumo e os investimentos regionais a longo prazo.

2. DESTAQUES DO PERÍODO

O Banestes reafirma sua solidez e compromisso com o desenvolvimento do Espírito Santo, pautando sua atuação na integração entre eficiência operacional, inovação tecnológica e responsabilidade socioambiental. No segundo trimestre de 2026, a Instituição avançou na modernização de sua infraestrutura e no fortalecimento de sua função social, apoiando a sociedade capixaba com soluções financeiras personalizadas.

Os principais indicadores do período estão detalhados abaixo:

- ✓ **Lucro Líquido:** O resultado líquido do período atingiu R\$ 135 milhões, o que representa uma leve retração de 2,8% em relação ao 2T2025 e expansão de 49,2% comparado ao 1T2026. No semestre o resultado líquido foi de R\$ 226 milhões, um crescimento de 16,7% frente ao 1S2025. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido médio anualizado (ROE)¹ situou-se em 18,4%, refletindo a capacidade de geração de valor para o acionista, enquanto o Retorno sobre o Ativo Total médio anualizado (ROA)² manteve-se em 1,1%, demonstrando a estabilidade econômico-financeira da Instituição;
- ✓ **O Faturamento³** do 2T2026 atingiu R\$ 1,7 bilhão, um crescimento de 9,6% comparado ao mesmo período do ano anterior e uma evolução de 3,7% frente ao trimestre anterior, enquanto no acumulado do 1S2026 o avanço foi de 11,3% comparado ao 1S2025, atingindo o valor de R\$ 3,3 bilhões. A Margem Financeira Líquida⁴

¹ Relação entre o lucro líquido dos últimos doze meses e a média dos patrimônios líquidos de junho de 2026 e de junho de 2025.

² Relação entre o lucro líquido dos últimos doze meses e a média dos ativos totais de junho de 2026 e de junho de 2025.

³ Total das receitas com a intermediação financeira, com a prestação de serviços e tarifas e com prêmios retidos de seguros, previdência e capitalização.

⁴ Refere-se ao resultado bruto da intermediação financeira.

alcançou R\$ 381 milhões no trimestre (+4,0% em 12 meses e +26,8% em 3 meses) e R\$ 682 milhões no semestre (+3,3% frente ao 1S2025). Na mesma comparação, o Resultado Operacional atingiu R\$ 190 milhões no trimestre (-5,4% em 12 meses e +64,7% em 3 meses) e R\$ 306 milhões no semestre (+5,4% frente ao 1S2025); o Índice de Eficiência Operacional⁵ foi de 50,0% no acumulado do semestre (uma melhor performance de 2,9 p.p. contra o mesmo período do ano anterior) e a Eficiência Operacional Ajustada ao Risco⁶ atingiu 58,5% na mesma comparação;

- ✓ Foram destinados aos acionistas R\$ 55 milhões a título de Juros sobre Capital Próprio (JCP) no 2T2026 (acumulando R\$ 111 milhões no 1S2026). Desse valor, R\$ 51 milhões foram destinados ao Governo do Estado do Espírito Santo, o acionista controlador (acumulando R\$ 103 milhões no 1S2026);
- ✓ O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 2,5 bilhões, aumento de 6,5% comparado ao mesmo período do ano anterior e de 3,9% quando comparado ao final do exercício de 2025. A relação Patrimônio Líquido e Ativo Total foi de 5,9%. O Índice de Basileia alcançou 14,9%, composto integralmente de capital nível I;
- ✓ Os Recursos de Terceiros Captados e Administrados totalizaram R\$ 47,2 bilhões, consolidando uma expansão de 8,9% em doze meses e +6,9% contra o fechamento do exercício de 2025. Esse crescimento ratifica a solidez institucional e a eficiência das estratégias de captação, com destaque para o avanço expressivo em depósitos judiciais (+14,8% em 12 meses, atingindo R\$ 4,9 bilhões), depósitos a prazo⁷ (+10,3% em 12 meses, alcançando R\$ 15,0 bilhões) e fundos de investimento (+5,9% em 12 meses, totalizando R\$ 9,0 bilhões);
- ✓ Os Recursos Aplicados (Ativo Total) encerraram o período em R\$ 42,5 bilhões, uma expansão de 9,1% em doze meses e +6,9% contra o fechamento do exercício de 2025. Esse crescimento é reflexo direto da performance positiva das operações de crédito⁸ (R\$ 11,8 bilhões) que avançaram 4,3% em doze meses, somada à estratégia de liquidez que elevou os recursos totais em tesouraria para R\$ 26,2 bilhões (+10,4% em 12 meses e +10,2% em 6 meses);
- ✓ A Carteira de Crédito Ampliada⁹ encerrou junho de 2026 em R\$ 14,7 bilhões, reduzindo-se estrategicamente 2,6% em doze meses e 3,2% em seis meses; exclusivamente influenciado pela liquidação dos ativos financeiros privados e o momento negocial do mercado de títulos. Contudo, a carteira de crédito comercial manteve-se crescente no período (+3,8% em 12 meses e +1,8% em 6 meses). Os destaques na carteira comercial ficaram por conta das operações com Pessoas Físicas, que alcançaram R\$ 9,0 bilhões (+4,9% em 12 meses e +2,6% em 6 meses). As operações com Pessoas Jurídicas avançaram para R\$ 4,0 bilhões (+1,4% em 12 meses e +0,3% em 6 meses). O desempenho reflete a estratégia da Instituição de priorizar ativos de menor risco e manter uma política de concessão rigorosa, fortalecida pela atualização dos modelos de perda esperada de crédito;
- ✓ O Índice de Inadimplência (atrasos acima de 90 dias) da carteira de crédito comercial atingiu 2,7%, no segmento Pessoa Física fixou-se em 1,9% e no Pessoa Jurídica em 4,5%. No conceito Ampliado, o índice atingiu 2,4%, indicador aderente às expectativas e à política de apetite ao risco da Instituição;
- ✓ A solidez financeira do Banestes é atestada pelas principais agências globais de classificação de risco. A Fitch Ratings reafirmou o rating nacional de longo prazo do Banco em 'AA+(bra)', com perspectiva estável, destacando o perfil de negócios resiliente e a sólida capitalização. Simultaneamente, a Moody's Local Brasil

⁵ Relação entre o total de despesas administrativas (pessoal e outras) e o somatório das receitas com serviços e tarifas e o resultado bruto da intermediação financeira (excluído provisão para créditos de liquidação duvidosa).

⁶ Relação entre o total de despesas administrativas (pessoal e outras) e o somatório das receitas com serviços e tarifas e o resultado bruto da intermediação financeira.

⁷ Total de depósitos a prazo e extrajudiciais.

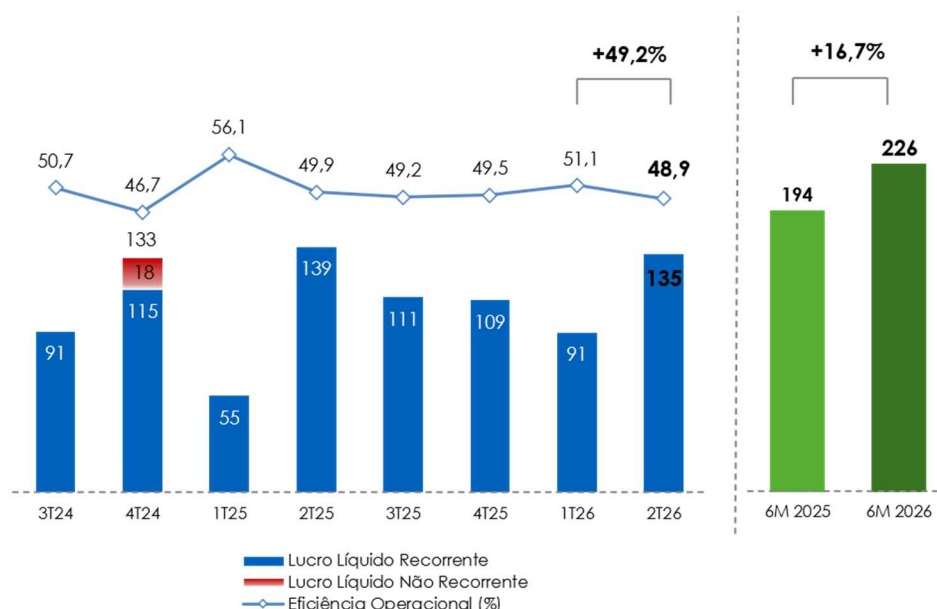
⁸ Total da operação de crédito mensurada a custo amortizado – líquido de provisão para perdas.

⁹ Trata-se do total dos saldos da carteira de crédito (conceito BACEN), de TVM privado (debêntures, notas promissórias/comerciais, letras financeiras, CRLs – certificado de recebíveis imobiliários, letras de crédito do agronegócio, letras de crédito imobiliário e FIDCs – fundos de investimento em direitos creditórios) e garantias prestadas (avais e fianças).

atribuiu ao Banestes o rating de emissor e de depósito de longo prazo em 'AA.br' com perspectiva positiva, fundamentada na qualidade dos ativos, na robusta estrutura de liquidez e na importância estratégica da Instituição no cenário regional;

- ✓ As receitas com Prestação de Serviços e Tarifas alcançaram R\$ 101 milhões no 2T2026, um avanço de 7,6% em doze meses e de 1,3% em três meses, reflexo direto da elevação das receitas com Comissões em Comercialização e Serviços de Seguros, Previdência e Capitalização (+68,5% em 12 meses). No acumulado do primeiro semestre, o montante atingiu R\$ 201 milhões (+9,1% frente ao 1S2025), ratificando a solidez e resiliência relacional com sua base de clientes; e
- ✓ A Base de Relacionamento Banestes encerrou o 2T2026 com uma expansão de 2,8% frente ao mesmo período do ano anterior, alcançando o marco de 1.473.886 clientes. Esse crescimento é sustentado pelo avanço de 2,6% no segmento de pessoas físicas e pela evolução de 5,2% no segmento de pessoas jurídicas. Paralelamente, o número de contas correntes subiu 4,3%, atingindo 1.106.397 contas, enquanto as contas de poupança registraram um incremento de 0,9%, totalizando 659.833 contas no período.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO



No 2T2026, o Banestes registrou Lucro Líquido de R\$ 135 milhões, apresentando uma expansão de 49,2% frente ao trimestre anterior e uma leve variação negativa (-2,8%) na comparação de doze meses. Com isso, no acumulado do primeiro semestre de 2026 (1S2026), o Lucro Líquido atingiu R\$ 226 milhões, representando um crescimento de 16,7% em relação ao mesmo período do exercício de 2025. O desempenho semestral foi impulsionado pela evolução das receitas de intermediação financeira (+12,3% em 12 meses), com destaque para a sustentação dos resultados de títulos e valores mobiliários (+14,2% em 12 meses) e de operações de crédito (+9,9% em 12 meses). Além disso, a Instituição manteve-se eficiente no controle das despesas administrativas - pessoal e outras (+5,5% em 12 meses), evidenciado pelas despesas com pessoal acumuladas variando -0,5% frente ao 1S2025; mantendo-se confortavelmente alinhado com a inflação acumulada no período (IPCA: 4,64%).

Por sua vez, as despesas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) somaram R\$ 50 milhões no 2T2026, que no comparativo de 12 meses é observada uma elevação de 176,9%, contudo, comparado ao trimestre anterior registrou-se queda de 50,3% refletindo o aprimoramento e adequação dos modelos de perda esperada conforme a Resolução CMN nº 4.966/21. No acumulado do 1S2026, a PCLD somou R\$ 151 milhões (+85,7% frente ao 1S2025). Já o resultado das operações de seguridade¹⁰ alcançou R\$ 49 milhões no 2T2026, registrando expansão

¹⁰ Trata-se do total dos prêmios retidos, das variações de provisões técnicas, dos sinistros retidos, das despesas de comercialização de seguros e do resultado líquido de resseguro.

de 16,9% em doze meses e de 17,6% em três meses, acumulando R\$ 91 milhões no 1S2026 (+4,9% frente ao 1S2025), atuando como importante suporte para a preservação das margens operacionais.

O Faturamento alcançou R\$ 1,7 bilhão no 2T2026 (+9,6% em doze meses e +3,7% em 3 meses), somando R\$ 3,3 bilhões no acumulado do 1S2026 (+11,3% frente ao mesmo período do exercício anterior). Esse resultado no semestre reflete a expansão integrada das receitas de crédito (+9,9% em 12 meses), de títulos e valores mobiliários (+14,2% em 12 meses) e das receitas de prestação de serviços (+9,1% em 12 meses). A margem financeira líquida atingiu R\$ 682 milhões no 1S2026 (+3,3% frente ao 1S2025); enquanto; o resultado operacional totalizou R\$ 306 milhões no 1S2026 (+5,4% em 12 meses). Tais indicadores demonstram a resiliência do Banestes em expandir seu resultado operacional e rentabilidade, mesmo diante da absorção dos ajustes em provisões de crédito e custos crescentes com depósitos de clientes e operações de repasses.

O Banestes impulsionou seu desempenho operacional e rentabilidade por meio de ações e medidas estratégicas de alta eficiência. A alocação otimizada de ativos na tesouraria e a expansão seletiva da carteira de crédito comercial foram pilares centrais. Além disso, o rigoroso controle das despesas administrativas, aliado à gestão prudencial do risco com a manutenção de provisões preventivas (PCLD) em níveis adequados, demonstra o compromisso contínuo com a estabilidade e governança institucional.

As despesas administrativas (pessoal e outras) registraram R\$ 260 milhões no 2T2026 (+9,2% em 12 meses e +1,6% em 3 meses), somando R\$ 516 milhões no acumulado do 1S2026 (+5,5% frente ao 1S2025). Esse resultado foi balizado pelo controle rigoroso das despesas com suporte e *backoffice* e pela automação operacional decorrente dos investimentos em tecnologia. As outras despesas administrativas somaram R\$ 123 milhões no 2T2026 (+7,7% em 12 meses e -1,2% em 3 meses). Por sua vez, as despesas com pessoal somaram R\$ 137 milhões no 2T2026 (+10,5% em 12 meses e +4,3% em três meses), contudo, no acumulado do primeiro semestre de 2026 se posicionaram sob um controle eficiente registrando R\$ 269 milhões, com recuo de 0,5% frente ao mesmo período de 2025.

Em suma, a eficiência operacional orgânica do Banestes manteve-se impulsionada pela diversificação de suas fontes de receitas, alcançando um índice de cobertura geral¹¹ de 38,8% no 2T2026 e de 38,9% no acumulado do 1S2026. Esse desempenho reflete uma estrutura administrativa otimizada, na qual a geração de receitas acessórias sustenta de forma crescente o custeio operacional, fortalecendo a eficiência operacional da Instituição.

Como reflexo desse desempenho, o Banestes manteve métricas sólidas de produtividade: o índice de eficiência operacional fixou-se em 48,9% no 2T2026 e 50,0% no acumulado do 1S2026. O índice de eficiência operacional ajustado ao risco atingiu 54,0% no 2T2026 e 58,5% no acumulado do 1S2026, demonstrando o equilíbrio e o êxito contínuo da Instituição em aliar otimização na alocação de ativos ao rigoroso controle de riscos das operações bancárias e financeiras.

Neste cenário de transição normativa e volatilidade de mercado, o Banestes priorizou a disciplina de capital e a excelência operacional ao longo do primeiro semestre de 2026. A aceleração da transformação digital, exemplificada pelo uso de inteligência artificial e modernização de infraestrutura em nuvem, consolidou-se como o motor de otimização de custos, despesas e melhoria da experiência do cliente. Sob rigorosos padrões de governança, a Instituição reafirma seu compromisso com a geração de valor sustentável aos acionistas e seu papel estratégico de vetor do desenvolvimento regional.

4. DESEMPENHO FINANCEIRO

O Banestes alcançou um Patrimônio Líquido de R\$ 2,5 bilhões em 30/06/2026, uma evolução de 6,5% em comparação ao mesmo período de 2025 (2T2025); já contra o fechamento de 2025, houve avanço de 3,9%. No trimestre, foram destinados aos acionistas, a título de juros sobre capital próprio (JCP), o valor de R\$ 55 milhões (acumulando R\$ 111 milhões no 1S2026). O Índice de Basileia apurado fixou-se em 14,9%, mantendo-se em patamar

¹¹ Relação entre o total das receitas de serviços e tarifas e o total de despesas administrativas (pessoal e outras).

sólido e confortavelmente acima dos limites regulatórios. Os indicadores de rentabilidade acumulados do exercício, ROE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido médio anualizado) e ROA (Retorno sobre o Ativo Total médio anualizado), registraram 18,4% e 1,1%, respectivamente, refletindo a resiliência do capital e a manutenção da atratividade para os investidores.

Os recursos de terceiros captados e administrados somaram R\$ 47,2 bilhões no período, elevação de 8,9% em relação à posição de 30/06/2025 e de +6,9% contra o fechamento de 2025, distribuídos principalmente em:

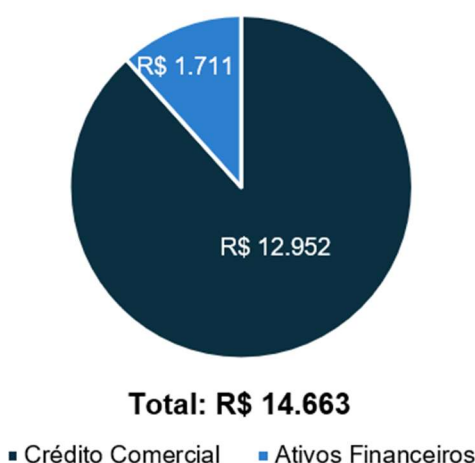
- R\$ 15,0 bilhões em depósitos a prazo¹² (+10,3% em 12 meses e +10,6% em 6 meses);
- R\$ 9,6 bilhões em captação no mercado aberto (+2,2% em 12 meses e +1,8% em 6 meses);
- R\$ 9,0 bilhões em fundos administrados (+5,9% em 12 meses e +2,5% em 6 meses);
- R\$ 4,9 bilhões em depósitos judiciais (+14,8% em 12 meses e +1,5% em 6 meses);
- R\$ 4,7 bilhões em depósitos de poupança (-0,1% em 12 meses e +0,6% em 6 meses);
- R\$ 1,5 bilhão em recursos de aceites e emissão de títulos: LCI/LCA e Outros (+2,1% em 12 meses e +18,8% em 6 meses); e
- R\$ 1,0 bilhão em depósitos à vista (estável em 12 meses e +9,2% em 6 meses).

Os recursos aplicados (Total do Ativo) contabilizaram R\$ 42,5 bilhões em 30/06/2026, elevação de 9,1% sobre a posição do mesmo período de 2025 e de +6,9% sobre a posição de 31/12/2025, compostos principalmente por:

- R\$ 21,5 bilhões em títulos e valores mobiliários¹³ (+37,0% em 12 meses e +18,9% em 6 meses);
- R\$ 11,8 bilhões em operações de crédito (+4,3% em 12 meses e +2,2% em 6 meses); e
- R\$ 4,0 bilhões em caixa e agregados de caixa¹⁴.

A Carteira de Crédito Ampliada atingiu R\$ 14,7 bilhões no 2T2026, apresentando retração de 2,6% frente ao mesmo período do ano anterior e -3,2% frente ao fechamento de 2025. Esse desempenho consolida a aplicação pelo Banco de uma política de concessão de crédito seletiva e rigorosa, preservando a estrutura financeira, robustez e liquidez da Companhia frente um cenário de mercado mais conservador.

Carteira de Crédito Ampliada | R\$ Milhões



A carteira de crédito comercial encerrou o período com saldo de R\$ 13,0 bilhões, registrando expansão de 3,8% em doze meses e de +1,8% em seis meses. O segmento de pessoa física permanece como o principal propulsor da

¹² Total de depósito a prazo e depósito extrajudicial.

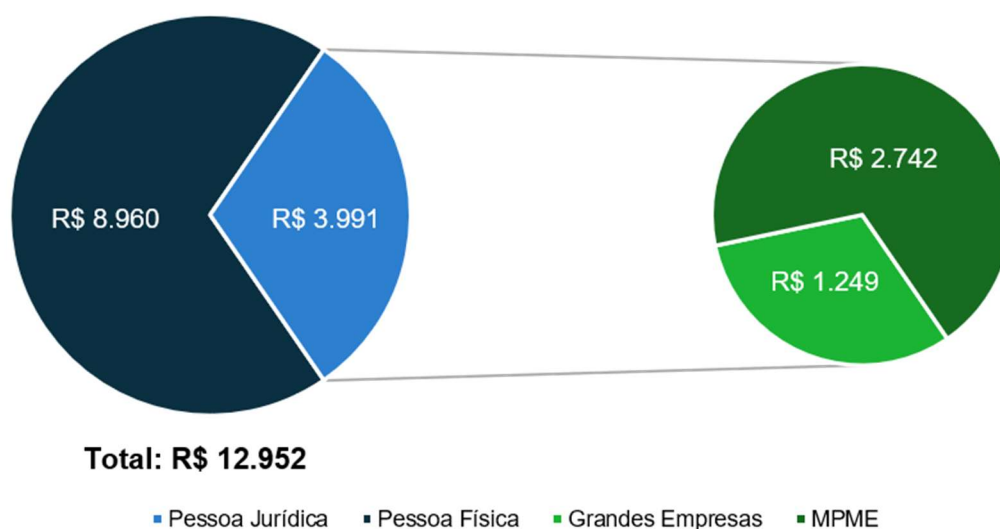
¹³ Refere-se ao total das posições em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – líquidos de provisão de perdas e em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado – líquidos de provisão de perdas: títulos e valores mobiliários.

¹⁴ Refere-se à posição em disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez – posição bancada.

carteira, representando 69,2% do total (R\$ 9,0 bilhões), com crescimento em doze meses de 4,9% e 2,6% no ano. Paralelamente, o segmento de pessoa jurídica somou R\$ 4,0 bilhões (+1,4% em 12 meses), evidenciando a capacidade do Banco em apoiar o setor produtivo. Com 90,4% da exposição do crédito comercial concentrada em pessoa física e MPMEs¹⁵ (R\$ 11,7 bilhões), a Instituição privilegia ativos de garantias mais sólidas, buscando negócios com um perfil de risco defensivo e resiliente; e acima de tudo sustentável e rentável.

Dentro do portfólio corporativo, destaca-se o foco estratégico em Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), que detêm 68,7% das concessões PJ (R\$ 2,7 bilhões). Por outro lado, o segmento de Grandes Empresas somou R\$ 1,2 bilhão (+2,9% em 12 meses).

Crédito Comercial | Perfil | R\$ Milhões

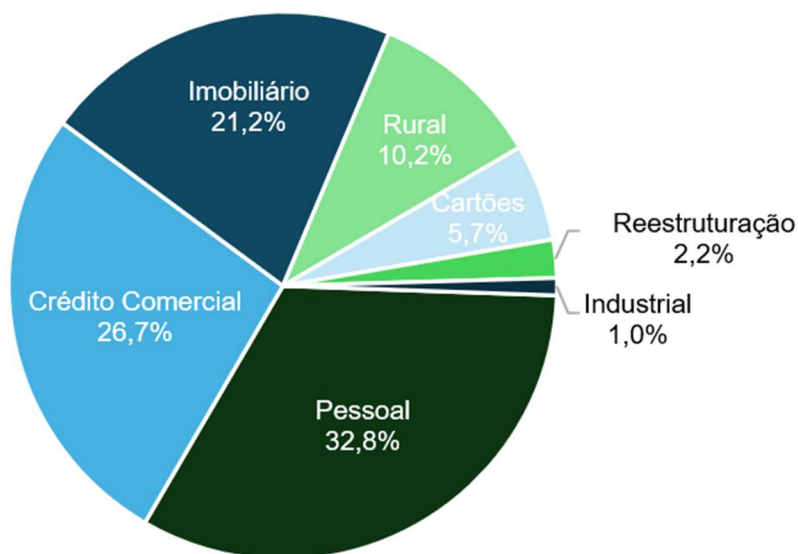


O Banestes adota critérios rigorosos de segurança e de avaliação dos processos de concessão de crédito, de forma a manter o equilíbrio entre a expansão da carteira e a inadimplência. Abaixo, a posição do Crédito Comercial em 30/06/2026, distribuído nas principais modalidades:

- R\$ 4,3 bilhões em pessoal (+7,3% em 12 meses e +4,1% em 6 meses);
- R\$ 3,5 bilhões em comercial (-2,7% em 12 meses e -0,7% em 6 meses);
- R\$ 2,7 bilhões em imobiliário (-5,0% em 12 meses e -1,3% em 6 meses);
- R\$ 1,3 bilhão em rural (+23,8% em 12 meses e +6,6% em 6 meses); e
- R\$ 741 milhões em cartões (+6,0% em 12 meses e -0,2% em 6 meses).

¹⁵ Micro, pequenas e médias empresas conforme Lei Complementar nº 139/11.

Participação Carteira de Crédito

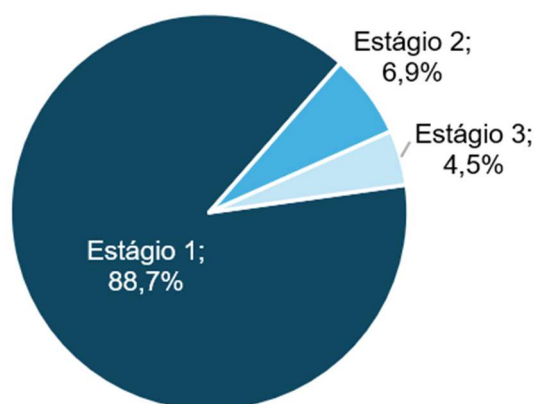


5. ESTÁGIOS, INADIMPLÊNCIA E REESTRUTURAÇÃO DE DÍVIDA

A eficácia da seletividade reflete-se nos índices de inadimplência (atrasos acima de 90 dias), mantidos em patamares saudáveis tanto na carteira comercial quanto no conceito ampliado. Em linha com as normas do CMN, a gestão foca na robustez das garantias e na eficiência da recuperação de ativos, assegurando uma governança de risco rigorosa e alinhada às metas de rentabilidade. Operando sob o conceito de perdas esperadas estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/21, a Instituição classifica suas operações em três estágios, permitindo uma mensuração de risco dinâmica e antecipatória.

Os estágios das operações que compõem a carteira de crédito se posicionaram da seguinte forma em 30/06/2026:

Estágios de Risco de Crédito



A qualidade dos ativos manteve-se resiliente, com o índice de inadimplência (acima de 90 dias) da carteira comercial em 2,7% e o da carteira ampliada em 2,4%. No detalhamento por segmento, o risco de crédito com Pessoa Física atingiu 1,9% (+0,1 p.p. em 3 meses), enquanto, com Pessoa Jurídica foi de 4,5% (+0,7 p.p. em 3 meses). O Banestes mantém uma estratégia baseada na seletividade na concessão de crédito e com foco em modalidades com garantias

robustas, alinhando-se ao apetite de risco da Instituição e mantendo-se mitigado pelo modelo de provisionamento por perdas esperadas.

No segundo trimestre de 2026, o Banestes atingiu a marca de R\$ 17 milhões em créditos recuperados de prejuízo — uma expansão de 28,6% em relação ao trimestre anterior. O grande destaque do período foi o mês de abril, que registrou o maior volume mensal do ano, alcançando R\$ 6 milhões. O desempenho reflete os impactos positivos do Feirão Zera Dívidas, iniciativa que percorre o Estado do Espírito Santo oferecendo atendimento personalizado e condições facilitadas para a renegociação de débitos. No acumulado do primeiro semestre de 2026 o valor total recuperado foi de cerca de R\$ 30 milhões.

6. IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E ENCARGOS SOCIAIS

No 2T2026, o Banestes destinou R\$ 85 milhões a impostos, contribuições e encargos sociais. Esse movimento foi influenciado e impactado pelas adequações na base tributária advindos do modelo de provisão para perdas de crédito (PDD) e pelo aproveitamento de benefícios fiscais. No acumulado do ano, esse valor foi de R\$ 175 milhões, representando um recuo de 9,5% comparado ao valor acumulado no 1S2025.

Os tributos sobre o faturamento mantiveram trajetória de expansão no trimestre, com o COFINS e PIS/PASEP crescendo 11,7%, acompanhando o crescimento e a evolução sustentada das receitas com serviços. Já os encargos sociais (INSS e FGTS) totalizaram R\$ 29 milhões no 2T2026 (+21,2% em relação ao 2T2025), refletindo os reajustes e a estrutura de pessoal da Instituição no período.

7. GESTÃO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

O Banestes reafirma seu compromisso com a excelência operacional ao consolidar a convergência entre os modelos físico e digital, estratégia essencial para atender aos diversos perfis de clientes e garantir a estabilidade institucional. No segundo trimestre de 2026, a preferência dos usuários pelos meios remotos seguiu evidente, com o Aplicativo Banestes ultrapassando a marca de 50 milhões de transações. Simultaneamente, as transações financeiras nos canais digitais apresentaram uma expansão de 3,0% em relação ao mesmo período de 2025, superando 21 milhões de operações. Essa maturidade digital é suportada por uma rede física estratégica de 725 pontos de atendimento em todo o Espírito Santo, sendo 148 agências e postos, 268 unidades eletrônicas e 309 correspondentes.

No campo da Tecnologia da Informação e Comunicação, a Instituição deu continuidade ao seu plano de investimento, totalizando R\$ 27 milhões em CAPEX no acumulado do primeiro semestre de 2026 (sendo R\$ 13 milhões aplicados no 2T2026). Esses aportes viabilizaram a modernização da infraestrutura de dados para BI, *Analytics* e Inteligência Artificial, além da atualização do ambiente de virtualização, assegurando alta disponibilidade para serviços críticos como Pix e *Internet Banking*. Como resultado direto da maturação de novas metodologias e da capacitação das equipes, o Banco manteve uma redução de 39,0% no tempo de entrega de soluções digitais.

A agenda de inovação e agilidade registrou avanços expressivos no período. No âmbito da inovação aberta e inteligência artificial, destacou-se a realização do 3º *Hackathon* Banestes, que reuniu 52 participantes internos e externos para a resolução de desafios de negócio, além do lançamento da Cartilha de Boas Práticas de Uso de IA Generativa, responsável por estabelecer diretrizes de produtividade e *compliance* em conformidade com as exigências regulatórias e de proteção de dados. Paralelamente, na frente de automação *low-code*, o programa interno de desenvolvimento ágil alcançou a marca de 58 aplicações criadas, gerando 2.229 acessos únicos no semestre. Nos projetos já mensurados, essa estratégia gerou uma economia de R\$ 3 milhões — o que representa uma redução de custo de 65,1% em relação ao modelo tradicional de fábrica de *software*. Entre as principais entregas do trimestre impulsionadas por essa frente estão a automação da adesão ao novo Plano de Cargos e Salários, a modernização da gestão de correspondências, a criação de painéis operacionais de agências e o desenvolvimento de soluções voltadas para controle ergonômico, segurança e acompanhamento de metas.

No segmento de novos negócios, o Bizi manteve forte ritmo de expansão no 2T2026. Impulsionado pelas melhorias na jornada digital, pelas novas regras do consignado federal e pelo fortalecimento da marca nas redes sociais, o Bizi

registrou crescimento de 35,5% no saldo da carteira de crédito e um salto de 99,6% nas novas concessões frente ao trimestre anterior. Na comparação com junho do ano passado, o saldo da carteira registrou uma expansão de 184,1%, reforçando a escalabilidade e a eficiência digital do negócio.

O segundo trimestre de 2026 se destacou pelo estímulo ao uso do cartão Banescard Visa e fidelização ativa dos clientes, com a implementação de campanhas de engajamento em massa de alta performance, desenhadas para maximizar o volume de transações e estreitar o nosso relacionamento.

O principal motor de valor do trimestre foi a estratégia de incentivo ao consumo, ancorada em duas grandes frentes: a campanha de aniversário de 4 anos do Banescard Visa e a promoção institucional “Banescard Visa em campo com você”, conectando o uso do cartão a benefícios tangíveis imediatos, como condições promocionais de acúmulo de milhas e pontos no Programa de Fidelidade, e a prêmios de até R\$ 10 mil para clientes que utilizassem o cartão em suas compras cotidianas. A eficiência dessa estratégia reflete-se diretamente no faturamento consolidado do Banescard Visa, que atingiu R\$ 2,7 bilhões no primeiro semestre de 2026.

Na agenda de Sustentabilidade (ESG), o Banestes consolidou iniciativas de ecoeficiência e responsabilidade social ao longo do período. No pilar de economia circular e gestão de resíduos, a Instituição firmou parcerias com associações locais para a coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos em sua sede administrativa, além de promover campanhas de logística reversa de lixo eletrônico, assegurar o descarte correto de periféricos sem fio e expandir o projeto Tampinha do Bem em prol da causa animal. Complementarmente, na frente de gestão de carbono, o Banco publicou seu segundo Inventário Corporativo de Gases de Efeito Estufa no Registro Público de Emissões, sendo reconhecido com o Selo Prata pela transparência e pelo rigor metodológico aplicados no acompanhamento de sua pegada ambiental.

No pilar de Gente e Gestão, o trimestre foi marcado pela integração de 23 novos empregados aprovados em concurso público e pelo lançamento da edição 2026 do programa de Seleção Interna para movimentação de colaboradores, reafirmando o compromisso de oferecer caminhos para evolução profissional na Instituição.

O Programa Cuidar 360° deu continuidade às ações de saúde física, mental e financeira. A agenda de responsabilidade social incluiu ações de voluntariado com arrecadações financeiras e doações de mantimentos, além de campanhas de conscientização sobre diversidade e prevenção do abuso infantil. Em Segurança do Trabalho, foram realizadas adequações ergonômicas e revisões de programas de gerenciamento de riscos psicossociais. Alinhado às atualizações legislativas, o Banestes promoveu também campanhas de orientação sobre a Lei nº 15.377/2026, assegurando o direito à ausência remunerada para exames preventivos de saúde, fortalecendo a cultura de diagnóstico precoce e a perenidade operacional.

Em observância às diretrizes de transparência e governança estabelecidas pela Lei nº 15.177/2025, o SFB apresenta o consolidado de seus indicadores de equidade de gênero, reforçando o compromisso com a diversidade e a equidade em todos os níveis organizacionais.

Nível Hierárquico	Mulheres	Total	Proporção Feminina
Diretoria	3	16	18,8%
Conselho	7	27	25,9%
Superintendentes e Gerente Geral	87	233	37,3%
Coordenadores Gerente Administrativo	163	349	46,7%
Operacional	649	1704	38,1%
Total Geral	909	2329	39,0%

Nível Hierárquico	Média Renda (Feminina)	Média Renda (Masculino)	Ratio
Diretoria	36.406,37	39.103,04	93,1%
Conselho	7.104,81	8.776,53	81,0%
Superintendentes e Gerente Geral	16.627,69	17.086,95	97,3%
Coordenadores Gerente Administrativo	11.802,16	12.417,81	95,0%
Operacional	9.040,74	8.074,55	112,0%

O SFB encerrou o exercício com 909 mulheres em seu quadro efetivo, representando 39,0% do contingente total de 2.329 colaboradores. Destaca-se o avanço qualitativo na estrutura de liderança intermediária e executiva, onde 87 colaboradoras ocupam posições de Gerência e Superintendência, consolidando a formação contínua para cargos de alta gestão. Nas esferas de decisão estratégica abrangendo a Diretoria e os Conselhos de Administração e Fiscal, a bancada feminina conta com 10 integrantes do total de 43 membros, atingindo uma representatividade de 23,3%.

No nível da Diretoria, a média salarial das diretoras posiciona-se em R\$ 36.406,37, refletindo a atual composição e a equivalência da estrutura remuneratória do corpo diretivo. Ressalta-se que a pontual alteração na proporção percentual da Diretoria decorre exclusivamente do acúmulo temporário do cargo de Diretoria Administrativa, atualmente em processo de consolidação, o que reduziu transitoriamente a base de cálculo do período.

Na frente de Comunicação e Posicionamento de Marca, o período foi marcado pelo reconhecimento externo das estratégias digitais da Instituição. Em maio de 2026, o Banestes conquistou o 2º lugar na categoria “Melhor Uso das Redes Sociais” no 2º Prêmio da Imprensa Oficial – Melhores Práticas de Comunicação Pública Capixaba. O prêmio reconheceu a campanha educativa de conscientização e prevenção contra golpes no sistema financeiro, desenvolvida em vídeos curtos e dinâmicos para plataformas digitais, reforçando o compromisso do Banco com a segurança da informação, o letramento financeiro e a proteção dos clientes.

O segundo trimestre de 2026 fortaleceu a comunicação mercadológica e a presença estratégica do Banestes, destacando ações de conscientização pública e combate a golpes bancários com a jornalista Bárbara Coelho, além de parcerias digitais com o jogador Richarlison e os irmãos Cauwave para aproximar a marca do público jovem. Na frente comercial e de performance, as campanhas integradas apoiaram o consignado e o crédito imobiliário sob o mote “De volta à melhor taxa do Brasil”, enquanto o Programa de Fidelidade Banescard Visa e a campanha Zera Dívida impulsionaram a retenção de clientes. O período também marcou o avanço do projeto da Conta Global Banestes, a reestruturação de produtos como Pronampe e parcerias com a *Getnet*, além da sustentação da nova identidade visual.

No pilar de investimentos, patrocínios e relacionamento, o Banestes aportou R\$ 4,6 milhões em 44 projetos regionais, destacando-se a Festa da Penha, o show do *Guns N’ Roses* e fóruns estratégicos de inovação, segurança e agronegócio. O Banco viabilizou 34 eventos corporativos — com destaque para o Encontro de Gigantes para 1.800 participantes — e distribuiu cerca de 24 mil itens promocionais. Paralelamente, foram concluídas 16 Ordens de Serviço para revitalização e padronização arquitetônica de 10 agências-chave e prédios administrativos, consolidando a modernização da rede presencial e elevando a experiência do cliente.

8. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E PROTEÇÃO DE DADOS

O Banestes mantém uma estrutura sólida de governança, gestão de riscos e controles internos, desenvolvida para otimizar o capital dos acionistas e reduzir a exposição a riscos operacionais e estratégicos. A gestão de riscos é centralizada em uma diretoria que se reporta diretamente à Presidência do Banco, com unidades dedicadas à avaliação de riscos de crédito, mercado e liquidez, continuidade de negócios e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (PLD/FTP). Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, a Instituição adota uma gestão integrada de riscos sob a responsabilidade de um Diretor de Riscos e Controle para todo o Conglomerado Prudencial, assessorado pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital em decisões estratégicas. No segundo trimestre de 2026, em contínua aderência à Resolução CMN nº 4.966/21, o Banco deu sequência ao aprimoramento do modelo de Perda Esperada de Crédito (ECL), consolidando o uso de modelos estatísticos que incorporam variáveis preditivas e projeções macroeconômicas atualizadas, o que assegura maior acurácia nas estimativas de perda e na otimização do capital.

Paralelamente, o Banco seguiu fortalecendo seu Programa de Integridade, pautado em procedimentos normatizados de combate à corrupção e ética corporativa, mantendo canais de denúncia seguros e independentes. De forma alinhada, as políticas de PLD/FTP mantiveram-se aplicadas com foco na plena aderência aos sistemas de monitoramento e no reporte ágil de operações suspeitas. Atuando como terceira linha, a Auditoria Interna deu

continuidade à ampliação e ao aprofundamento das análises sobre os ciclos operacionais de Crédito e Seguridade. Esse movimento consolida a área como garantidora da qualidade do crescimento institucional, assegurando que a expansão da carteira e a evolução das vendas ocorram sob rigorosos padrões de controle e aderência ao apetite de risco estabelecido. No âmbito da Proteção de Dados e Segurança Cibernética, a Instituição assegura a conformidade contínua com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o fortalecimento da resiliência digital, sustentado por serviços gerenciados de monitoramento, resposta a incidentes e pela execução permanente do plano de conscientização cibernética junto ao quadro funcional.

9. EMPRESAS COLIGADAS E CONTROLADAS

No segundo trimestre de 2026, o Sistema Financeiro Banestes (SFB) seguiu demonstrando solidez por meio de suas empresas controladas e coligadas, cujos resultados refletem a eficiência operacional e o foco contínuo na modernização tecnológica, na governança e na geração de valor sustentável.

A Banestes Seguros (Banseg) alcançou o maior resultado semestral de sua série histórica no 1S2026, com lucro líquido de R\$ 26,5 milhões (+51,1% vs. 1S2025), ROE de 21,5% (+31,1%) e contribuição de 11,7% no resultado consolidado do SFB. O prêmio ganho total cresceu 4,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionado pelas carteiras de Pessoas (+9,5%) e Automóvel (+0,4%), que registrou queda de 3,1 p.p. na sinistralidade graças ao aprimoramento da subscrição de riscos e ao rigoroso controle de despesas. O período também destacou-se pela implantação de um novo sistema de gestão de seguros e pelo fortalecimento da agenda ESG, marcado pela publicação de seu primeiro Relatório de Sustentabilidade em abril de 2026.

A Banestes Corretora (Banescor) reforçou sua estratégia de focar em produtos de maior rentabilidade e recorrência, com destaque para a forte expansão nos seguros prestamistas — que registraram avanços de 872,0% na pessoa física e de 124,7% na pessoa jurídica frente ao 2T2025. O trimestre também foi marcado pelo crescimento de 9,0% na carteira de seguros de vida e pelo marco de R\$ 1,0 bilhão em reservas de previdência (+10,1% vs. 2T2025). Mesmo diante da retração em segmentos como consórcios e seguros patrimoniais, a Corretora manteve uma atuação disciplinada, sustentada pela capacitação comercial e pela gestão orientada à rentabilidade.

A Banestes Asset demonstrou resiliência operacional ao encerrar o segundo trimestre de 2026 com aproximadamente R\$ 9,5 bilhões em ativos sob gestão, preservando sua posição de destaque no segmento de RPPS nacional. Mesmo frente à volatilidade da indústria de fundos, a gestora registrou lucro líquido de R\$ 4,6 milhões, sustentado pela disciplina de investimentos e eficiência operacional. O período incluiu o fortalecimento de processos e a otimização de sua plataforma para um portfólio diversificado em renda fixa, multimercados, ações e pelo FII Banestes Recebíveis Imobiliários (BCRI11) — que soma cerca de 40 mil cotistas —, consolidando bases sólidas para a geração contínua de valor ao SFB.

Por fim, a Banestes Loteria, subsidiária integral constituída para explorar o serviço público de loterias no Estado do Espírito Santo, manteve-se em estágio pré-operacional. A Companhia atua sob uma estrutura enxuta de *back office* compartilhado com o controlador para otimizar custos fixos e preservar a liquidez, direcionando seus esforços para a prospecção de um parceiro estratégico que viabilize a transição para a fase operacional.

10. GUIDANCE

O *Guidance*¹⁶ Banestes contém declarações prospectivas as quais estão sujeitas a riscos e incertezas, pois foram baseadas em expectativas e premissas da Administração e em informações disponíveis no mercado até a presente data.

¹⁶ As informações não são objeto de auditoria.

	INDICADOR	2026	
		Guidance Projeção (%)	2º Trim. Real (%)
1	Carteira de Crédito Comercial ¹	4 - 8	3,8
4	Depósito Total ²	5 - 9	12,0
6	Margem Financeira Líquida ³	6 - 10	3,3
11	Despesas Operacionais ⁴	7 - 11	5,5
8	Serviços e Seguridade ⁵	5 - 9	7,7

¹ Trata-se do total dos saldos da carteira de crédito (conceito Bacen).

² Trata-se do total dos saldos de depósitos à vista, poupança, a prazo, interfinanceiros e outros depósitos.

³ Trata-se do total da receita da intermediação financeira descontado as despesas da intermediação financeira e a provisão para créditos de liquidação

⁴ Trata-se do total das despesas de pessoal e outras despesas administrativas.

⁵ Trata-se do total das receitas com serviços e tarifas, de prêmios retidos, variações das provisões técnicas, sinistros retidos, despesas de comercialização de seguros e resultado líquido de resseguro.

Obs: As variações estão baseadas em 12 meses.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições da Resolução CVM nº 80/2022, os Diretores do Banestes, responsáveis pelas demonstrações financeiras, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao segundo trimestre de 2026.

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES EXTERNOS

O Banestes informa que a empresa KPMG Auditores Independentes LTDA (KPMG), contratada em 01/04/2022, via processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 52/2021, com base nas diretrizes da Lei nº 13.303/2016, que regulamenta os processos de licitação e contratos da Administração Pública, à qual o Banestes se submete por ser sociedade de economia mista controlada diretamente pelo Estado do Espírito Santo, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no segundo trimestre de 2026.

AGRADECIMENTOS

A Administração do Banestes expressa sua gratidão aos acionistas, clientes, colaboradores e parceiros pelo empenho contínuo e pela confiança depositada na Instituição. Juntos, fortalecemos cada vez mais o Banco, construindo uma organização sólida e rentável, em sintonia com as expectativas da sociedade capixaba.

BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

ATIVO	Notas	BANESTES MÚLTIPLO		BANESTES CONSOLIDADO	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	3.b e 4	227.337	167.921	227.343	167.962
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado		376.219	484.359	402.625	513.268
Títulos e Valores Mobiliários	3.c, 3.d, 3.e, 6	376.219	484.359	402.625	513.268
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Líquidos de Provisão para Perdas		19.350.691	15.056.398	19.424.809	15.138.455
Títulos e Valores Mobiliários	3.c, 3.d, 3.e, 6	19.350.691	15.056.398	19.424.809	15.138.455
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Líquidos de Provisão para Perdas		20.599.113	22.206.084	20.742.826	22.336.032
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.c e 5	4.762.174	5.753.961	4.769.731	5.758.372
Títulos e Valores Mobiliários	3.c, 3.d, 3.e, 6	1.589.872	2.360.043	1.640.118	2.408.840
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	7.a	1.654.582	1.750.344	1.654.582	1.750.344
Relações Interfinanceiras	3.f, 7.b e 9	114.326	105.059	114.326	105.059
Operações de Crédito	3.c, 3.p, 8 e 9	11.841.531	11.589.507	11.841.531	11.589.507
Outros Créditos c/ Características de Concessão de Crédito	8.a e 10.a	618.504	625.870	618.504	625.870
Outros Ativos Financeiros	10.a	18.124	21.300	104.034	98.040
Ativos Fiscais Diferidos de Imp. e Contribuições	21.b	392.609	383.019	401.587	390.785
Outros Ativos	10.b	551.383	440.963	592.297	477.597
Outros Valores e Bens	11	96.426	109.459	139.304	151.180
Investimentos	3.k e 12	509.898	464.113	-	-
Investimentos em Participações em Coligadas e Controladas		509.898	464.113	-	-
Imobilizado	3.l e 14	212.453	204.051	217.472	210.126
Imobilizado de Uso/Direitos de Uso		428.973	404.191	440.440	415.632
Depreciação e Redução ao Valor Recuperável	3.l, 3.n e 14	(216.520)	(200.140)	(222.968)	(205.506)
Intangível	3.m e 15	373.772	383.994	397.978	404.959
Intangível		713.023	680.960	743.962	708.145
Amortização e Redução ao Valor Recuperável	3.m, 3.n e 15	(339.251)	(296.966)	(345.984)	(303.186)
TOTAL DO ATIVO		42.689.901	39.900.361	42.546.241	39.790.364

PASSIVO	Notas	BANESTES MÚLTIPLO		BANESTES CONSOLIDADO	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		39.300.411	36.432.301	38.889.542	36.045.881
Depósitos	3.o, 16.a e 16.b	26.805.831	24.445.167	26.648.268	24.292.128
Captações no Mercado Aberto	3.o e 16.a	9.857.297	9.664.118	9.603.991	9.430.737
Rec. Ac. Camb. Letr. Imob., Hip. e de Créd., Deb. e Similares	3.o, 16.a e 16.b	1.526.814	1.284.761	1.526.814	1.284.761
Relações Interfinanceiras		634.855	639.023	634.855	639.023
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	3.o, 16.a e 17.a	415.783	370.747	415.783	370.747
Outros Passivos Financeiros	22.a	56.434	22.509	56.434	22.509
Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros	22.a	3.397	5.976	3.397	5.976
Provisões para Contingências	23	151.876	170.239	160.225	178.665
Outros Passivos	22.b	710.525	865.145	967.359	1.131.184
Obrigações Fiscais Diferidas	21.b.2	22.347	20.979	24.373	22.937
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.d e 24	2.504.742	2.411.697	2.504.742	2.411.697
Capital		1.900.000	1.900.000	1.900.000	1.900.000
Reservas de Reavaliação		757	767	757	767
Reservas de Lucros		647.151	532.301	647.151	532.301
Outros Resultados Abrangentes	6.d	(43.166)	(21.371)	(43.166)	(21.371)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(43.166)	(21.371)	(43.166)	(21.371)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		42.689.901	39.900.361	42.546.241	39.790.364

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	BANESTES MÚLTIPLO		BANESTES CONSOLIDADO	
		2026	2025	2026	2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.858.242	2.544.726	2.869.664	2.554.732
Operações de Crédito	3.c, 3.p e 8.f	1.101.314	1.002.502	1.101.314	1.002.502
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3.c, 3.d, 3.e, 5.d e 6.f	1.720.046	1.506.538	1.731.468	1.516.544
Resultado das Aplicações Compulsórias	3.f e 7.c	36.882	35.686	36.882	35.686
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(2.063.258)	(1.832.957)	(2.036.708)	(1.813.016)
Operações de Captação no Mercado	3.o e 16.c	(2.046.677)	(1.825.858)	(2.020.127)	(1.805.917)
Operações de Empréstimos e Repasses	3.o e 17.b	(16.581)	(7.099)	(16.581)	(7.099)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA ANTES DOS CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA		794.984	711.769	832.956	741.716
RESULTADO DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	8.g	(150.832)	(81.235)	(150.837)	(81.240)
Operações de Títulos e Valores Mobiliários		(8.738)	164	(8.743)	159
Operações de Crédito		(144.673)	(82.699)	(144.673)	(82.699)
Outros Créditos		2.579	1.300	2.579	1.300
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		644.152	630.534	682.119	660.476
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(375.018)	(368.924)	(376.235)	(370.148)
Receitas de Prestação de Serviços	28.b	67.414	64.814	116.485	100.014
Rendas de Tarifas Bancárias	28.b	84.180	83.929	84.173	83.917
Prêmios Retidos		-	-	199.675	199.253
Variação das Provisões Técnicas		-	-	(3.683)	(11.821)
Sinistros Retidos		-	-	(91.341)	(91.670)
Despesas de Comercialização de Seguros		-	-	(13.953)	(8.879)
Resultado Líquido de Resseguro	28.i	-	-	163	(238)
Despesas de Pessoal	28.d	(249.797)	(251.971)	(268.631)	(269.846)
Outras Despesas Administrativas	28.e	(234.318)	(206.918)	(247.852)	(219.575)
Despesas Tributárias	28.f	(51.996)	(47.121)	(67.771)	(61.472)
Resultado de Participações em Controladas	12	61.152	47.996	-	-
Outras Receitas Operacionais	28.c	24.628	20.009	27.125	21.914
Provisão para Contingência	28.g	(14.930)	(15.862)	(16.151)	(21.670)
Outras Despesas Operacionais	28.g	(61.351)	(63.800)	(94.474)	(90.075)
RESULTADO OPERACIONAL		269.134	261.610	305.884	290.328
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	28.h	1.266	(746)	1.419	(389)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		270.400	260.864	307.303	289.939
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3.s e 21.a	(26.626)	(50.827)	(62.445)	(79.000)
Provisão para Imposto de Renda - Vlrs.Correntes		(9.845)	(28.833)	(33.634)	(49.103)
Provisão para Imposto de Renda - Vlrs.Diferidos		(765)	(690)	(807)	(557)
Provisão para Contribuição Social - Vlrs.Correntes		(8.328)	(24.458)	(20.296)	(34.645)
Provisão para Contribuição Social - Vlrs.Diferidos		(612)	(552)	(637)	(472)
Ativo Fiscal Diferido - Imposto de Renda		(3.931)	2.059	(3.926)	3.355
Ativo Fiscal Diferido - Contribuição Social		(3.145)	1.647	(3.145)	2.422
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		(17.717)	(16.270)	(18.801)	(17.172)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		226.057	193.767	226.057	193.767
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	24.e	111.217	82.743		
Nº de Ações		347.504.146	315.912.860		
Lucro Líquido por lote de mil Ações		0,65	0,61		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	BANESTES MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	2026	2025
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	226.057	193.767
Outros Resultados Abrangentes		
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado	(21.795)	13.037
Ganho (Perda) Não Realizado em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(29.265)	24.492
(Ganho) Perda Transferido ao Resultado por Alienação	(9.196)	(1.887)
Efeito dos Impostos	16.666	(9.568)
Total dos Outros Resultados Abrangentes Líquido de Impostos	(21.795)	13.037
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	204.262	206.804

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
BANESTES MÚLTIPLO E CONSOLIDADO

Eventos	Capital Realizado Atualizado	Aumento de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
			De Imóveis de Uso Próprio	Legal	Estatutária	Próprios	De Controladas		
Saldos em 31/12/2024	1.600.000	-	1.014	84.748	702.881	(24.462)	(6.967)	-	2.357.214
Efeitos da Adoção Inicial - Resolução n.º 4.966/2021								(128.666)	(128.666)
Saldo em 01/01/2025	1.600.000	-	1.014	84.748	702.881	(24.462)	(6.967)	(128.666)	2.228.548
Absorção dos Efeitos da Adoção Inicial - Resolução n.º 4.966/2021					(27.318)			27.318	-
Aumento de Capital - Por Capitalização de Reservas	-	300.000		(32.280)	(267.720)				-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - TVM - VJORA						11.693	1.344		13.037
Realização de Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos			(13)					13	-
Lucro Líquido do Semestre								193.767	193.767
Destinações:									
- Reservas Constituídas				9.689	-			(9.689)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (R\$ 0,14 por lote de mil ações)								(45.000)	(45.000)
- Juros sobre o Capital Próprio - Intermediários (R\$ 0,12 por lote de mil ações)								(37.743)	(37.743)
Saldos em 30/06/2025	1.600.000	300.000	1.001	62.157	407.843	(12.769)	(5.623)	-	2.352.609
Mutações do Semestre	-	300.000	(13)	(22.591)	(295.038)	11.693	1.344	128.666	124.061

Eventos	Capital Realizado Atualizado	Aumento de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
			De Imóveis de Uso Próprio	Legal	Estatutária	Próprios	De Controladas		
Saldos em 31/12/2025	1.900.000	-	767	73.140	459.161	(15.185)	(6.186)	-	2.411.697
Ajustes de Avaliação Patrimonial - TVM - VJORA						(20.369)	(1.426)		(21.795)
Realização de Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos			(10)					10	-
Transferência para Reservas de Lucros					10			(10)	-
Lucro Líquido do Semestre								226.057	226.057
Destinações:									
- Reservas Constituídas				11.303	103.537			(114.840)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (R\$ 0,17 por lote de mil ações)								(60.000)	(60.000)
- Juros sobre o Capital Próprio - Intermediários (R\$ 0,15 por lote de mil ações)								(51.217)	(51.217)
Saldos em 30/06/2026	1.900.000	-	757	84.443	562.708	(35.554)	(7.612)	-	2.504.742
Mutações do Semestre	-	-	(10)	11.303	103.547	(20.369)	(1.426)	-	93.045

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	BANESTES MÚLTIPLO		BANESTES CONSOLIDADO	
	2026	2025	2026	2025
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro antes da Tributação s/ o Lucro Ajustado	(809.163)	(695.113)	(748.967)	(619.378)
Lucro antes da Tributação s/ o Lucro	252.683	244.594	288.502	272.767
Ajustes ao Lucro antes da Tributação s/ o Lucro:	(1.061.846)	(939.707)	(1.037.469)	(892.145)
Ajuste ao Valor de Mercado/Receita de Juros - TVM - VJR	(31.842)	(30.880)	(65.171)	(31.734)
Ajuste Receita de Juros de TVM - VJORA	(1.067.249)	(772.646)	(1.070.249)	(776.766)
Ajuste Receita de Juros de TVM - Custo Amortizado	(131.570)	(234.056)	(134.028)	(236.514)
Provisão/(Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	150.832	81.235	150.837	81.240
Provisão/(Reversão) para Perdas de Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda	-	51	-	51
Provisão/(Reversão) para Desvalorizações de Títulos Livres	9.251	-	9.251	-
Depreciações e Amortizações - Imobilizado e Intangível	63.949	55.889	65.544	57.444
Ajuste de Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	10.133	12.204	10.342	17.655
Ajuste de Provisão - Outras	(8.576)	(7.637)	(8.624)	(7.980)
Resultado de Participação em Controladas	(61.152)	(47.996)	-	-
(Ganho) Perda na Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda	(165)	-	(165)	-
(Ganho) Perda na Alienação de Imobilizado de Uso	(22)	-	(22)	-
Despesa Financeira com Contratos de Arrendamento	4.565	4.129	4.816	4.459
Variação de Ativos e Obrigações	1.670.413	847.420	1.625.373	795.621
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(632.376)	(43.100)	(632.381)	(43.148)
(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários	34.962	(57.229)	72.105	(59.115)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	130.761	(24.866)	130.761	(24.866)
(Aumento) Redução em Rel. Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(13.434)	(1.509)	(13.434)	(1.509)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito e Arrend. Mercantil Financeiro	(396.696)	(861.944)	(396.696)	(861.944)
(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros	(2.245)	(10.473)	(7.879)	(15.592)
(Aumento) Redução em Outros Ativos	(110.420)	(565)	(115.908)	57
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	9.376	(1.296)	8.220	(6.133)
Aumento (Redução) em Depósitos	2.360.664	937.053	2.356.140	926.060
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	193.179	719.399	173.254	701.448
Aumento (Redução) em Recursos por Emissão de Títulos	242.053	370.409	242.053	370.409
Aumento (Redução) em Obrigações por Repasses	45.035	(51.594)	45.035	(51.594)
Aumento (Redução) em Provisões Técnicas de Seguros	-	-	(1.734)	22.972
Aumento (Redução) em Outros Passivos Financeiros	42.501	(36.841)	42.549	(36.499)
Aumento (Redução) em Provisões	(28.496)	(7.880)	(28.785)	(8.008)
Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais Diferidas	(8)	(10)	(7)	(10)
Aumento (Redução) em Outros Passivos	(186.270)	(28.843)	(193.990)	(33.159)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(18.173)	(53.291)	(53.930)	(83.748)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	861.250	152.307	876.406	176.243
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos				
Aquisição de TVM - VJORA	(38.809.288)	(24.343)	(38.895.538)	(101.294)
Alienação/Vencimento/Amortizações TVM - VJORA	35.499.810	3.524.295	35.593.714	3.640.684
Aquisição de TVM - Custo Amortizado	(120.906)	(265.224)	(120.906)	(265.224)
Vencimento/Amortizações TVM - Custo Amortizado	962.040	311.064	962.040	311.064
Dividendos Recebidos de Controladas	18.302	60.751	-	-
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda	3.822	1.731	3.822	1.731
Aquisição de Imobilizado de Uso	(30.091)	(77.785)	(30.117)	(78.025)
Alienação de Imobilizado de Uso	55	4	55	5
Investimentos em Controladas	(825)	-	-	-
Aplicações no Intangível	(32.071)	(64.210)	(35.825)	(67.931)
Baixa no Intangível	-	584	-	584
Juros Recebidos	202.583	151.668	204.141	153.159
Caixa Líquido (Consumido) Gerado pelas Atividades de Investimentos	(2.306.569)	3.618.535	(2.318.614)	3.594.753
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos				
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(84.132)	(51.900)	(84.132)	(51.900)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamentos	(84.132)	(51.900)	(84.132)	(51.900)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.529.451)	3.718.942	(1.526.340)	3.719.096
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	6.110.556	4.396.252	6.115.008	4.396.352
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	4.581.105	8.115.194	4.588.668	8.115.448

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	BANESTES MÚLTIPLO		BANESTES CONSOLIDADO	
	2026	2025	2026	2025
RECEITAS	2.884.898	2.631.497	3.147.867	2.877.963
Intermediação Financeira	2.858.242	2.544.726	2.869.664	2.554.732
Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	151.594	148.743	200.658	183.931
Provisão p/ Perdas Op. Crédito, Ar. Mercantil, Outros Créditos c/ Carac. Conc. Crédito e TVM	(150.832)	(81.235)	(150.837)	(81.240)
Operações com Seguros e Resseguros	-	-	199.838	199.015
Outras	25.894	19.263	28.544	21.525
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.063.258)	(1.832.957)	(2.036.708)	(1.813.016)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(246.476)	(229.030)	(401.689)	(384.553)
Materiais, Energia e Outros	(183.191)	(162.652)	(221.517)	(199.013)
Serviços de Terceiros	(63.285)	(66.378)	(71.195)	(73.170)
Operações com Seguros e Resseguros	-	-	(108.977)	(112.370)
VALOR ADICIONADO BRUTO	575.164	569.510	709.470	680.394
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E BAIXA POR IMPAIRMENT	(63.949)	(55.889)	(65.544)	(57.444)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	511.215	513.621	643.926	622.950
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	61.152	47.996	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	61.152	47.996	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	572.367	561.617	643.926	622.950
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	572.367	561.617	643.926	622.950
PESSOAL	228.825	233.546	246.002	250.290
Remuneração Direta	165.435	176.797	179.049	190.546
Benefícios	52.843	46.351	55.468	48.707
F.G.T.S	10.547	10.398	11.485	11.037
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	117.311	132.643	171.646	177.200
Federais	108.821	124.279	160.809	166.759
Estaduais	15	52	19	55
Municipais	8.475	8.312	10.818	10.386
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS	174	1.661	221	1.693
Aluguéis	174	1.661	221	1.693
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS	226.057	193.767	226.057	193.767
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	111.217	82.743	111.217	82.743
Lucros Retidos do Semestre	114.840	111.024	114.840	111.024

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	ÍNDICE	Página
1.	CONTEXTO OPERACIONAL	20
2.	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	20
3.	RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	24
4.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	36
5.	APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	36
6.	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS	38
7.	DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL E RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	43
8.	CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITOS	44
9.	CRÉDITO IMOBILIÁRIO	49
10.	OUTROS ATIVOS	49
11.	OUTROS VALORES E BENS	51
12.	PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS NO PAÍS	51
13.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	52
14.	IMOBILIZADO DE USO	56
15.	INTANGÍVEL	57
16.	DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE LETRAS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, DE LETRAS DE CRÉDITO DE AGRONEGÓCIO E OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS	58
17.	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	60
18.	ATIVOS VINCULADOS PARA COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	61
19.	PRÊMIOS GANHOS, SINISTRALIDADE E COMERCIALIZAÇÃO POR GRUPO DE RAMOS	61
20.	COMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	61
21.	IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E CRÉDITO TRIBUTÁRIO	62
22.	OUTROS PASSIVOS	64
23.	PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E RISCOS FISCAIS	65
24.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	67
25.	BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	70
26.	LIMITES OPERACIONAIS	74
27.	GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL	74
28.	OUTRAS INFORMAÇÕES	77
29.	AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	83

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referentes ao Primeiro Semestre de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("BANESTES" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital aberto e de economia mista. Organizado sob a forma de banco múltiplo, opera através de suas carteiras de crédito comercial, rural, industrial, imobiliário, investimento e administração de cartão de crédito.

Por meio de suas controladas, BANESTES Seguros S.A., BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BANESTES Asset Management) e BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda. atua também nos segmentos financeiros de seguros e distribuição, intermediação e administração de recursos de terceiros. Em 20 de agosto de 2024, o BANESTES S.A. constituiu uma subsidiária integral para exploração de serviço público de loteria, a BANESTES Loteria S.A., que está em fase pré-operacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de companhias associadas, integrantes do conglomerado BANESTES. Os benefícios dos serviços prestados entre essas companhias e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do BANESTES foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e incluem os requisitos da Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976), sendo adotadas as alterações introduzidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para causas judiciais, passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados, provisões técnicas, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

Com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas, elaboradas e divulgadas no padrão contábil do Cosif - Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil, conforme permitido pelo artigo 77 da

Resolução CMN n.º 4.966/2021, estão sendo apresentadas “adicionalmente” às Demonstrações Financeiras Consolidadas no padrão contábil internacional - IFRS.

a. Base para consolidação

Em conjunto com as Demonstrações Financeiras do BANESTES, estão sendo apresentadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas, contemplando ainda as disposições contidas nas normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que requerem a eliminação dos saldos e transações entre as empresas incluídas na consolidação. Na consolidação das Demonstrações Financeiras, foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas, conforme relacionado na Nota 13.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem as demonstrações financeiras do BANESTES S.A., de suas empresas controladas diretas e indiretas e fundo de investimento exclusivo.

Empresas	Atividade	Método de Consolidação	Participação
			30/06/2026
Entidades Financeiras no País			
BANESTES Asset Management	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Integral	100,00%
Entidades de Seguros, Fundos e Previdência no País			
BANESTES Seguros S.A.	Seguros	Integral	100,00%
Entidades Não Financeiras no País			
BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda.	Administradora e Corretora de Seg.Prev. e Capitalização	Integral	99,99%
BANESTES Loteria S.A.(*)			
	Casa Lotérica	Integral	100,00%
Fundos de Investimentos			
BANESTES Fic Meza I FI em Cotas de FI em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada	Fundos de Investimentos	Integral	100,00%

(*) A BANESTES Loteria S.A. foi constituída pelo BANESTES - Banco do Estado do Espírito Santo S.A. em 20 de agosto de 2024. A BANESTES Loteria está em fase pré-operacional.

b. Adoção de Novas Normas e Interpretações

I - Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN n.º 4.966 de 25 de novembro de 2021 e Resolução BCB n.º 352 de 23 de novembro de 2023

A partir de 01 de janeiro de 2025 o BANESTES adotou a Resolução n.º 4.966 de 25 de novembro de 2021 do Conselho Monetário Nacional e normas complementares. A Resolução nº 4.966/2021 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A norma determina os parâmetros para: classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, designação e reconhecimento contábil de relações de proteção e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.

As alterações nas práticas contábeis resultantes da adoção da Resolução nº 4.966/2021 foram efetuadas de acordo com as disposições transitórias da norma.

As diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção da norma foram reconhecidas em lucros acumulados no dia 01 de janeiro de 2025. Desta forma, as informações apresentadas no exercício de 2024 estão de acordo com as normas anteriores e, portanto, as notas explicativas abaixo são necessárias para entendimento das diferenças relativas às informações do mesmo período de 2025.

I.1. Classificação de Ativos Financeiros na Adoção da Resolução CMN n.º 4.966/2021 (Em R\$ Mil):

Banestes Múltiplo					
Classificação Resolução n.º 3.068/2.682	Saldo em 31/12/2024	Reclassifi- cações	Adoção da 4.966 (1)	Saldo em 01/01/2025	Classificação 4.966
ATIVO	33.947.692	-	(226.529)	33.721.163	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.456.848	-	(167)	4.456.681	Mensurados ao Custo Amortizado
Ativos Financeiros para Negociação	-	398.734	-	398.734	Mensurados ao Valor Justo no Resultado
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	14.204.663	(111.404)	(528)	14.092.731	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	3.900.746	(287.330)	(680)	3.612.736	Mensurados ao Custo Amortizado
Operações de crédito	11.385.435	-	(225.154)	11.160.281	Mensurados ao Custo Amortizado
Outros Ativos Financeiros	-	-	-	-	Mensurados ao Custo Amortizado
PASSIVO	37	-	7.466	7.503	
Provisão para perdas esperadas de garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e crédito a liberar (1)	37	-	7.466	7.503	Mensurados ao Custo Amortizado

Banestes Consolidado					
Classificação Resolução n.º 3.068/2.682	Saldo em 31/12/2024	Reclassifi- cações	Adoção da 4.966 (1)	Saldo em 01/01/2025	Classificação 4.966
ATIVO	34.129.649	-	(226.570)	33.903.079	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.456.898	-	(207)	4.456.691	Mensurados ao Custo Amortizado
Ativos Financeiros para Negociação	90.988	307.696	-	398.684	Mensurados ao Valor Justo no Resultado
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	14.246.788	(20.366)	(528)	14.225.894	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	3.947.923	(287.330)	(680)	3.659.913	Mensurados ao Custo Amortizado
Operações de crédito	11.385.435	-	(225.154)	11.160.281	Mensurados ao Custo Amortizado
Outros Ativos Financeiros	1.617	-	(1)	1.616	Mensurados ao Custo Amortizado
PASSIVO	37	-	7.466	7.503	
Provisão para perdas esperadas de garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e crédito a liberar (1)	37	-	7.466	7.503	Mensurados ao Custo Amortizado

(1) Substancialmente representados por análises de *impairment* na abordagem de perda esperada (anteriormente apurados com base na perda incorrida).

I.2. Conciliação do Patrimônio Líquido em 01 de janeiro de 2025 após adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021:

Conciliação do Patrimônio Líquido	Banestes Múltiplo e Consolidado
Patrimônio Líquido antes dos ajustes da 4.966 - 31/12/2024	2.357.214
Perdas esperadas de operações de crédito e outros ativos com características de concessão de crédito (1)	(225.154)
Perdas esperadas de garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e crédito a liberar (1)	(7.466)
Perdas esperadas de títulos e valores mobiliários (1)	(1.208)
Perdas esperadas de aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	(207)
Perdas esperadas de outros ativos financeiros	(1)
Reclassificação de ativos financeiros	102
Efeito Fiscal	105.268
Total	(128.666)
Patrimônio Líquido após os ajustes da 4.966 - 01/01/2025	2.228.548

(1) Substancialmente representados por análises de *impairment* na abordagem de perda esperada (anteriormente apurados com base na perda incorrida).

Em 31 de dezembro de 2024, antes dos ajustes da Resolução n.º 4.966/2021, o Patrimônio Líquido do BANESTES totalizava R\$ 2.357.214. Após a adoção da resolução, foi reduzido um valor de R\$ 128.666. Este valor é composto por

constituição de provisões no montante de R\$ 232.620 de perdas esperadas de operações de crédito, outros ativos com características de concessão de crédito, garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e crédito a liberar, R\$ 1.208 de perdas esperadas de títulos e valores mobiliários, R\$ 207 de perdas esperadas de aplicações interfinanceiras de liquidez, bem como de reclassificação de ativos financeiros com impacto positivo de R\$ 103 e Efeito Fiscal no montante de R\$ 105.268. O Patrimônio Líquido do BANESTES em 01 de janeiro de 2025 totalizava R\$ 2.228.548.

Em 30 de junho de 2025, após a destinação do resultado do período, permaneceu o saldo negativo de R\$ 27.318 referente à adoção inicial, o qual foi compensado pela conta Reserva Estatutária para Margem Operacional, no Patrimônio Líquido.

II - Efeitos da adoção inicial da Lei n.º 14.467 de 16 de novembro de 2022

Lei n.º 14.467 de 16 de novembro de 2022, dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições Financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta lei entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Instituição estima o saldo contábil de crédito tributário no montante de R\$ 105.251 como impactos esperados da Lei n.º 14.467/2022 nas suas Demonstrações Financeiras.

III - Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN n.º 4.975, de 16 de dezembro de 2021

A partir de 01 de janeiro de 2025 o BANESTES adotou a Resolução n.º 4.975, de 16 de dezembro de 2021 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A norma estabelece que as instituições mencionadas devem observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, aprovado em 06 de outubro de 2017, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil.

III.1. Transição

Conforme permitido pela norma, no momento da transição, o BANESTES optou por aplicar a abordagem retrospectiva aos contratos de arrendamento em que o Banco é arrendatário, cujos efeitos foram aplicados em 01 de janeiro de 2025.

As alterações nas práticas contábeis resultantes da adoção inicial causaram impactos na rubrica de Ativo Imobilizado do balanço patrimonial, pelo reconhecimento dos ativos de direito de uso, e na rubrica de Passivos de Arrendamento, também do balanço patrimonial, pelo reconhecimento das obrigações de pagamentos futuros relacionados aos contratos de arrendamento.

III.2. Efeitos da adoção inicial

Contratos de arrendamento anteriormente classificados como “Aluguéis”

Na adoção da norma, o BANESTES reconheceu os passivos de arrendamento relacionados a contratos que haviam sido classificados anteriormente como “aluguéis”, mensurando-os ao valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados com a utilização de uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares.

Além disso, para esses mesmos contratos, o BANESTES reconheceu na adoção inicial da norma, o ativo de direito de uso pelo valor equivalente ao passivo de arrendamento correspondente, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Os valores de Passivos de arrendamento e Ativos de direito de uso reconhecidos, por classe de ativo subjacente, são apresentados abaixo:

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	01/01/2025	01/01/2025
Passivos de Arrendamento	74.718	77.113
Ativos de Arrendamento	74.718	77.113
Imóveis	68.363	69.504
Veículos	3.351	4.605
Equipamentos	3.004	3.004

c. Normas Aplicáveis a Períodos Futuros

Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos Financeiros e normativos relacionados - Contabilidade de *hedge*

Estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge, sendo efetiva a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais a seguir discriminadas foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do Sistema Financeiro BANESTES (SFB).

a. Apuração de Resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa - São representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez - posição bancada com conversibilidade imediata, risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data efetiva de aplicação.

c. Ativos e Passivos Financeiros - A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros estão descritas a seguir:

c.1. Reconhecimento inicial

- **Data de reconhecimento**

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operação de crédito e de depósitos de clientes, é reconhecido no balanço patrimonial quando o Sistema Financeiro BANESTES se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

As operações de crédito são reconhecidas quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito, já os depósitos de clientes são reconhecidos quando os recursos dos clientes são transferidos.

- **Mensuração inicial dos instrumentos financeiros**

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende das características contratuais dos fluxos de caixas (analisados por meio da aplicação do teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros) e do modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos instrumentos.

Os Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados pelo preço de transação, no caso de operações de crédito sem componente de financiamento significativo ou pelo valor justo, nos demais casos.

No reconhecimento inicial de instrumentos financeiros classificados nas categorias Custo Amortizado ou Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, o valor apurado, deve ser ajustado da seguinte forma:

a) no caso de ativos financeiros, devem ser acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento.

b) no caso de passivos financeiros, devem ser deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

Os gastos incorridos na aquisição, originação ou emissão do instrumento financeiro que não possam ser apurados e controlados de forma individual, sem uso de rateio, durante todo o prazo do instrumento, devem ser reconhecidos como despesa do período em que ocorrerem.

É vedado o reconhecimento de ativo e passivo financeiros ou grupo de ativos e passivos financeiros com base em valor líquido, inclusive quando geridos em conjunto.

c.2. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

- **Avaliação do modelo de negócio**

Os ativos financeiros são classificados com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses ativos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) ao valor justo através do resultado (VJR).

Os instrumentos podem ser mensurados ao VJR caso isso elimine e reduza significativamente inconsistências de

mensuração e reconhecimento. Em 30/06/2026 e 31/12/2025 o BANESTES não designou instrumentos financeiros ao VJR.

Passivos financeiros, com exceção daqueles relacionados a compromissos de empréstimos, são mensurados ao custo amortizado ou VJR. A mensuração em VJR ocorre quando os passivos são mantidos para negociação ou quando se aplica a designação ao valor justo.

● Teste de SPPJ

Como um segundo passo do processo de classificação, os termos contratuais dos ativos financeiros são avaliados para verificar se os fluxos de caixa representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

“Principal”, para o referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal). Os elementos mais significativos dos juros são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

Para aplicar o teste de SPPJ, fatores relevantes são considerados, como a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pelo qual a taxa de juros é definida.

Conquanto, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais não originam fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados (VJR).

1. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- (i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo para obter fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro que evidenciem fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros.

O custo amortizado de um ativo financeiro ou passivo financeiro é o valor inicial pelo qual ele é mensurado no momento do reconhecimento inicial, deduzido dos reembolsos do principal e ajustado pela amortização acumulada, calculada utilizando o método da taxa efetiva de juros, de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera o *impairment* de crédito e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio

do resultado. Cuida-se que esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial.

2. Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

3. Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- (i) Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- (ii) São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado do *impairment*, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na nota 3.d.

4. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Ativos ao valor justo através do resultado compreendem operações que não atendem aos critérios para serem classificadas como custo amortizado ou ao valor justo através de outros resultados abrangentes.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Designação irrevogável

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado, se eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 30/06/2026 e 31/12/2025, o BANESTES não possuía ativos e passivos financeiros designados de forma irrevogável como mensurado ao valor justo por meio de resultado.

c.3. Reclassificação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial não são reclassificados, exceto em circunstâncias excepcionais, como a aquisição, venda ou encerramento de uma linha de negócios. Nesses casos, a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação após a mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito raras.

Passivos financeiros nunca são reclassificados.

O BANESTES não reclassificou seus ativos e passivos financeiros nos períodos apresentados.

c.4. Derivativos

Os derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado e contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

d.1. Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

A provisão de perdas esperadas de crédito (PE) é registrada para todos os ativos financeiros, com exceção de instrumentos patrimoniais, ativos financeiros classificados como VJR e mensurados no nível 1 da hierarquia do valor justo e instrumentos financeiros derivativos, garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito não utilizados e créditos a liberar não canceláveis, de acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021. Nessa seção, todas essas operações serão denominadas como “ativos financeiros”.

Os ativos financeiros são distribuídos em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: no reconhecimento inicial dos instrumentos é reconhecida uma provisão baseada na probabilidade de se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses. A alocação é mantida desde que o ativo não sofra aumento significativo em seu risco de crédito ou não apresente atraso maior que 30 dias. Esse estágio também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito.

Estágio 2: ativos financeiros que sofreram aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação ou com atraso superior a 30 dias. Neste estágio também constam operações que apresentaram melhora no risco de crédito após serem

considerados ativos problemáticos. No estágio 2, é calculada uma provisão para todo o prazo da operação (PE Vida).

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados como ativos problemáticos com alto potencial de descumprimento da operação.

d.1.1 Ativos problemáticos

São ativos financeiros com problema de recuperação de crédito, assim considerados de forma qualitativa (contrapartes com eventos falimentares, recuperação judicial, reestruturação de dívidas ou necessidade de execução de garantias) ou ainda operações que possuam mais de 90 dias de atraso.

d.2. Cálculo das perdas esperadas

Os mecanismos de cálculo de perdas esperadas são descritos abaixo e seus principais elementos são:

(i) Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de 12 meses para ativos alocados no estágio 1 e ao longo da vida da operação quando alocados no estágio 2. Quando a operação está alocada no estágio 3, ela é considerada um ativo problemático e que possui 100% de probabilidade de inadimplência.

(ii) Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* – EAD): representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas. Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um fator de conversão de crédito que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência.

(iii) Perda dada a inadimplência (*loss given default* – LGD): esta métrica representa a projeção de perda financeira na hipótese de um evento de inadimplência. O cálculo é derivado de modelos internos, ponderando a eficácia das estratégias de recuperação de ativos e as especificidades de cada operação, notadamente a natureza do produto e a robustez das garantias, além dos custos envolvidos na recuperação do crédito.

Ao longo de 2025, o BANESTES revisou determinadas estimativas relacionadas à mensuração da provisão para perdas esperadas de ativos financeiros, em decorrência de novas informações disponíveis, da experiência acumulada na aplicação dos modelos desenvolvidos para atendimento da Resolução nº 4.966/2021, e do processo contínuo de monitoramento do comportamento das carteiras. Em decorrência dessa mudança de estimativa, foi reconhecido, no exercício findo de 31 de dezembro de 2025, um efeito líquido no montante de R\$ 96.011, com impacto redutor no saldo da provisão para perdas esperadas de ativos financeiros do Banco.

d.3. Limites de cartão de crédito e cheque especial

A concessão de limites de crédito através da emissão de cartões de crédito e cheque especial são produtos em que o BANESTES possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. A Instituição não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, em vez disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa da Instituição em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência.

d.4. Premissas macroeconômicas na estimativa de perda esperada

As perdas históricas de crédito são ajustadas para contemplar a visão prospectiva da Organização sobre o ambiente econômico. Por meio de modelagem econométrica, as estimativas de perdas esperadas passam a refletir não apenas as condições atuais, mas também as tendências futuras, capturando a correlação entre o risco de crédito e os indicadores macroeconômicos de maior relevância.

e. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros - O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base em cotações de mercados ativos, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor do dinheiro no tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do valor justo.

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível I: Instrumentos financeiros a valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública e ações de companhias abertas.

Nível II: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a interpolação de dados de mercado observáveis e técnicas de interpolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

Nível III: Registra ativos ou passivos financeiros nos quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 30/06/2026 e 31/12/2025 o Sistema Financeiro BANESTES não possuía instrumentos financeiros classificados nesse nível.

f. Relações Interfinanceiras - Os créditos junto ao Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), decorrentes de saldos residuais e/ou quitações antecipadas de financiamentos imobiliários com desconto, são registrados pelo seu valor nominal atualizados pelos rendimentos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas por negativa de cobertura total ou parcial dos créditos por parte do FCVS. Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção da Administração de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

g. Operações de Seguros e Resseguros de Danos e Pessoas - Os prêmios de seguro e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão das apólices e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer

da vigência de risco, através da constituição das provisões para prêmios não ganhos e do diferimento das despesas de comercialização.

Os contratos emitidos são classificados como contratos de seguro quando esses contratos transferem risco significativo de seguro pelo qual aceita um risco de seguro significativo de outra parte (segurado), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo adversamente.

Na data de adoção inicial do CPC 11, a Seguradora não identificou contratos classificados como contratos de investimento. Os contratos de resseguro também são classificados como contratos de seguros segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11.

A Seguradora encerrou em 31/12/2023 a sua operação de resseguro, junto ao Instituto de Resseguros do Brasil, para os seguros do grupo de pessoas.

Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (I) nas prestações de contas emitidas pelo IRB - Brasil Resseguros S.A. por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Seguradora e (II) nas prestações de contas preparadas pela Companhia e que estão sujeitas à análise pela resseguradora. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

h. Provisões Técnicas - Seguros - As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP n.º 432/2021, e ainda pelas determinações constantes na Circular SUSEP n.º 648/2021 e alterações posteriores. As provisões são calculadas com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), devidamente produzidas por atuário responsável e revisadas por auditoria atuarial independente, bem como avaliadas por auditoria contábil.

i. Teste de Adequação de Passivos (TAP) - Conforme requerido pelo CPC 11, em cada balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste de adequação dos passivos para fins de elaboração das Demonstrações Financeiras é regulamentado através da Resolução CNSP n.º 432/2021 e pela Circular SUSEP n.º 648/2021 e alterações posteriores, avaliando na data-base, as obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguros.

A Seguradora avalia a adequação de suas Provisões Técnicas, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro vigentes na data-base de suas Demonstrações Financeiras através do TAP. Este teste é elaborado considerando os valores contábeis segregados pelos passivos dos sinistros já ocorridos e a ocorrer. Nesta segregação, a segmentação obedece a valores já registrados na contabilidade, bem como valores a registrar, com base em faturas de contratos reconhecidos pela contabilidade através de suas emissões e com vigência após a data-base do cálculo. Os valores de prêmios contabilizados para riscos a viger, bem como dos prêmios projetados para

os riscos não registrados são deduzidos das despesas de comercialização diferidas, dos ativos intangíveis e dos tributos inerentes ao valor retido. Considerando as similaridades dos riscos expostos, a Seguradora optou por segmentar seus contratos nas seguintes classificações: 1) Danos; 2) Pessoas.

O estudo do TAP considera bases atuariais, premissas atuais e a estimativa considerada mais adequada e prudente de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e acessórias para liquidação de sinistros.

O resultado do teste de adequação dos passivos, realizado para as datas-base de 30/06/2026 e 31/12/2025, não apresentou insuficiência na constituição das provisões técnicas da Seguradora, não sendo necessário a constituição da Provisão Complementar de Cobertura - PCC.

j. Despesas antecipadas - São contabilizadas as aplicações de recursos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços contratados ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado do período a que se referem, no decorrer da vigência dos respectivos contratos.

k. Investimentos - Os Investimentos em Sociedades Controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (Nota 12). Os demais investimentos são avaliados pelo valor de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995 e deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

l. Imobilizado de Uso - O Imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e da provisão para perdas por *impairment*, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se o prazo de vida útil dos bens. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o do contrato e o de sua vida útil. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	30/06/2026
Sistema de Comunicação	10 anos
Equipamentos de Informática e Sistema de Processamento de Dados	5 anos
Móveis, Equipamentos e Instalações	10 anos
Sistema de Segurança	10 anos

Os Imóveis de Uso Próprio, Terrenos e Edificações foram reavaliados com data-base de 31/10/2005 e a partir dessa data as Edificações passaram a ser depreciadas com base no prazo remanescente de vida útil dos imóveis indicados no Laudo de Avaliação.

m. Intangível - O Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É registrado ao custo de aquisição ou desenvolvimento, menos amortização acumulada e da provisão para perdas por *impairment*, quando aplicável. Está composto basicamente por *softwares* e é amortizado pelo método linear, ao longo da sua vida

útil ou de acordo com os prazos contratuais.

A vida útil estimada dos *softwares* mantidos pelo Sistema Financeiro BANESTES é de 10 anos ou de acordo com a vigência dos contratos de direito de uso.

n. Valor de Recuperação de Ativos - *Impairment* - A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, ou de uma unidade geradora de caixa (UGC), exceto outros valores e bens e créditos tributários, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização.

Em relação ao ativo imobilizado, o valor recuperável da unidade geradora de caixa, composta pelo saldo contábil dos ativos registrados nas contas de sistema de processamento de dados e sistemas de comunicação, é obtido por meio do valor justo líquido da despesa de alienação e comparado ao seu valor contábil. No primeiro semestre de 2026, não foram encontrados indícios de perda do valor recuperável destes bens. Os demais itens do ativo imobilizado, ainda que sujeitos ao teste de *impairment*, são inventariados anualmente e caso não sejam localizados, a perda é registrada em outras despesas operacionais.

Os itens do ativo intangível, *softwares* adquiridos de terceiros, desenvolvidos internamente e licenças de direito de uso, por serem adquiridos/desenvolvidos com o objetivo de atender às necessidades do Banco e adequar o ambiente tecnológico ao modelo de negócios da Instituição, não possuem ativos semelhantes no mercado, inviabilizando a estimativa do seu valor justo líquido da despesa de venda e a obtenção do seu valor em uso torna-se inviável devido ao custo de implementação de métrica que permita o seu cálculo. Portanto, para esses ativos, é feita somente a verificação do seu uso total ou parcial pela Instituição.

No primeiro semestre de 2026, com base em fontes internas e externas de informação, não foram encontrados indícios de descontinuidade/obsolescência total ou parcial dos *softwares* registrados no patrimônio da Instituição.

o. Depósitos a Prazo, de Poupança, Interfinanceiros, Judiciais e Captações no Mercado Aberto, Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário, de Letras de Crédito de Agronegócio e Obrigações por Repasses - As operações prefixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pelas contas de despesas a apropriar e as operações pós-fixadas pelo valor presente, atualizadas pela taxa de juros e variação monetária, “pró-rata” dia, até a data do Balanço. Os compromissos de recompra ou compra de títulos de renda fixa, a preço fixo, estão integralmente lastreados pela carteira própria e por compromisso de revenda ou venda.

p. Apropriação das Rendas de Operações de Crédito, das Despesas de Depósitos, de Letras de Crédito Imobiliário e de Agronegócio e Obrigações por Repasses - As operações ativas e passivas contratadas com encargos prefixados são contabilizadas pelo montante pactuado (principal e encargos), sendo que a contrapartida do montante dos encargos é registrada nas contas retificadoras de “rendas e despesas a apropriar”. Os rendimentos e os

encargos escriturados nas contas retificadoras são apropriados mensalmente às respectivas contas de receitas e despesas efetivas, em razão da fluência dos prazos das operações.

As operações ativas e passivas com rendimentos/encargos postecipados são contabilizadas pelo valor inicial nas contas que registram os direitos e obrigações. Mensalmente, são escriturados nessas contas os juros e os ajustes do principal das operações decorrentes da variação da unidade de correção, a crédito e a débito das respectivas contas de receitas e de despesas efetivas.

q. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias - São reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução n.º 3.823/2009, do Conselho Monetário Nacional.

- **Ativos e Passivos Contingentes** - Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.
- **Ativos Contingentes** - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos Contingentes e Provisões** - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, empregados, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas causas são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As expectativas de perdas para as causas são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Os Depósitos Judiciais em Garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

- **Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias** - Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

Os Exigíveis e os Depósitos Judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

r. Benefícios a Empregados - Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de longo prazo, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do BANESTES relacionados ao complemento de aposentadoria são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CVM n.º 110/2022 (Nota 25).

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (*PBO - Projected Benefit Obligation*), líquido dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, procedido anualmente por atuário independente, no final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ajustes de avaliação atuarial, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

s. Tributos - Calculados às alíquotas a seguir, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente para cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social - Setor Bancário	20,00%
Contribuição Social - Setores Segurador e Distribuidor	15,00%
Contribuição Social - Setores de Corretagens e de Loteria	9,00%
Cofins	4,00%
Cofins - Setor de Corretagens	7,60%
PIS	0,65%
PIS - Setor de Corretagens	1,65%
ISS	De 2,00% até 5,00%

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computados na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei n.º 11.638/2007 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei n.º 12.973/2014.

t. Resultados Recorrentes / Não Recorrentes - A Resolução BCB n.º 2/2020, em seu artigo 34º, estabelece que devem ser evidenciados em notas explicativas os resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. De acordo com a norma, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; e, II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 28.k.

u. Receitas e Despesas de Prestação de Serviços - As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o Sistema Financeiro BANESTES fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a instituição espera receber em troca desses serviços. Um modelo de cinco etapas é aplicado para reconhecimento das receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho do contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento da receita quando as obrigações de desempenho, pactuadas nos contratos com clientes, são satisfeitas. Os custos incrementais e os custos para cumprir contratos com clientes são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	227.337	167.921	227.343	167.962
Aplicações Interfinanceira de Liquidez (*)	3.801.769	5.425.636	3.809.326	5.430.047
Aplicações Voluntárias no Banco Central	551.999	516.999	551.999	516.999
Total	4.581.105	6.110.556	4.588.668	6.115.008

(*) Operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Composição

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Aplicações no Mercado Aberto	3.801.769	5.425.636	3.809.326	5.430.047
Revendas a Liquidar - Posição Bancada	3.801.769	5.425.636	3.809.326	5.430.047
Letras Financeiras do Tesouro	1.558.772	2.229.758	1.566.329	2.229.708
Letras do Tesouro Nacional	1.042.999	994.999	1.042.999	994.999
Notas do Tesouro Nacional	1.199.998	2.200.879	1.199.998	2.205.340
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	960.405	328.325	960.405	328.325
Total Líquido de Provisão para Perdas Esperadas	4.762.174	5.753.961	4.769.731	5.758.372

b. Prazo de Vencimento

	Banestes Múltiplo						
	30/06/2026						
	sem vencto	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Aplicações no Mercado Aberto	-	3.801.769	-	-	-	-	3.801.769
Revendas a Liquidar - Posição Bancada	-	3.801.769	-	-	-	-	3.801.769
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.558.772	-	-	-	-	1.558.772
Letras do Tesouro Nacional	-	1.042.999	-	-	-	-	1.042.999
Notas do Tesouro Nacional	-	1.199.998	-	-	-	-	1.199.998
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	239.945	610.035	-	110.877	-	960.857
Aplicações em Dep. Interf. - Não Ligadas	-	239.945	610.035	-	110.877	-	960.857
Total Bruto	-	4.041.714	610.035	-	110.877	-	4.762.626
Provisão para Perdas Esperadas							(452)
Total Líquido							4.762.174
Total Bruto em 31/12/2025	-	5.425.636	224.570	-	103.909	-	5.754.115
Provisão para Perdas Esperadas em 31/12/2025							(154)
Total Líquido em 31/12/2025							5.753.961

	Banestes Consolidado						
	30/06/2026						
	sem vencto	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Aplicações no Mercado Aberto	-	3.809.381	-	-	-	-	3.809.381
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	-	3.809.381	-	-	-	-	3.809.381
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.566.384	-	-	-	-	1.566.384
Letras do Tesouro Nacional	-	1.042.999	-	-	-	-	1.042.999
Notas do Tesouro Nacional	-	1.199.998	-	-	-	-	1.199.998
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	239.945	610.035	-	110.877	-	960.857
Aplicações em Dep. Interf. - Não Ligadas	-	239.945	610.035	-	110.877	-	960.857
Total Bruto	-	4.049.326	610.035	-	110.877	-	4.770.238
Provisão para Perdas Esperadas							(507)
Total Líquido							4.769.731
Total Bruto em 31/12/2025	-	5.430.097	224.570	-	103.909	-	5.758.576
Provisão para Perdas Esperadas em 31/12/2025							(204)
Total Líquido em 31/12/2025							5.758.372

c. Valor Justo por Níveis

	Banestes Múltiplo							
	30/06/2026				31/12/2025			
	Valor Contábil	Valor Justo			Valor Contábil	Valor Justo		
		Total Valor Justo	Nível 1	Nível 2		Total Valor Justo	Nível 1	Nível 2
Aplicações no Mercado Aberto	3.801.769	3.847.406	3.847.406	-	5.425.636	7.369.551	7.369.551	-
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	3.801.769	3.847.406	3.847.406	-	5.425.636	7.369.551	7.369.551	-
Aplicações em Dep. Interfinanceiros	960.405	960.856	-	960.856	328.325	379.230	-	379.230
Total Líquido de Provisão para Perdas Esperadas	4.762.174	4.808.262	3.847.406	960.856	5.753.961	7.748.781	7.369.551	379.230

	Banestes Consolidado							
	30/06/2026				31/12/2025			
	Valor Contábil	Valor Justo			Valor Contábil	Valor Justo		
		Total Valor Justo	Nível 1	Nível 2		Total Valor Justo	Nível 1	Nível 2
Aplicações no Mercado Aberto	3.809.326	3.855.054	3.855.054	-	5.430.047	7.374.064	7.374.064	-
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	3.809.326	3.855.054	3.855.054	-	5.430.047	7.374.064	7.374.064	-
Aplicações em Dep. Interfinanceiros	960.405	960.856	-	960.856	328.325	379.230	-	379.230
Total Líquido de Provisão para Perdas Esperadas	4.769.731	4.815.910	3.855.054	960.856	5.758.372	7.753.294	7.374.064	379.230

d. Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas	415.118	426.502	416.049	426.546
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	36.526	24.492	36.526	24.492
Rendas de Aplicações Voluntárias no Banco Central	26.671	8.522	26.671	8.522
Total	478.315	459.516	479.246	459.560

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a. Classificação por Categoria e Vencimento

	Banestes Múltiplo				
	30/06/2026				
	Sem vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
VJR - Valor Justo por Meio do Resultado					
Aplicações em Cotas de Fundos - FIDC	-	60.577	145.385	170.257	376.219
Total	-	60.577	145.385	170.257	376.219
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes					
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	79.185	32.266	49.445	160.896
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	-	-	129.350	19.060.531	19.189.881
Total	-	79.185	161.616	19.109.976	19.350.777
Provisão para Perdas Esperadas					(86)
Total - VJORA Líquido					19.350.691
Custo Amortizado					
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	129.868	85.908	-	215.776
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	156.001	699.060	71.261	926.322
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	-	210.554	257.196	-	467.750
Total	-	496.423	1.042.164	71.261	1.609.848
Provisão para Perdas Esperadas					(19.976)
Total - Custo Amortizado Líquido					1.589.872
Total Bruto da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários					21.336.844
Total de Provisão para Perdas Esperadas					(20.062)
Total Líquido da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários					21.316.782

	Banestes Múltiplo				
	31/12/2025				
	Sem vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
VJR - Valor Justo por Meio do Resultado					
Aplicações em Cotas de Fundos - FIDC	-	32.550	213.980	237.829	484.359
Total	-	32.550	213.980	237.829	484.359
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes					
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	209.799	279.563	47.061	536.423
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	-	714.293	3.566.134	10.239.810	14.520.237
Total	-	924.092	3.845.697	10.286.871	15.056.660
Provisão para Perdas Esperadas					(262)
Total - VJORA Líquido					15.056.398
Custo Amortizado					
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	318.431	91.860	-	410.291
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	107.672	745.936	113.280	966.888
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	-	541.933	452.290	-	994.223
Total	-	968.036	1.290.086	113.280	2.371.402
Provisão para Perdas Esperadas					(11.359)
Total - Custo Amortizado Líquido					2.360.043
Total Bruto da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários					17.912.421
Total de Provisão para Perdas Esperadas					(11.621)
Total Líquido da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários					17.900.800

	BANESTES Consolidado				
	30/06/2026				
	Sem vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
VJR - Valor Justo por Meio do Resultado					
Aplicações em Cotas de Fundos - FIDC	-	60.577	178.460	135.933	374.970
Aplicações em Cotas de Fundos - Fundos Abertos	27.655	-	-	-	27.655
Total	27.655	60.577	178.460	135.933	402.625
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes					
Títulos de Dívida Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	79.185	32.266	49.445	160.896
Títulos de Dívida Emissores Públicos - Brasil	-	27.815	129.350	19.106.834	19.263.999
Total	-	107.000	161.616	19.156.279	19.424.895
Provisão para Perdas Esperadas					(86)
Total - VJORA Líquido					19.424.809
Custo Amortizado					
Títulos de Dívida Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	129.868	85.908	-	215.776
Títulos de Dívida Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	156.001	699.060	71.261	926.322
Títulos de Dívida Emissores Públicos - Brasil	-	210.554	257.196	50.246	517.996
Total	-	496.423	1.042.164	121.507	1.660.094
Provisão para Perdas Esperadas					(19.976)
Total - Custo Amortizado Líquido					1.640.118
Total Bruto da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários					21.487.614
Total de Provisão para Perdas Esperadas					(20.062)
Total Líquido da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários					21.467.552

	BANESTES Consolidado				
	31/12/2025				
	Sem vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
VJR - Valor Justo por Meio do Resultado					
Aplicações em Cotas de Fundos - FIDC	-	32.550	298.835	148.525	479.910
Aplicações em Cotas de Fundos - Fundos Abertos	33.358	-	-	-	33.358
Total	33.358	32.550	298.835	148.525	513.268
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes					
Títulos de Dívida Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	209.799	279.563	47.061	536.423
Títulos de Dívida Emissores Públicos - Brasil	-	714.293	3.601.131	10.286.870	14.602.294
Total	-	924.092	3.880.694	10.333.931	15.138.717
Provisão para Perdas Esperadas					(262)
Total - VJORA Líquido					15.138.455
Custo Amortizado					
Títulos de Dívida Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	318.431	91.860	-	410.291
Títulos de Dívida Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	107.672	745.936	113.280	966.888
Títulos de Dívida Emissores Públicos - Brasil	-	541.933	452.290	48.797	1.043.020
Total	-	968.036	1.290.086	162.077	2.420.199
Provisão para Perdas Esperadas					(11.359)
Total - Custo Amortizado Líquido					2.408.840
Total Bruto da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários					18.072.184
Total de Provisão para Perdas Esperadas					(11.621)
Total Líquido da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários					18.060.563

b. Composição do Saldo por Estágio de Risco

	Banestes Múltiplo			
	30/06/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes				
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	145.054	15.842	-	160.896
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	19.189.881	-	-	19.189.881
Total	19.334.935	15.842	-	19.350.777
Provisão para Perdas Esperadas	(70)	(16)	-	(86)
Total - VJORA Líquido	19.334.865	15.826	-	19.350.691
Custo Amortizado				
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	215.776	-	-	215.776
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	889.431	-	36.891	926.322
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	467.750	-	-	467.750
Total	1.572.957	-	36.891	1.609.848
Provisão para Perdas Esperadas	(519)	-	(19.457)	(19.976)
Total - Custo Amortizado Líquido	1.572.438	-	17.434	1.589.872
Total Líquido (VJORA e Custo Amortizado)				20.940.563

	Banestes Múltiplo			
	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes				
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	536.423	-	-	536.423
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	14.520.237	-	-	14.520.237
Total	15.056.660	-	-	15.056.660
Provisão para Perdas Esperadas	(262)	-	-	(262)
Total - VJORA Líquido	15.056.398	-	-	15.056.398
Custo Amortizado				
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	410.291	-	-	410.291
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	950.800	-	16.088	966.888
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	994.223	-	-	994.223
Total	2.355.314	-	16.088	2.371.402
Provisão para Perdas Esperadas	(640)	-	(10.719)	(11.359)
Total - Custo Amortizado Líquido	2.354.674	-	5.369	2.360.043
Total Líquido (VJORA e Custo Amortizado)				17.416.441

	Banestes Consolidado			
	30/06/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes				
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	145.054	15.842	-	160.896
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	19.263.999	-	-	19.263.999
Total	19.409.053	15.842	-	19.424.895
Provisão para Perdas Esperadas	(70)	(16)	-	(86)
Total - VJORA Líquido	19.408.983	15.826	-	19.424.809
Custo Amortizado				
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	215.776	-	-	215.776
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	889.431	-	36.891	926.322
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	517.996	-	-	517.996
Total	1.623.203	-	36.891	1.660.094
Provisão para Perdas Esperadas	(519)	-	(19.457)	(19.976)
Total - Custo Amortizado Líquido	1.622.684	-	17.434	1.640.118
Total Líquido (VJORA e Custo Amortizado)				21.064.927

	Banestes Consolidado			
	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes				
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	536.423	-	-	536.423
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	14.602.294	-	-	14.602.294
Total	15.138.717	-	-	15.138.717
Provisão para Perdas Esperadas	(262)	-	-	(262)
Total - VJORA Líquido	15.138.455	-	-	15.138.455
Custo Amortizado				
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	410.291	-	-	410.291
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	950.800	-	16.088	966.888
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	1.043.020	-	-	1.043.020
Total	2.404.111	-	16.088	2.420.199
Provisão para Perdas Esperadas	(640)	-	(10.719)	(11.359)
Total - Custo Amortizado Líquido	2.403.471	-	5.369	2.408.840
Total Líquido (VJORA e Custo Amortizado)				17.547.295

c. Valor Justo por Níveis

	Banestes Múltiplo				
	30/06/2026				
	Valor contábil	Valor Justo			Total Valor Justo
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
VJR - Valor Justo por Meio do Resultado	376.219	-	376.219	-	376.219
Aplicações em Cotas de Fundos - FIDC	376.219	-	376.219	-	376.219
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	19.350.691	19.350.691	-	-	19.350.691
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	160.810	160.810	-	-	160.810
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	19.189.881	19.189.881	-	-	19.189.881
Custo Amortizado	1.589.872	772.713	784.776	-	1.557.489
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	215.675	-	217.078	-	217.078
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	906.447	354.150	547.284	-	901.434
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	467.750	418.563	20.414	-	438.977
Total	21.316.782	20.123.404	1.160.995	-	21.284.399

	Banestes Múltiplo				
	31/12/2025				
	Valor contábil	Valor Justo			Total Valor Justo
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
VJR - Valor Justo por Meio do Resultado	484.359	-	484.359	-	484.359
Aplicações em Cotas de Fundos - FIDC	484.359	-	484.359	-	484.359
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	15.056.398	15.056.398	-	-	15.056.398
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	536.161	536.161	-	-	536.161
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	14.520.237	14.520.237	-	-	14.520.237
Custo Amortizado	2.360.043	1.762.581	547.162	-	2.309.743
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	410.099	-	415.617	-	415.617
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	955.721	838.903	110.686	-	949.589
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	994.223	923.678	20.859	-	944.537
Total	17.900.800	16.818.979	1.031.521	-	17.850.500

	Banestes Consolidado				
	30/06/2026				
	Valor contábil	Valor Justo			Total Valor Justo
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
VJR - Valor Justo por Meio do Resultado	402.625	-	402.625	-	402.625
Aplicações em Cotas de Fundos - FIDC	374.970	-	374.970	-	374.970
Aplicações em Cotas de Fundos - Fundos Abertos	27.655	-	27.655	-	27.655
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	19.424.809	19.424.809	-	-	19.424.809
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	160.810	160.810	-	-	160.810
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	19.263.999	19.263.999	-	-	19.263.999
Custo Amortizado	1.640.118	822.959	784.776	-	1.607.735
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	215.675	-	217.078	-	217.078
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	906.447	354.150	547.284	-	901.434
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	517.996	468.809	20.414	-	489.223
Total	21.467.552	20.247.768	1.187.401	-	21.435.169

	Banestes Consolidado				
	31/12/2025				
	Valor contábil	Valor Justo			Total Valor Justo
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
VJR - Valor Justo por Meio do Resultado	513.268	-	513.268	-	513.268
Aplicações em Cotas de Fundos - FIDC	479.910	-	479.910	-	479.910
Aplicações em Cotas de Fundos - Fundos Abertos	33.358	-	33.358	-	33.358
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	15.138.455	15.138.455	-	-	15.138.455
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	536.161	536.161	-	-	536.161
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	14.602.294	14.602.294	-	-	14.602.294
Custo Amortizado	2.408.840	1.811.378	547.162	-	2.358.540
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	410.099	-	415.617	-	415.617
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	955.721	838.903	110.686	-	949.589
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	1.043.020	972.475	20.859	-	993.334
Total	18.060.563	16.949.833	1.060.430	-	18.010.263

d. Ganhos e Perdas não Realizados

Os valores relativos a Títulos e Valores Mobiliários mensurados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Próprios e de Controladas, contabilizados no Patrimônio Líquido, foram os seguintes:

Ajuste a Valor de Mercado VJORA	Saldo Anterior	Ganhos no Período	Perdas no Período	Impostos no Período	PDD VJORA	Saldo em 30/06/2026	Saldo em 30/06/2025
		Não Realizado					
Próprios	(15.185)	(4.065)	(32.795)	16.666	(175)	(35.554)	(12.769)
De Controladas	(6.186)	983	(2.409)	-	-	(7.612)	(5.623)
Total	(21.371)	(3.082)	(35.204)	16.666	(175)	(43.166)	(18.392)

No primeiro semestre de 2026 foi transferido para Resultado por Alienação o montante de R\$ 9.196 (R\$ 1.887 em 2025).

e. Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

No primeiro semestre de 2026 e no exercício de 2025 não ocorreram reclassificações nas categorias de Títulos e Valores Mobiliários.

f. Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	1.200.240	1.008.839	1.208.400	1.016.318
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	32.355	36.851	67.633	40.139
Lucros com Títulos de Renda Fixa	10.735	1.851	10.735	1.851
Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	(1.599)	(519)	(35.779)	(1.324)
Recuperação de Títulos Baixados como Prejuízo	-	-	1.233	-
Total	1.241.731	1.047.022	1.252.222	1.056.984

g. Derivativos

O Banestes opera com instrumentos financeiros derivativos para administrar suas exposições a riscos de mercado associados à variação da taxa de juros.

São contratos de *swap* de taxa de juros, em que são acordadas com contrapartes instituições financeiras, externas ao grupo, a troca de rentabilidade futura (de pré-fixada para pós-fixada, ou o inverso) aplicada sobre um valor referencial (“nacional”).

Atualmente há apenas um contrato vigente, firmado para permitir o amadurecimento dos processos relacionados.

A operação não está designada como *hedge* contábil.

g.1 Por Indexador, valor de nominal, valor de mercado e vencimento (Valores em reais)

	Banestes Múltiplo			
	30/06/2026			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Swap - taxa de juros				
Valor de referência	100.000,00	-	-	100.000,00
Nível 2 de valor justo				
Valor Justo - Posição ativa	8,96	-	-	8,96
Valor Justo - Posição passiva	-	-	-	-

g.2 Receitas e despesas líquidas (Valores em reais)

	Banestes Múltiplo
	30/06/2026
Swap	166,36

7. DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL E RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a. Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil

	Banestes Múltiplo e Consolidado		
	Forma de Remuneração	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos no Banco Central do Brasil			
Depósitos à Vista e outros Recursos	Sem Remuneração	22.815	101.048
Depósitos de Poupança	Índice Poupança	945.449	941.911
Exigibilidade - Crédito Imobiliário	80% - Índice Poupança	106.754	-
Pagamentos Instantâneos - PIX	Sem Remuneração	27.565	190.385
Aplicações Voluntárias no Banco Central	SELIC	551.999	517.000
Total		1.654.582	1.750.344

b. Relações Interfinanceiras

	Banestes Múltiplo e Consolidado		
	Forma de Remuneração	30/06/2026	31/12/2025
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	Sem Remuneração	12.678	3.713
Sistema Financeiro da Habitação		93.738	94.932
SFH - FGTS a Ressarcir	Índice Poupança	2.178	2.862
SFH - Fundo de Compens. das Variações Salariais	TR + Juros	103.274	103.784
Provisão para Perdas com FCVS	Sem Remuneração	(11.714)	(11.714)
Correspondentes	Sem Remuneração	7.910	6.414
Total		114.326	105.059

c. Resultado das Aplicações Compulsórias

	Banestes Múltiplo e Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central do Brasil	36.881	35.684
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	1	2
Total	36.882	35.686

8. CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITOS

a. Vencimento e Direcionamento dos Créditos

	Banestes Múltiplo e Consolidado									
	30/06/2026					31/12/2025				
	Prestações Vencidas	Prestações a Vencer			Total	Prestações Vencidas	Prestações a Vencer			Total
	A partir de 1 dia	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos		A partir de 1 dia	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Cartões	68.243	672.430	139	-	740.812	61.958	679.702	269	-	741.929
Comercial	67.467	1.506.385	1.757.426	131.844	3.463.122	58.261	1.516.476	1.394.572	519.359	3.488.668
Imobiliário	2.078	135.865	517.360	2.089.260	2.744.563	1.901	133.806	262.488	2.382.236	2.780.431
Industrial	706	30.739	95.751	4.198	131.394	72	9.591	38.633	31.907	80.203
Pessoal - Consignado	13.006	746.945	1.836.218	1.292.943	3.889.112	9.639	689.520	1.056.007	1.964.297	3.719.463
Pessoal - Não Consignado	12.081	163.287	179.600	9.363	364.331	12.257	157.182	137.432	59.151	366.022
Reestruturação	13.675	72.275	151.392	53.994	291.336	18.919	74.222	98.135	104.593	295.869
Rural	10.776	733.096	503.260	79.704	1.326.836	8.320	666.301	346.115	223.524	1.244.260
Total	188.032	4.061.022	5.041.146	3.661.306	12.951.506	171.327	3.926.800	3.333.651	5.285.067	12.716.845
Provisão para Perdas Esperadas					(491.471)					(501.468)
Total Líquido					12.460.035					12.215.377

b. Reconciliação do Saldo Contábil Bruto de Operações de Crédito por Estágio de Risco

Estágio 1	Banestes Múltiplo e Consolidado						
	30/06/2026						
	Saldo inicial	Transferido para Estágio 2	Transferido para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	636.979	(46.909)	(4.226)	13.811	-	25.882	625.537
Comercial	2.534.242	(208.263)	(27.800)	461.516	822	121.225	2.881.742
Imobiliário	2.676.482	(58.165)	(6.668)	30.893	-	(28.707)	2.613.835
Industrial	75.821	(1.933)	-	142	-	51.597	125.627
Pessoal - Consignado	3.634.425	(57.824)	(13.731)	30.018	715	197.546	3.791.149
Pessoal - Não Consignado	283.022	(35.582)	(1.839)	15.177	-	24.132	284.910
Reestruturação	-	-	-	-	-	-	-
Rural	1.098.698	(81.965)	(1.055)	44.741	-	103.037	1.163.456
Total	10.939.669	(490.641)	(55.319)	596.298	1.537	494.712	11.486.256

Estágio 2	Saldo inicial	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	59.072	(13.811)	(26.570)	46.909	1.918	1.752	69.270
Comercial	820.040	(461.516)	(134.625)	208.263	10.722	(67.887)	374.997
Imobiliário	72.998	(30.893)	(10.862)	58.165	7.466	(3.920)	92.954
Industrial	3.959	(142)	(3.938)	1.933	-	(15)	1.797
Pessoal - Consignado	30.635	(30.018)	(29.389)	57.824	1.788	(1.284)	29.556
Pessoal - Não Consignado	66.166	(15.177)	(13.824)	35.582	1.068	(15.650)	58.165
Reestruturação	121.004	-	(21.246)	-	19.951	(15.318)	104.391
Rural	140.715	(44.741)	(7.156)	81.965	2.306	(16.897)	156.192
Total	1.314.589	(596.298)	(247.610)	490.641	45.219	(119.219)	887.322

Estágio 3	Saldo inicial	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	45.878	-	(1.918)	4.226	26.570	(28.751)	46.005
Comercial	134.386	(822)	(10.722)	27.800	134.625	(78.884)	206.383
Imobiliário	30.951	-	(7.466)	6.668	10.862	(3.241)	37.774
Industrial	423	-	-	-	3.938	(391)	3.970
Pessoal - Consignado	54.403	(715)	(1.788)	13.731	29.389	(26.613)	68.407
Pessoal - Não Consignado	16.834	-	(1.068)	1.839	13.824	(10.173)	21.256
Reestruturação	174.865	-	(19.951)	-	21.246	10.785	186.945
Rural	4.847	-	(2.306)	1.055	7.156	(3.564)	7.188
Total	462.587	(1.537)	(45.219)	55.319	247.610	(140.832)	577.928

Total dos 3 Estágios	Saldo inicial	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	741.929	(1.117)	740.812
Comercial	3.488.668	(25.546)	3.463.122
Imobiliário	2.780.431	(35.868)	2.744.563
Industrial	80.203	51.191	131.394
Pessoal - Consignado	3.719.463	169.649	3.889.112
Pessoal - Não Consignado	366.022	(1.691)	364.331
Reestruturação	295.869	(4.533)	291.336
Rural	1.244.260	82.576	1.326.836
Total	12.716.845	234.661	12.951.506

Estágio 1	Banestes Múltiplo e Consolidado						
	31/12/2025						
	Saldo inicial	Transferido para Estágio 2	Transferido para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	557.817	(112.550)	(11.667)	104.587	51	98.741	636.979
Comercial	2.515.769	(859.064)	(55.241)	258.702	70.637	603.439	2.534.242
Imobiliário	2.775.936	(87.624)	(23.973)	47.857	-	(35.714)	2.676.482
Industrial	5.096	(4.479)	(423)	-	-	75.627	75.821
Pessoal - Consignado	3.307.366	(86.166)	(16.113)	27.142	12	402.184	3.634.425
Pessoal - Não Consignado	284.369	(98.826)	(2.941)	33.907	-	66.513	283.022
Reestruturação	-	-	-	-	-	-	-
Rural	770.676	(205.445)	(569)	47.657	284	486.095	1.098.698
Total	10.217.029	(1.454.154)	(110.927)	519.852	70.984	1.696.885	10.939.669

Estágio 2	Saldo inicial	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	95.140	(104.587)	(50.131)	112.550	4.016	2.084	59.072
Comercial	616.179	(258.702)	(155.883)	859.064	20.862	(261.480)	820.040
Imobiliário	37.745	(47.857)	(22.644)	87.624	21.047	(2.917)	72.998
Industrial	-	-	-	4.479	-	(520)	3.959
Pessoal - Consignado	17.418	(27.142)	(49.441)	86.166	5.718	(2.084)	30.635
Pessoal - Não Consignado	47.071	(33.907)	(20.957)	98.826	1.253	(26.120)	66.166
Reestruturação	-	-	(5.533)	-	119.588	6.949	121.004
Rural	91.178	(47.657)	(9.503)	205.445	2.593	(101.341)	140.715
Total	904.731	(519.852)	(314.092)	1.454.154	175.077	(385.429)	1.314.589

Estágio 3	Saldo inicial	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	31.072	(51)	(4.016)	11.667	50.131	(42.925)	45.878
Comercial	195.572	(70.637)	(20.862)	55.241	155.883	(180.811)	134.386
Imobiliário	14.414	-	(21.047)	23.973	22.644	(9.033)	30.951
Industrial	-	-	-	423	-	-	423
Pessoal - Consignado	49.296	(12)	(5.718)	16.113	49.441	(54.717)	54.403
Pessoal - Não Consignado	13.648	-	(1.253)	2.941	20.957	(19.459)	16.834
Reestruturação	326.386	-	(119.588)	-	5.533	(37.466)	174.865
Rural	3.493	(284)	(2.593)	569	9.503	(5.841)	4.847
Total	633.881	(70.984)	(175.077)	110.927	314.092	(350.252)	462.587

Total dos 3 Estágios	Saldo inicial	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	684.029	57.900	741.929
Comercial	3.327.520	161.148	3.488.668
Imobiliário	2.828.095	(47.664)	2.780.431
Industrial	5.096	75.107	80.203
Pessoal - Consignado	3.374.080	345.383	3.719.463
Pessoal - Não Consignado	345.088	20.934	366.022
Reestruturação	326.386	(30.517)	295.869
Rural	865.347	378.913	1.244.260
Total	11.755.641	961.204	12.716.845

c. Reconciliação do Saldo de Perdas Esperadas de Operações de Crédito por Estágio de Risco

Estágio 1	Banestes Múltiplo e Consolidado						
	30/06/2026						
	Saldo inicial	Transferido para Estágio 2	Transferido para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	3.807	(589)	(79)	185	-	82	3.406
Comercial	45.286	(5.202)	(1.205)	15.109	397	(10.461)	43.924
Imobiliário	12.796	(2.774)	(313)	1.158	-	(2.297)	8.570
Industrial	1.103	(15)	-	1	-	3.806	4.895
Pessoal - Consignado	33.270	(1.238)	(390)	739	577	3.205	36.163
Pessoal - Não Consignado	6.778	(1.654)	(164)	701	-	(3.834)	1.827
Reestruturação	-	-	-	-	-	-	-
Rural	9.863	(1.290)	(103)	467	-	2.252	11.189
Total	112.903	(12.762)	(2.254)	18.360	974	(7.247)	109.974

Estágio 2	Saldo inicial	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	1.700	(185)	(1.209)	589	1.494	(319)	2.070
Comercial	37.927	(15.109)	(9.706)	5.202	5.148	(1.054)	22.408
Imobiliário	5.329	(1.158)	(866)	2.774	2.841	(4.733)	4.187
Industrial	456	(1)	(234)	15	-	(75)	161
Pessoal - Consignado	928	(739)	(935)	1.238	1.413	(9)	1.896
Pessoal - Não Consignado	6.675	(701)	(2.481)	1.654	756	(2.184)	3.719
Reestruturação	13.236	-	(2.294)	-	13.019	(16.719)	7.242
Rural	6.307	(467)	(658)	1.290	1.538	(2.030)	5.980
Total	72.558	(18.360)	(18.383)	12.762	26.209	(27.123)	47.663

Estágio 3	Saldo inicial	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	41.649	-	(1.494)	79	1.209	657	42.100
Comercial	78.100	(397)	(5.148)	1.205	9.706	23.390	106.856
Imobiliário	9.858	-	(2.841)	313	866	4.438	12.634
Industrial	408	-	-	-	234	1.428	2.070
Pessoal - Consignado	48.432	(577)	(1.413)	390	935	2.672	50.439
Pessoal - Não Consignado	13.688	-	(756)	164	2.481	23	15.600
Reestruturação	119.825	-	(13.019)	-	2.294	(9.930)	99.170
Rural	4.047	-	(1.538)	103	658	1.695	4.965
Total	316.007	(974)	(26.209)	2.254	18.383	24.373	333.834

Total dos 3 Estágios	Saldo inicial	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	47.156	420	47.576
Comercial	161.313	11.875	173.188
Imobiliário	27.983	(2.592)	25.391
Industrial	1.967	5.159	7.126
Pessoal - Consignado	82.630	5.868	88.498
Pessoal - Não Consignado	27.141	(5.995)	21.146
Reestruturação	133.061	(26.649)	106.412
Rural	20.217	1.917	22.134
Total	501.468	(9.997)	491.471

Estágio 1	Banestes Múltiplo e Consolidado						
	31/12/2025						
	Saldo inicial	Transferido para Estágio 2	Transferido para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	5.814	(7.293)	(15.479)	1.031	7	19.727	3.807
Comercial	40.493	(12.218)	(4.559)	2.076	5.544	13.950	45.286
Imobiliário	28.761	(4.562)	(5.368)	1.114	-	(7.149)	12.796
Industrial	56	(1)	(4)	-	-	1.052	1.103
Pessoal - Consignado	91.815	(2.573)	(3.771)	232	8	(52.441)	33.270
Pessoal - Não Consignado	13.494	(9.768)	(3.645)	1.659	4.433	605	6.778
Reestruturação	-	-	-	-	-	-	-
Rural	19.112	(7.352)	(41)	2.052	153	(4.061)	9.863
Total	199.545	(43.767)	(32.867)	8.164	10.145	(28.317)	112.903

Estágio 2	Saldo inicial	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	2.520	(1.031)	(51.213)	7.293	2.841	41.290	1.700
Comercial	1.483	(2.076)	(4.848)	12.218	1.583	29.566	37.926
Imobiliário	1.442	(1.114)	(4.423)	4.562	6.303	(1.441)	5.329
Industrial	-	-	-	1	-	455	456
Pessoal - Consignado	117	(232)	(9.074)	2.573	3.945	3.599	928
Pessoal - Não Consignado	9.994	(1.659)	(27.820)	9.768	9.086	7.307	6.676
Reestruturação	-	-	(778)	-	66.750	(52.736)	13.236
Rural	4.700	(2.052)	(2.539)	7.352	1.557	(2.711)	6.307
Total	20.256	(8.164)	(100.695)	43.767	92.065	25.329	72.558

Estágio 3	Saldo inicial	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	28.404	(7)	(2.841)	15.479	51.213	(50.599)	41.649
Comercial	85.420	(5.544)	(1.583)	4.559	4.848	(9.599)	78.101
Imobiliário	5.775	-	(6.303)	5.368	4.423	595	9.858
Industrial	-	-	-	4	-	404	408
Pessoal - Consignado	45.361	(8)	(3.945)	3.771	9.074	(5.821)	48.432
Pessoal - Não Consignado	7.768	(4.433)	(9.086)	3.645	27.820	(12.027)	13.687
Reestruturação	200.275	-	(66.750)	-	778	(14.478)	119.825
Rural	2.569	(153)	(1.557)	41	2.539	608	4.047
Total	375.572	(10.145)	(92.065)	32.867	100.695	(90.917)	316.007

Total dos 3 Estágios	Saldo inicial	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	36.738	10.418	47.156
Comercial	127.396	33.917	161.313
Imobiliário	35.978	(7.995)	27.983
Industrial	56	1.911	1.967
Pessoal - Consignado	137.293	(54.663)	82.630
Pessoal - Não Consignado	31.256	(4.115)	27.141
Reestruturação	200.275	(67.214)	133.061
Rural	26.381	(6.164)	20.217
Total	595.373	(93.905)	501.468

d. Concentração dos Créditos

	Banestes Múltiplo e Consolidado			
	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor	% da Carteira	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	722.223	5,6	733.970	5,8
50 Seguintes Maiores Devedores	994.494	7,7	1.021.201	8,0
100 Seguintes Maiores Devedores	696.390	5,3	736.440	5,8
Demais Devedores	10.538.399	81,4	10.225.234	80,4
Total da Carteira	12.951.506	100,0	12.716.845	100,0

e. Operações de Crédito Reestruturadas

	Banestes Múltiplo e Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	295.869	326.386
Reestruturação/Liquidação/Amortização	(4.533)	(30.517)
Saldo final	291.336	295.869
Provisão para perdas esperadas	(106.412)	(133.061)
Total de operações de crédito reestruturadas líquido de perdas esperadas	184.924	162.808
Percentual de perda esperada sobre operações de crédito reestruturadas	36,53%	44,97%
Percentual de operações de crédito reestruturadas em relação ao total da carteira de crédito (bruto)	2,25%	2,33%
Percentual de operações de crédito reestruturadas em relação ao total da carteira de crédito (líquido)	1,48%	1,33%

f. Rendas de Operações de Crédito

	Banestes Múltiplo e Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.080	1.056
Rendas de Empréstimos	807.248	726.046
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	8.630	8.440
Rendas de Financiamentos	29.679	20.876
Rendas de Financiamentos a Exportação	12.204	15.209
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. Livres	387	111
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. Obrigatórias	23.844	12.319
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Rec. Direcionado de LCA	37.285	26.923
Rendas de Financiamentos Rurais - Fontes Públicas	9.663	8.335
Rendas de Financiamentos de Empreend. Imobiliários	140.008	144.492
Receitas de Equalização de Taxa de Juros	453	-
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	30.383	38.078
Rendas de Outras Operações com Característica de Crédito	450	617
Total	1.101.314	1.002.502

g. Movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Crédito e Outros Créditos com Características de Concessão de Créditos

	Banestes Múltiplo e Consolidado							
	30/06/2026				30/06/2025			
	Saldo inicial	Efeito líquido no Resultado	Transferência para Prejuízo	Saldo final	Saldo inicial	Efeito líquido no Resultado	Transferência para Prejuízo	Saldo final
Cartões	(47.156)	(26.897)	26.477	(47.576)	(36.738)	(21.429)	17.371	(40.796)
Comercial	(161.313)	(64.820)	52.945	(173.188)	(127.396)	(36.928)	45.334	(118.990)
Imobiliário	(27.983)	1.284	1.308	(25.391)	(35.978)	(5.022)	1.666	(39.334)
Industrial	(1.967)	(5.581)	422	(7.126)	(56)	(75)	-	(131)
Pessoal - Consignado	(82.630)	(30.979)	25.111	(88.498)	(137.293)	(28.045)	29.125	(136.213)
Pessoal - Não Consignado	(27.141)	(5.792)	11.787	(21.146)	(31.256)	(8.944)	11.006	(29.194)
Reestruturação	(133.061)	(8.073)	34.722	(106.412)	(200.275)	16.196	32.900	(151.179)
Rural	(20.217)	(3.815)	1.898	(22.134)	(26.381)	1.548	460	(24.373)
Total	(501.468)	(144.673)	154.670	(491.471)	(595.373)	(82.699)	137.862	(540.210)

9. CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Os financiamentos imobiliários no montante de R\$ 2.735.349 (R\$ 2.770.531 em 31/12/2025) são efetuados de acordo com as normas do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI). As operações são garantidas por hipoteca em 1º grau ou por alienação fiduciária dos imóveis financiados e contam com seguros que cobrem riscos de morte e invalidez permanente do devedor e danos físicos do imóvel financiado. As apropriações das receitas são efetuadas de acordo com a periodicidade de capitalização prevista contratualmente.

Esse montante encontra-se segregado da seguinte forma:

- a. Operações contratadas de acordo com as normas do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, totalizam um montante de R\$ 2.056.789 (R\$ 2.076.689 em 31/12/2025);
- b. As operações contratadas no âmbito do Sistema de Financiamento Imobiliário - SFI, totalizam um montante de R\$ 678.560 (R\$ 693.842 em 31/12/2025).

As liquidações antecipadas e os saldos remanescentes ao término do prazo contratual na Carteira de Crédito Imobiliário, cobertas pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), estão apresentados sob o título de Créditos Vinculados - SFH - Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, na rubrica Relações Interfinanceiras, e montam R\$ 103.274 (R\$ 103.784 em 31/12/2025). Em 30 de junho de 2026 encontra-se provisionado o valor de R\$ 11.714 (R\$ 11.714 em 31/12/2025), com objetivo de cobrir perdas decorrentes de contratos que poderiam ser inabilitados pelo administrador do FCVS.

Os créditos junto ao FCVS assumidos pela União (Lei n.º 10.150/2000) serão convertidos em títulos federais com retorno no prazo de 30 (trinta) anos, sempre contados a partir de 01/01/1997, com pagamento mensal de juros (6,17% a.a., para contratos com recursos próprios, e 3,12% a.a., com recursos do FGTS) a partir de 01/01/2005, e pagamento de principal a partir de 01/01/2009, com prestações calculadas pelo Sistema de Amortização Constante - SAC.

10. OUTROS ATIVOS

a. Outros Ativos Financeiros e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Circulante	630.164	639.830	716.074	716.570
Valores a Receber Relativos a Transações de Pagamento	613.926	620.585	613.926	620.585
Rendas a Receber	18.124	21.300	3.188	3.009
Títulos e Créd. a Receber - Com Carac. Conc. Crédito	2.156	2.340	2.156	2.340
Provisão para Perdas de Outros Ativos Financeiros	(4.042)	(4.395)	(4.042)	(4.395)
Prêmios de Seguros a Receber	-	-	74.559	67.199
Créditos de Operações de Resseguros	-	-	26.287	27.832
Não Circulante	6.464	7.340	6.464	7.340
Títulos e Créd. a Receber - Com Carac. Conc. Crédito	7.059	7.559	7.059	7.559
Provisão para Perdas de Outros Ativos Financeiros	(595)	(219)	(595)	(219)

b. Outros Ativos (Não Financeiros)

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Circulante	203.609	242.742	233.328	268.774
Adiantamentos ao FGC	25.307	-	25.307	-
Adiantamentos e Antecipações Salariais	13.224	5.072	14.368	7.234
Devedores por Depósitos em Garantia:	30.606	25.672	30.606	25.672
* Para Interposição de Recursos Fiscais: (1)	16.038	15.343	16.038	15.343
INSS - Diversas NFLD	16.038	15.343	16.038	15.343
* Para Interposição de Recursos Trabalhistas	7.722	8.002	7.722	8.002
* Outros Depósitos Judiciais	6.846	2.327	6.846	2.327
Impostos e Contribuições a Compensar:	12.032	61.086	12.745	61.319
* Antecipações de CSLL não Compensados no Próprio Exercício	-	-	3	-
* Outros Impostos e Contribuições a Compensar	12.032	61.086	12.742	61.319
Pagamentos a Ressarcir	11.147	12.983	38.994	36.507
Participações pagas Antecipadamente	228	19.026	228	19.026
Devedores Diversos - País	85.263	94.068	85.270	94.069
Valores a Receber em Op. Subsid. ou Subvencionadas	61	-	61	-
Valores a Receber de Sociedade Ligadas	-	-	-	110
Outros	25.741	24.835	25.749	24.837
Não Circulante	347.774	198.221	358.969	208.823
Adiantamentos ao FGC	97.011	-	97.011	-
Devedores por Depósitos em Garantia:	152.746	174.499	163.692	184.852
* Para Interposição de Recursos Fiscais: (1)	84.793	82.293	92.817	90.131
INSS - Diversas NFLD	41.439	40.374	48.984	47.752
IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/1991	39.876	38.576	39.876	38.576
Outros Depósitos para Interposição Fiscal	3.478	3.343	3.957	3.803
* Para Interposição de Recursos Trabalhistas	35.941	37.341	36.090	37.484
* Outros Depósitos Judiciais	32.012	54.865	34.785	57.237
Impostos e Contribuições a Compensar:	64.379	17	64.628	266
* Antecipações de IRPJ não Compensados no Próprio Exercício	35.103	-	35.103	-
* Antecipações de CSLL não Compensados no Próprio Exercício	29.251	-	29.251	-
* Créditos Oriundos de Decisões Transitadas em Julgado (2)	-	-	249	249
* Outros Impostos e Contribuições a Compensar	25	17	25	17
Pagamentos a Ressarcir	2.147	323	2.147	323
Títulos e Créd. a Receber - sem Carac. Conc. Crédito	6.669	5.120	6.669	5.120
Devedores Diversos - País	27.435	20.875	27.435	20.875
Provisão para Outros Créditos s/ Caract. de Concessão de Crédito	(2.613)	(2.613)	(2.613)	(2.613)

(1) Vide descrição de Processos Judiciais na Nota Explicativa n.º 23;

(2) Está registrado em Impostos e Contribuições a Compensar no Ativo Não Circulante, no BANESTES Consolidado, o valor de R\$ 249, relativo ao saldo do crédito ainda não homologado pela Receita Federal, oriundos do PIS com base na declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis n.os 2.445/1988 e 2.449/1988, proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário n.º 1487452/RJ, bem como com base na Resolução n.º 49/1995 do Senado Federal. Afastados os Decretos-Leis n.º 2.445/1988 e 2.449/1988, foi aplicada a Lei Complementar n.º 7/70 (instituidora do PIS), eis que, após o advento da Constituição Federal de 1988, ficou vedado o tratamento desigual entre empresas públicas e privadas. Esta ação transitou em julgado em 14/06/2007. Em 24/03/2008 foi deferido o pedido de habilitação do crédito junto à DEINF/RFB/RJ e o BANESTES Múltiplo já utilizou todo o crédito.

11. OUTROS VALORES E BENS

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Circulante	41.317	45.524	82.113	85.560
Outros Valores e Bens	7.946	8.804	21.968	22.640
Material em Estoque	2.651	2.413	3.613	3.532
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos	5.295	6.391	18.355	19.108
Veículos	32	197	13.092	12.914
Imóveis Habitacionais	2.002	2.339	2.002	2.339
Outros Imóveis	3.261	3.855	3.261	3.855
Despesas Antecipadas	33.371	36.720	34.364	37.652
Custos de Aquisição Diferidos	-	-	25.781	25.268
Não Circulante	55.109	63.935	57.191	65.620
Outros Valores e Bens	38.609	38.435	38.870	38.696
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos	38.609	38.435	38.870	38.696
Imóveis Habitacionais	11.347	11.091	11.347	11.091
Outros Imóveis	27.718	27.800	27.718	27.800
Outros Investimentos	17	17	278	278
Prov. p/ Desvalorização de Ativos Não Fin. Mant. p/ Venda - Recebidos	(473)	(473)	(473)	(473)
Despesas Antecipadas	16.500	25.500	16.500	25.500
Custos de Aquisição Diferidos	-	-	1.821	1.424

12. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS NO PAÍS

	Banestes Múltiplo	
	30/06/2026	30/06/2025
Saldo no início do período	464.113	381.598
Aumento de Capital de Controladas	825	-
Resultado de Participações em Controladas	61.152	47.996
Ajuste T.V.M. no Patrimônio Líquido das Controladas	(1.426)	1.344
Ajuste Adoção Inicial Res. nº. 4.966 no Patrimônio Líquido das Controladas	-	(27)
Dividendos	(14.766)	(11.553)
Saldo no fim do período	509.898	419.358

Principais dados relativos às sociedades e fundo controlados:

	BANESTES Seguros S.A.	BANESTES Asset Management	BANESTES Adm. Cor. de Seg., Prev. e Capitaliz. Ltda.	BANESTES Loteria S.A.	Fundo BANESTES FIC MEZA	Total
Capital Realizado Atualizado (*)						
30 de junho de 2026	186.326	150.462	98.000	2.825	91.150	528.763
31 de dezembro de 2025	186.326	150.462	58.000	2.000	91.150	487.938
Patrimônio Líquido Ajustado						
30 de junho de 2026	258.290	251.547	144.207	62	34.324	688.430
31 de dezembro de 2025	239.543	224.313	117.610	257	89.305	671.028
Quantidade Ações Ordinárias/Cotas possuídas (mil)						
30 de junho de 2026	1.436	1.832	98.000	2.825	91	104.184
31 de dezembro de 2025	1.436	1.832	58.000	2.000	91	63.359
Percentual de Participação						
30 de junho de 2026	100,00	100,00	99,99	100,00	100,00	-
31 de dezembro de 2025	100,00	100,00	99,99	100,00	100,00	-
Lucro Líquido acumulado em						
30 de junho de 2026	26.455	35.717	26.597	(1.020)	4.019	91.768
30 de junho de 2025	17.506	31.141	21.916	(601)	5.409	75.371
Saldo das Operações em Controladas						
Ativos (Passivos)						
30 de junho de 2026	(132.292)	(108.316)	(154.416)	(196)	34.324	(360.896)
31 de dezembro de 2025	(118.110)	(97.446)	(151.201)	(525)	89.305	(277.977)
Receitas (Despesas) acumuladas em						
30 de junho de 2026	(5.558)	(6.080)	(9.530)	87	4.019	(17.062)
30 de junho de 2025	(4.120)	(4.676)	(5.901)	(21)	-	(14.718)
Resultado da Equivalência Patrimonial						
30 de junho de 2026	26.455	35.717	-	(1.020)	-	61.152
30 de junho de 2025	17.506	31.141	-	(651)	-	47.996
Valor Contábil dos Investimentos						
30 de junho de 2026	258.289	251.547	-	62	-	509.898
31 de dezembro de 2025	239.543	224.313	-	257	-	464.113

(*) BANESTES Loteria S.A., ocorreu no período aumento de capital com subscrição de ações no valor de R\$ 825, por meio de recursos próprios do Banco BANESTES na controlada BANESTES Loteria S.A..

O BANESTES participa indiretamente da BANESTES Administradora, Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda. por meio de sua controlada BANESTES Asset Management, que detém 99,9990% de suas cotas.

As Demonstrações Financeiras das sociedades controladas são auditadas periodicamente pelos mesmos auditores independentes do BANESTES S.A..

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Transações do BANESTES Múltiplo com o controlador e com as sociedades e fundo controlados:

Além das transações apresentadas no quadro a seguir, no primeiro semestre de 2026 foram distribuídos Juros sobre o Capital Próprio ao Estado do Espírito Santo (Controlador) no montante de R\$ 77.709 (R\$ 41.348 em 2025).

Transação	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (1):	(17.918)	10.671	-	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(32.684)	(7.631)	-	-
BANESTES Seguros S.A.	6.283	10.124	-	-
BANESTES Asset Management	8.483	8.178	-	-
Depósitos à Vista (2):	(26.067)	(20.680)	-	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(23.307)	(18.795)	-	-
BANESTES Seguros S.A.	(2.755)	(1.121)	-	-
BANESTES Asset Management	(5)	(21)	-	-
BANESTES Adm. Corretora de Seg., Prev. e Capitalização Ltda.	-	(743)	-	-
Depósitos a Prazo (2):	(6.136.748)	(5.521.533)	(415.016)	(370.441)
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(5.981.946)	(5.370.379)	(404.436)	(363.489)
BANESTES Adm. Corretora de Seg., Prev. e Capitalização Ltda.	(154.585)	(150.624)	(10.544)	(6.899)
BANESTES Loteria S.A.	(217)	(530)	(36)	(53)
Obrigações por Operações Compromissadas (2):	(253.305)	(233.381)	(15.971)	(12.990)
BANESTES Asset Management	(116.987)	(105.797)	(7.236)	(5.837)
BANESTES Seguros S.A.	(136.318)	(127.584)	(8.735)	(7.153)
Demais Transações (3):	168.369	224.978	15.421	15.410
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	-	-	(430)	(461)
Companhia Espiritosantense de Saneamento - CESAN (**)	133.164	134.837	9.521	8.109
Prodest Hospedagem equipamentos TIC em Data Center	-	-	(928)	(928)
Fundação Baneses de Seguridade Social - Baneses	-	-	(2.003)	(1.943)
Caixa de Assistência dos Empregados do Sistema Financeiro Banestes - BANESCAIXA	-	-	(228)	-
BANESTES Seguros S.A.	498	471	3.177	3.033
BANESTES Asset Management	193	194	1.156	1.161
BANESTES Adm. Corretora de Seg., Prev. e Capitalização Ltda.	169	166	1.014	998
BANESTES Loteria S.A.	21	5	123	32
Fundo BANESTES FIC MEZA	34.324	89.305	4.019	5.409
Total	(6.265.669)	(5.539.945)	(415.566)	(368.021)

(*) Compreende o Estado do Espírito Santo e órgãos da Administração Direta.

(**) Refere-se a operação realizada com a CESAN - Companhia Espiritosantense de Saneamento, em 15/06/2023, entidade controlada pelo Estado do Espírito Santo, para Recomposição de Caixa, operação feita de acordo com taxas e prazos de mercado.

Os valores acima referem-se a operações envolvendo o BANESTES, o Controlador e as sociedades e fundo controlados.

(1) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referem-se a valores destinados pelas empresas controladas e pelo Banco ao controlador;

(2) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco;

(3) As demais transações referem-se a receitas de cobrança, convênio de cooperação técnica entre o BANESTES e as empresas do conglomerado e o Controlador e são cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes e pela utilização de pessoal para as operações de corretagens, capitalização e seguros.

b. Remuneração do Pessoal - Chave da Administração:

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

A seguir informamos a remuneração e os benefícios pagos:

Benefícios	Banestes Múltiplo							
	30/06/2026				30/06/2025			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Remunerações pagas	632	2.233	176	129	586	2.088	166	144
Participação nos resultados	74	162	-	-	70	160	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de pagamento baseado em ações	21	337	-	-	-	-	-	-
Total	727	2.732	176	129	656	2.248	166	144

Benefícios	Banestes Consolidado							
	30/06/2026				30/06/2025			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Remunerações Pagas	874	4.639	464	129	825	4.146	436	144
Participação nos resultados	96	269	-	-	97	284	-	-
Benefícios pós-emprego	-	133	-	-	-	99	-	-
Plano de pagamento baseado em ações	25	592	-	-	-	-	-	-
Total	995	5.633	464	129	922	4.529	436	144

c. Programa de Remuneração Variável:

O programa de remuneração variável do Banco BANESTES foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 5.177, de 26/09/2024, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O modelo de “Remuneração Variável” obedece às seguintes diretrizes:

a) a “Remuneração Variável” dos membros do Conselho de Administração da Sociedade será devida de acordo com o alcance das metas estabelecidas para os Diretores Estatutários, observada a média dos resultados dos Diretores e mesma proporção de 30% sobre esta média;

b) O pagamento da “Remuneração Variável” dos Diretores da Sociedade e dos Administradores das empresas subsidiárias e controlada será composto por:

- I. Parcela denominada “Participação nos Lucros ou Resultados - PLR”, estabelecendo que essa participação obedecerá aos mesmos critérios fixados para os empregados da Sociedade na Convenção Coletiva de Trabalho - CCT nacional dos bancários;
- II. “Parcela de Atingimento de Metas Individuais - PAMI”, estabelecidas pelo CONSE em Contrato de Gestão para cada Diretor, cujo valor pode variar de zero até o limite de 4 (quatro) vezes os Honorários Mensais; e o valor da parcela proporcional ao atingimento de metas individuais da “Remuneração Variável” dos Diretores (PAMI) será correspondente ao nível de atingimento das Metas estabelecidas no Contrato de Gestão, sendo:

- até 80% de atingimento das metas individuais, o Diretor terá a parcela zerada (PAMI = 0);
- acima de 115% de atingimento das metas individuais, o Diretor terá a parcela igual a 4,0 Honorários Mensais (PAMI = 4,0 Honorários Mensais);
- entre 80,01% e 115% de atingimento das metas individuais, o Diretor terá a parcela (PAMI) entre 0 e 4,0 Honorários Mensais proporcionalmente, conforme a seguinte fórmula:

$$PAMI = \frac{AMI\% - 80\%}{35,01\%} \% \times 4,0HM$$

Onde:

PAMI = Parcela de Atingimento de Metas Individuais de cada Diretor;
AMI%= Percentual de Atingimento de Metas Individuais de cada Diretor;
HM = Honorários Mensais.

c) Pagamento: o pagamento da “Remuneração Variável” dos administradores será realizado com 50% em espécie e 50% em instrumento baseado em ações, fazendo a conversão deste montante em quantidade de ações, tendo por base o valor da ação de mercado BEES3 do BANESTES no primeiro dia útil do exercício de referência, considerando que a variação do valor da ação no decorrer do exercício já será fruto da administração em curso; do valor referenciado em instrumento baseado em ações, 5% serão pagos juntamente com os 50% pagos em espécie e revertidos para reais pelo valor da ação de mercado BEES3 no último dia útil do exercício de referência. Sendo assim, 55% do valor a receber como “Remuneração Variável” pelos Diretores da Sociedade e das empresas subsidiárias e controlada serão pagos no exercício seguinte ao de apuração (referência); os 45% restantes do valor referenciado em instrumento baseado em ações serão diferidos para pagamento em 3 (três) parcelas iguais de 15%, sendo cada uma delas paga em um dos três anos seguintes; as parcelas diferidas terão a quantidade de ações revertida em reais utilizando o valor da ação de mercado BEES3 da ação no último dia útil do ano anterior ao de pagamento; o pagamento será sempre realizado após a divulgação dos resultados da companhia no ano findo, da distribuição de dividendos aos acionistas e pagamento da “PLR” e “REV” dos colaboradores, e será sempre efetuado anualmente em uma única data.

d. Participação Acionária:

O Estado e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam as seguintes participações acionárias no BANESTES:

	Ações Ordinárias				Ações Preferenciais			
	30/06/2026		31/12/2025		30/06/2026		31/12/2025	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Espírito Santo	240.758.682	94,75	240.758.682	94,75	90.188.560	96,56	90.188.560	96,56
Conselho de Administração e Diretoria	402.190	0,16	374.110	0,15	257.420	0,28	278.650	0,30
Total	241.160.872	94,91	241.132.792	94,90	90.445.980	96,84	90.467.210	96,86

14. IMOBILIZADO DE USO

	Banestes Múltiplo							
	30/06/2026							
	Terrenos e Edificações	Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipam. de Processamento de Dados	Equipam. de Comunicação, Segurança e Transporte	Direitos de Uso	Outros Imobilizados de Uso	Total
Custo de Aquisição								
Saldo em 31/12/2025	3.073	60.059	34.322	153.249	20.871	124.095	8.522	404.191
Aquisições	-	3.159	828	-	-	25.978	126	30.091
Alienações / Baixas	-	-	(223)	(4.610)	(164)	(312)	-	(5.309)
Transferências	-	-	(2.756)	2.509	247	-	-	-
Saldo Final	3.073	63.218	32.171	151.148	20.954	149.761	8.648	428.973
Depreciação								
Saldo em 31/12/2025	(1.995)	(36.362)	(19.685)	(93.756)	(15.610)	(25.995)	(6.737)	(200.140)
Depreciação do Período	(22)	(2.444)	(716)	(4.933)	(500)	(12.822)	(219)	(21.656)
Baixas / Alienações	-	-	203	4.600	161	312	-	5.276
Saldo Final	(2.017)	(38.806)	(20.198)	(94.089)	(15.949)	(38.505)	(6.956)	(216.520)
Saldo Líquido Final	1.056	24.412	11.973	57.059	5.005	111.256	1.692	212.453
Saldo Líquido em 31/12/2025	1.078	23.697	14.637	59.493	5.261	98.100	1.785	204.051

	Banestes Consolidado							
	30/06/2026							
	Terrenos e Edificações	Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipam. de Processamento de Dados	Equipam. de Comunicação, Segurança e Transporte	Direitos de Uso	Outros Imobilizados de Uso	Total
Custo de Aquisição								
Saldo em 31/12/2025	3.606	61.318	35.182	155.282	21.102	130.620	8.522	415.632
Aquisições	-	3.159	837	-	-	25.995	126	30.117
Alienações / Baixas	-	-	(223)	(4.610)	(164)	(312)	-	(5.309)
Transferências	-	-	(2.756)	2.509	247	-	-	-
Saldo Final	3.606	64.477	33.040	153.181	21.185	156.303	8.648	440.440
Depreciação								
Saldo em 31/12/2025	(2.280)	(37.049)	(20.245)	(95.080)	(15.760)	(28.355)	(6.737)	(205.506)
Depreciação do Período	(29)	(2.512)	(743)	(5.079)	(517)	(13.639)	(219)	(22.738)
Baixas / Alienações	-	-	203	4.600	161	312	-	5.276
Saldo Final	(2.309)	(39.561)	(20.785)	(95.559)	(16.116)	(41.682)	(6.956)	(222.968)
Saldo Líquido Final	1.297	24.916	12.255	57.622	5.069	114.621	1.692	217.472
Saldo Líquido em 31/12/2025	1.326	24.269	14.937	60.202	5.342	102.265	1.785	210.126

15. INTANGÍVEL

	Banestes Múltiplo				
	30/06/2026				
	Sistemas de Processamento de Dados	Sistemas de Comunicação e de Segurança	Licenças e Direitos Autorais e de Uso	Outros (*)	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 31/12/2025	295.728	12.113	325.666	47.453	680.960
Aquisições	5.409	-	12.085	14.577	32.071
Alienações / Baixas	-	(8)	-	-	(8)
Saldo Final	301.137	12.105	337.751	62.030	713.023
Amortização					
Saldo em 31/12/2025	(126.455)	(8.473)	(162.038)	-	(296.966)
Amortização do Período	(12.333)	(246)	(29.714)	-	(42.293)
Baixas / Alienações	-	8	-	-	8
Saldo Final	(138.788)	(8.711)	(191.752)	-	(339.251)
Saldo Líquido Final	162.349	3.394	145.999	62.030	373.772
Saldo Líquido em 31/12/2025	169.273	3.640	163.628	47.453	383.994

	Banestes Consolidado				
	30/06/2026				
	Sistemas de Processamento de Dados	Sistemas de Comunicação e de Segurança	Licenças e Direitos Autorais e de Uso	Outros (*)	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 31/12/2025	300.188	12.113	348.391	47.453	708.145
Aquisições	5.457	-	15.791	14.577	35.825
Alienações / Baixas	-	(8)	-	-	(8)
Saldo Final	305.645	12.105	364.182	62.030	743.962
Amortização					
Saldo em 31/12/2025	(130.664)	(8.473)	(164.049)	-	(303.186)
Amortização do Período	(12.606)	(245)	(29.955)	-	(42.806)
Baixas / Alienações	-	8	-	-	8
Saldo Final	(143.270)	(8.710)	(194.004)	-	(345.984)
Saldo Líquido Final	162.375	3.395	170.178	62.030	397.978
Saldo Líquido em 31/12/2025	169.524	3.640	184.342	47.453	404.959

(*) São ativos intangíveis em desenvolvimento.

16. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE LETRAS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, DE LETRAS DE CRÉDITO DE AGRONEGÓCIO E OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

a. Depósitos e Captações

	Banestes Múltiplo						
	30/06/2026						
	Sem vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Taxa mínima	Taxa máxima
Depósitos	10.705.483	3.997.165	11.946.813	156.370	26.805.831	-	-
Depósitos - A Prazo	-	3.035.789	11.946.813	156.370	15.138.972	0,14% a.a.	14,15% a.a.
Depósitos - Interfinanceiros	-	961.376	-	-	961.376	0,01% a.a.	14,15% a.a.
Depósitos - Judiciais e Extrajudiciais	4.911.983	-	-	-	4.911.983	1,34% a.m.	1,34% a.m.
Depósitos - Poupança	4.746.595	-	-	-	4.746.595	0,60% a.m.	0,68% a.m.
Depósitos - À Vista	1.041.633	-	-	-	1.041.633	-	-
Depósitos - Outros	5.272	-	-	-	5.272	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses (*)	-	215.370	191.258	9.155	415.783	-	-
Obrigações por Operações Compromissadas	-	9.857.297	-	-	9.857.297	8,49% a.a.	14,15% a.a.
Recursos Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Cred., Debêntures e Similares	-	488.052	1.038.762	-	1.526.814	9,91% a.a.	13,73% a.a.
Total	10.705.483	14.557.884	13.176.833	165.525	38.605.725		

	Banestes Múltiplo						
	31/12/2025						
	Sem vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Taxa mínima	Taxa máxima
Depósitos	10.520.888	2.399.681	11.172.200	352.398	24.445.167	-	-
Depósitos - A Prazo	-	2.176.939	11.172.200	352.398	13.701.537	2,00% a.a.	14,90% a.a.
Depósitos - Interfinanceiros	-	222.742	-	-	222.742	3,00% a.a.	14,90% a.a.
Depósitos - Judiciais e Extrajudiciais	4.839.264	-	-	-	4.839.264	1,32% a.m.	1,36% a.m.
Depósitos - Poupança	4.719.128	-	-	-	4.719.128	0,66% a.m.	0,68% a.m.
Depósitos - À Vista	953.043	-	-	-	953.043	-	-
Depósitos - Outros	9.453	-	-	-	9.453	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses (*)	10.293	183.189	173.554	3.711	370.747	-	-
Obrigações por Operações Compromissadas	-	9.664.118	-	-	9.664.118	10,43% a.a.	14,90% a.a.
Recursos Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Cred., Debêntures e Similares	-	1.794	1.282.967	-	1.284.761	11,92% a.a.	14,90% a.a.
Total	10.531.181	12.248.782	12.628.721	356.109	35.764.793		

	Banestes Consolidado						
	30/06/2026						
	Sem vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Taxa mínima	Taxa máxima
Depósitos	10.702.723	3.996.947	11.792.228	156.370	26.648.268	-	-
Depósitos - A Prazo	-	3.035.571	11.792.228	156.370	14.984.169	0,14% a.a.	14,15% a.a.
Depósitos - Interfinanceiros	-	961.376	-	-	961.376	0,01% a.a.	14,15% a.a.
Depósitos - Judiciais e Extrajudiciais	4.911.983	-	-	-	4.911.983	1,34% a.m.	1,34% a.m.
Depósitos - Poupança	4.746.595	-	-	-	4.746.595	0,60% a.m.	0,68% a.m.
Depósitos - À Vista	1.038.873	-	-	-	1.038.873	-	-
Depósitos - Outros	5.272	-	-	-	5.272	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses (*)	-	215.370	191.258	9.155	415.783	-	-
Obrigações por Operações Compromissadas	-	9.603.991	-	-	9.603.991	8,49% a.a.	14,15% a.a.
Recursos Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Cred., Debêntures e Similares	-	488.052	1.038.762	-	1.526.814	9,91% a.a.	13,73% a.a.
Total	10.702.723	14.304.360	13.022.248	165.525	38.194.856		

	Banestes Consolidado						
	31/12/2025						
	Sem vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Taxa mínima	Taxa máxima
Depósitos	10.519.003	2.399.151	11.021.576	352.398	24.292.128	-	-
Depósitos - A Prazo	-	2.176.409	11.021.576	352.398	13.550.383	2,00% a.a.	14,90% a.a.
Depósitos - Interfinanceiros	-	222.742	-	-	222.742	3,00% a.a.	14,90% a.a.
Depósitos - Judiciais e Extrajudiciais	4.839.264	-	-	-	4.839.264	1,32% a.m.	1,36% a.m.
Depósitos - Poupança	4.719.128	-	-	-	4.719.128	0,66% a.m.	0,68% a.m.
Depósitos - À Vista	951.158	-	-	-	951.158	-	-
Depósitos - Outros	9.453	-	-	-	9.453	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses (*)	10.293	183.189	173.554	3.711	370.747	-	-
Obrigações por Operações Compromissadas	-	9.430.737	-	-	9.430.737	10,43% a.a.	14,90% a.a.
Recursos Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Cred., Debêntures e Similares	-	1.794	1.282.967	-	1.284.761	11,92% a.a.	14,90% a.a.
Total	10.529.296	12.014.871	12.478.097	356.109	35.378.373		

(*) Taxas mínimas e máximas na nota 17.

b. Valor Justo por Níveis

	Banestes Múltiplo				
	30/06/2026				
	Valor contábil	Valor Justo			Total Valor Justo
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Depósitos - A Prazo	15.138.972	-	14.557.977	-	14.557.977
Depósitos - Interfinanceiros	961.376	-	960.736	-	960.736
Obrigações por Operações Compromissadas	9.857.297	-	9.848.033	-	9.848.033
Recursos Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Cred., Debêntures e Similares	1.526.814	-	1.529.218	-	1.529.218
Total	27.484.459	-	26.895.964	-	26.895.964

	Banestes Múltiplo				
	31/12/2025				
	Valor contábil	Valor Justo			Total Valor Justo
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Depósitos - A Prazo	13.701.537	-	13.371.985	-	13.371.985
Depósitos - Interfinanceiros	222.742	-	218.538	-	218.538
Obrigações por Operações Compromissadas	9.664.118	-	9.649.149	-	9.649.149
Recursos Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Cred., Debêntures e Similares	1.284.761	-	1.286.215	-	1.286.215
Total	24.873.158	-	24.525.887	-	24.525.887

	Banestes Consolidado				
	30/06/2026				
	Valor contábil	Valor Justo			Total Valor Justo
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Depósitos - A Prazo	14.984.169	-	14.400.564	-	14.400.564
Depósitos - Interfinanceiros	961.376	-	960.736	-	960.736
Obrigações por Operações Compromissadas	9.603.991	-	9.602.167	-	9.602.167
Recursos Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Cred., Debêntures e Similares	1.526.814	-	1.529.218	-	1.529.218
Total	27.076.350	-	26.492.685	-	26.492.685

	Banestes Consolidado				
	31/12/2025				
	Valor contábil	Valor Justo			Total Valor Justo
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Depósitos - A Prazo	13.550.383	-	13.215.426	-	13.215.426
Depósitos - Interfinanceiros	222.742	-	218.538	-	218.538
Obrigações por Operações Compromissadas	9.430.737	-	9.422.771	-	9.422.771
Recursos Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Cred., Debêntures e Similares	1.284.761	-	1.286.215	-	1.286.215
Total	24.488.623	-	24.142.950	-	24.142.950

c. Despesas de Operações de Captação no Mercado

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de Depósitos de Poupança	(179.949)	(173.435)	(179.949)	(173.435)
Despesas de Depósitos Interfinanceiros	(22.227)	(7.211)	(22.227)	(7.211)
Despesas de Depósitos a Prazo	(815.081)	(702.339)	(804.501)	(695.388)
Despesas de Depósitos Judiciais e Administrativos	(280.376)	(226.389)	(280.376)	(226.389)
Despesas de Depósitos Especiais	(351)	(322)	(351)	(322)
Despesas de Operações Compromissadas	(652.241)	(631.020)	(636.271)	(618.030)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(56.001)	(37.701)	(56.001)	(37.701)
Despesas de Letras de Crédito Imobiliário	(27.267)	(35.230)	(27.267)	(35.230)
Despesas de Contrib. ao Fundo Garantidor de Crédito	(13.184)	(12.211)	(13.184)	(12.211)
Total	(2.046.677)	(1.825.858)	(2.020.127)	(1.805.917)

17. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Representam recursos captados junto a instituições oficiais e outras instituições, os quais são repassados a clientes, fomentando o desenvolvimento econômico do Estado do Espírito Santo.

a. Obrigações por Repasses

Instituição	Banestes Múltiplo e Consolidado			
	Linha	30/06/2026		
		Recursos Captados	Taxa mínima	Taxa máxima
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social	Automático/FINAME	116.385	2,62%	18,68%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social	BNDES	37.184	5,62%	5,62%
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	FUNCAFÉ	169.357	7,00%	11,50%
Caixa Econômica Federal	OUTROS	92.857	6,17%	6,17%
Total		415.783	-	-

Instituição	Banestes Múltiplo e Consolidado			
	Linha	31/12/2025		
		Recursos Captados	Taxa mínima	Taxa máxima
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social	Automático/FINAME	50.892	1,00%	15,81%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social	BNDES	37.856	4,40%	4,40%
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	FUNCAFÉ	181.999	8,00%	11,50%
Caixa Econômica Federal	OUTROS	100.000	6,17%	6,17%
Total		370.747	-	-

b. Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses

	Banestes Múltiplo e Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de Repasses - BNDES	(817)	-
Despesas de Repasses - FINAME	(5.369)	(364)
Despesas de Repasses - Outras Instituições Oficiais	(10.395)	(6.735)
Total	(16.581)	(7.099)

18. ATIVOS VINCULADOS PARA COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

Para a garantia das Provisões Técnicas, a Controlada BANESTES Seguros S.A. manteve os seguintes ativos:

	Banestes Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Provisões Técnicas	161.862	163.596
Direitos Creditórios	(60.288)	(54.468)
Ativos de Resseguro - Redutores	(268)	(230)
Total a ser Coberto das Provisões Técnicas Líquido dos Ativos Redutores (A)	101.306	108.898
Necessidade de Ativos Líquidos (B)	13.889	13.962
Ativos Garantidores		
Títulos de Renda Fixa - Públicos	260.683	258.438
Total (C)	260.683	258.438
Excedente de Garantia (C-A-B)	145.488	135.578

19. PRÊMIOS GANHOS, SINISTRALIDADE E COMERCIALIZAÇÃO POR GRUPO DE RAMOS

Grupos de Ramos	Banestes Consolidado					
	Prêmios Ganhos		Sinistralidades (%)		Comercialização (%)	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Automóvel	77.932	79.256	70,88	73,22	18,61	20,22
Pessoas (1)	109.531	104.694	32,80	32,03	21,76	22,12
Patrimonial (2)	3.410	3.556	1,00	2,93	50,30	45,42
Vida Individual	5.252	-	2,72	-	59,62	-
Total	196.125	187.506	46,57	48,89	22,02	21,76

(1) Pessoas inclui Vida em Grupo, Acidentes Pessoais e Prestamista;

(2) Patrimonial inclui Incêndio, Compreensivo Residencial, Condomínio e Empresarial, Riscos de Engenharia e Riscos Diversos.

20.COMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Banestes Consolidado				
	30/06/2026				
	Auto	Pessoas	Patrimonial	Vida Individual	Total
Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG/RVE)	83.535	10.554	2.695	6.725	103.509
Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG/RVNE)	1.537	366	34	45	1.982
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	32.751	10.441	127	6	43.325
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR)	2.689	9.160	44	30	11.923
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	389	84	8	-	481
Outras Provisões	583	38	21	-	642
Total das Provisões em 30/06/2026	121.484	30.643	2.929	6.806	161.862
Total das Provisões em 31/12/2025	117.474	36.356	3.725	6.041	163.596
Ativos de Resseguro - Redutores	-	268	-	-	268
Ativos de Resseguro Redutores do PSL	-	196	-	-	196
Ativos de Resseguro Redutores do IBNR	-	72	-	-	72
Ativos de Resseguro Redutores em 30/06/2026	-	268	-	-	268
Ativos de Resseguro Redutores em 31/12/2025	-	230	-	-	230
Custos de Aquisição Diferidos em 30/06/2026	15.895	6.293	1.373	4.041	27.602
Custos de Aquisição Diferidos em 31/12/2025	13.864	7.504	1.760	3.564	26.692

21. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E CRÉDITO TRIBUTÁRIO

a. Imposto de Renda e Contribuição Social

Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	Banestes Múltiplo				Banestes Consolidado			
	30/06/2026		30/06/2025		30/06/2026		30/06/2025	
	IR	CS	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da Tributação s/ o Lucro e Participações	270.400	270.400	260.864	260.864	307.303	307.303	289.939	289.939
Encargos de Imp. Renda e Contr. Soc. Às Aliq. Vigentes (Nota 3.s)	(67.600)	(54.080)	(65.215)	(52.173)	(76.826)	(61.461)	(72.485)	(57.987)
Ajustes aos Encargos de Imp. Renda e Contr. Social								
Juros sobre o Capital Próprio	27.805	22.244	20.686	16.548	27.805	22.244	20.686	16.548
Resultado de Equivalência Patrimonial	15.288	12.230	11.999	9.599	21.925	16.219	17.465	12.886
Adições (Exclusões) de Caráter Permanente	10.044	8.129	5.821	4.733	(11.483)	(472)	(11.335)	(2.075)
Adições (Exclusões) de Caráter Temporário	3.931	3.145	(3.963)	(3.170)	3.976	3.170	(5.379)	(4.022)
Total dos Valores Devidos	(10.532)	(8.332)	(30.672)	(24.463)	(34.603)	(20.300)	(51.048)	(34.650)
Realização da Reserva de Reavaliação	5	4	5	5	5	4	5	5
Incentivos Fiscais	682	-	1.834	-	964	-	1.940	-
Despesa de Imp. Renda e Contr. Social - Valores Correntes	(9.845)	(8.328)	(28.833)	(24.458)	(33.634)	(20.296)	(49.103)	(34.645)
Despesa de Imp. Renda e Contr. Social - Valores Diferidos	(765)	(612)	(690)	(552)	(807)	(637)	(557)	(472)
Ativo Fiscal Diferido	(3.931)	(3.145)	2.059	1.647	(3.926)	(3.145)	3.355	2.422
Total da Despesa c/ Imp. Renda e Contr. Social	(14.541)	(12.085)	(27.464)	(23.363)	(38.367)	(24.078)	(46.305)	(32.695)

A alíquota efetiva de IR e CS é de 9,85% e 19,48% para os semestres findos em 30/06/2026 e 30/06/2025, respectivamente.

b. Tributos Diferidos

b.1 Saldo de Créditos Tributários e sua movimentação:

	Banestes Múltiplo				
	Saldo em 31/12/2025	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2026	Saldo em 30/06/2025
Refletidos no Resultado					
Diferenças Temporárias					
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	177.454	212.191	(189.740)	199.905	158.489
Ações Trabalhistas	30.874	3.359	(2.898)	31.335	29.902
Ações Cíveis	27.369	2.810	(12.002)	18.177	27.336
Contingências Fiscais	18.283	549	-	18.832	17.724
Outras Contingências	14.790	10.840	(13.862)	11.768	15.086
Total de Adições Temporárias	268.770	229.749	(218.502)	280.017	248.537
Total Créditos Tributários Refletidos no Resultado	268.770	229.749	(218.502)	280.017	248.537
Refletidos no Patrimônio Líquido					
Adoção Inicial / Resolução n.º 4.966/2021	101.825	-	(18.323)	83.502	101.825
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM - VJORA	12.424	22.440	(5.774)	29.090	10.447
Total Créditos Tributários Refletidos no Pat. Líquido	114.249	22.440	(24.097)	112.592	112.272
Total Geral dos Créditos Tributários	383.019	252.189	(242.599)	392.609	360.809
Total Geral dos Créditos Tributários Ativos	383.019	252.189	(242.599)	392.609	360.809

	Banestes Consolidado				
	Saldo em 31/12/2025	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2026	Saldo em 30/06/2025
Refletidos no Resultado					
Diferenças Temporárias					
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	177.474	212.194	(189.742)	199.926	158.509
Ações Trabalhistas	30.948	3.381	(2.913)	31.416	29.943
Ações Cíveis	28.315	3.290	(12.560)	19.045	27.966
Contingências Fiscais	20.462	602	-	21.064	19.849
Outras Contingências	15.213	13.753	(16.752)	12.214	15.516
Total de Adições Temporárias	272.412	233.220	(221.967)	283.665	251.783
Total Créditos Tributários Refletidos no Resultado	272.412	233.220	(221.967)	283.665	251.783
Refletidos no Patrimônio Líquido					
Adoção Inicial / Resolução n.º 4.966/2021	101.825	-	(18.323)	83.502	101.825
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM - VJORA	16.548	34.251	(16.379)	34.420	14.195
Total Créditos Tributários Refletidos no Pat. Líquido	118.373	34.251	(34.702)	117.922	116.020
Total Geral dos Créditos Tributários	390.785	267.471	(256.669)	401.587	367.803
Total Geral dos Créditos Tributários Ativos	390.785	267.471	(256.669)	401.587	367.803

b.2 Saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação:

	Banestes Múltiplo				
	Saldo em 31/12/2025	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2026	Saldo em 30/06/2025
Refletidos no Resultado					
Diferenças Temporárias	20.872	1.377	-	22.249	19.426
Refletidos no Patrimônio Líquido					
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM - VJORA	(1)	1	-	-	-
Reserva de Reavaliação de Imóveis	(825)	-	(9)	(834)	(705)
Total Geral dos Débitos Tributários	20.046	1.378	(9)	21.415	18.721

	Banestes Consolidado				
	Saldo em 31/12/2025	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2026	Saldo em 30/06/2025
Refletidos no Resultado					
Diferenças Temporárias	22.830	1.445	(1)	24.274	21.313
Refletidos no Patrimônio Líquido					
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM - VJORA	(1)	-	-	(1)	-
Reserva de Reavaliação de Imóveis	(825)	-	(9)	(834)	(705)
Total Geral dos Débitos Tributários	22.004	1.445	(10)	23.439	20.608

A ativação/manutenção do crédito tributário está fundamentada em estudos técnicos demonstrativos da expectativa de geração de resultados futuros, que possibilitam a sua realização no prazo de até 10 anos.

Os créditos tributários foram constituídos pela aplicação das alíquotas de IRPJ e de CSLL sobre suas respectivas bases. O BANESTES S.A. utilizou a alíquota de 25% para IRPJ e 20% para CSLL. A BANESTES Seguros e a Banestes Asset Management aplicaram as alíquotas de IRPJ 25% e de CSLL 15% e a Banestes Corretora as alíquotas de 25% e 9% para IRPJ e CSLL, respectivamente.

b.3 Expectativa de Realização do Crédito Tributário e Crédito Tributário a Valor Presente:

Em 30/06/2026	Banestes Múltiplo		
	Crédito Tributário Ativado		
	Adições Temporárias		Total Ativado
	IR	CSLL	
2026	42.378	33.902	76.280
2027	38.904	31.124	70.028
2028	34.844	27.876	62.720
2029	23.412	18.729	42.141
2030	23.412	18.729	42.141
2031 a 2035	55.166	44.133	99.299
Total	218.116	174.493	392.609
Valor Presente (*)	170.381	136.305	306.686

Em 30/06/2025	Banestes Múltiplo		
	Crédito Tributário Ativado		
	Adições Temporárias		Total Ativado
	IR	CSLL	
2025	5.327	4.261	9.588
2026	42.649	34.119	76.768
2027	32.472	25.977	58.449
2028	28.332	22.666	50.998
2029	22.657	18.125	40.782
2030 a 2034	69.013	55.211	124.224
Total	200.450	160.359	360.809
Valor Presente (*)	153.519	122.815	276.334

Em 30/06/2026	Banestes Consolidado		
	Crédito Tributário Ativado		
	Adições Temporárias		Total Ativado
	IR	CSLL	
2026	42.415	33.919	76.334
2027	38.904	31.124	70.028
2028	40.422	31.222	71.644
2029	23.412	18.729	42.141
2030	23.412	18.729	42.141
2031 a 2035	55.166	44.133	99.299
Total	223.731	177.856	401.587
Valor Presente (*)	174.964	139.049	314.013

Em 30/06/2025	Banestes Consolidado		
	Crédito Tributário Ativado		
	Adições Temporárias		Total Ativado
	IR	CSLL	
2025	5.350	4.273	9.623
2026	42.649	34.119	76.768
2027	36.821	28.587	65.408
2028	28.332	22.666	50.998
2029	22.657	18.125	40.782
2030 a 2034	69.013	55.211	124.224
Total	204.822	162.981	367.803
Valor Presente (*)	157.189	125.014	282.203

(*) No cálculo do valor presente, foi adotada a taxa média de captação ao ano, utilizada pelo Banco para estudo de viabilidade técnica, de realização de Crédito Tributário.

(*) Conforme art. 6º da Lei n.º 14.467/2022, alterado pela Lei n.º 15.078/2024, o saldo existente em 31/12/2024 da Provisão de Devedores Duvidosos será realizado à razão de 1/84 (um oitenta e quatros avos) para cada mês de período de apuração, a partir de janeiro de 2026.

22. OUTROS PASSIVOS

a. Outros Passivos Financeiros e Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

	Banestes Múltiplo e Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Circulante	57.206	27.750
Credores por Recursos a Liberar	53.321	18.514
Receitas a Apropriar	538	3.480
Provisão para Compromisso de Crédito	3.347	5.756
Não Circulante	2.625	735
Credores por Recursos a Liberar	2.575	515
Provisão para Crédito a Liberar	20	105
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (*)	30	115

(*) O saldo de Garantias Financeiras Prestadas é de R\$ 33.323 (R\$ 35.213 em 31/12/2025). As contragarantias estão representadas por notas promissórias emitidas pelos respectivos favorecidos e/ou garantia real de bens.

b. Outros Passivos (Não Financeiros)

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Circulante	604.091	768.684	833.387	1.007.097
Cobrança e Arrec. de Tributos e Assemelhados	67.257	142.949	67.257	142.949
Sociais e Estatutárias	22.056	117.534	23.279	126.307
Fiscais e Previdenciárias	34.937	37.885	49.934	52.051
Passivo de Arrendamento	21.756	22.118	23.347	23.671
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	19.094	21.272	19.519	23.162
Obrigações por Convênios Oficiais	65.881	52.338	65.881	52.338
Salários e Vencimentos - Res. n.º 5.058/2022 - CMN	133.124	141.691	133.125	141.691
Provisão para Pagamentos a Efetuar	84.367	63.921	122.207	107.165
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	14.039	13.680	14.039	13.680
Credores Diversos - País	141.580	155.296	152.600	159.583
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	-	-	4.143	3.972
Provisões Técnicas	-	-	158.045	160.517
Outros	-	-	11	11
Não Circulante	106.434	96.461	133.972	124.087
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	16.044	18.873	22.086	24.717
Passivo de Arrendamento	88.864	76.137	91.015	79.087
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	-	-	11.515	11.514
Credores Diversos - País	-	-	4.013	4.239
Provisões Técnicas	-	-	3.817	3.079
Outros	1.526	1.451	1.526	1.451

23. PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E RISCOS FISCAIS

O BANESTES e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujas provisões são apresentadas a seguir:

Natureza	Banestes Múltiplo					Banestes Consolidado				
	30/06/2026					30/06/2026				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
Saldo em 31/12/2025	68.611	60.819	40.626	183	170.239	68.806	63.218	46.458	183	178.665
Constituições/Atualizações	7.464	6.245	1.221	-	14.930	7.489	7.275	1.352	-	16.116
Pagamentos/Reversões (*)	(6.441)	(26.669)	-	(183)	(33.293)	(6.448)	(27.925)	-	(183)	(34.556)
Saldo Atual	69.634	40.395	41.847	-	151.876	69.847	42.568	47.810	-	160.225

(*) No primeiro semestre de 2026 foi realizado saneamento das contas de depósitos judiciais associados aos processos cíveis, o que resultou na baixa de provisão na ordem de R\$ 20.030, em contrapartida ao respectivo ativo. Não foram identificados ajustes materiais não saneados.

Natureza	Banestes Múltiplo					Banestes Consolidado				
	30/06/2025					30/06/2025				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
Saldo em 31/12/2024	63.378	59.665	38.914	433	162.390	63.517	60.807	39.890	433	164.647
Constituições/Atualizações	8.826	5.802	1.234	366	16.228	8.882	6.368	6.420	366	22.036
Pagamentos/Reversões	(5.753)	(4.720)	(825)	(605)	(11.903)	(5.835)	(4.821)	(1.128)	(605)	(12.389)
Saldo Atual	66.451	60.747	39.323	194	166.715	66.564	62.354	45.182	194	174.294

A Administração do BANESTES entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais.

Processos Trabalhistas - São ações ajuizadas por empregados e ex-empregados, visando obter indenizações, de natureza trabalhista. A provisão é realizada de acordo com a classificação de perda provável das ações trabalhistas no último dia útil de cada mês do ano corrente. Quanto aos processos com pedido de indenização em decorrência de dispensa discriminatória, baseada na Resolução nº 696 (Normativo interno do Sistema Financeiro BANESTES), foi provisionado o percentual de 98,49% em todos os processos, considerando a média de pagamentos desta matéria.

Em 30/06/2026, o BANESTES possuía provisão trabalhista de R\$ 69.634 BANESTES Múltiplo (R\$ 68.611 em 31/12/2025) e R\$ 69.847 BANESTES Consolidado (R\$ 68.806 em 31/12/2025), sendo que encontrava-se registrado, na mesma data, em depósito judicial R\$ 40.797 BANESTES Múltiplo (R\$ 42.242 em 31/12/2025) e R\$ 40.837 BANESTES Consolidado (R\$ 42.281 em 31/12/2025) e em depósito recursal a importância de R\$ 2.866 BANESTES Múltiplo (R\$ 3.101 em 31/12/2025) e R\$ 2.975 BANESTES Consolidado (R\$ 3.205 em 31/12/2025).

Processos Cíveis - São demandas que tem por objetivo pedidos de indenização por danos morais e materiais. No que se refere a pedidos de indenização por dano moral, na maioria das vezes, são relativos a protestos abusivos, devolução indevida de cheques e registro indevido de dívidas nos órgãos de proteção ao crédito.

As questões discutidas nas ações, normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado econômico e financeiro da Instituição. Estas ações tramitam perante Juizados Especiais Cíveis, nos quais os pedidos são limitados em 40 salários mínimos, e também na Justiça Comum.

A provisão é realizada de acordo com o histórico de condenações pelo tipo de pedido existente nos processos. O valor provisionado é resultado da aplicação do percentual obtido com a média aritmética ponderada, dos percentuais de variação entre o valor do pedido corrigido e o valor de condenação dos processos existentes no banco de sentença.

Processos Fiscais - O Sistema Financeiro BANESTES discute judicialmente e administrativamente a exigência de alguns tributos originários de lançamentos, multas e autuações pelos órgãos fiscalizadores.

Assim, demonstramos a seguir as provisões constituídas para riscos fiscais, segregadas por tipo de tributo e caso aplicável o respectivo depósito judicial:

Natureza - Fiscal	Banestes Múltiplo				Banestes Consolidado			
	30/06/2026		31/12/2025		30/06/2026		31/12/2025	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
INSS - Diversas NFLD (1)	10.828	57.477	10.586	55.717	16.382	65.022	16.016	63.095
IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/1991 (2)	28.835	39.876	27.895	38.576	28.835	39.876	27.895	38.576
Honorários - Diversas Ações	2.148	-	2.109	-	2.557	-	2.511	-
Outros	36	3.478	36	3.343	36	3.957	36	3.803
Total	41.847	100.831	40.626	97.636	47.810	108.855	46.458	105.474

(1) **Contribuições Previdenciárias e Terceiros** - Ações judiciais que visam afastar as autuações fiscais que versam sobre Contribuições Previdenciárias, Terceiros e descumprimento de obrigação acessória com relação a Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP.

(2) **IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/1991** - Ação judicial com pedido de dedução integral da diferença havida entre o IPC e o BTN, nos índices de correção monetária das Demonstrações Financeiras para efeitos fiscais e societários, reconhecida pela Lei n.º 8.200/1991, no percentual de 84,32%, na apuração do lucro real do ano-base de 1992, Exercício 1993, e na base de cálculo do imposto de renda sobre o lucro líquido e da contribuição social sobre o lucro. O processo transitou em julgado e atualmente encontra-se em fase liquidação de sentença, e foi levantado em favor do BANESTES, parte do depósito judicial no valor de R\$ 7.102 e o mesmo busca a devolução complementar do depósito judicial efetuado a maior conforme laudo pericial judicial.

Passivos Contingentes Classificados como Riscos de Perdas Possíveis

O Sistema Financeiro BANESTES mantém sistema de acompanhamento para todos os processos judiciais e administrativos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais nos quais figura como “autor” ou “réu” e, amparado na opinião dos assessores jurídicos e/ou da Superintendência Jurídica, classifica as ações de acordo com sua chance de êxito quando estiver no polo ativo e risco de perda quando figurar no polo passivo. Nesse contexto, os processos contingentes do polo passivo avaliados como riscos de perdas possíveis, estão demonstrados a seguir:

Processos Trabalhistas - As contingências trabalhistas com probabilidade de perda possível são ações referentes a equiparações salariais, horas extras, danos morais e materiais, supressão de função, reintegrações, dentre outras verbas. Os valores destas contingências totalizam R\$ 8.566 BANESTES Múltiplo e Consolidado (R\$ 10.346 em 31/12/2025).

Processos Cíveis - Das ações com estas características, o valor total é de R\$ 268.869 BANESTES Múltiplo (R\$ 244.119 em 31/12/2025) e R\$ 324.378 BANESTES Consolidado (R\$ 296.225 em 31/12/2025).

Processos Fiscais - Os valores totais dos processos que representam possibilidade de redução do ativo perfazem um montante de R\$ 0 BANESTES Múltiplo (R\$ 99 em 31/12/2025) e de R\$ 380 BANESTES Consolidado (R\$ 476 em 31/12/2025), referentes a questionamentos judiciais e administrativos de cunho tributário.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social - Constituído por 254.106.600 ações ordinárias e 93.397.546 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, das quais 92,48% das ações ordinárias e 92,06% das ações preferenciais pertencentes ao Estado do Espírito Santo.

b. Aumento de Capital - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/04/2025 foi aprovado o aumento de capital social da Instituição no montante de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) mediante a capitalização da reserva de lucros, com bonificação de ações. Após a aprovação do órgão regulador – Banco Central do Brasil – foi efetivado o aumento de capital, com a bonificação com emissão de 31.591.286 novas ações, emitidas ao custo unitário de R\$ 9,4962895781, sendo 23.100.600 ações ordinárias e 8.490.686 ações preferenciais, atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 10% de ações do mesmo tipo que possuíam na data de direito.

c. Reserva de Reavaliação de Imóveis de Uso Próprio - Em 31/10/2005 foram reavaliados os imóveis registrados no Ativo Permanente, no desdobramento de subgrupo “Imóveis de Uso”, Terrenos e Edificações. A realização dessa Reserva de Reavaliação no primeiro semestre de 2026 por depreciação, foi de R\$ 19 (R\$ 23 em 2025) e IRPJ e CSLL R\$ 9 (R\$ 10 em 2025).

d. Reservas de Lucros - O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei n.º 6.404/1976, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem:

d.1 Reserva Legal - 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei n.º 6.404/1976 exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do período para a reserva legal.

d.2 Reservas Estatutárias - São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do capital social, conforme estabelecido no estatuto social. Estão compostas por:

- **Reserva para Margem Operacional** - está limitada a 80% do capital social e tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976.
- **Reserva para Equalização de Dividendos** - está limitada a 20% do capital social e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976.

e. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

e.1 Dividendos - O Estatuto Social confere direitos a dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, não podendo exceder a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976, como dividendo obrigatório.

Conforme faculta o artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, o BANESTES optou pela distribuição de Juros sobre o Capital Próprio que foi imputado ao valor dos Dividendos Obrigatórios, e estão demonstrados no quadro a seguir:

Base de Cálculo:	30/06/2026	30/06/2025
Lucro Líquido do período	226.057	193.767
Reserva Legal	(11.303)	(9.689)
Realização de Reserva de Reavaliação Transferidas para Lucros ou Prejuízos Acumulados	10	13
Base de Cálculo	214.764	184.091
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Obrigatórios do período	111.217	82.743
Juros sobre o Capital Próprio	111.217	82.743

e.2 Juros sobre o Capital Próprio - Os Juros sobre o Capital Próprio contabilizados no semestre findo em 30/06/2026 no montante de R\$ 111.217 (R\$ 82.743 em 2025), com retenção de 15% de IRRF no valor de R\$ 954 (R\$ 608 em 2025), exceto para os acionistas pessoas jurídicas imunes ou isentos, que líquidos do Imposto de Renda na Fonte perfazem o montante de R\$ 110.263 (R\$ 82.135 em 2025), foram calculados com base na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, conforme artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, objetivando melhor aproveitamento tributário, previsto no Estatuto Social da Instituição, *ad referendum* da AGO 2027.

Demonstrativo de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referentes aos trimestres de 2026 e 2025:

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2026	30.000	(257)	29.743	0,086329905
Juros sobre o Capital Próprio intermediário do 1º trimestre/2026	25.882	(222)	25.660	0,074480035
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre/2026	30.000	(257)	29.743	0,086329905
Juros sobre o Capital Próprio Intermediário do 2º trimestre/2026	25.335	(218)	25.117	0,072905183
Total Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos do Período	111.217	(954)	110.263	0,320045028

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2025	22.500	(165)	22.335	0,071222172
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre/2025	22.500	(165)	22.335	0,071222172
Juros sobre o Capital Próprio Intermediário do 1º semestre/2025	37.743	(278)	37.465	0,119473227
Total Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos do Período	82.743	(608)	82.135	0,261917571

e.3 Política de Dividendos do BANESTES S.A

O Conselho de Administração da Instituição aprovou em reunião extraordinária realizada em 29/06/2026 a Política de Dividendos do BANESTES.

Em conformidade com sua Política de Dividendos, o Conselho de Administração do BANESTES aprovou as seguintes distribuições relativas ao exercício de 2026:

- 15 de dezembro de 2025:

- Calendário 2026: Aprovação do cronograma de pagamentos de JCP mensais para o próximo exercício.

- 23 de março de 2026:

- Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) intermediários, referentes ao 1º trimestre de 2026, no valor bruto unitário de R\$ 0,07448003515 por ação (ON e PN). O valor líquido pago, já considerando a retenção de 17,5% de Imposto de Renda na fonte, foi de R\$ 0,06144602900 por ação, excetuando-se dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente isentas ou imunes. O pagamento foi realizado no dia 13/04/2026. Tiveram direito aos proventos os acionistas posicionados na base acionária ao final do pregão de 26/03/2026. A partir de 27/03/2026, as ações passaram a ser negociadas "ex-direitos".

- 29 de junho de 2026:

- Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) intermediários, referentes ao 2º trimestre de 2026, no valor bruto unitário de R\$ 0,07290518263 por ação (ON e PN). O valor líquido pago, já considerando a retenção de 17,5% de Imposto de Renda na fonte, foi de R\$ 0,06014677567 por ação, excetuando-se dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente isentas ou imunes. O pagamento foi realizado no dia

20/07/2026. Tiveram direito aos proventos os acionistas posicionados na base acionária ao final do pregão de 02/07/2026. A partir de 03/07/2026, as ações passaram a ser negociadas “ex-direitos”.

Os Fatos Relevantes pertinentes aos assuntos estão disponíveis no site de Relações com Investidores do BANESTES (ri.banestes.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

25.1 Planos de Aposentadoria - Seguridade Social - O BANESTES é um dos patrocinadores da BANESES - Fundação BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários a seus empregados. A modalidade do Plano II de Benefícios é de Contribuição Variável - CV, que é uma conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida - CD e Benefício Definido - BD. Preponderantemente, possui características de CD na fase de acumulação de recursos e BD na fase de pagamento do benefício.

Em 29/10/2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Portaria n.º 602, publicada no Diário Oficial da União de 30/10/2013, aprovou as alterações do Regulamento do Plano II de Aposentadoria da BANESES, referentes ao fechamento do Plano II, não permitindo, a partir de 30/10/2013, a adesão de novos participantes. O Regulamento do Plano II e o Estatuto da BANESES estão disponíveis no endereço eletrônico da BANESES <https://www.baneses.com.br/institucional/nossos-planos/plano-ii> e <https://www.baneses.com.br/institucional/quem-somos/estatuto>, respectivamente.

Foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria n.º 149 de 15/02/2017, a aprovação do Regulamento do Plano III de Aposentadoria da Fundação BANESTES, de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro BANESTES e da Fundação BANESTES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação, foi 02/05/2017. O Regulamento do Plano III está disponível no endereço eletrônico da Baneses: <https://www.baneses.com.br/institucional/nossos-planos/plano-iii>.

Foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, por meio da Portaria Previc n.º 471, de 26/05/2025, publicada no Diário Oficial da União de 02/06/2025, a alteração do Regulamento dos Plano II e III de Aposentadoria. As alterações aprovadas contemplam, principalmente, o aumento do limite máximo da contribuição normal dos Patrocinadores de 9% (nove por cento) para 10% (dez por cento), a partir do mês de competência julho/2025.

No primeiro semestre de 2026, as contribuições mensais da patrocinadora, com valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 10% do salário de participação), corresponderam ao BANESTES Múltiplo R\$ 7.735 (R\$ 8.129 em 2025) e BANESTES Consolidado R\$ 8.192 (R\$ 8.506 em 2025). Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal.

O primeiro semestre de 2026 e o exercício encerrado em 31/12/2025 apresentaram resultado superavitário, tendo

como consequência um ativo financeiro, conforme estudos atuariais efetuados por empresa especializada. Entretanto não foi reconhecido o ganho atuarial nas Demonstrações Financeiras do patrocinador, em função da definição dada pelo CPC 33 (R1) com relação a contabilização de um ativo atuarial, que deverá observar o *asset ceiling*, que corresponde ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções de contribuições futuras para o plano.

Essa definição enseja a análise da situação atuarial presente em cada plano de benefícios e dos dispositivos da legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar EFPC no tocante à revisão de plano e destinação de superavit, de forma a se definir se existe, com um alto grau de certeza, a possibilidade de a empresa obter um benefício financeiro decorrente do superavit apresentado nos planos de benefícios.

Com base em parecer de atuário independente, a seguir são apresentadas as informações pertinentes aos planos de aposentadoria do BANESTES, em conformidade com a Resolução CVM n.º 110/2022 e CPC 33 (R1).

Nome do Plano	Planos I e II Aposentadoria	
	30/06/2026	31/12/2025
Períodos findos em		
A. Reconciliação da obrigação de benefício definido		
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	1.365.111	1.294.040
2. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	500	1.105
3. Custo dos juros	167.061	139.601
4. Fluxo de caixa		
a. Benefícios pagos pelo plano líquido contribuições assistidos	(65.862)	(142.256)
5. Outros eventos significativos	-	-
6. Redimensionamento da obrigação		
a. Efeito da alteração de premissas financeiras	9.733	21.310
b. Efeito da experiência do plano	(263.179)	51.311
7. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
8. Obrigação de benefício definido no final do período	1.213.364	1.365.111

	30/06/2026	31/12/2025
B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano		
1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	1.685.418	1.604.983
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	206.260	166.895
3. Fluxo de caixa		
a. Contribuição do participante	4.862	10.361
b. Contribuição do patrocinador	3.350	7.294
c. Benefícios pagos pelo plano líquido contribuições assistidos	(65.862)	(142.256)
4. Outros eventos significativos	-	-
5. Redimensionamento do valor justo dos ativos do plano		
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	(92.834)	38.141
6. Efeito da mudança de câmbio	-	-
7. Valor justo do ativo do plano no final do período	1.741.194	1.685.418

	30/06/2026	31/12/2025
C. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa		
1. Obrigação de benefício definido	1.213.364	1.365.111
2. Valor justo do ativo do plano	(1.741.194)	(1.685.418)
3. Situação Financeira do plano	(527.830)	(320.307)
4. Efeito do limite máximo teto do ativo	527.830	320.307
5. Passivo/(ativo) líquido	-	-

	30/06/2026	31/12/2025
D. Componente do custo/(receita) de benefício definido do período		
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente deduzido das contribuições de participantes ativos	(4.362)	(9.256)
b. Custo total do serviço	(4.362)	(9.256)
2. Custo líquido dos juros		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	167.061	139.601
b. Juros/(rendimento) sobre o valor justo dos ativo do plano	(206.260)	(166.895)
c. Juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	39.199	27.294
d. Custo total dos juros	-	-
3. Redimensionamento de outro benefício de longo prazo	-	-
4. Despesa administrativa e imposto	-	-
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(4.362)	(9.256)

	30/06/2026	31/12/2025
E. Componentes do custo/(receita) de benefício definido para o próximo período		
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	1.016	999
Custo do serviço corrente bruto	1.016	999
Contribuições esperadas de ativos para próximo período	-	-
b. Custo do serviço passado	-	-
c. (Ganho)/Perda decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
d. Custo total do serviço	1.016	999
2. Custo líquido dos juros		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	80.754	167.061
b. Juros/(rendimento) sobre o valor justo dos ativo do plano	(115.883)	(206.260)
c. Juros/(rendimento) sobre o direito reembolsável	-	-
d. Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativo)/passivo oneroso	35.129	39.199
3. Redimensionamento de outro benefício de longo prazo	-	-
4. Despesa administrativa e imposto	-	-
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	1.016	999

	30/06/2026	31/12/2025
F. Movimentação do Passivo Líquido		
1. Passivo/(ativo) líquido no final do exercício anterior	(389.268)	(310.943)
2. Despesa do ano	(4.362)	(9.256)
3. Pagamento de contribuição patrocinadora	(3.350)	(7.294)
4. (Ganhos)/Perdas atuariais do período	160.612	(34.481)
5. Variação no teto do ativo	(39.199)	(27.294)
6. Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	-	-
7. Passivo/(ativo) líquido no final do período	(275.567)	(389.268)

	30/06/2026	31/12/2025
Premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	13,75%	12,24%
2. Taxa de desconto atuarial	8,00%	7,59%
3. Taxa nominal de crescimento salarial	0,00%	0,00%
4. Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,33%	4,32%
5. Taxa nominal de reajuste de benefício	0,00%	0,00%

	30/06/2026	31/12/2025
Premissas para determinar o custo/(receita) de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	12,24%	10,59%
2. Taxa de desconto atuarial	7,59%	7,37%
3. Taxa nominal de crescimento salarial	5,36%	4,03%
4. Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,32%	3,00%
5. Tábua de mortalidade geral	AT- 2000 Suavizada 30% por sexo	AT- 2000 Suavizada 30% por sexo

	30/06/2026	31/12/2025
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
1. Aposentadoria hoje (idade atual 55 anos)	36,82	31,37
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 30 anos)	57,02	55,08

	30/06/2026	31/12/2025
Análise de sensibilidade nas Hipóteses		
Taxa nominal de desconto		
1. Taxa nominal de desconto - 1,00%	1.291.146	1.453.953
Premissa da análise	7,00%	6,59%
2. Taxa nominal de desconto + 1,00%	1.144.552	1.270.191
Premissa da análise	9,00%	8,59%

	30/06/2026	31/12/2025
Fluxos de caixa esperados para os próximos anos		
1. Contribuição esperada a ser paga pela empresa	-	-
2. Contribuição esperada da empresa para direito reembolsável	-	-
3. Total previsto de pagamentos de benefícios pelo plano		
Ano 1	145.538	145.749
Ano 2	141.446	142.897
Ano 3	137.181	139.873
Ano 4	132.751	136.679
Ano 5	128.165	133.314
Próximos 5 anos	567.391	610.337

	30/06/2026	31/12/2025
Estatísticas dos participantes		
1. Ativos e autopatrocinados		
a. Quantidade	950	972
b. Folha anual de salários de participação	139.057	139.983
c. Salário de participação médio anual	146	144
d. Idade média	49,4	49,1
e. Tempo de serviço médio	23,0	22,8
2. Aposentados e pensionistas		
a. Quantidade	2.465	2.464
b. Benefício médio anual	157.671	116.710
c. Idade média	73,74	69,94

25.2 Assistência à Saúde - O BANESTES também é um dos patrocinadores da Caixa de Assistência dos Empregados do Sistema Financeiro BANESTES - BANESCAIXA, associação com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, voltada para assistência à saúde, na modalidade de autogestão.

No primeiro semestre de 2026, a contribuição mensal da patrocinadora equivaleu a 50% do valor estabelecido na tabela por faixa etária, para cada empregado, o que correspondeu ao BANESTES Múltiplo R\$ 5.842 (R\$ 4.799 em 2025) e BANESTES Consolidado R\$ 5.979 (R\$ 4.923 em 2025).

25.3 Outros Benefícios Concedidos a Empregados - O BANESTES e suas empresas controladas oferecem também aos seus empregados outros benefícios, tais como seguro de vida, acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, incluindo as contribuições mencionadas acima, totalizaram no primeiro semestre de 2026 para o BANESTES Múltiplo R\$ 17.642 (R\$ 16.883 em 2025) e BANESTES Consolidado R\$ 18.305 (R\$ 17.420 em 2025).

26. LIMITES OPERACIONAIS

a. Índice de Basileia - Representa a relação entre o Patrimônio de Referência (PR) e os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), conforme Resoluções n.º 4.955/2021 e n.º 4.958/2021, ambas do Conselho Monetário Nacional, demonstrando a solvência da empresa. O Patrimônio de Referência deve ser apurado com base no Consolidado Prudencial.

A apuração dos limites operacionais é efetuada de forma consolidada na qual o BANESTES é a Instituição líder.

Na tabela a seguir informamos os principais indicadores do BANESTES Consolidado Prudencial em 30/06/2026 e 31/12/2025. Todos os indicadores foram calculados em conformidade com as normas em vigor.

	Banestes Consolidado	
	Prudencial	
	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio Líquido Ajustado	2.504.742	2.411.697
(-) Redução Ajustes Prudenciais	426.820	426.554
Ativos Intangíveis	374.178	384.449
Investimentos significativos em assemelhadas	50.180	40.355
Créditos tributários de diferença temporária	2.462	1.750
(+) Ajuste negativo decorrente da constituição de perdas esperadas	34.348	96.522
Patrimônio de Referência (PR) (Nível I + Nível II)	2.112.270	2.081.665
Exposições ao Risco:		
Parcela exigida para cobertura do Risco de Crédito (RWAcpad)	12.305.167	12.506.673
Parcela exigida para cobertura do Risco Operacional (RWAopad)	2.086.535	2.061.026
Parcela exigida para cobertura do Risco de Mercado (RWAm pad)	-	5.075
Parcela exigida para cobertura do Risco de Serviços de Pagamento (RWAsp)	370	340
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	14.392.072	14.573.114
Margem sobre o PR considerando IRRBB¹ e ACP²	631.103	551.488
Índice de Basileia [(PR/RWA)*100]	14,68%	14,28%

1) IRRBB é parcela de capital para cobertura do risco das operações sujeitas a variações de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

2) ACP - Adicional de Capital Principal.

Observação: Segundo a Resolução CMN n.º 4.958/2021 o fator F para requerimento mínimo de PR é igual a 0,0800, a partir da data-base de janeiro de 2019.

BANESTES Consolidado Prudencial - Composto pelas instituições financeiras BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e BANESTES Asset Management.

b. Índice de Imobilização - Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.957/2021, o Índice de Imobilização em relação ao Patrimônio de Referência em 30/06/2026 para o Consolidado Prudencial é de 26,39% (25,07% em 31/12/2025), estando em conformidade com o máximo permitido pelo Banco Central do Brasil que é de 50%.

27. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

O BANESTES possui uma Diretoria de Gestão de Riscos e Controles e unidades específicas para a gestão dos riscos operacional, de crédito, de mercado e IRRBB, de liquidez, social, ambiental e climática, do gerenciamento de capital e

Basileia, devidamente segregadas das unidades de negócios. Essa estrutura é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição e conta ainda com comitês específicos que analisam e deliberam acerca das matérias ligadas à gestão de risco, submetendo-as ao Colegiado de Diretoria e ao Conselho de Administração.

Para mais informações a respeito do gerenciamento de riscos e de capital do BANESTES, acesse o nosso Relatório de Gerenciamento de Riscos na seção Relações com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos em <https://ri.banestes.com.br/governanca-corporativa/gerenciamento-de-riscos>.

Análise de Sensibilidade

Procurando estar em conformidade com as práticas de governança corporativa e gestão de risco, o BANESTES realiza as suas operações dentro dos limites operacionais, no qual cada operação que é realizada pela Instituição, dependendo dos objetivos, pode ser classificada da seguinte forma, de acordo com a Resolução n.º 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, e com a Resolução BCB n.º 111/2021, do Banco Central do Brasil, que se baseia nos conceitos de carteira definidos pelo Acordo de Basileia:

- Carteira de negociação (*Trading*);
- Carteira bancária (*Banking*).

Atrelado a essas classificações, o BANESTES realiza a análise de sensibilidade das suas posições classificadas na carteira de negociação (*Trading*) e na carteira bancária (*Banking*) sujeitas ao risco de mercado.

A exposição ao risco de mercado do conglomerado e de suas empresas subsidiárias é avaliada continuamente, segregada e/ou conjuntamente, visando a mantê-la em níveis considerados aceitáveis.

Quadro de Análise de Sensibilidade

Para a construção dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram consideradas as condições existentes em 30/06/2026.

No quadro a seguir encontram-se sintetizados os resultados apurados:

Fator de Risco	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa prefixada de juros	(4.057)	(92.233)	(168.904)
Índices de Preços	(3.762)	(82.954)	(147.755)
Moedas	-	-	-
Fundos	(3.761)	(94.014)	(188.027)

(*) Percentual de deterioração nas variáveis de risco de mercado.

A carteira considerada na análise de sensibilidade, sujeita ao risco de mercado, incluindo posições classificadas na carteira de negociação (*Trading*) e na carteira bancária (*Banking*), é composta por títulos públicos, títulos privados, moedas estrangeiras e fundos de investimento.

Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é definido como processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O gerenciamento de capital do BANESTES engloba todas as instituições que fazem parte do conglomerado prudencial, abrangendo o BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e a BANESTES Asset Management.

A estrutura de gerenciamento de capital é composta pelos seguintes itens:

- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital;
- Sistemas, rotinas e procedimentos para o gerenciamento de capital;
- Avaliação dos impactos no capital dos resultados do programa de testes de estresse;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de 03 anos;
- Plano de contingência de capital;
- Avaliação da adequação do capital; e
- Relatórios gerenciais tempestivos.

O BANESTES adota o modelo Padronizado para a apuração das parcelas que compõem o total dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA (*Risk Weighted Assets*), que prevê metodologia de cálculo para requerimento de capital regulatório para os riscos de Crédito, Mercado, Operacional e serviços de pagamentos, definidas pelo órgão regulador nacional.

O requerimento mínimo de PR para fazer face aos riscos é composto por:

a) o valor da parcela de Ativos Ponderados pelo Risco - RWA, sendo composta pelo somatório das parcelas de risco de crédito (RWACPAD), mercado (RWAMPAD), operacional (RWAOPAD) e de serviços de pagamento (RWAsp), multiplicado pelo fator "F", com o valor de 8%;

b) o valor de PR mantido para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB).

O gerenciamento de riscos e de capital é de responsabilidade de cada um dos colaboradores, sendo que as políticas e metodologias estão descritas em normas internas e são revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, sendo

compatíveis com a natureza das operações e complexidade dos serviços e produtos oferecidos pela Instituição. É de responsabilidade do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital - COGIC propor recomendações ao Conselho de Administração sobre as políticas, as estratégias e os limites de gerenciamento de riscos e de capital destinados a manter a exposição aos riscos em conformidade com os níveis fixados na Declaração de Apetite por Riscos - RAS.

Além disto, cada Instituição do Conglomerado Prudencial é responsável pelo gerenciamento de seu capital, devendo repassar à Gerência de Análise de Riscos Integrados - GERIS as informações referentes aos riscos para consolidação e divulgação nos relatórios de acordo com as políticas internas do BANESTES. Tais relatórios contemplam, no mínimo, as seguintes informações:

- a) valor apurado de PR;
- b) valores apurados das parcelas de RWA e IRRBB;
- c) informações analíticas relativas aos riscos de crédito, de mercado e operacional;
- d) informações das projeções e acompanhamento do orçamento;
- e) informações e análises dos testes de estresse;
- f) informações e análises de cálculo de validação (*backtesting*).

A GERIS - Gerência de Análises de Riscos Integrados efetua o monitoramento mensal dos indicadores conforme Plano de Capital, além de produzir relatórios gerenciais tempestivos para envio ao COLED, COGIC e CONSE versando sobre eventuais deficiências da estrutura de gerenciamento de capital, ações para corrigi-las, e adequação dos níveis do PR, do Nível I e do Capital Principal aos riscos incorridos.

O Índice de Basileia faz parte do conjunto de indicadores monitorados e avaliados no processo de Gerenciamento de Capital, e tem por finalidade medir a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos.

O Plano de Contingência de Capital deve ser executado quando o Índice de Basileia - IB não estiver em conformidade com a tolerância ao risco indicada na RAS mediante acionamento do Colegiado da Diretoria - COLED do BANESTES e Conselho de Administração - CONSE, para adoção de medidas visando o aumento do capital mantido pela Instituição e/ou redução dos riscos, no qual essa decisão deve levar em consideração as condições de mercado e outras variáveis que julgarem necessárias.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Acordo de Compensação Financeira - O BANESTES tem celebrado com certas contrapartes acordos de compensação ao amparo da Resolução n.º 3.263/2005, do Conselho Monetário Nacional. Tais acordos estabelecem, de modo geral, a compensação das obrigações decorrentes das operações bancárias vigentes e futuras cursadas com

tais contrapartes. O registro dos acordos de compensação é feito na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O BANESTES possuía em 30/06/2026 o valor de R\$ 843.687 (R\$ 222.242 em 31/12/2025) em instrumentos vinculados aos acordos de compensação com o Sicoob, o Sicredi e o Safra.

b. Receitas de Prestação de Serviços

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de Prestação de Serviços	67.414	64.814	116.485	100.014
Administração de Fundos de Investimento	-	-	18.758	10.468
Rendas de Garantias Prestadas	548	50	548	50
Receitas de Corretagens de Câmbio	111	156	111	156
Anuidade de Cartões	7.654	8.424	7.654	8.424
Outras Tarifas de Cartões	99	111	99	111
Tarifa de Intercâmbio	32.687	30.928	32.687	30.928
Credenciamento	80	73	80	73
Tarifas de Arranjo	25	24	25	24
Pix	3.018	2.251	3.018	2.251
Outros Serviços Relac. a Transações de Pagamento	141	73	141	73
Cobrança	7.842	8.069	7.529	7.800
Serviços de Custódia e Transferência de Fundos	485	427	485	427
Rendas de Serviços Prestados a Ligadas	5.285	5.017	-	-
Receita com Comissões em Comercialização e Serviços de Seguros, Previdência e Capitalização	-	-	35.911	21.739
Outros Serviços	9.439	9.211	9.439	17.490
Rendas de Tarifas Bancárias	84.180	83.929	84.173	83.917
Pacote de Serviços - Pessoas Físicas	47.093	45.106	47.093	45.106
Tarifas de Serviços Prioritários	5.257	5.673	5.257	5.673
Tarifas de Serviços Diferenciados	277	288	277	288
Tarifas de Serviços Especiais	1.221	1.278	1.221	1.278
Pacote de Serviços - Pessoas Jurídicas	11.604	11.655	11.604	11.655
Outras Rendas de Tarifas Bancárias	18.728	19.929	18.721	19.917
Total de Receita de Prestação de Serviços e de Rendas de Tarifas Bancárias	151.594	148.743	200.658	183.931

O valor líquido das rendas de Cartões frente aos programas de fidelidade é de R\$ 37.137 (R\$ 30.495 em 2025).

c. Outras Receitas Operacionais

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Reversão de Provisão Fiscais	-	788	-	1.013
Atualização Monetária de Dep. Judiciais	9.873	7.002	10.142	7.248
Outras Receitas de Operações de Seguros	-	-	850	436
Variações Cambiais Ativas	39	453	39	453
Variações Monetárias Ativas	-	-	11	38
Recuperação de Encargos e Despesas	1.413	1.377	1.413	1.377
Reversão de Provisão - Trabalhistas	-	-	-	13
Reversão de Provisões - Recursos Humanos	60	1.250	107	1.593
Reversão de Provisões Operacionais não Relacionadas ao Risco de Crédito	1.244	3.579	1.244	3.579
Reversão de Provisão - Outras	7.091	2.653	7.091	2.653
Reversão de Provisão - Cont. Cível	4.796	2.871	5.806	2.989
Direito de Balcão	-	-	225	225
Outras Rendas Operacionais	112	36	197	297
Total	24.628	20.009	27.125	21.914

d. Despesas de Pessoal

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Honorários - Conselheiros (Adm. e Fiscal) e Diretoria	(3.040)	(2.841)	(5.977)	(5.407)
Proventos	(135.964)	(149.696)	(144.501)	(159.090)
Benefícios	(38.106)	(32.211)	(40.068)	(34.029)
Encargos Sociais	(62.813)	(58.021)	(67.086)	(61.193)
Treinamento	(1.160)	(1.212)	(1.229)	(1.248)
Remuneração de Estagiários	(8.714)	(7.990)	(9.770)	(8.879)
Total	(249.797)	(251.971)	(268.631)	(269.846)

e. Outras Despesas Administrativas

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Depreciação e Amortização	(63.949)	(55.889)	(65.544)	(57.444)
Despesa Financeira de Arrendamento	(4.565)	(4.129)	(4.816)	(4.459)
Serviços de Terceiros	(15.410)	(16.350)	(21.191)	(21.324)
Serviços Técnicos Especializados	(30.831)	(34.587)	(32.692)	(36.145)
Processamento de Dados	(43.587)	(27.515)	(44.412)	(28.016)
Aluguéis	(174)	(1.661)	(221)	(1.693)
Manutenção e Conservação de Bens	(13.977)	(11.331)	(14.282)	(11.496)
Serviços de Vigilância e Segurança	(13.392)	(12.854)	(13.571)	(13.034)
Transporte	(5.093)	(5.584)	(5.326)	(5.794)
Comunicações	(6.431)	(7.036)	(6.533)	(7.149)
Serviços do Sistema Financeiro	(3.652)	(2.587)	(3.741)	(2.667)
Propaganda e Publicidade	(10.442)	(8.661)	(10.768)	(9.145)
Promoções e Relações Públicas	(9.777)	(8.071)	(9.936)	(8.221)
Água, Energia e Gás	(3.503)	(3.148)	(3.634)	(3.263)
Contribuições a Entidades Associativas	(833)	(660)	(858)	(686)
Material	(1.213)	(939)	(1.239)	(966)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(2.805)	(1.704)	(2.820)	(1.720)
Viagem no País	(1.287)	(479)	(1.361)	(582)
Publicações	(438)	(646)	(632)	(880)
Contribuições Filantrópicas	(700)	(737)	(703)	(740)
Seguros	(212)	(183)	(93)	(127)
Outras	(2.047)	(2.167)	(3.479)	(4.024)
Total	(234.318)	(206.918)	(247.852)	(219.575)

f. Despesas Tributárias

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Contribuição a COFINS	(37.146)	(33.281)	(48.437)	(43.596)
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(7.664)	(7.366)	(9.993)	(9.421)
Contribuição ao PIS/PASEP	(6.036)	(5.408)	(8.141)	(7.308)
IPTU/ITBI	(811)	(945)	(813)	(953)
Outras	(339)	(121)	(387)	(194)
Total	(51.996)	(47.121)	(67.771)	(61.472)

g. Provisões para Contingências e Outras Despesas Operacionais

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Provisões para Contingências	(14.930)	(15.862)	(16.151)	(21.670)
Contingências Fiscais	(1.221)	(1.234)	(1.352)	(6.420)
Contingências Trabalhistas	(7.464)	(8.826)	(7.489)	(8.882)
Contingências Cíveis	(6.245)	(5.802)	(7.310)	(6.368)
Outras Despesas Operacionais	(61.351)	(63.800)	(94.474)	(90.075)
Despesas Operacionais com Cartão de Crédito	(22.526)	(31.889)	(22.526)	(31.889)
Despesas com Angariações de Seguros	-	-	(18.964)	(13.793)
Ressarcimento de Custos	(3.538)	(2.704)	(3.538)	(2.704)
Banco 24 Horas - Tecnologia Bancária	(1.977)	(2.595)	(1.977)	(2.595)
Despesas c/ Serviços Associados a Trans. Pagamento	(336)	(383)	(336)	(383)
Operações de Crédito - Desc. Conced. em Renegociações	(15.920)	(9.205)	(15.920)	(9.205)
Tarifas Diversas	(8.979)	(7.615)	(8.979)	(7.629)
Demais Despesas com Operações de Seguros	-	-	(10.651)	(8.716)
Variações Cambiais Passivas	(2)	(58)	(2)	(58)
Variações Monetárias Passivas	(2.641)	(2.450)	(2.641)	(2.450)
Despesas de Repasse - Custo de Apólices	-	-	-	(1)
Despesas com Inspeção de Riscos	-	-	(109)	(54)
Portabilidade - Ressarc. Custo de Originação	-	(955)	-	(955)
Despesas com Processos Cíveis	(96)	(54)	(96)	(54)
Despesas de Cobrança - Seguros	-	-	-	(14)
Despesas com Processos Recursos Humanos	-	(2)	-	(2)
Encargos Sociais - INSS - Proc. Trabalhistas	(920)	(452)	(920)	(452)
Outras Despesas Operacionais	(4.416)	(5.438)	(7.815)	(9.121)
Total de Provisão para Contingências e Outras Despesas Operacionais	(76.281)	(79.662)	(110.625)	(111.745)

h. Resultado Não Operacional

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas não Operacionais	2.381	1.329	2.773	1.704
Ganhos de Capital	1.922	354	1.922	354
Lucros na Alienação de Valores e Bens	208	-	208	-
Reversão de Provisões não Operac. - Outras	182	293	182	293
Rendas de Aluguéis	49	118	441	493
Outras Rendas não Operacionais - Outras	20	564	20	564
Despesas não Operacionais	(1.115)	(2.075)	(1.354)	(2.093)
Perdas de Capital	(897)	(907)	(1.112)	(907)
Despesas de Provisões não Operac. - Outras	-	(53)	-	(53)
Despesas de Provisões não Operac. - Desvalorização de Ativo não Fin. Mantido p/Venda - Recebidos	-	(51)	-	(51)
Prejuízos na Alienação de Valores e Bens	(21)	-	(21)	-
Outras Despesas não Operacionais	(197)	(1.064)	(221)	(1.082)
Resultado não Operacional	1.266	(746)	1.419	(389)

i. Resultado com Resseguro

	Banestes Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025
Resultado com Resseguro	163	(238)
Receitas com Resseguro	163	(238)
Indenizações de Sinistros	132	60
Variação com IBNR	31	(298)

j. Administração de Fundos de Investimentos - O Sistema Financeiro BANESTES gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimentos de propriedade de terceiros e outras modalidades de investimentos em favor dos investidores. As Demonstrações Financeiras desses fundos não estão incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas.

A BANESTES Asset Management passou a ser a responsável pela administração dos fundos de investimento, que antes eram administrados pelo BANESTES S.A. O patrimônio líquido de cada fundo está apresentado a seguir:

Fundos	30/06/2026	31/12/2025
Fundo de Investimento BANESTES Institucional - Renda Fixa	117.605	123.660
Fundo de Investimento BANESTES Invest Money - Renda Fixa	147.792	150.251
Fundo de Investimento BANESTES Invest Public - Renda Fixa	1.570.847	1.396.412
BANESTES Investidor Automático Fundo de Investimento - Renda Fixa - Curto Prazo	29.787	33.188
Fundo de Investimento BANESTES Previdenciário - Renda Fixa	81.634	88.586
Fundo de Investimento BANESTES Liquidez Renda Fixa Referenciado DI	3.827.383	4.019.649
Fundo de Investimento BANESTES Solidez Automático Renda Fixa Curto Prazo	632.249	527.740
Fundo de Investimento BANESTES Referencial IRF - M1 - Tít. Públicos - Renda Fixa	214.320	201.896
Fundo de Investimento BANESTES Tesouro Automático Renda Fixa Curto Prazo	374.420	432.316
BANESTES Debêntures Incentivadas FIC de Fundos de Investimento Multim. Créd. Priv	31.654	52.017
BANESTES Vitória 500 FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	7.998	7.586
BANESTES Valores FIC de Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	267.402	256.654
BANESTES VIP DI FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	372.098	362.008
BANESTES FIC de Fundo de Investimento de Ações - BTG Absoluto Institucional	4.610	5.386
BANESTES Estratégia FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa	170.122	160.171
BANESTES Dividendos Fundo de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento de Ações	9.278	8.626
FUNSES FIC FIM	1.061.798	935.536
BANESTES Invest Facil Fundo de Investimento Renda Fixa Simples	4.770	2.298
BANESTES Selection Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	21.952	20.503
BANESTES IMA-B 5 Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	17.996	17.574
BANESTES Crédito Corporativo I FIC de FI Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo	16.099	13.135
BANESTES MultiEstratégia Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	6.337	5.913
Banestes Reserva Climática FIF Renda Fixa Referenciado DI Responsabilidade Limitada	1.203.980	1.145.075
Banestes Adm.Rec. Terc. - Banestes FIF Banestes Tenax	12.164	12.275
Banestes Adm. Rec. Terc.- FIF- Banestes FIF Soberano Simples	114.712	107.327
Banestes Adm. Rec. Terc.- FIF- Banestes Synergy	7.546	6.274
Total	10.326.553	10.092.056

Em fevereiro de 2026 entrou em vigor a Resolução CMN nº 5.272/2025, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). A Banestes Asset Management, empresa integrante do SFB, avaliou os potenciais impactos da nova regulamentação sobre os fundos de investimento sob sua gestão que possuem recursos provenientes desse segmento. Não foram identificados, até o encerramento do período analisado, impactos materiais decorrentes da nova regulamentação sobre o volume de ativos sob gestão da Instituição. A Banestes Asset Management permanece acompanhando a evolução das discussões regulatórias e avaliará, de forma contínua, eventuais impactos decorrentes de alterações na regulamentação aplicável.

k. Resultados Recorrentes / Não recorrentes

Nos semestres findos em 30/06/2026 e 30/06/2025, não foram reconhecidos resultados não recorrentes.

l. Reforma Tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo (RTC), instituída pela Emenda Constitucional n.º 132/2023, promove uma grande alteração no sistema tributário nacional. Este novo modelo foi implantado pelas Leis Complementares n.º

214/2025 e n.º 227/2026, que consolidaram as bases do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS), além de regulamentarem a atuação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS).

O cronograma de transição estabelece a extinção do PIS/Pasep e da Cofins ao encerramento de 2026, com a substituição integral pela CBS a partir de 2027. Paralelamente, o IBS terá sua implementação iniciada de forma gradual em 2029, culminando na supressão definitiva do ISS até 2032.

No tocante ao setor financeiro, as alíquotas de IBS/CBS seguirão uma progressão escalonada, com início projetado em 10,85% e evolução gradual até atingirem o patamar de 12,50% em 2033. Em contrapartida, estima-se que as tarifas atualmente oneradas pelo ISS experimentem uma redução em suas alíquotas ao longo do mesmo intervalo temporal.

Por fim, o Banco mantém o monitoramento contínuo da evolução normativa e das regras infralegais exaradas pela Receita Federal e pelo CGIBS. Ressaltamos a necessidade de adaptação dos sistemas e processos internos às exigências vigentes a partir de 2026, embora, no presente estágio, ainda não seja possível mensurar com precisão a totalidade dos impactos financeiros decorrentes deste processo de transição.

m. Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC)

m.1 Recolhimento antecipado de contribuições ordinárias

Em 25 de março de 2026, em observância ao Comunicado 05/2026 do FGC, a Instituição realizou o aporte extraordinário de R\$ 126.536 referente à antecipação de 60 (sessenta) meses das contribuições ordinárias mensais.

A liquidação financeira ocorreu mediante a utilização de saldos mantidos em contas de Reservas Bancárias junto ao Banco Central do Brasil, amparada pela regulamentação que permitiu que a totalidade desse valor seja abatida dos recolhimentos compulsórios sobre depósitos à vista para esta finalidade sistêmica.

O valor recolhido está registrado como Despesa Antecipada no Ativo, sendo amortizado mensalmente à razão de 1/60 (um sessenta avos) contra o resultado do período.

A partir da Base de Cálculo das Contribuições Ordinárias, mensalmente é apurado o valor da despesa de Contribuição Ordinária do mês e é feito um ajuste financeiro junto ao FGC, com pagamento ou recebimento da diferença em relação ao 1/60 que foi pago antecipadamente, de modo que o efeito em resultado decorrente dessa antecipação é nulo.

Destaca-se que essa é uma circunstância sistêmica. Isto é, as instituições associadas ao FGC estão obrigadas a atender aos preceitos do referido comunicado. De acordo com essa regulamentação, a medida tem por finalidade assegurar a solidez patrimonial do FGC e garantir a plena capacidade de cumprimento de suas obrigações, em estrita observância à legislação vigente e às disposições estatutárias.

m.2 Compromissos Adicionais (2027-2028)

Novas antecipações de fluxo de caixa ao FGC estão previstas, conforme cronograma estabelecido no referido comunicado:

- Exercício de 2027: Antecipação equivalente a 12 meses de contribuição ordinária.
- Exercício de 2028: Antecipação equivalente a 12 meses de contribuição ordinária.

29. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do BANESTES autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras em 12 de agosto de 2026, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas Demonstrações.

Órgãos da Administração em 12 de agosto de 2026

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maelcio Maurício Soares (Presidente)
 Carlos Artur Hauschild
 Danilo Ronaldo Alves dos Santos Bicalho
 João Luiz Pereira de Oliveira
 José Marcos Travaglia
 José Roberto Macedo Fontes
 Katya Elvira Paste
 Marcello Rinaldi
 Sebastião José Balarini

DIRETORIA

Carlos Artur Hauschild (Presidente)
 Benedito de Jesus Pimentel
 Fernando Valli Cardoso
 Joseane de Fátima Geraldo Zoghbi
 Marcos Vinícius Nunes Montes
 Rafael Zibetti
 Silvio Henrique Brunoro Grillo
 Vicente Lopes Duarte

CONTADOR

Magno Willian Viana da Silva
 CRC-ES 020.893/O-0

CONSELHO FISCAL

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
 Célia Lúcia Vieira
 Eliseu José Fidêncio
 Murilo de Campos Cuestas
 Tamires Endringer Depes

COMITÊ DE AUDITORIA

Mário Zan Barros (Coordenador)
 José Roberto Macedo Fontes



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do
Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo
Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("Banestes" ou "Banco"), identificadas como Banestes Múltiplo e Banestes Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, em 30 de junho de 2026, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banestes e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração das perdas esperadas de operações de crédito

Conforme Notas Explicativas nº 2.b - I, 3(d) e 8(c) e (g) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
O Banestes registrou em 30 de junho de 2026, R\$ 491.471 mil de provisão para perdas esperadas de operações de crédito, que compreendem as operações de empréstimos, adiantamento a clientes, operações de compra com compromisso de revenda e demais instrumentos de dívida não mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) e para os limites de créditos concedidos e não utilizados. A provisão de perda esperada é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo, e caso não tenha ocorrido aumento significativo no risco de crédito desde sua origem, a provisão é baseada na expectativa de perda para 12 meses. A mensuração da provisão de perdas esperadas é apurada com base em julgamento e premissas baseadas no comportamento histórico de perdas e projeções de perdas esperadas considerando variáveis macroeconômicas. Devido à relevância das operações de crédito para o Banestes e à incerteza significativa envolvida na mensuração da provisão para perdas esperadas – principalmente em razão da complexidade dos modelos e da subjetividade e precisão das premissas utilizadas – consideramos este um dos principais assunto de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - avaliação, com base em amostragem, das premissas que suportam a avaliação do Banestes quanto às perdas esperadas das operações, incluindo a análise de suficiência das garantias, quando aplicável, e inspecionamos as documentações de itens selecionados; - recálculo, com o envolvimento de nossas especialistas em riscos de crédito, da provisão para perdas esperadas das operações de crédito; - avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em riscos de crédito, dos modelos, premissas e dados utilizados pelo Banestes para mensurar as perdas esperadas das operações de crédito avaliadas de forma coletiva, incluindo as premissas e dados utilizados para determinação das perdas esperadas por meio da aplicação de cálculos estatísticos para avaliação da performance e estabilidade desses modelos e metodologias desenvolvidos pelo Banestes; e - avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos de perdas esperadas para as operações de crédito, bem como as respectivas divulgações do Banestes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes – Trabalhistas, cíveis e fiscais

Conforme Notas Explicativas nº 3(q) e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
O Banestes é parte passiva em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades com as respectivas provisões registradas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos montantes de R\$151.876 mil e R\$ 160.225 mil, respectivamente. Essas provisões foram constituídas considerando a probabilidade de perda atribuída a cada processo, ou seja, a probabilidade que recursos financeiros são	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle dos passivos contingentes e a mensuração dos montantes provisionados; - obtenção e avaliação de informações sobre processos judiciais por meio de confirmações recebidas dos

exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança, com base nas avaliações dos assessores legais/jurídicos do Banestes, que levam em consideração, inclusive, o histórico de condenações em cada processo judicial.

Devido a relevância dos montantes e as incertezas e julgamentos envolvidos para a mensuração dos passivos contingentes e provisões, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria.

assessores jurídicos externos e internos;

- avaliação, com base em amostragem, das premissas utilizadas na mensuração dos processos selecionados, incluindo a inspeção da documentação dos processos judiciais;

- avaliação da suficiência de provisão por meio do histórico de desembolso em relação aos respectivos montantes provisionados; e

- avaliação das divulgações efetuadas pelo Banestes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas descritas nas notas explicativas, de acordo com normas aplicáveis.

Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes das provisões e das divulgações dos passivos contingentes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banestes, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banestes. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras consolidadas

Essas demonstrações financeiras consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2026, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e foram apresentadas separadamente pelo Banestes nesta data e sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente, não contendo qualquer modificação, com data de 12 de agosto de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banestes é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banestes continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banestes e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banestes e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banestes e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banestes e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia,



eventos ou condições futuras podem levar o Banestes e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as referidas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Primeiro Semestre de 2026

Introdução:

O Comitê de Auditoria, como órgão estatutário do Banestes S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo S.A., exerce suas atividades em conformidade com a Resolução CMN nº 4.910/2021, com o Estatuto Social e o Regimento Interno do Banestes S.A., estendendo sua atuação à Banestes Seguros S.A., em conformidade com a Resolução CNSP (Conselho Nacional Seguros Privados) nº 432/2021.

O Comitê de Auditoria é órgão permanente de assessoramento ao Conselho de Administração, atuando com autonomia e independência na supervisão da qualidade das demonstrações financeiras, da atuação das auditorias interna e independente, da efetividade dos controles internos, da gestão de riscos e da observância das normas legais e regulamentares.

As atividades do Comitê de Auditoria – COAUD são reguladas conforme dispõe o Estatuto Social do Banestes S.A. e pelo Regimento Interno, cuja última versão foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião extraordinária realizada em 30/01/2017 e alterações posteriores, sendo a última em 26/04/2021.

O Comitê de Auditoria é de funcionamento permanente e foi instituído visando à observação das melhores práticas de governança corporativa pelo Banestes S.A., composto por 03 (três) membros, sendo que um de seus membros tem reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

Durante parte do primeiro semestre de 2026, o Comitê permaneceu composto pelos Senhores Mário Zan Barros (Coordenador), Christiano Santos Corrêa e José Roberto Macedo Fontes, sendo que o Senhor Christiano Santos Corrêa apresentou renúncia na Reunião do Conselho de Administração realizada em 25/05/2026.

O mandato dos membros do Comitê de Auditoria é de 01 (um) ano a contar da data de sua posse, permitida a recondução nos Termos da Legislação em vigor, sendo um deles, coordenador, preferencialmente especialista em contabilidade e finanças, não exercendo outra função no Banestes S.A.

O Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, exercendo suas atribuições de forma consultiva, sem poderes executivos, em estrita observância às competências estabelecidas no Estatuto

Social e no Regimento Interno.

Compete ao Comitê de Auditoria avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras, o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria externa; supervisionar atividades de auditoria interna e controles internos e de administração de riscos; suas avaliações e atuação baseiam-se nas suas próprias análises e nas informações recebidas do Sistema Financeiro Banestes e dos Auditores Externos.

A KPMG Auditores Independentes Ltda. é a atual empresa responsável pelo exame e emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e pela emissão dos relatórios especiais sobre as revisões trimestrais.

As áreas de Auditoria Interna, Controles Internos e de elaboração das demonstrações financeiras são subordinadas à Diretoria da Companhia, supervisionadas pelo Comitê de Auditoria.

Atividades do Comitê de Auditoria – Período compreendido entre janeiro e junho de 2026:

No primeiro semestre de 2026, sob a Coordenação do Senhor Mário Zan Barros o Comitê de Auditoria realizou 6 (seis) reuniões ordinárias e 9 (nove) reuniões extraordinárias para apreciação dos assuntos estratégicos relacionados à governança corporativa, auditoria, controles internos, gerenciamento de riscos e demonstrações financeiras do Sistema Financeiro Banestes, contando com a participação de administradores, gestores das áreas técnicas, Auditoria Interna e Auditoria Independente, sempre que necessário.

Destaques das atividades desenvolvidas

- acompanhamento das Demonstrações Financeiras do primeiro semestre de 2026 e do Relatório do Conglomerado Prudencial;
- reuniões com a KPMG Auditores Independentes para análise dos trabalhos de auditoria independente;
- análise e aprovação do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria referente ao primeiro semestre de 2026;
- acompanhamento da execução do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT);
- análise dos Relatórios Conclusivos de Auditoria (PAR PRO), com determinação de providências e monitoramento das recomendações expedidas pela Auditoria Interna;
- acompanhamento das comunicações de indícios de ilicitude e dos relatórios provenientes do Canal

Institucional de Denúncias;

- acompanhamento das Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria do Banestes novembro/2025 a maio/2026;
- análise dos balancetes patrimoniais do Banestes S.A., Banestes Seguros, Banestes Asset, Banestes Corretora, Banestes Loteria e dos Fundos de Investimentos;
- acompanhamento da política de gerenciamento de riscos e dos controles internos;
- análise do Plano de Segurança Cibernética, Plano de Continuidade de Negócios (PCN), Business Impact Analysis (BIA) e Plano de Recuperação de Desastres (PRD);
- acompanhamento dos estudos de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (PLD/FTP);
- análise dos Relatórios de Avaliação de Efetividade dos processos de PLD/FTP do Banestes S.A., Banestes Asset e Banestes Seguros;
- acompanhamento das providências relacionadas às recomendações da Auditoria Externa e dos órgãos reguladores;
- monitoramento das políticas de gestão de riscos, controles internos e governança corporativa.

Demonstrações Financeiras:

O Comitê de Auditoria analisou os aspectos relacionados ao processo de elaboração das Demonstrações Financeiras, notas explicativas e relatórios da Administração com data base 30/06/2026, mantendo reuniões com os responsáveis pelas áreas técnicas e com os Auditores Independentes para obtenção dos esclarecimentos necessários.

Com base nas análises realizadas, não foram identificados fatos relevantes que comprometessem a qualidade das demonstrações financeiras ou a adequada aplicação das práticas contábeis adotadas pelo Sistema Financeiro Banestes.

Subsidiárias Integrais Banestes Seguros S.A., Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Banestes Asset), e Banestes Loteria S.A., e empresa controlada, Banestes Administradora e Corretora de Títulos e Capitalização Ltda. (Banescor) - O Comitê de Auditoria analisou a elaboração das Demonstrações Financeiras com o objetivo de observar as práticas contábeis adotadas, bem como a efetividade dos controles internos dessas empresas.

Foram verificadas também as Demonstrações Financeiras dos Fundos administrados pela subsidiária integral, Banestes Asset Management.

Conclusão

O Comitê de Auditoria do Banestes S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, não recebeu, neste período, registro de denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração do Banestes S.A. que indicassem a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em riscos a continuidade do Sistema Financeiro Banestes ou pudessem afetar, de forma material a fidedignidade de suas Demonstrações Financeiras. Procedidas as análises das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas (BRGAAP), Demonstrações Financeiras consolidadas em IFRS, e dos relatórios da administração referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026 e considerando as informações prestadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda., opinam, por unanimidade, recomendar a sua aprovação pelo Conselho de Administração da Sociedade.

Vitória (ES), 12 de agosto de 2026.

Mário Zan Barros

José Roberto Macedo Fontes

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Declaramos ter examinado os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, relativas ao período findo em 30 de junho de 2026, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas, bem como os Relatórios do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, e o Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais.

Somos de parecer favorável à aprovação dos referidos documentos.

Vitória (ES), 12 de agosto de 2026

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Conselheiro

Célia Lúcia Vieira
Conselheira

Eliseu José Fidêncio
Conselheiro

Murilo de Campos Cuestas
Conselheiro

Tamires Endringer Depes
Conselheira



demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

1º SEMESTRE DE 2026

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 1º SEMESTRE DE 2026

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do SISTEMA FINANCEIRO BANESES - SFB, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2026, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

1. COMENTÁRIO ECONÔMICO

O segundo trimestre de 2026 trouxe novos contornos para o cenário macroeconômico, evidenciando readequações nas trajetórias de crescimento e pressões inflacionárias persistentes. O PIB mundial apresentou uma leve desaceleração, com a projeção de crescimento anual revisada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) de 3,1% para 3,0%, refletindo os riscos contínuos de fragmentação comercial e conflitos geopolíticos. Em contrapartida, o PIB nacional demonstrou forte tração, levando o FMI a elevar expressivamente a projeção de crescimento do Brasil de 1,9% para 2,4% no ano, assim como o Banco Central que elevou de 1,6% para 2,0% a projeção para 2026. Esse aquecimento da atividade econômica, contudo, conviveu com um IPCA que registrou crescimento acumulado de 1,42% no segundo trimestre, indicando uma desaceleração no ritmo de aumento de preços em relação ao início do ano. Diante desse cenário econômico ainda aquecido, o Banco Central optou por uma postura cautelosa, mas deu continuidade ao processo de flexibilização monetária gradual, reduzindo a taxa Selic para 14,25% ao ano na reunião de junho.

Regionalmente, os desafios no controle de preços também se repetiram no cenário local, onde o IPCA na Grande Vitória acumulou um avanço de 1,26% no segundo trimestre, pressionado fortemente pelos custos logísticos e de combustíveis na cadeia de abastecimento. Embora o estado encerre o período em posição estratégica no comércio exterior, a taxa de juros restritiva em nível nacional e o custo de vida elevado passam a atuar como fatores de monitoramento essencial devido ao potencial impacto sobre o consumo e os investimentos regionais a longo prazo.

2. DESTAQUES DO PERÍODO

Consolidado como um pilar da economia capixaba, o Banestes reafirma no segundo trimestre de 2026 e no primeiro semestre de 2026 sua trajetória de crescimento sustentável.

- ✓ No segundo trimestre, o Lucro Líquido atingiu R\$ 124 milhões (acumulando R\$ 222 milhões no 1S2026); o resultado, embora impactado pelo cenário de juros (Selic) que manteve elevadas as despesas financeiras do trimestre (+11,1% em 12 meses e +2,7% em 3 meses), reflete uma postura prudencial. O Faturamento¹ no período (2T2026) foi de R\$ 1,6 bilhão (+10,8% em 12 meses e +1,4% em 3 meses), impulsionado pelo dinamismo das receitas oriundas de Tesouraria² (+12,6% em 12 meses e +3,6% em 3 meses) e das receitas de Empréstimos e Recebíveis (+8,7% em 12 meses e +3,3% em 3 meses).
- ✓ Este período (2T2026) registrou provisões de *impairment* de R\$ 44 milhões (acumulando R\$ 143 milhões no semestre), visando a perenidade da Companhia diante da atualização e revisão dos modelos de risco de crédito e de ativos financeiros. A eficiência operacional do semestre foi de 49,6% e no conceito ajustado ao

¹ Total das receitas financeiras, das receitas de serviços, do resultado de ativos financeiros para negociação, do resultado de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, do resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, do resultado de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, do resultado de seguros e previdência e do resultado de operações de câmbio e variação cambial.

² Total das receitas com caixa e equivalentes de caixa, crédito a instituições financeiras e títulos de investimento.

risco de 57,5%, patamares que reforçam o compromisso com uma gestão austera e voltada à sustentabilidade do negócio;

- ✓ As despesas de pessoal somaram R\$ 147 milhões no trimestre (+10,4% em 12 meses e +4,6% em 3 meses), somando R\$ 288 milhões e estável no acumulado do ano (+0,1% em 12 meses). O controle rigoroso das despesas administrativas e o investimento planejado em tecnologia e infraestrutura visam a racionalização de custos sem abdicar da excelência no atendimento. As outras despesas administrativas totalizaram R\$ 112 milhões no trimestre (+7,5% em 12 meses e -2,9% em 3 meses). O índice de cobertura geral de 36,8% no trimestre e 37,6% (+2,2 p.p.) no semestre do ano evidencia que os esforços de otimização caminham em paralelo ao fortalecimento operacional;
- ✓ A estratégia de diversificação apresentou resultados expressivos, com o resultado de serviços e comissões atingindo R\$ 56 milhões no trimestre (+7,7% em 12 meses e -3,2% em 3 meses) e R\$ 115 milhões no acumulado do semestre (+16,2% em 12 meses). O desempenho no 1S2026 foi impulsionado pelas receitas geradas com corretagem de seguros, previdência e capitalização (+65,2% em 12 meses), com taxa de distribuição e administração de fundos (+46,8% em 12 meses) e o resultado com cartões de crédito/débito (+26,5% em 12 meses), mesmo diante de despesas com comercialização e corretagem de seguros/previdência somando R\$ 33 milhões no período (+45,1% em 12 meses);
- ✓ No 2T2026, as despesas tributárias totalizaram R\$ 35 milhões (+10,1% em 12 meses e +4,0% em 3 meses), acompanhando a evolução do faturamento e das receitas operacionais. No semestre, o valor de despesas tributárias alcançou R\$ 68 milhões (+10,2 % em 12 meses). Os impostos correntes e diferidos totalizaram R\$ 39 milhões no trimestre (acumulando R\$ 60 milhões no semestre), refletindo o aproveitamento estratégico de benefícios fiscais para otimizar o resultado líquido da Instituição;
- ✓ A robustez da estrutura de capital reflete-se em um Patrimônio Líquido de R\$ 2,5 bilhões, registrando uma expansão de 6,3% em 12 meses e de +3,7% em relação ao quarto trimestre de 2025. Este fortalecimento é evidenciado pela manutenção de índices de solvência superiores aos requisitos regulatórios, com um Capital Social de R\$ 1,9 bilhão e com o índice de baseleia fixando-se em 14,9%. No âmbito da rentabilidade, o período entregou um ROE³ de 18,2% e um ROA⁴ de 1,1%, reafirmando a capacidade de gerar retornos consistentes. Reforçando o compromisso com a geração de valor, o resultado por ação no trimestre foi de R\$ 0,36 (acumulando R\$ 0,64 no semestre);
- ✓ O encerramento do trimestre (2T2026) confirmou a solidez institucional, com o Ativo Total expandindo 9,1% em doze meses e +6,9% em relação ao quarto trimestre do exercício de 2025, chegando a R\$ 42,4 bilhões, sustentado pela robusta posição financeira dos recursos em Tesouraria⁵ com R\$ 26,2 bilhões (+10,4% em 12 meses e +10,2% em 6 meses). A posição financeira de Empréstimos e Recebíveis alcançou R\$ 12,5 bilhões, crescendo 4,4% em doze meses e +2,1% contra o quarto trimestre de 2025, demonstrando a importância da operação do BANESTES no cenário local;
- ✓ A Carteira de Crédito a Clientes encerrou o período (2T2026) com o saldo de R\$ 13,0 bilhões (+3,8% em 12 meses e +1,8% em 6 meses), refletindo o dinamismo comercial em todos os segmentos. Os destaques na carteira comercial ficaram por conta das operações com Pessoas Físicas, que alcançaram R\$ 9,0 bilhões (+4,9% em 12 meses e +2,6% em 6 meses). As operações com Pessoas Jurídicas avançaram para R\$ 4,0 bilhões (+1,4% em 12 meses e +0,3% em 6 meses). A Instituição privilegia ativos de alta colateralização, garantindo um perfil de risco defensivo. Em sua visão ampliada, que inclui títulos privados com característica

³ Relação entre o lucro líquido dos últimos doze meses e a média dos patrimônios líquidos de junho de 2026 e junho de 2025.

⁴ Relação entre o lucro líquido dos últimos doze meses e a média dos ativos totais de junho de 2026 e junho de 2025.

⁵ Total dos saldos com aplicações no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros, com ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, com ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes líquidos de provisão para perdas - créditos a instituições financeiras e instrumentos de dívida e patrimônio e com ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - créditos a instituições financeiras e instrumentos de dívida.

de crédito e garantias, o saldo alcançou R\$ 14,7 bilhões, evidenciando a escala da operação bancária regional da Companhia. O Banco mantém foco rigoroso na sofisticação de suas políticas de concessão de crédito, priorizando garantias de alta qualidade e a eficiência na recuperação de ativos;

- ✓ A confiança do mercado refletiu-se no desempenho da captação, com os depósitos de clientes atingindo um saldo de R\$ 25,7 bilhões (+8,5% em 12 meses e +6,7% em 6 meses). Este avanço foi sustentado pela expansão dos depósitos a prazo que atingiram R\$ 19,9 bilhões (+11,3% em 12 meses e +8,2% em 6 meses). Estrategicamente, o Banco mantém fontes diversificadas de financiamento, com recursos de instituições financeiras totalizando R\$ 11,0 bilhões (+13,5% em 12 meses e +9,5% em 6 meses) e com títulos de dívida emitidos somando R\$ 1,5 bilhão (+2,1% em 12 meses e +18,8% em 6 meses);
- ✓ A solidez financeira do BANESTES é atestada pelas principais agências globais de classificação de risco. A Fitch Ratings reafirmou o rating nacional de longo prazo do Banco em 'AA+(bra)', com perspectiva estável, destacando o perfil de negócios resiliente e a sólida capitalização. Simultaneamente, a Moody's Local Brasil atribuiu ao BANESTES o rating de emissor e de depósito de longo prazo em 'AA.br' com perspectiva positiva, fundamentada na qualidade dos ativos, na robusta estrutura de liquidez e na importância estratégica da instituição no cenário regional; e
- ✓ A Base de Relacionamento BANESTES encerrou o 2T2026 com uma expansão de 2,8% frente ao mesmo período do ano anterior, alcançando o marco de 1.473.886 clientes. Esse crescimento é sustentado pelo avanço de 2,6% no segmento de pessoas físicas e pela evolução de 5,2% no segmento de pessoas jurídicas. Paralelamente, o número de contas correntes subiu 4,3%, atingindo 1.106.397 contas, enquanto as contas de poupança registraram um incremento de 0,9%, totalizando 659.833 contas no período.

3. GESTÃO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

O Banestes reafirma seu compromisso com a excelência operacional ao consolidar a convergência entre os modelos físico e digital, estratégia essencial para atender aos diversos perfis de clientes e garantir a estabilidade institucional. No segundo trimestre de 2026, a preferência dos usuários pelos meios remotos seguiu evidente, com o Aplicativo Banestes ultrapassando a marca de 50 milhões de transações. Simultaneamente, as transações financeiras nos canais digitais apresentaram uma expansão de 3,0% em relação ao mesmo período de 2025, superando 21 milhões de operações. Essa maturidade digital é suportada por uma rede física estratégica de 725 pontos de atendimento em todo o Espírito Santo, sendo 148 agências e postos, 268 unidades eletrônicas e 309 correspondentes.

No campo da Tecnologia da Informação e Comunicação, a Instituição deu continuidade ao seu plano de investimento, totalizando R\$ 27 milhões em CAPEX no acumulado do primeiro semestre de 2026 (sendo R\$ 13 milhões aplicados no 2T2026). Esses aportes viabilizaram a modernização da infraestrutura de dados para BI, *Analytics* e Inteligência Artificial, além da atualização do ambiente de virtualização, assegurando alta disponibilidade para serviços críticos como Pix e *Internet Banking*. Como resultado direto da maturação de novas metodologias e da capacitação das equipes, o Banco manteve uma redução de 39,0% no tempo de entrega de soluções digitais.

A agenda de inovação e agilidade registrou avanços expressivos no período. No âmbito da inovação aberta e inteligência artificial, destacou-se a realização do 3º *Hackathon* Banestes, que reuniu 52 participantes internos e externos para a resolução de desafios de negócio, além do lançamento da Cartilha de Boas Práticas de Uso de IA Generativa, responsável por estabelecer diretrizes de produtividade e *compliance* em conformidade com as exigências regulatórias e de proteção de dados. Paralelamente, na frente de automação *low-code*, o programa interno de desenvolvimento ágil alcançou a marca de 58 aplicações criadas, gerando 2.229 acessos únicos no semestre. Nos projetos já mensurados, essa estratégia gerou uma economia de R\$ 3 milhões — o que representa uma redução de custo de 65,1% em relação ao modelo tradicional de fábrica de *software*. Entre as principais entregas do trimestre impulsionadas por essa frente estão a automação da adesão ao novo Plano de Cargos e Salários, a modernização da

gestão de correspondências, a criação de painéis operacionais de agências e o desenvolvimento de soluções voltadas para controle ergonômico, segurança e acompanhamento de metas.

No segmento de novos negócios, o Bizi manteve forte ritmo de expansão no 2T2026. Impulsionado pelas melhorias na jornada digital, pelas novas regras do consignado federal e pelo fortalecimento da marca nas redes sociais, o Bizi registrou crescimento de 35,5% no saldo da carteira de crédito e um salto de 99,6% nas novas concessões frente ao trimestre anterior. Na comparação com junho do ano passado, o saldo da carteira registrou uma expansão de 184,1%, reforçando a escalabilidade e a eficiência digital do negócio.

O segundo trimestre de 2026 se destacou pelo estímulo ao uso do cartão Banescard Visa e fidelização ativa dos clientes, com a implementação de campanhas de engajamento em massa de alta performance, desenhadas para maximizar o volume de transações e estreitar o nosso relacionamento.

O principal motor de valor do trimestre foi a estratégia de incentivo ao consumo, ancorada em duas grandes frentes: a campanha de aniversário de 4 anos do Banescard Visa e a promoção institucional “Banescard Visa em campo com você”, conectando o uso do cartão a benefícios tangíveis imediatos, como condições promocionais de acúmulo de milhas e pontos no Programa de Fidelidade, e a prêmios de até R\$ 10 mil para clientes que utilizassem o cartão em suas compras cotidianas. A eficiência dessa estratégia reflete-se diretamente no faturamento consolidado do Banescard Visa, que atingiu R\$ 2,7 bilhões no primeiro semestre de 2026.

Na agenda de Sustentabilidade (ESG), o Banestes consolidou iniciativas de ecoeficiência e responsabilidade social ao longo do período. No pilar de economia circular e gestão de resíduos, a Instituição firmou parcerias com associações locais para a coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos em sua sede administrativa, além de promover campanhas de logística reversa de lixo eletrônico, assegurar o descarte correto de periféricos sem fio e expandir o projeto Tampinha do Bem em prol da causa animal. Complementarmente, na frente de gestão de carbono, o Banco publicou seu segundo Inventário Corporativo de Gases de Efeito Estufa no Registro Público de Emissões, sendo reconhecido com o Selo Prata pela transparência e pelo rigor metodológico aplicados no acompanhamento de sua pegada ambiental.

No pilar de Gente e Gestão, o trimestre foi marcado pela integração de 23 novos empregados aprovados em concurso público e pelo lançamento da edição 2026 do programa de Seleção Interna para movimentação de colaboradores, reafirmando o compromisso de oferecer caminhos para evolução profissional na Instituição.

O Programa Cuidar 360° deu continuidade às ações de saúde física, mental e financeira. A agenda de responsabilidade social incluiu ações de voluntariado com arrecadações financeiras e doações de mantimentos, além de campanhas de conscientização sobre diversidade e prevenção do abuso infantil. Em Segurança do Trabalho, foram realizadas adequações ergonômicas e revisões de programas de gerenciamento de riscos psicossociais. Alinhado às atualizações legislativas, o Banestes promoveu também campanhas de orientação sobre a Lei nº 15.377/2026, assegurando o direito à ausência remunerada para exames preventivos de saúde, fortalecendo a cultura de diagnóstico precoce e a perenidade operacional.

Em observância às diretrizes de transparência e governança estabelecidas pela Lei nº 15.177/2025, o SFB apresenta o consolidado de seus indicadores de equidade de gênero, reforçando o compromisso com a diversidade e a equidade em todos os níveis organizacionais.

Nível Hierárquico	Mulheres	Total	Proporção Feminina
Diretoria	3	16	18,8%
Conselho	7	27	25,9%
Superintendentes e Gerente Geral	87	233	37,3%
Coordenador e Gerente Administrativo	163	349	46,7%
Operacional	649	1704	38,1%
Total Geral	909	2329	39,0%

Nível Hierárquico	Média Renda (Feminino)	Média Renda (Masculino)	Ratio
Diretoria	36.406,37	39.103,04	93,1%
Conselho	7.104,81	8.776,53	81,0%
Superintendentes e Gerente Geral	16.627,69	17.086,95	97,3%
Coordenador e Gerente Administrativo	11.802,16	12.417,81	95,0%
Operacional	9.040,74	8.074,55	112,0%

O SFB encerrou o exercício com 909 mulheres em seu quadro efetivo, representando 39,0% do contingente total de 2.329 colaboradores. Destaca-se o avanço qualitativo na estrutura de liderança intermediária e executiva, onde 87 colaboradoras ocupam posições de Gerência e Superintendência, consolidando a formação contínua para cargos de alta gestão. Nas esferas de decisão estratégica abrangendo a Diretoria e os Conselhos de Administração e Fiscal, a bancada feminina conta com 10 integrantes do total de 43 membros, atingindo uma representatividade de 23,3%.

No nível da Diretoria, a média salarial das diretoras posiciona-se em R\$ 36.406,37, refletindo a atual composição e a equivalência da estrutura remuneratória do corpo diretivo. Ressalta-se que a pontual alteração na proporção percentual da Diretoria decorre exclusivamente do acúmulo temporário do cargo de Diretoria Administrativa, atualmente em processo de consolidação, o que reduziu transitoriamente a base de cálculo do período.

Na frente de Comunicação e Posicionamento de Marca, o período foi marcado pelo reconhecimento externo das estratégias digitais da Instituição. Em maio de 2026, o Banestes conquistou o 2º lugar na categoria “Melhor Uso das Redes Sociais” no 2º Prêmio da Imprensa Oficial – Melhores Práticas de Comunicação Pública Capixaba. O prêmio reconheceu a campanha educativa de conscientização e prevenção contra golpes no sistema financeiro, desenvolvida em vídeos curtos e dinâmicos para plataformas digitais, reforçando o compromisso do Banco com a segurança da informação, o letramento financeiro e a proteção dos clientes.

O segundo trimestre de 2026 fortaleceu a comunicação mercadológica e a presença estratégica do Banestes, destacando ações de conscientização pública e combate a golpes bancários com a jornalista Bárbara Coelho, além de parcerias digitais com o jogador Richarlison e os irmãos Cauwave para aproximar a marca do público jovem. Na frente comercial e de performance, as campanhas integradas apoiaram o consignado e o crédito imobiliário sob o mote “De volta à melhor taxa do Brasil”, enquanto o Programa de Fidelidade Banescard Visa e a campanha Zera Dívida impulsionaram a retenção de clientes. O período também marcou o avanço do projeto da Conta Global Banestes, a reestruturação de produtos como Pronampe e parcerias com a Getnet, além da sustentação da nova identidade visual.

No pilar de investimentos, patrocínios e relacionamento, o Banestes aportou R\$ 4,6 milhões em 44 projetos regionais, destacando-se a Festa da Penha, o show do *Guns N’ Roses* e fóruns estratégicos de inovação, segurança e agronegócio. O Banco viabilizou 34 eventos corporativos — com destaque para o Encontro de Gigantes para 1.800 participantes — e distribuiu cerca de 24 mil itens promocionais. Paralelamente, foram concluídas 16 Ordens de Serviço para revitalização e padronização arquitetônica de 10 agências-chave e prédios administrativos, consolidando a modernização da rede presencial e elevando a experiência do cliente.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E PROTEÇÃO DE DADOS

O Banestes mantém uma estrutura sólida de governança, gestão de riscos e controles internos, desenvolvida para otimizar o capital dos acionistas e reduzir a exposição a riscos operacionais e estratégicos. A gestão de riscos é centralizada em uma diretoria que se reporta diretamente à Presidência do Banco, com unidades dedicadas à avaliação de riscos de crédito, mercado e liquidez, continuidade de negócios e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (PLD/FTP). Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, a Instituição adota uma gestão integrada de riscos sob a responsabilidade de um Diretor de Riscos e Controle para todo o Conglomerado Prudencial, assessorado pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital em decisões estratégicas. No segundo trimestre de 2026, em contínua aderência à Resolução CMN nº 4.966/21, o Banco deu sequência ao

aprimoramento do modelo de Perda Esperada de Crédito (ECL), consolidando o uso de modelos estatísticos que incorporam variáveis preditivas e projeções macroeconômicas atualizadas, o que assegura maior acurácia nas estimativas de perda e na otimização do capital.

Paralelamente, o Banco seguiu fortalecendo seu Programa de Integridade, pautado em procedimentos normatizados de combate à corrupção e ética corporativa, mantendo canais de denúncia seguros e independentes. De forma alinhada, as políticas de PLD/FTP mantiveram-se aplicadas com foco na plena aderência aos sistemas de monitoramento e no reporte ágil de operações suspeitas. Atuando como terceira linha, a Auditoria Interna deu continuidade à ampliação e ao aprofundamento das análises sobre os ciclos operacionais de Crédito e Seguridade. Esse movimento consolida a área como garantidora da qualidade do crescimento institucional, assegurando que a expansão da carteira e a evolução das vendas ocorram sob rigorosos padrões de controle e aderência ao apetite de risco estabelecido. No âmbito da Proteção de Dados e Segurança Cibernética, a Instituição assegura a conformidade contínua com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o fortalecimento da resiliência digital, sustentado por serviços gerenciados de monitoramento, resposta a incidentes e pela execução permanente do plano de conscientização cibernética junto ao quadro funcional.

5. EMPRESAS CONTROLADAS

O Banestes mantém uma estrutura sólida de governança, gestão de riscos e controles internos, desenvolvida para otimizar o capital dos acionistas e reduzir a exposição a riscos operacionais e estratégicos. A gestão de riscos é centralizada em uma diretoria que se reporta diretamente à Presidência do Banco, com unidades dedicadas à avaliação de riscos de crédito, mercado e liquidez, continuidade de negócios e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (PLD/FTP). Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, a Instituição adota uma gestão integrada de riscos sob a responsabilidade de um Diretor de Riscos e Controle para todo o Conglomerado Prudencial, assessorado pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital em decisões estratégicas. No segundo trimestre de 2026, em contínua aderência à Resolução CMN nº 4.966/21, o Banco deu sequência ao aprimoramento do modelo de Perda Esperada de Crédito (ECL), consolidando o uso de modelos estatísticos que incorporam variáveis preditivas e projeções macroeconômicas atualizadas, o que assegura maior acurácia nas estimativas de perda e na otimização do capital.

Paralelamente, o Banco seguiu fortalecendo seu Programa de Integridade, pautado em procedimentos normatizados de combate à corrupção e ética corporativa, mantendo canais de denúncia seguros e independentes. De forma alinhada, as políticas de PLD/FTP mantiveram-se aplicadas com foco na plena aderência aos sistemas de monitoramento e no reporte ágil de operações suspeitas. Atuando como terceira linha, a Auditoria Interna deu continuidade à ampliação e ao aprofundamento das análises sobre os ciclos operacionais de Crédito e Seguridade. Esse movimento consolida a área como garantidora da qualidade do crescimento institucional, assegurando que a expansão da carteira e a evolução das vendas ocorram sob rigorosos padrões de controle e aderência ao apetite de risco estabelecido. No âmbito da Proteção de Dados e Segurança Cibernética, a Instituição assegura a conformidade contínua com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o fortalecimento da resiliência digital, sustentado por serviços gerenciados de monitoramento, resposta a incidentes e pela execução permanente do plano de conscientização cibernética junto ao quadro funcional.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições da Resolução CVM nº 80/2022, os Diretores do Banestes, responsáveis pelas demonstrações financeiras, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao segundo trimestre de 2026.

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES EXTERNOS

O BANESTES informa que a empresa KPMG Auditores Independentes LTDA (KPMG), contratada em 01/04/2022, via processo licitatório - Pregão Eletrônico nº 52/2021, com base nas diretrizes da Lei nº 13.303/2016, que regulamenta os processos de licitação e contratos da Administração Pública, à qual o Banestes se submete por ser sociedade de economia mista controlada diretamente pelo Estado do Espírito Santo, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no segundo trimestre de 2026.

AGRADECIMENTOS

A Administração do BANESTES expressa sua gratidão aos acionistas, clientes, colaboradores e parceiros pelo empenho contínuo e pela confiança depositada na Instituição. Juntos, fortalecemos cada vez mais o Banco, construindo uma organização sólida e rentável, em sintonia com as expectativas da sociedade capixaba.

ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO CONSOLIDADAS EM IFRS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	9
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	10
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE	11
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL	15
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	15
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	18
4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS	38
5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS	41
6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS	54
7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS	55
8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO	56
9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL	56
10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	57
11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	60
12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	62
13. OUTROS ATIVOS	63
14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA	64
15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS	64
16. ATIVOS INTANGÍVEIS	64
17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO	65
18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO	65
19. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO	66
20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	66
21. OUTROS PASSIVOS	68
22. OPERAÇÕES DE SEGUROS	69
23. MARGEM FINANCEIRA	70
24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES	71
25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO	71
26. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA	71
27. RESULTADO DE PERDAS COM <i>IMPAIRMENT</i> DE ATIVOS FINANCEIROS	72
28. DESPESAS DE PESSOAL	72
29. PROVISÕES	72
30. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	72
31. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	73
32. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS	73
33. RESULTADO POR AÇÃO	74
34. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	74
35. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	76
36. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	77
37. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	81
38. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	82
39. OUTRAS INFORMAÇÕES	82
40. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	84

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em milhares de reais

ATIVO	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades e Reservas no Banco Central	9	1.881.925	1.918.306
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado	5-7-10	402.625	513.268
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Líquidos de Provisão para Perdas	5-7-10	19.415.735	15.131.579
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		19.415.735	15.131.579
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Líquidos de Provisão para Perdas	5-8-10-11	18.882.553	20.384.883
Créditos a Instituições Financeiras		4.767.880	5.755.762
Empréstimos e Recebíveis		12.474.799	12.220.771
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		1.639.874	2.408.350
Operações de Seguros		26.018	27.602
Outros Ativos	13	764.571	653.137
Ativos Fiscais Diferidos	12	396.586	383.425
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	47.830	48.243
Ativos Imobilizados e de Arrendamentos	15	226.587	219.409
Ativos Intangíveis	16	397.978	404.959
Total do Ativo		42.442.408	39.684.811

PASSIVO	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Recursos de Instituições Financeiras - Ao Custo Amortizado	8-17	10.981.968	10.024.879
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	8-18	25.686.074	24.068.733
Títulos de Dívida Emitidos - Ao Custo Amortizado	8-19	1.526.814	1.284.761
Passivos de Impostos Correntes		5.324	5.070
Passivos de Operações de Seguros		89	79
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros	22a	20.468	24.793
Passivos para Sinistros Ocorridos	22c	34.578	25.607
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos	22b	11.515	11.515
Provisões	20	160.225	178.665
Outros Passivos	21	1.479.201	1.614.541
Passivos Fiscais Diferidos	12a	24.373	22.937
Patrimônio Líquido			
Capital Social	35	1.900.000	1.900.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(43.166)	(21.371)
Reservas de Lucros		654.945	544.602
Lucros/Prejuízos Acumulados		-	-
Patrimônio Líquido atribuído aos:			
Acionistas Controladores		2.511.779	2.423.231
Total do Patrimônio Líquido		2.511.779	2.423.231
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		42.442.408	39.684.811

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Trimestre		Semestre	
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas Financeiras		1.445.011	1.306.494	2.839.769	2.515.274
Despesas Financeiras		(1.043.489)	(939.088)	(2.059.572)	(1.802.473)
Margem Financeira	23	401.522	367.406	780.197	712.801
Receitas de Prestação de Serviços e Comissões		95.356	87.530	194.055	172.532
Despesas de Prestação de Serviços e Comissões		(38.991)	(35.175)	(79.489)	(73.974)
Resultado de Prestação de Serviços e Comissões	24	56.365	52.355	114.566	98.558
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado	25	36.605	17.595	65.177	32.020
Resultado de Seguros e Previdência	26	18.198	28.409	68.630	67.494
Resultado Líquido de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	27	(44.337)	(243.991)	(142.657)	(200.410)
Despesa de Pessoal	28	(147.032)	(133.125)	(287.561)	(287.163)
Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado		5.027	6.304	10.800	14.050
Provisões	29	(4.576)	(5.087)	(10.432)	(17.658)
Despesas Tributárias	30	(34.542)	(31.374)	(67.771)	(61.472)
Outras Despesas Administrativas	31	(112.245)	(104.399)	(228.437)	(199.733)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	32	(12.116)	(878)	(20.866)	(17.451)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		162.869	(46.785)	281.646	141.036
Impostos Correntes	12	(21.898)	(39.853)	(53.931)	(83.748)
Impostos Diferidos	12	(17.267)	93.776	(6.155)	61.505
Lucro Líquido do Semestre	33	123.704	7.138	221.560	118.793
Resultado do Semestre Atribuível aos:					
Acionistas Controladores		123.704	7.138	221.560	118.793
Quantidade de Ações Média em Circulação (em lote de Mil)		347.504	315.912	347.504	315.912
Ações Ordinárias		254.107	231.006	254.107	231.006
Ações Preferenciais		93.397	84.906	93.397	84.906
Resultado por Ação Básico e Diluído (em R\$)	33	0,37	0,03	0,64	0,38

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO
 Em milhares de reais

	Notas	Trimestre		Semestre	
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Lucro Líquido do Semestre		123.704	7.138	221.560	118.793
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado					
Ganho (Perda) Não Realizado em Ativos Financeiros Mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes	10	(15.214)	1.676	(21.795)	13.086
Ganhos (Perdas) Transferidos ao Resultado por Alienação	10	(21.084)	3.926	(29.265)	24.580
Efeito em Impostos	10	(5.683)	(1.887)	(9.196)	(1.887)
Total dos Outros Resultados Abrangentes Líquidos dos Impostos		11.553	(363)	16.666	(9.607)
		(15.214)	1.676	(21.795)	13.086
Resultado Abrangente do Semestre		108.490	8.814	199.765	131.879
Resultado Abrangente do Semestre Atribuível aos:					
Acionistas Controladores		108.490	8.814	199.765	131.879

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.600.000	745.022	(31.477)	-	2.313.545
Transações de Capital com os Sócios	300.000	(300.000)	-	(82.743)	(82.743)
Aumentos de Capital	300.000	(300.000)	-	-	-
Dividendos/JSCP (Nota 34d)	-	-	-	(82.743)	(82.743)
Resultado Abrangente Total	-	-	13.086	118.793	131.879
Lucro Líquido do Trimestre	-	-	-	118.793	118.793
Outros Resultados Abrangentes	-	-	13.086	-	13.086
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	13.086	-	13.086
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	36.050	-	(36.050)	-
Constituição de Reservas	-	36.050	-	(36.050)	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-
Saldos Finais em 30 de junho de 2025	1.900.000	481.072	(18.391)	-	2.362.681

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.900.000	544.602	(21.371)	-	2.423.231
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	(111.217)	(111.217)
Dividendos/JSCP (Nota 34d)	-	-	-	(111.217)	(111.217)
Resultado Abrangente Total	-	-	(21.795)	221.560	199.765
Lucro Líquido do Trimestre	-	-	-	221.560	221.560
Outros Resultados Abrangentes	-	-	(21.795)	-	(21.795)
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	(21.795)	-	(21.795)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	110.343	-	(110.343)	-
Constituição de Reservas	-	110.353	-	(110.353)	-
Outras movimentações	-	(10)	-	10	-
Saldos Finais em 30 de junho de 2026	1.900.000	654.945	(43.166)	-	2.511.779

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	Notas	Semestre	
		30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Caixa Líquido das Atividades Operacionais		886.807	186.434
Lucro Líquido do Semestre Ajustado		(766.122)	(625.532)
Lucro Líquido do Semestre		221.560	118.793
Ajustes ao Lucro		(987.682)	(744.325)
Depreciação e Amortização	15-16	65.544	57.445
Resultado líquido de Perdas com Impairment de Ativos Financeiros		142.657	200.410
Ajuste no Resultado de Ativos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		(65.171)	(31.734)
Ajuste de Receitas Financeiras em Ativos Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(1.070.249)	(776.766)
Ajuste de Receitas Financeiras Mensurados ao Custo Amortizado		(134.028)	(236.514)
Ajuste Despesa de Juros de Arrendamento		4.816	4.460
Ajuste de Provisão - Passivos Trabalhistas, Civil e Fiscais		10.344	17.655
Ajuste de Provisão - Outras		(1.681)	(1.524)
Despesas de Impostos Correntes		53.931	83.748
Despesas com Impostos Diferidos		6.155	(61.505)
Variação Líquida nos Ativos e Passivos		1.652.929	811.966
Crédito a Instituições Financeiras - Custo Amortizado		(631.336)	(43.149)
Reservas no Banco Central		130.761	(24.866)
Aumento/Redução de Instrumentos de Dívida e Patrimônio		88.487	(70.777)
Empréstimos e Recebíveis		(386.750)	(863.874)
Operações de Seguros		1.584	(62)
Outros Ativos		(111.433)	(5.151)
Depósitos de Clientes		1.617.341	821.676
Recursos de Instituições Financeiras		957.089	754.234
Títulos de Dívida Emitidos		242.053	370.409
Impostos Pagos		(71.557)	(74.150)
Passivos de Operações de Seguros		10	(3.220)
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros		(4.325)	21.835
Passivos para Sinistros Ocorridos		8.971	(5.688)
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos		-	-
Passivo de Arrendamento		6.788	20.117
Outros Passivos e Provisões		(194.754)	(85.368)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Caixa Líquido das Atividades de Investimento		(2.328.256)	3.584.607
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		-	1.981
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(38.895.538)	(101.295)
Alienação de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		35.593.714	3.640.593
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(120.906)	(265.224)
Resgate de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		962.040	311.267
Aquisição de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	(14.242)	(18.331)
Baixa de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	8.276	10.868
Aquisição de Ativos de Arrendamento	15	(25.995)	(35.475)
Baixa de Ativos de Arrendamento	15	-	(2.712)
Aquisição de Ativos Imobilizados	15	(32.578)	(68.431)
Baixa de Ativos Imobilizados	15	28.657	25.537
Aquisição de Ativos Intangíveis	16	(35.825)	(67.931)
Baixa de Ativos Intangíveis	16	-	601

Juros Recebidos		204.141	153.159
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Caixa Líquido Proveniente de Atividades de Financiamento		(84.132)	(51.900)
Juros Sobre o Capital Próprios Pagos		(84.132)	(51.900)
Dividendos pagos		-	-
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.525.581)	3.719.141
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	6.112.398	4.396.353
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	4.586.817	8.115.494

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

Referente ao Semestre findo em 30 de junho de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("BANESTES", "Banco", "Instituição") é uma sociedade anônima de capital aberto e de economia mista constituída e domiciliada no Brasil. Organizado sob a forma de Banco Múltiplo, opera através de suas carteiras de crédito comercial, rural, industrial, imobiliário, câmbio, arrendamento mercantil e administração de cartão de crédito.

Por meio de suas controladas, BANESTES Seguros S.A., BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda., atua ainda nos ramos de seguros e distribuição, intermediação e administração de recursos de terceiros. Em 20 de agosto de 2024, o BANESTES S.A. constituiu uma subsidiária integral para exploração de serviço público de loteria, a BANESTES Loteria S.A., que está em fase pré-operacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições associadas, integrantes do conglomerado BANESTES. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- a. **Base de preparação** - As demonstrações financeiras consolidadas do Sistema Financeiro BANESTES (SFB) referentes ao semestre encerrado em 30 de junho de 2026 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, em atendimento à Resolução n.º 4.818/2020, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a elaboração dessas demonstrações. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 12 de agosto de 2026 (Nota 40).
- b. **Moeda Funcional e de Apresentação** - As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Sistema Financeiro BANESTES. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de Reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.
- c. **Base para Consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do BANESTES S.A., e de suas empresas controladas diretas e indiretas.

Empresas Controladas são instituições nas quais o BANESTES exerce controle; essa possibilidade é presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente a maioria dos direitos de voto na investida ou, ainda poderá existir controle quando o Banco possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa para obter benefícios das suas atividades.

No caso do BANESTES, as empresas controladas são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as instituições. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Empresas	Atividade	Método de Consolidação	Participação%	
			30/06/2026	30/06/2025
Entidades Financeiras no País				
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Integral	100%	100%
Entidades de Seguros, Fundos e Previdência no País				
BANESTES Seguros S.A.	Seguros	Integral	100%	100%
Entidades Não Financeiras no País				
BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda.	Administradora e Corretora de Seg.Prev. e Capitalização	Integral	99,99%	99,99%
BANESTES Loteria S.A. *	Casa Lotérica	Integral	100,00%	100%
Fundos de Investimento				
BANESTES Fic Meza I em Cotas de FI em Direitos Creditorios Responsabilidade Limitada**	Fundos de Investimento	Integral	100,00%	100%

*A BANESTES Loteria S.A. foi constituída pelo BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo S.A. em 20 de agosto de 2024. A BANESTES Loteria está em fase pré-operacional.

** O Fundo BANESTES FIC MEZA foi criado pelo BANESTES - Banco do Estado do Espírito Santo S.A. em dezembro de 2024.

d. **Adoção de Novas Normas e Interpretações** – a partir de 01 de janeiro de 2026 as seguintes alterações de normas foram adotadas:

- Emendas do IFRS 9 e IFRS 7:** Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. As emendas são efetivas para os períodos de relatório iniciados a partir 1º de janeiro de 2026 e não houve impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco.

- **IFRS 17 - Contratos de Seguros:** A partir de 1º de janeiro de 2023 o SFB adotou o Pronunciamento IFRS 17, que substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguros e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O Banestes avaliou e concluiu que o impacto da adoção da IFRS 17 é imaterial.
- e. **Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes em Vigor em Exercícios Futuros**
 - **Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11:** Incluem clarificações, simplificações, correções e alterações destinadas a melhorar a coerência de várias Normas de Contabilidade IFRS. As normas alteradas são: IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro; IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações e as orientações que a acompanham sobre a implementação da IFRS 7; IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas; e IAS 7- Demonstração do Fluxo de Caixa. As alterações são válidas para os períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação anterior. Estas alterações são efetivas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
 - **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Substitui a IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 traz consigo a introdução de novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Além disso, requer a divulgação em explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Essas alterações entram em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
 - **IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** Divulgações: que permite a uma subsidiária fornecer divulgações reduzidas ao aplicar as Normas de Contabilidade IFRS nas suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para as subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para as subsidiárias que optarem por aplicá-la. A nova norma é eficaz para os períodos de comunicação com início em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação anterior. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
 - **Emenda ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária:** esclarece os procedimentos a serem aplicados quando uma entidade passa a apresentar suas demonstrações financeiras em uma moeda de apresentação de economia hiperinflacionária, nos termos da IAS 29. A alteração define como devem ser

traduzidos os valores comparativos e os saldos quando ocorre essa mudança, visando assegurar que as informações permaneçam relevantes, consistentes e comparáveis ao longo do tempo. As emendas não alteram os critérios de reconhecimento ou mensuração, limitando-se a esclarecer os requisitos de tradução previstos na IAS 21, inclusive quanto à aplicação retrospectiva e ao tratamento dos efeitos da inflação na moeda de apresentação. Os impactos concentram-se exclusivamente nas divulgações e na forma de apresentação das demonstrações financeiras, sem efeitos sobre o desempenho ou a posição financeira da entidade. A emenda é efetiva para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do SFB.

a. Transações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são atualizados para Reais (R\$) à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado como “Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial”.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

O SFB define caixa e equivalentes de caixa como as disponibilidades (que compreendem caixa e contas correntes em bancos) e as aplicações interfinanceiras de liquidez (posição bancada com conversibilidade imediata), com vencimentos originais em até três meses e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados para gestão de caixa.

As receitas de juros das aplicações interfinanceiras de liquidez são reconhecidas no resultado como “Receitas Financeiras”.

c. Ativos e Passivos Financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros estão descritas a seguir:

c.1. Reconhecimento inicial

- Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, é reconhecido no balanço patrimonial quando o SFB se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os créditos a clientes são reconhecidos quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao SFB.

- **Mensuração inicial dos instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da categoria em que foram classificados.

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais (analisados através da aplicação de teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros) e do modelo de negócios utilizado pelo SFB no gerenciamento de seus instrumentos.

- **Avaliação do modelo de negócio**

O grupo realiza a avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem foco na obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxas de juros, a correspondência entre a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou realização dos fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração do grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo de todos os ativos do grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com o desempenho avaliados com base no valor justo são mensurados com base no valor justo por meio do resultado.

- **Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros**

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do instrumento financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

- **c.2. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros**

No reconhecimento inicial os instrumentos financeiros são classificados, nas seguintes categorias:

1. *Instrumentos financeiros ao custo amortizado*

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições forem encontradas:

- (i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo para obter fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamento de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera a redução ao valor recuperável de crédito e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial).

2. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio*

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O SFB pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida em uma combinação de negócios. Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado.

3. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida*

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- (i) Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- (ii) São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais
- (iii) quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado da redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados na demonstração consolidada do resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do período.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na Nota 3.e.

4. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos ao valor justo por meio do resultado compreendem operações que não atendem aos critérios para serem classificadas como custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Além disso, de acordo com o IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período a medida em que são apurados.

c.3. **Reclassificação de instrumentos financeiros**

O SFB não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam pouco frequentes.

Passivos financeiros nunca são reclassificados.

Não houve reclassificação de ativos e passivos financeiros no trimestre.

c.4. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

1. *Desreconhecimento de ativos financeiros*

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o SFB transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade; ou (ii) o SFB não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido.

Além disso, o desreconhecimento é feito pelo SFB quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias, momento em que, substancialmente, se esgota todos os esforços de recuperação.

2. *Desreconhecimento de passivos financeiros*

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existentes são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

c.5. Derivativos

Os derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado e contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

d.1. Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

O SFB reconhece a provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, operações de compra com compromisso de revenda e demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, que nesta seção serão todos considerados como “instrumentos financeiros”. Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a *impairment* de acordo com o IFRS 9.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua origem, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A política do SFB para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na Nota 5.

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na Nota 5.

O SFB estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na Nota 5.

Baseado nesse processo, o SFB distribui seus ativos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: instrumentos financeiros ativos que não tiveram aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: instrumentos financeiros ativos que tiveram um aumento significativo no risco de crédito. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados como ativos problemáticos (inadimplentes). O SFB registra uma provisão para PE Vida.

d.2. Cálculo das perdas esperadas

O SFB calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperado. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- (i) Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.
- (ii) Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* – EAD): representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas. Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência.
- (iii) Perda dada a inadimplência (*loss given default* – LGD): é uma estimativa de perda originada no caso de a inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na Nota 5.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

- (i) Estágio 1: O SFB calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada.
- (ii) Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o SFB reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs são estimadas ao longo da vida do instrumento.
- (iii) Estágio 3: para operações consideradas como ativos problemáticos, o SFB reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizado para as operações do Estágio 2, no entanto a PD é determinada em 100%.
- (iv) Limites de crédito: ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o SFB estima a parcela do limite concedido que será utilizado em 12 meses. A PE é então baseada no valor esperado de utilização dos limites concedidos aos clientes.

d.3. Limites de cartão de crédito e cheque especial

Dentre os produtos do SFB inclui a concessão de limites de crédito pela emissão de cartões de crédito e cheque especial, onde o SFB possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. O SFB não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, ao invés disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa do SFB em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência.

A avaliação contínua para identificar quando um aumento significativo no risco de crédito ocorreu para limites concedidos é feita em conjunto e de forma análoga à avaliação de aumento de risco do produto subjacente ao limite (ex: risco de exposição em cartão de crédito para avaliação de risco sobre limites de cartão de crédito).

A taxa de juros utilizada para descontar a PE de cartões de crédito é baseada na taxa de juros média que se espera cobrar ao longo do período estimado de exposição aos limites. Essa estimativa leva em consideração que uma parte dos limites utilizados serão pagos na sua totalidade a cada mês e, conseqüentemente, não terão juros cobrados.

d.4. Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o SFB utiliza uma série de informações macroeconômicas prospectivas, sendo elas:

- (i) IPCA;
- (ii) SELIC; e
- (iii) Percentual de operações em atraso no Sistema Financeiro Nacional.

O SFB realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O SFB considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

d.5. Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*low default portfolio* – LDP)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o SFB utiliza classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O SFB pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o SFB considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, o IFRS 9 determina que o critério para reconhecer perdas esperadas de crédito para a vida inteira não é atendido se o risco de crédito do ativo seja baixo. Quando o ativo deixa de ter um baixo risco de crédito, os requisitos gerais para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito são aplicáveis.

e. Ativos Não Correntes Mantidos para Venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de bens cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das demonstrações financeiras consolidadas. Especificamente, imóveis ou outros ativos não correntes recebidos pelo SFB, em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores, são considerados como ativos não correntes destinados à venda e sua alienação ocorre com a execução de leilões.

Ativos não correntes mantidos para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

As desvalorizações dos bens destinados à venda, como resultado de perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas como “Outras Despesas” no resultado. As valorizações decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às desvalorizações previamente reconhecidas, inclusive aquelas por redução ao valor recuperável anterior à classificação como “Ativos Não Correntes Mantidos para Venda”.

f. Ativos Imobilizados

f.1. Reconhecimento e Mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de avaliação menos a depreciação acumulada e redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Esse custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. *Software* adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado. Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na demonstração consolidada do resultado como “Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado”.

f.2. Custos Subsequentes

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos para o SFB e o seu custo seja mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos em contrapartida ao resultado à medida que são incorridos.

f.3. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o do contrato e o de sua vida útil. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	2026 e 2025
Sistema de Comunicação	10 anos
Equipamentos de Informática e Sistema de Processamento de Dados	5 anos
Móveis, Equipamentos e Instalações	10 anos
Sistema de Segurança	10 anos
Contratos de direito de uso (Arrendamentos)	De acordo com o prazo dos contratos (3 a 20 anos)

g. Ativos Intangíveis

São ativos não monetários identificáveis sem substância física. São decorrentes basicamente da aquisição de *softwares* que são capazes de gerar benefícios econômicos para o SFB. Esses *softwares* são registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e de perdas por redução do seu valor recuperável.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente na demonstração consolidada do resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada dos *softwares* mantidos pelo SFB é de cinco anos.

h. Operações de Arrendamento

h.1 Arrendatário

Identificação de arrendamento

Na celebração de um contrato, o BANESTES deve avaliar se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de uma contraprestação.

Prazo do arrendamento

Para a mensuração do ativo e passivo de arrendamento, o BANESTES determina o prazo do arrendamento como o prazo não cancelável desse arrendamento, juntamente com:

- Períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o BANESTES estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
- Períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção.

Mensuração inicial

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente.

O direito de uso é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não foram efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário.

Os direitos de uso são mensurados a custo amortizado de acordo com o seguinte:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo BANESTES; e
- A estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento.

O BANESTES utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes, representada no BANESTES, pelo seu custo de financiamento (*funding*).

Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o

método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com critérios do IAS 16 – Ativo Imobilizado na depreciação do ativo de direito de uso e corrigido por qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é remensurado, em caso de alterações no prazo de arrendamento ou no valor de contrato, o valor resultante da nova apuração do passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao correspondente ativo de direito de uso.

Expediente prático de reconhecimento do arrendamento

O BANESTES optou, conforme permitido pelo IFRS 16, por não aplicar os requisitos de reconhecimento para contratos de arrendamento que possuem as seguintes condições:

- Contratos de curto prazo (até 12 meses); e
- Contratos em que o ativo subjacente individual é de baixo valor.

Os pagamentos desses contratos são reconhecidos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

h.2 Arrendador

Nos contratos em que o BANESTES é o arrendador, realiza-se o reconhecimento inicial dos ativos na conta de “Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado – Empréstimos e Recebíveis” do balanço patrimonial consolidado pelo valor equivalente aos investimentos líquidos dos arrendamentos.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido. Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados periodicamente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento é revisada e qualquer redução em relação aos valores acumulados é reconhecida em contrapartida à demonstração consolidada do resultado imediatamente.

i. Impairment de Ativos Não Financeiros

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros, exceto ativos de impostos diferidos, são revisados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para unidades geradoras de caixa que contenham intangíveis sem vida útil, não disponíveis para uso ou ágio, têm o seu valor recuperável calculado ao menos uma vez por ano de forma consistente.

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo ou a sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como “Outras Receitas/ Outras Despesas”. As perdas por *impairment* reconhecidas em relação às unidades geradoras de caixa são distribuídas primeiramente para reduzir o valor de contabilização de qualquer ágio distribuído às unidades e depois para reduzir o valor de contabilização dos demais ativos da unidade (ou grupo de unidades) em bases *pro rata*.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

No primeiro trimestre de 2026, com base em fontes internas e externas de informação, não foram encontrados indícios de descontinuidade/obsolescência total ou parcial dos softwares registrados no patrimônio da Instituição.

j. Recursos de Instituições Financeiras, Depósitos e Títulos Emitidos

Os recursos de Instituições Financeiras, depósitos e os títulos emitidos são as principais fontes com que o SFB conta para financiamento de suas operações.

Os depósitos e os títulos emitidos são inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

k. Operações de Seguros

Os contratos de seguro emitidos pela Seguradora, sob a ótica do IFRS 17, referem-se a contratos de seguros e contratos de resseguros cedidos. Esses contratos, de acordo com o disposto no normativo IFRS 17, deverão ser mensurados. Segundo a definição da Norma, um contrato de seguro é um acordo pelo qual a entidade aceita o risco significativo de seguro da outra parte (o titular da apólice), concordando em indenizar o titular da apólice caso um determinado evento futuro incerto (o evento segurado) afete adversamente o titular da apólice. O risco de seguro, conforme definido pela norma, é o risco, exceto o risco financeiro, transferido do titular de um contrato para o emissor.

A composição da carteira de produtos de seguros está segregada em:

- Carteira de Danos: composta por seguros com vigência de até 12 meses como Riscos Diversos, Compreensivo Residencial, Compreensivo Empresarial e Grupo Automóvel.
- Carteira de Pessoas:
 - Seguros de Curto Prazo: abrange os produtos das carteiras de Acidentes Pessoais Individual e Prestamista Individual.
 - Seguros de Pessoas de Longo Prazo: composta por produtos coletivos, que possuem faturamento mensal, como o Seguro de Vida e Seguro Prestamista.

Nível de agregação

Para realizar a agregação dos contratos de seguros, exigência definida no Normativo IFRS17, a Seguradora realizou a agregação dos seus contratos de seguros considerando a semelhança dos riscos e ainda, serem administrados em conjunto. Esses níveis de agregação foram então segregados por safras trimestrais. Posteriormente segregou os grupos de contratos em contratos lucrativos no reconhecimento inicial, que não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente e um grupo de contratos restantes, se houver.

Reconhecimento do contrato

A Seguradora reconhece um grupo de contratos de seguro que emitir a partir do que ocorrer primeiro entre:

- início do período de cobertura do grupo de contratos;
- data de quando o primeiro pagamento de um titular da apólice do grupo vencer;
- para um grupo de contratos onerosos, quando o grupo se torna oneroso.

Obedecidos os critérios de reconhecimento, os novos contratos são reconhecidos dentro do período das demonstrações financeiras.

Mensuração

A metodologia selecionada para a mensuração dos contratos de seguros da BANESTES Seguros, para a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC – *Liability for Remaining Coverege*), foi a Abordagem de Alocação de Prêmio (PAA), conhecida como abordagem simplificada. Sob esta abordagem, dispensa-se a projeção da melhor estimativa dos fluxos de caixa dos passivos e assume-se uma abordagem de diferimento linear pro rata dos passivos, para os graus de agregação de Riscos Diversos, Automóvel e Pessoas Individual. Para o grupo de Vida Coletivo e Prestamista foi adotada a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC – *Liability for Remaining Coverege*), foi o Modelo Geral (BBA).

Esses critérios foram escolhidos, dado as características de vigências dos riscos, similaridades das carteiras e teste de onerosidade, uma vez que a Seguradora trabalha com apólices anuais e plurianuais.

No reconhecimento inicial de cada grupo de contratos, o valor contábil do passivo para cobertura remanescente é calculado pelos prêmios recebidos na data do reconhecimento inicial e a Seguradora elegerá reconhecer os fluxos de caixa de aquisição de seguros como despesas quando incorridos.

Posteriormente, o valor contábil do Passivo para Cobertura Remanescente é adicionado os prêmios recebidos no período, diminuído pelo valor reconhecido como receita de seguros para serviços prestados; diminuído pelos fluxos de caixa de custos de aquisição de seguros e acrescido de quaisquer valores relativos à amortização de custos de aquisição reconhecidos como uma despesa.

A BANESTES Seguros espera que o tempo entre a prestação de cada parte dos serviços e a data de vencimento do prêmio relacionado não seja superior a um ano. Consequentemente, conforme permitido pela IFRS17, a Seguradora ajusta o passivo pela cobertura remanescente de forma a refletir o valor do dinheiro no tempo e o efeito do risco financeiro, considerando também os efeitos do prêmio de liquidez.

A Companhia efetuou testes de onerosidade com base em dados históricos e não foram observados portfólios de contratos potencialmente onerosos.

Será reconhecido o Passivo para Sinistros Ocorridos (LIC - *Liability for Incurred Claims*) de um grupo de contratos pelo valor dos fluxos de caixa realizado relacionados aos sinistros incorridos, ou seja, é definido como as obrigações decorrentes da investigação e pagamento de sinistros válidos associados a eventos segurados que já ocorreram, incluindo eventos que ocorreram, mas para os quais as reclamações não foram relatadas, e outras despesas de seguro incorridas.

Taxa de desconto

Tendo como propósito ajustar as estimativas dos fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo, a Seguradora adota as curvas livres de riscos (ETTJ) divulgada pela Superintendência de Seguros Privados, acrescida do prêmio de liquidez das aplicações financeiras, excluindo os efeitos do risco não financeiro relacionados aos fluxos de caixa.

Nesse cenário, a Seguradora definiu pela utilização da abordagem *bottom-up*.

Ajuste de risco

A Seguradora ajusta a sua estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a remuneração que ela requer para suportar a incerteza sobre o valor e a época dos fluxos de caixa que decorrem do risco não financeiro.

A metodologia utilizada pela Seguradora, para os seguros de pessoas, partiu da adoção de modelos estocásticos através da simulação de múltiplos cenários para se obter o *Best Estimate Liability* (BEL) de 43,77%, onde para o nível de confiança de 95%, encontrou-se um VaR de 15,15%, enquanto que para os seguros prestamista o *Best Estimate Liability* (BEL) obtido foi de 26,56%, onde para o nível de confiança de 95%, encontrou-se um VaR de 9,42%.

Margem de serviço contratual

Ocorre o reconhecimento da Margem de Serviço Contratual (CSM) de cada período, tendo o seu reconhecimento em cada unidade de cobertura, registrando a Margem de Serviço Contratual no final de cada período. Esse resultado é contabilizado considerando a poderação pelo fator de exposição ao risco.

k.1. Apuração do Passivo de Sinistros Ocorridos (LIC)

As diretrizes do IFRS 17, dispõe que o Passivo de Sinistros Ocorridos (LIC) estimado deve ser constituído por quatro componentes:

- i) Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa;
- ii) Descontos;
- iii) Ajuste para o Risco Não Financeiro;
- iv) Margem de Serviço Contratual.

A Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa compreende a projeção das obrigações decorrentes dos contratos de seguros utilizando todas as informações e premissas mais atualizadas à disposição. Os descontos referem-se ao cálculo para trazer a valor presente os fluxos de obrigações. Já o Ajuste para o Risco Não Financeiro se refere à remuneração que a entidade exige para arcar com a incerteza sobre o valor e/ou momento dos fluxos de caixa que surgem do risco não financeiro (margem de solvência). A Margem de Serviço Contratual representa o lucro não auferido que a entidade reconhecerá no resultado à medida que os serviços forem prestados.

Fluxo de Caixa de Sinistros Ocorridos

As obrigações decorrentes de sinistros ocorridos representam a soma dos sinistros já avisados e dos não avisados e, dessa forma, estimados pela companhia na data-base do cálculo, ou simplesmente os sinistros ocorridos que ainda não foram pagos. Na presente metodologia, optamos por utilizar o método de triângulos de run-off de ocorrência por pagamento dos sinistros e, desta forma, calcular a melhor estimativa dos sinistros finais ocorridos e não pagos (IBNP - *Incurred But Not Paid*). Este método fundamenta suas aplicações na possibilidade de verificar o desenvolvimento de sinistros estimando o comportamento dos mesmos a partir da experiência da própria Seguradora.

Fluxo de Caixa de Despesas Alocáveis (ALAE)

A mesma metodologia descrita acima para os fluxos de sinistros ocorridos é utilizada para a estimação dos fluxos de caixa associados às despesas alocáveis (ALAE). Substituem-se apenas os montantes de sinistros pagos pelo montante de despesas pagas nos triângulos de desenvolvimento.

Estrutura a Termo da Taxas de Juros

A norma IFRS 17, estabelece que as entidades seguradoras deverão ajustar as estimativas de fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros relacionados a esses fluxos de caixa, na medida em que os riscos financeiros não estão incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa.

As curvas de juros utilizadas devem:

- refletir o valor do dinheiro no tempo, as características dos fluxos de caixa e as características de liquidez dos contratos de seguro;
- ser consistente com os preços de mercado atuais observáveis (se houver) para instrumentos financeiros com fluxos de caixa cujas características são consistentes com os dos contratos de seguro, como, por exemplo, tempo, moeda e liquidez; e
- excluir o efeito de fatores que influenciam os preços observáveis de mercado, mas que não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

Dadas as condições apresentadas, o normativo permite duas abordagens diferentes para construção das curvas de juros, que em teoria, embora não necessariamente na prática, produzem resultados equivalentes. As duas abordagens são referidas como *top-down* e *bottom-up*.

Curvas livres de risco totalmente líquidas são o ponto de partida da abordagem *bottom-up*. O normativo não define explicitamente a base para derivar a curva livre de risco. No entanto, faz referência a instrumentos negociados que contêm níveis insignificantes de risco de crédito, são altamente líquidos, com preços confiáveis e cubram uma ampla gama de vencimentos, incluindo durações e prazos mais longos. Os dois instrumentos mais comuns com essas características são os títulos do governo ou *swaps* interbancários. O aspecto mais desafiador dessa abordagem provavelmente é o cálculo do ajuste pelo prêmio de iliquidez estimados a partir de portfólio de ativos e posteriormente transladados para a curva de desconto dos passivos. Esse ajuste de iliquidez é necessário dado que portfólios de contratos de seguro são significativamente menos líquidos do que títulos públicos ou *swaps* interbancários.

O ponto de partida da abordagem *top-down*, por outro lado, são os ativos garantidores dos portfólios de contratos da companhia. Preços de mercado dos ativos garantidores são, geralmente, facilmente observáveis, sendo possível, dessa forma, inferir a rentabilidade efetiva da carteira usando um cálculo de taxa interna de retorno aplicado aos fluxos de caixa contratuais. No entanto, essa curva projetada provavelmente não será adequada para o desconto dos passivos segundo o normativo, uma vez que os instrumentos financeiros utilizados como ativos garantidores podem ser diversos e possuir spreads de risco de crédito variados (considerando que esses ativos não são livres de risco e suas rentabilidades devem conter um prêmio pelo risco de contraparte). O prêmio pelo risco de crédito dos títulos, portanto, deveria ser expurgado da curva de desconto para que fosse elegível para descontar a melhor estimativa dos passivos. Esse ajuste pelo risco de crédito, no entanto, não é trivial e constitui o aspecto mais desafiador para a aplicação da abordagem *top-down*.

No caso do mercado brasileiro, considerando que curvas livres de risco são disponibilizadas pelo Regulador, a abordagem *bottom-up* tende a ser mais vantajosa para as seguradoras, uma vez que basta adicionar o ajuste pelo prêmio de iliquidez sobre a curva livre de risco. Por outro lado, a utilização da abordagem *top-down* seria mais trabalhosa, visto que é necessário primeiramente derivar uma curva de juros baseadas nos preços de mercado do portfólio de ativos garantidores do segurador, para depois realizar os necessários ajustes para expurgo dos efeitos do risco de crédito.

Optou-se, portanto, pela utilização da abordagem *bottom-up*, tendo como ponto de partida a curva de juros nominal pré-fixada divulgada pelo Regulador.

A Seguradora definiu que as estimativas do passivo de sinistros ocorridos (LIC), serão calculadas segregadas em portfólios, considerando também o prêmio de liquidez, quando aplicável.

I. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

Provisões são reconhecidas quando for provável que uma saída de benefícios econômicos seja requerida para liquidar uma obrigação legal ou presumida, que tenha surgido como resultado de acontecimentos passados, e para a qual uma estimativa confiável do montante da obrigação possa ser calculada.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que decorrem de eventos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. São

também considerados passivos contingentes as obrigações presentes decorrentes de eventos passados, mas não reconhecidas em função de não ser provável que um fluxo de saída seja exigido para liquidar tais obrigações, ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Passivos contingentes não são reconhecidos, porém são divulgados, a menos que a probabilidade do fluxo de saída de recursos seja remota.

Ativos contingentes são direitos potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto quando a Administração do SFB entende que sua realização é praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é virtualmente certa ou provável, que devam ser divulgados.

m. Garantias Financeiras

O SFB emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal de seus negócios bancários. Os passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira e reconhecido na demonstração consolidada do resultado como “Receitas de Prestação de Serviços e Comissões”.

Após a emissão dessas garantias, se, com base na melhor estimativa, a Administração concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor e classificada em “Provisões”.

As garantias financeiras são revisadas periodicamente para a determinação do risco a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária.

Em 30 de junho de 2026, foram constituídas provisões para as garantias financeiras no valor de R\$ 30 (R\$ 0,00 em 30 de junho de 2025).

n. Benefícios a Empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela Instituição, em troca de serviços prestados pelos seus empregados, ou pela rescisão do contrato de trabalho e incluem:

n.1. Benefícios de curto prazo a empregados - são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem às demonstrações financeiras em que os empregados prestarem os respectivos serviços: ordenados, salários, contribuições para a seguridade social, licença anual remunerada, licença médica remunerada, participação nos lucros, bônus e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, carros e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para empregados atuais.

n.2. Benefícios pós-emprego - são os benefícios a empregados (exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo a empregados), que serão pagos após o período de emprego. Como exemplo, benefícios de aposentadoria (pensões e

pagamentos integrais por ocasião da aposentadoria) e outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência médica pós emprego. Plano de benefício pós-emprego compreende compromisso assumido pelo SFB de suplementar benefícios previdenciais a seus empregados.

Plano de contribuição definida - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora paga contribuições fixas ao fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições nesse tipo de plano são reconhecidas como “Despesas de Pessoal” na demonstração consolidada do resultado.

Plano de benefício definido - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora tem a obrigação de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado e está sendo apresentado na Nota 37.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - *Projected Benefit Obligation*), líquido dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa de consultoria, no final de cada exercício.

O IAS 19 que trata de benefícios a empregados, estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego com a extinção do método do corredor no registro da obrigação dos planos, prevendo o reconhecimento integral de passivo líquido decorrente de benefícios definidos, em contrapartida de conta do patrimônio líquido, pertencente ao grupo de “Ajustes de Avaliação Patrimonial”.

n.3. Outros benefícios de longo prazo aos empregados - são todos os benefícios aos empregados que não benefícios de curto prazo aos empregados, benefícios pós-emprego e benefícios rescisórios.

n.4. Benefícios rescisórios - são benefícios aos empregados fornecidos pela rescisão do contrato de trabalho de empregado como resultado de:

- (a) decisão de a entidade terminar o vínculo empregatício do empregado antes da data normal de aposentadoria; ou
- (b) decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho.

o. Receitas e Despesas de Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração consolidada do resultado utilizando o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro e não sofre revisões posteriores.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos de transação, descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

p. Receitas e Despesas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o SFB fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a instituição espera receber em troca desses serviços. Um modelo de cinco etapas

é aplicado para reconhecimento das receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho do contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento da receita quando as obrigações de desempenho, pactuadas nos contratos com clientes, são satisfeitas. Os custos incrementais e os custos para cumprir contratos com clientes são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

q. Impostos sobre o Lucro

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10% e a contribuição social à alíquota de 20% para instituições financeiras, 15% para setores segurador e distribuidor e 9% para controladas não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal (Nota 12).

A Emenda Constitucional n.º 103/2019, em seu artigo 32, elevou para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para os bancos de qualquer espécie a partir de 1º de março de 2020 até que entre em vigor lei que disponha sobre a alíquota da referida contribuição.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa de imposto de renda corrente e contribuição social é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

r. Outros Tributos

Outros tributos incidem sobre a receita transacional e são reconhecidos no resultado como “Outras Despesas”, dentre os quais se destacam:

PIS e COFINS: contribuições sociais federais que, para as instituições financeiras, incidem sobre a receita líquida de juros, receita de prestação de serviços e outras receitas operacionais. A alíquota para o PIS é de 0,65% e para a COFINS é de 4%;

ISS: imposto municipal incidente sobre as receitas de prestação de serviços. A alíquota varia de município para município e do tipo de serviço prestado, sendo a mínima de 2% e a mais comum de 5%.

s. Patrimônio Líquido

O capital social do BANESTES, totalmente subscrito e integralizado, é representado por ações ordinárias e preferenciais. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais

não conferem direito a voto, sendo-lhes asseguradas as seguintes preferências e vantagens: prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital em caso de liquidação do Banco (sem prêmio); participação nos lucros distribuídos e pagamentos de juros sobre o capital próprio em igualdade com as ações ordinárias e direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de controle do BANESTES ao mesmo preço ofertado às ações de controle.

s.1. Custos de Emissão de Ações

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são demonstrados no patrimônio líquido, deduzido de impostos, reduzindo o valor de mensuração inicial das ações.

s.2. Lucro por Ação

O BANESTES apresenta dados de lucro por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas do BANESTES pelo número médio de

ações em circulação durante o ano, excluindo-se o número de ações compradas pela instituição e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído por sua vez é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos financeiros emitidos pelo Sistema Financeiro BANESES com efeito de diluição.

4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS

O SFB adota estimativas e premissas que afetam o valor reportado de ativos e passivos no próximo período. Todas as estimativas e premissas necessárias de acordo com o IFRS são as melhores estimativas determinadas de acordo com o padrão aplicável. Essas estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e baseados na experiência histórica e outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

As estimativas e premissas que possuem um risco significativo e podem ter um impacto relevante nos valores de ativos e passivos no próximo ano, podendo os resultados reais serem diferentes dos previamente estabelecidos que estão divulgadas a seguir:

- **Valor Justo dos Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras consolidadas consistem

principalmente em ativos financeiros mensurados a valor justo no resultado e ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base nas metodologias descritas na Nota 7.

- **Provisão para Perdas Esperadas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA**

A mensuração da provisão para perdas com créditos esperados para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA requer o uso de modelos complexos e hipóteses significativas sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito.

Explicação das premissas e técnicas de estimativa utilizadas na mensuração da perda de crédito esperada é mais detalhada na Nota 3.e.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da perda de crédito esperada, tais como:

- Determinar critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha de modelos e pressupostos apropriados para a mensuração da perda de crédito esperada;

- Estabelecer o número e ponderações relativas a cenários prospectivos para cada tipo de produto e mercado relacionado a perda de crédito esperada; e
- Estabelecer grupo de ativos financeiros semelhantes para fins de mensuração da perda de crédito esperada.

O processo para determinar o nível de provisão para perda de crédito esperada exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

A determinação da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) com empréstimos e adiantamento a clientes exige, por sua natureza, julgamentos e suposições com relação à carteira, tanto em bases individuais quanto em base coletiva. Na revisão da carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia é utilizada para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico é considerado para fazer tais mensurações.

Fatores adicionais que podem afetar essa determinação da provisão para perdas com empréstimos e adiantamento a clientes incluem condições econômicas brasileiras gerais e experiência anterior com o devedor ou setor relevante da economia, além de experiência recente de prejuízos, valores de garantias de uma operação de crédito, volume, composição e crescimento da carteira de empréstimos e recebíveis e quaisquer atrasos no recebimento das informações necessárias para avaliar empréstimos e recebíveis ou confirmar a deterioração de crédito existente.

As provisões para *impairment* calculadas coletivamente cobrem as perdas de crédito inerentes a carteiras de créditos com características econômicas similares quando existem evidências objetivas que elas contêm créditos com *impairment* que não podem ser identificados individualmente. O BANESTES utiliza modelos para analisar as carteiras de crédito e determinar a provisão necessária para perdas, considerando fatores de perdas e outros indicadores de risco. Embora os modelos sejam frequentemente revisados e melhorados, eles são, por sua natureza, dependentes de julgamento sobre as informações.

A utilização de metodologias alternativas e de outras premissas e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes de perdas por *impairment* reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados apresentados.

Ao longo de 2026, o BANESTES revisou determinadas estimativas relacionadas à mensuração da provisão para perdas esperadas de ativos financeiros, em decorrência de novas informações disponíveis, da experiência acumulada na aplicação dos modelos desenvolvidos, e do processo contínuo de monitoramento do comportamento das carteiras.

• Ativos Fiscais Diferidos

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o SFB terá lucro tributável futuro em relação aos ativos fiscais diferidos que possam ser utilizados. Outros ativos tributários diferidos (créditos e prejuízos fiscais a compensar) são reconhecidos apenas caso seja considerado provável que o SFB terá lucro tributável futuro suficiente para que tais créditos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação

atual, a realização esperada do crédito tributário do SFB é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuros, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas.

- **Provisões Técnicas de Seguros**

As provisões técnicas de seguros são passivos que representam estimativas dos valores que serão devidos em um determinado momento no futuro, a favor dos segurados. Os benefícios futuros de apólices e sinistros incluem reservas para seguro de vida em grupo e individual, seguro contra acidentes, dentre outros.

O valor do passivo é determinado utilizando métodos atuariais baseados em histórico de pagamentos de sinistros para determinar a estimativa de passivos de sinistros. Os métodos para se determinar essas estimativas e estabelecer as provisões técnicas são revisados e atualizados regularmente. Os ajustes resultantes são reconhecidos no resultado do respectivo período.

- **Provisões e Passivos Contingentes**

O SFB revisa periodicamente suas contingências, as quais são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como “Prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como “Provisões”.

Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos, valores e probabilidades de perda.

- **Plano Benefício Pós-Emprego**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o UCP – Unidade de Crédito Projetada, ou PUC – *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO – *Projected Benefit Obligation*), líquido ativos dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, procedida anualmente por atuário independente, no final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, quando ocorrer.

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Introdução e Visão Geral

O BANESTES, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente de forma a otimizar o investimento dos acionistas e respeitar uma relação risco/retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição. Essas políticas visam fortalecer a Governança Corporativa do Banco e adotar as melhores práticas de gerenciamento de riscos do mercado, estando sempre em conformidade com os requerimentos do Acordo de Basileia e aos normativos do Banco Central do Brasil - BACEN. Para conhecer mais sobre o processo, acesse o documento de Gerenciamento de Riscos no site de relações com investidores (<http://www.banestes.com.br/ri/index.html>), que não faz parte dessas demonstrações financeiras.

Risco de Crédito

Crédito é definido como a expectativa de recebimento de uma quantia em dinheiro, dentro de um espaço de tempo previamente estabelecido. Em contrapartida, define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à inadimplência do tomador ou contraparte, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O gerenciamento do risco de crédito é executado por áreas independentes das unidades de negócios e tem como objetivo gerar informações para as áreas envolvidas no processo de crédito.

Em atendimento ao artigo 7º da Resolução n.º 3.721, de 30/04/2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o SFB instituiu a estrutura de gerenciamento do risco de crédito que é composta pela Diretoria de Riscos e Controle e Diretoria Jurídica e Administrativa, sendo a Diretoria de Riscos e Controle, a responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do SFB perante o Bacen.

Os processos existentes de classificação e análise de risco, administração, controle, avaliação e concessão de crédito são totalmente sistematizados, proporcionando entre outros benefícios, o acompanhamento e controle gerencial dos processos com agilidade, observando a segurança inerente à função de conceder crédito e ao mesmo tempo capaz de garantir a sustentabilidade da Instituição.

No que tange ao *impairment*, o SFB, através da análise de dados históricos do comportamento de atraso das operações de crédito, calcula a perda utilizando a média histórica dos cinco últimos anos, ajustadas para refletir os efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras, conforme descrito na Nota 3.e.2.

Essa média utilizada sobre as carteiras analisadas foi apurada considerando dados de forma massificada, além de dar tratamento especial aos clientes classificados como significativos.

Política de Crédito

A política de crédito tem como linha mestra ampliar a carteira de crédito, fixando regras que devem nortear o processo de concessão de crédito do Banco, não perdendo de vista a mitigação dos riscos e a maximização do resultado, assegurando o retorno sobre o capital, e aderente ao cenário econômico.

As agências possuem limites de alçada decisória de crédito, e os comitês de crédito da Direção Geral, analisam e decidem sobre limites e valores superiores às alçadas das agências, segregando assim as decisões de acordo com o estabelecido na política de crédito.

Ressalta-se na política de concessão de créditos do SFB, a partir da utilização de modelos de *Credit Scoring* avançados e atualizados, a adoção de processos de decisão ágeis e seguros, proporcionando a aprovação automática de limite de crédito padrão e concessão de crédito, viabilizando o crédito por meios de canais eletrônicos e a melhoria contínua da qualidade da carteira de crédito.

A política de crédito é estabelecida com base em fatores internos e externos, relacionados ao ambiente econômico. Destacam-se, entre os fatores internos: resultado da análise da evolução da carteira, os níveis registrados de inadimplência, a qualidade da carteira, as margens e taxas de retorno, dentre outros; enquanto fatores externos são relacionados ao acompanhamento do ambiente macroeconômico do mercado.

A determinação dos níveis de provisões para potenciais perdas está adequada à exposição de risco em cada operação. As análises consideram os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, visando proteger a Instituição contra perdas decorrentes de crédito. As operações são avaliadas em função da classificação de risco do cliente/grupo econômico, ponderando garantias agregadas nas operações, a natureza e o tipo de operação, bem como de atrasos de pagamento que têm predominância sobre outros fatores para determinar a provisão final.

O SFB utiliza as garantias como uma forma de mitigação do risco de crédito, onde no processo de concessão é priorizado as garantias de maior liquidez, sendo elas responsáveis em assegurar plena liquidação do principal e dos encargos financeiros em caso de inadimplência.

A tabela abaixo mostra uma estimativa do valor justo das garantias e de outros tipos de valores mantidos contra ativos financeiros:

	30/06/2026	31/12/2025
Alienação Fiduciária	6.274.426	6.227.150
Aval/ Fiança/ Caução	98.640	110.850
Cessão/ Consignação	154.453	158.836
Hipoteca/ Penhor	1.624.769	1.605.919
Propriedade do Bem Móvel/ Imóvel	4.187	4.187
Total	8.156.475	8.106.942

(*) Todas as garantias estão avaliadas pelo Nível 2 da Hierarquia do Valor Justo.

Demonstramos no quadro abaixo os detalhes de ativos financeiros e não-financeiros obtidos pela tomada de posse de garantias mantidas como empréstimos e recebíveis, bem como a posição das garantias detidas no final do trimestre.

Os bens obtidos são registrados no balanço patrimonial na rubrica de "Ativos Não Correntes Mantidos para Venda" (Nota 14) pelo valor justo do bem, de acordo com a expectativa de recuperação em função da venda do ativo, ou pelo valor contábil do contrato, dos dois o menor.

	30/06/2026	31/12/2025
Imóveis	40.062	40.396
Veículos	9.285	9.122
Outros	-	-
Subtotal	49.347	49.518
Provisão p/ Desvalorização	(1.517)	(1.275)
Valor Líquido	47.830	48.243

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais um *impairment* é reconhecido. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágios			Total	Estágios			Total
Ativos financeiros ao VJORA	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Instrumento de Dívida e Patrimônio	19.380.978	34.757	-	19.415.735	15.131.579	-	-	15.131.579
Letras Fin. do Tesouro - LFT	18.146.482	-	-	18.146.482	13.139.942	-	-	13.139.942
Letras do Tesouro Nacional - LTN	66.895	-	-	66.895	733.964	-	-	733.964
Notas Fin. do Tesouro - NTN	1.041.549	-	-	1.041.549	721.512	-	-	721.512
Debêntures	126.052	34.757	-	160.809	536.161	-	-	536.161
Total	19.380.978	34.757	-	19.415.735	15.131.579	-	-	15.131.579

Ativos financeiros ao custo amortizado	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras	4.767.880	-	-	4.767.880	5.755.762	-	-	5.755.762
Aplicações no mercado aberto	3.807.594	-	-	3.807.594	5.427.436	-	-	5.427.436
Aplicações em depósitos interfinanceiros	960.286	-	-	960.286	328.326	-	-	328.326
Instrumento de Dívida e Patrimônio	1.622.439	-	17.435	1.639.874	2.402.982	-	5.368	2.408.350
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	506.134	-	-	506.134
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	497.347	-	-	497.347	499.052	-	-	499.052
Títulos da novação da dívida do FCVS - CVS	20.401	-	-	20.401	37.342	-	-	37.342
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	48.607	-	-	48.607	53.719	-	-	53.719
Debêntures	359.434	-	17.435	376.869	475.396	-	5.368	480.764
Letras financeiras	215.675	-	-	215.675	410.098	-	-	410.098
Nota Comercial	480.972	-	-	480.972	421.238	-	-	421.238
Outros	3	-	-	3	3	-	-	3
Créditos a clientes	11.376.281	839.660	258.858	12.474.799	10.826.766	1.242.032	151.973	12.220.771
Créditos a clientes	11.376.281	839.660	258.858	12.474.799	10.826.766	1.242.032	151.973	12.220.771
Riscos potenciais	1.713.459	41.457	2.478	1.757.394	1.792.195	467.332	2.881	2.262.408
Limites a clientes	1.713.459	41.457	2.478	1.757.394	1.792.195	467.332	2.881	2.262.408
Total	19.480.059	881.117	278.771	20.639.947	20.777.705	1.709.364	160.222	22.647.291

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos avaliados a valor justo

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros avaliados a valor justo:

	30/06/2026	31/12/2025
Ativos financeiros ao VJR		
Instrumentos de Dívida	402.625	513.268
Cotas de fundos de investimento	402.625	513.268

Avaliação da redução ao valor recuperável

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo SFB para fins de elaboração destas demonstrações financeiras. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais políticas contábeis do SFB (Nota 3).

- Premissas para aplicação da abordagem de 3 estágios

Para a determinação da provisão das perdas esperadas, alguns conceitos importantes precisam ser inicialmente entendidos e definidos, sendo eles:

- Aumento significativo do risco de crédito;
- Cura (diminuição do risco de crédito); e
- Ativos problemáticos.

Aumento significativo no risco de crédito

Considera-se que há aumento significativo do risco de crédito quando uma operação passa a apresentar atraso superior a 30 dias no pagamento do principal ou de encargos e ativos financeiros que sofreram aumento significativo na sua PD desde a sua

originação. Em casos específicos, admite-se considerar atraso de até 60 dias.

Cura (diminuição do risco de crédito)

Considera-se que uma operação apresenta diminuição do risco de crédito quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos.

Ativos problemáticos

São considerados ativos problemáticos operações que possuam mais de 90 dias de atraso, além das operações para as quais existam indícios de que a obrigação pactuada não será integralmente honrada. Neste último caso, enquadram-se operações de contrapartes com falência decretada, recuperação judicial ou extrajudicial, reestruturação de dívidas ou necessidade de execução de garantias. Operações da mesma contraparte, que compartilham risco de inadimplência, também são consideradas para essa mensuração.

Conforme mencionado na Nota 3, o SFB calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de créditos a clientes, agrupando essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de contraparte (pessoa física ou pessoa jurídica); e
- Tipo de produto (produtos parcelados, produtos rotativos, operações de crédito consignado).

• Mensuração do risco de crédito

Para atendimento ao IFRS 9, o SFB deve mensurar as perdas esperadas considerando os seguintes parâmetros de risco de crédito:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD), considerando a situação econômica corrente e previsões de alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito, durante o seu prazo esperado (visão *forward looking*);
- Perda em caso de inadimplência (*loss given default* - LGD); e
- Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* - EAD).

A provisão para perdas esperadas é determinada aplicando-se os percentuais de PD e LGD sobre a EAD (base de cálculo da provisão para perdas esperadas).

Probabilidade de inadimplência (probability of default – PD)

O SFB possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (*ratings*) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes de varejo compreendem créditos pessoais, operações com cartões de crédito e cheque especial sem garantias. Essas operações recebem uma classificação de risco através de um modelo de *credit score* interno, que utiliza como parâmetros principais:

Para clientes que são pessoas físicas:

- Tipo de produto;
- Tempo de relacionamento;
- Identificação de restritivo externo;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Idade do cliente; e
- Renda.

Para clientes que são pessoas jurídicas:

- Tipo de produto;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Tempo de fundação da empresa;
- Faturamento anual;
- Identificação de restritivo externo; e
- Tempo de relacionamento.

A definição das classificações internas de risco de crédito está definida conforme a seguir:

Pessoa Física	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Requer atenção
F	Baixa qualidade
G	Baixa qualidade
H	Risco severo

Pessoa Jurídica	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Baixa qualidade
F	Baixa qualidade
G	Risco severo
H	Risco severo

A carteira de operações de crédito encontrava-se assim distribuída entre os *ratings* internos em:

Rating	30/06/2026	31/12/2025
A	4.348.659	5.684.997
B	1.695.552	464.953
C	4.209.649	2.799.300
D	1.101.195	2.043.037
E	953.455	1.114.208
F	65.067	147.763
G	-	-
H	577.928	462.587
Total	12.951.505	12.716.845

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de *ratings*, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo

federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

Perda em caso de inadimplência (LGD)

A LGD é a perda surgida na hipótese de inadimplência. O cálculo de LGD baseia-se nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes.

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeitos ao cálculo das perdas esperadas (PE). Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do SFB.

Informações prospectivas (visão forward looking)

Nos modelos de PE, o SFB utiliza informações macroeconômicas prospectivas, sendo o IPCA e a SELIC as principais, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Segmento	Variável macroeconômica	Projeção utilizada
Pessoa Física - Produtos Rotativos	Desocupação - últimos 3 meses	6.10% a.m.
	Inadimplência PF - últimos 10 meses	4.92% a.m.
Pessoa Física - Crédito Consignado	Desocupação - último mês	5.60% a.m.
Pessoa Física - Produtos Parcelados	Inadimplência PF - últimos 5 meses	5.38% a.m.
	Desocupação - últimos 3 meses	6.10% a.m.
Pessoa Jurídica - Produtos Parcelados	Desocupação - últimos 5 meses	5.40% a.m.
Pessoa Jurídica - Produtos Rotativos	Inadimplência PJ - últimos 5 meses	2.87% a.m.

Outras considerações prospectivas que não foram incorporadas, como o impacto de quaisquer mudanças regulatórias, legislativas ou políticas, também foram consideradas, mas não são vistas como tendo um impacto material e, portanto, nenhum ajuste por *impairment* foi feito para esses fatores. Isso é revisado e monitorado no que tange à adequação

trimestralmente.

Apresentamos abaixo as mudanças no *impairment* em 30 de junho de 2026, que seriam o resultado razoável de possíveis mudanças nas premissas de variáveis econômicas utilizadas pelo SFB:

Pessoa Física – Produtos Rotativos		PD	% relativo
Desocupação	Base	2,7634%	0,00%
	Piora 1%	2,7946%	1,13%
	Melhora 1%	2,7325%	-1,12%
Inadimplência PF	Base	2,7634%	0,00%
	Piora 1%	2,7963%	1,19%
	Melhora 1%	2,7308%	-1,18%

Pessoa Física – Crédito Consignado		PD	% relativo
Desocupação	Base	2,6536%	0,00%
	Piora 1%	2,6688%	0,57%
	Melhora 1%	2,6385%	-0,57%
PIB	Base	2,6536%	0,00%
	Piora 1%	2,5728%	-3,05%
	Melhora 1%	2,7370%	3,14%

Pessoa Física – Produtos Parcelados		PD	% relativo
Inadimplência PF	Base	9,8993%	0,00%
	Piora 1%	10,3651%	4,70%
	Melhora 1%	9,4520%	-4,52%
Desocupação	Base	9,8993%	0,00%
	Piora 1%	9,9640%	0,65%
	Melhora 1%	9,8350%	-0,65%

Pessoa Jurídica – Produtos Rotativos		PD	% relativo
Inadimplência PJ	Base	1,7317%	0,00%
	Piora 1%	1,7721%	2,33%
	Melhora 1%	1,6922%	-2,28%

Pessoa Jurídica – Produtos Parcelados		PD	% relativo
Desocupação	Base	9,1586%	0,00%
	Piora 1%	9,3797%	2,41%
	Melhora 1%	8,9428%	-2,36%
PIB	Base	9,1586%	0,00%
	Piora 1%	8,5501%	-6,64%
	Melhora 1%	9,8105%	7,12%

Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez do Banestes é executado por unidade segregada das áreas de negócio e de auditoria interna e possui uma Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, aprovada pelo Conselho de Administração e em

conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que é um conjunto de diretrizes que tem como objetivo estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela administração da Instituição, adotando uma tolerância ao risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco.

A mensuração do risco de liquidez considera, principalmente, a possibilidade de saídas de recursos nas principais linhas de captações, saída de recursos com investimentos na carteira comercial e em títulos privados e as obrigações da instituição em geral. São adotadas estratégias de captação que proporcionam diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento, sendo considerados instrumentos elegíveis para captação de recursos: depósito à vista, depósito a prazo, depósito de poupança, depósito interfinanceiro, emissão de títulos e valores mobiliários, captação de recursos em moeda estrangeira.

Para mitigação do risco de liquidez, o Banestes acompanha, diariamente, o risco de liquidez ao qual está exposto, a fim de manter um nível mínimo de recurso para assegurar a sua liquidez. O limite mínimo do colchão de liquidez adotado pela Instituição é revisado anualmente e fornece um nível de liquidez necessário para suportar os desembolsos de curto prazo, previstos ou imprevistos.

São utilizadas as seguintes ferramentas na gestão do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial Banestes:

- Monitoramento do Colchão de Liquidez diário, que prevê a manutenção de estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos em caixa em situação de estresse, frente aos limites mínimos definidos;
- Avaliação da liquidez intradia;
- Avaliação diária das operações com prazos de liquidação inferiores no mínimo de 90 dias;
- Análise do perfil e comportamento diário das captações de recursos;
- Apuração mensal do índice de liquidez de curto prazo desenvolvido internamente, que identifica o montante de ativos livres de alta liquidez para cobrir as saídas (líquidas) que a Instituição pode sofrer sob um severo cenário de estresse no horizonte de 30 dias;
- Avaliação do risco de liquidez por Comitê responsável, como parte do processo de aprovação de novos produtos e serviços, modificações relevantes em produtos ou serviços existentes, assim como da compatibilidade destes com os procedimentos e controles existentes;
- Execução, sempre que necessário, dos procedimentos definidos no Plano de Contingência para a recuperação dos níveis mínimos de liquidez.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial adota um Plano de Contingência de Liquidez, atualizado anualmente, que estabelece estratégias de administração para situações de crise de liquidez, incluindo procedimentos para a geração de caixa em situações emergenciais.

Visando verificar a capacidade de liquidez da Instituição e elencando medidas corretivas, caso sejam necessárias, são realizados também “Testes de Estresse de Liquidez”, que utilizam:

- Projeção do Colchão de Liquidez para diferentes horizontes de tempo, em situações normais ou de estresse;

- Testes de estresse mensais que avaliam: a situação do colchão de liquidez após expectativas de saque dos depósitos sem a realização de novas captações;
- Expectativas de realização dos compromissos assumidos (exposições não contabilizadas no balanço patrimonial e linhas de crédito e de liquidez).

Prazos Contratuais Residuais de Ativos e Passivos Financeiros

A tabela a seguir mostra os fluxos de caixa referentes aos ativos e passivos financeiros do BANESTES. Os fluxos de caixa que o BANESTES estima para esses instrumentos são apurados de acordo com base em expectativas de realização e resgates dos valores futuros. Os ativos totais compreendem a carteira de crédito comercial e a carteira de investimento (tesouraria).

	30/06/2026				31/12/2025			
	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias
Ativo Total	83.838.922	7.529.695	3.180.839	73.128.388	74.257.272	10.853.589	5.170.850	58.232.833
Passivos não Derivativos	44.166.695	21.616.814	4.199.056	18.350.825	40.947.014	21.381.723	4.515.809	15.049.482
Depósitos de Instit. Financeiras	10.555.122	9.728.386	826.736	-	9.684.997	9.550.005	134.992	-
Depósitos de Clientes	31.235.391	11.603.724	2.695.707	16.935.960	29.226.612	11.602.649	4.007.502	13.616.461
Emissão de Títulos	1.778.835	634	530.632	1.247.569	1.583.700	705	247.841	1.335.154
Outros passivos financeiros	597.347	284.070	145.981	167.296	451.705	228.364	125.474	97.867

Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da Instituição.

Para o gerenciamento de risco de mercado da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória (posições da carteira *Trading* mais as exposições em moedas estrangeiras e *commodities* da carteira *Banking*) utilizam-se, respectivamente, a metodologia VaR (*Value at Risk* - Valor em Risco), considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias, sendo que as volatilidades são apuradas por meio de um modelo de alisamento exponencial - EWMA (Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas), e as metodologias definidas pelo Bacen para os riscos das posições sujeitas à variação nas taxas de juros, às exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial, *commodities* e ações, que inclui o risco apurado pela metodologia VaR paramétrico para as operações prefixadas em reais, considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias. As volatilidades e correlações utilizadas para a apuração da parcela de risco referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas da carteira de negociação são extraídas do sítio eletrônico do Bacen. Esse gerenciamento da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória é realizado diariamente. Na mensuração do risco de mercado, as posições classificadas na carteira de negociação são marcadas a mercado utilizando metodologias de avaliação a mercado ou de avaliação por modelo de apreçamento amplamente aceitas no mercado.

O risco de taxas de juros da carteira bancária (*Banking*) é apurado pela abordagem de valor econômico (*Economic Value of*

Equity - EVE), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados nesta carteira, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição, e pela abordagem de resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income* - NII), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição.

Exposição ao Risco

Carteira de Negociação

Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Exposição ao risco de mercado – Carteira de Trading e Banking

Apresentamos a seguir os valores médio, máximo e mínimo do VaR das operações prefixadas da carteira de negociação (VaR PRE), de todas as operações da carteira de negociação (VaR *Trading*), nos quais foram considerados o intervalo de confiança de 99% e o horizonte de tempo de 10 dias. O risco de taxas de juros da carteira bancária é apurado considerando tanto a abordagem de valor econômico (Economic Value of Equity - EVE) quanto a abordagem de resultado de intermediação financeira (Net Interest Income - NII):

	30/06/2026				31/12/2025			
	Mínimo	Média	Máximo	30/06/2026	Mínimo	Média	Máximo	31/12/2025
VaR Trading	946	1.579	2.820	946	429	710	918	429
Banking	-	-	-	-	-	58.386	175.158	-

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade é um instrumento que permite a mensuração do impacto das variações de mercado, tais como: taxa de juros, cotações de moedas, ações e fundos de investimentos sobre os instrumentos financeiros do Banestes.

Trimestralmente, é realizada a análise de sensibilidade das exposições financeiras da carteira de negociação (*Trading*) e da carteira bancária (*Banking*) sujeitas ao risco de mercado.

Essas análises de sensibilidade são realizadas a partir da construção dos seguintes cenários que apresentam condições que poderiam afetar negativamente as posições:

Cenário 1: Situação provável: adotada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 30 de dezembro.

Cenário 2: Situação possível: adotada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado, considerando

as condições existentes em 30 de dezembro.

Cenário 3: Situação remota: adotada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 30 de dezembro.

No quadro a seguir encontram-se sintetizados os resultados apurados:

Análise de Sensibilidade (Carteira Trading e Banking)

Fatores de Risco	30/06/2026			31/12/2025		
	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	(7.817)	(186.247)	(356.932)	(6.500)	(160.427)	(317.345)
IPCA	(3.762)	(82.954)	(147.755)	(3.715)	(82.143)	(146.616)
Dólar	-	-	-	(18)	(461)	(923)

(*) Percentual de deterioração nas variáveis de risco de mercado.

Cabe mencionar que as carteiras *Trading* e *Banking* analisadas são compostas por títulos públicos e privados classificados contabilmente como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, moedas estrangeiras classificados contabilmente como Caixa e Equivalentes de Caixa e Outros Ativos/Passivos e cotas de fundos de investimento classificados contabilmente como em valor justo através do resultado.

O valor de exposição líquida desses elementos que compõem a carteira *Trading* e *Banking* submetidas à análise de sensibilidade encontram-se na tabela a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	19.396.996	15.103.457
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	376.219	484.359
Caixa e Equiv. de Caixa/ Depósitos interfinanceiros/Outros Ativos/ Passivos c/ caract. de trading	-	1.845

Gerenciamento de Capital

Visando a adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado, o Banestes instituiu a sua Política de Gerenciamento de Capital, que representa um conjunto de ações elaboradas considerando os objetivos estratégicos da organização que, por meio de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, ou seja, do Patrimônio de Referência, visa avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos de crédito, mercado e operacional ao qual está sujeita, além de elaborar um planejamento de metas e de necessidades de capital.

Destaca-se ainda que a estrutura de gerenciamento de capital do Banestes prevê mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela Instituição, adoção de um plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos, realização de simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital, bem como a elaboração de relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração.

Alocação de Capital

O conceito de Patrimônio de Referência foi instituído pelo Acordo da Basileia, implementado no Brasil pela Resolução CMN n.º 2.099/1994. O PR consiste no somatório do Nível I e do Nível II e representa a base de cálculo para verificar se o patrimônio de referência exigido está sendo observado.

Para a apuração do risco de crédito, os cálculos são realizados seguindo os preceitos da Resolução n.º 229/2022 do Banco Central do Brasil, na qual os ativos são ponderados por fatores que variam de 0% a 1.250%. Essa Circular estabelece um conjunto de regras para cálculo da Parcela dos Ativos Ponderados pelo Risco para Cobertura do Risco de Crédito – RWAcpad para as operações de crédito, levando em consideração os instrumentos mitigadores de risco, e para os demais ativos e despesas registradas no ativo da Instituição. Estabelece também as regras para cálculo do RWAcpad para os compromissos, como, por exemplo, no caso de cartão de crédito, cheque especial e conta garantida.

Por intermédio desses cálculos, o SFB gera as suas análises que o auxiliam a manter o patrimônio de referência compatível com o grau de risco de seus ativos, estando sempre alinhado a um índice mínimo de 10,5% conforme regulamento do Banco Central do Brasil.

Conforme Resolução n.º 4.955/2021, o Patrimônio de Referência deve ser apurado com base no Conglomerado Prudencial.

Informamos os principais indicadores do BANESTES referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026, calculado em conformidade com o Novo Acordo de Basileia:

	Banestes Consolidado	
	Prudencial	
	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio Líquido Ajustado	2.504.742	2.411.697
(-) Redução Ajustes Prudenciais	(426.820)	(426.554)
(-) Ativos Intangíveis	(374.178)	(384.449)
(-) Investimentos significativos em assemelhadas	(50.180)	(40.355)
(-) Créditos Tributários	(2.462)	(1.750)
(+) Ajuste negativo decorrente da constituição de perdas esperadas	64.348	96.522
Patrimônio de Referência (PR) (Nível I + Nível II)	2.142.270	2.081.665
Exposições ao Risco:		
Parcela exigida para cobertura do Risco de Crédito (RWAcpad)	12.305.167	12.506.673
Parcela exigida para cobertura do Risco Operacional (RWAopad)	2.086.535	2.061.026
Parcela exigida para cobertura do Risco de Mercado (RWAm pad)	-	5.075
Parcela exigida para cobertura do Risco de Serviços de Pagamento (RWAsp)	370	340
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	14.392.072	14.573.114
Margem em relação ao Patrimônio de Referência Exigido [(PR-(RWA*F))-RBAN]	631.103	551.488
Índice de Basileia [(PR/RWA)*100]	14,89%	14,28%
Montante do PR apurado para Cobertura do Risco de Taxa de Juros das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação (IRRBB)	-	-

(*) BANESTES Conglomerado Prudencial - composto pelas instituições financeiras BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. preparado segundo norma contábil do Bacen (BrGaap).

6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Informações por segmento de negócios são apresentadas seguindo os segmentos definidos e utilizados pela Administração do SFB para gerenciar os negócios, bem como para a geração de relatórios gerenciais internos.

O SFB está dividido em dois segmentos:

- **Financeiro:** engloba os negócios das carteiras do Banco Múltiplo, da Gestão de Ativos que opera com as atividades de gestão de fundos do SFB e das atividades de administração e intermediação de títulos e valores mobiliários.
- **Seguros e Outros:** envolve as transações de seguros nos diversos ramos e previdência privada realizados com terceiros, pessoas físicas e jurídicas, além das atividades de administração e intermediação de seguros, previdência e capitalização. E resultado de fundo de investimento.

As informações por segmento de negócios correspondentes aos trimestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025 são as seguintes:

Demonstração do Resultado do Semestre por Segmento

Em 30 de junho de 2026:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros e Outros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	783.064	(2.867)	-	780.197
Resultado de Prestação de Serviços (1)	119.066	756	(5.256)	114.566
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	31.842	37.354	(4.019)	65.177
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	68.763	(133)	68.630
Resultado de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	(142.666)	9	-	(142.657)
Despesas de Pessoal (1)	(269.202)	(18.359)	-	(287.561)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	186	10.614	-	10.800
Resultado de Equivalência Patrimonial (3)	79.039	-	(79.039)	-
Provisões	(10.220)	(212)	-	(10.432)
Despesas Tributárias	(54.146)	(13.625)	-	(67.771)
Outras Despesas Administrativas (3)	(223.334)	(10.492)	5.389	(228.437)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (3)	(20.174)	(692)	-	(20.866)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	293.455	71.249	(83.058)	281.646
Impostos Correntes e Diferidos	(36.179)	(23.907)	-	(60.086)
Resultado Líquido do Semestre	257.276	47.342	(83.058)	221.560
Resultado do Semestre Atribuível aos:				
Acionistas Controladores	257.276	47.342	(83.058)	221.560
Total do Ativo	42.959.745	602.597	(1.119.934)	42.442.408
Passivo	40.196.421	160.723	(426.515)	39.930.629

Em 30 de junho de 2025:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros e Outros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	689.890	22.911	-	712.801
Resultado de Prestação de Serviços (1)	106.737	(3.192)	(4.987)	98.558
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	31.166	6.263	(5.409)	32.020
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	67.568	(74)	67.494
Resultado de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	(200.403)	(7)	-	(200.410)
Despesas de Pessoal (1)	(269.723)	(17.440)	-	(287.163)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	-	14.050	-	14.050
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	65.546	-	(65.546)	-
Provisões	(12.206)	(5.452)	-	(17.658)
Despesas Tributárias	(49.206)	(12.266)	-	(61.472)
Outras Despesas Administrativas (2)	(194.356)	(10.438)	5.061	(199.733)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	(17.829)	428	(50)	(17.451)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	149.616	62.425	(71.005)	141.036
Impostos Correntes e Diferidos	301	(22.544)	-	(22.243)
Resultado Líquido do Semestre	149.917	39.881	(71.005)	118.793
Resultado do Semestre Atribuível aos:				
Acionistas Controladores	149.917	39.881	(71.005)	118.793
Total do Ativo	39.303.084	581.291	(970.145)	38.914.230
Passivo	36.742.341	159.068	(349.865)	36.551.544

As eliminações entre o BANESTES S.A. e as empresas controladas referem-se:

- (1) Ao convênio de cooperação técnica cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes e pela utilização de estrutura física e de pessoal para as operações de corretagens, capitalização e seguros.
- (2) Aos lucros das Controladas.

7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível 1: Instrumentos financeiros a valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública e ações de companhias abertas.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros nos quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o SFB não possui instrumentos financeiros classificados nesse nível.

Na utilização de dados observáveis de mercado, assume-se que os mercados em que o SFB atua estão operando de forma eficiente e consequentemente, esses dados são representativos.

	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor Justo			Valor Justo		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	402.625	402.625	-	513.268	513.268
Cotas de Fundos de Investimento	-	402.625	402.625	-	513.268	513.268
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	19.415.735	-	19.415.735	15.131.579	-	15.131.579
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	-	-	-	-
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	19.254.925	-	19.254.925	14.595.418	-	14.595.418
Títulos de Dívida de Emissores Privados	160.810	-	160.810	536.161	-	536.161

O valor de mercado dos Títulos Públicos Federais (LFT's, LTN's e NTN's), das Debêntures são obtidos a partir dos preços de mercado secundário, divulgado pela ANBIMA e/ou precificados por metodologia própria, observando os dados de mercado. O valor de mercado das Letras Financeiras é obtido a partir dos preços do mercado secundário ou valores divulgados pelos emissores e/ou precificado por metodologia própria, observando os dados de mercado. Para as Cotas de Fundo de Investimento o valor de mercado é obtido pelo valor da cota divulgado pelo próprio administrador do fundo. Os CRI's tem seu valor de mercado obtido através de metodologia própria, que precifica o ativo a partir de dados observados no mercado.

8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Classificação contábil e valor justo - a tabela a seguir apresenta a classificação do Sistema Financeiro BANESTES das classes de ativos e passivos financeiros e o seu valor justo:

	30/06/2026				31/12/2025			
	Valor Contábil	Valor Justo			Valor Contábil	Valor Justo		
		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2
Instrumentos de Dívida	1.639.874	1.607.735	822.959	784.776	2.408.350	2.358.540	1.811.378	547.162
Créditos a Inst. Financeiras	4.767.880	4.767.880	-	4.767.880	5.755.762	5.755.762	-	5.755.762
Empréstimos e Recebíveis	12.474.799	12.474.799	-	12.474.799	12.220.771	12.220.771	-	12.220.771
Depósitos de Clientes (1)	25.686.074	25.102.468	-	25.102.468	24.068.733	23.712.229	-	23.712.229
Recursos de Inst.Financeiras(2)	10.981.968	10.980.144	-	10.980.144	10.024.879	10.016.000	-	10.016.000
Títulos de Dívida Emitidos	1.526.814	1.529.218	-	1.529.218	1.284.761	1.284.761	-	1.284.761

(1) Referem-se a depósitos à vista, poupança e a prazo.

(2) Recursos de Instituições Financeiras referem-se a operações compromissadas de liquidez imediata, depósitos e repasses

9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	227.343	167.962
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (*)	3.807.475	5.427.437
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.565.531	2.228.600
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.042.509	994.530
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.199.435	2.204.307
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	551.999	516.999
Aplicações Voluntárias no Banco Central	551.999	516.999
Total	4.586.817	6.112.398

(*) Operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for inferior a 90 dias.

b. Reservas no Banco Central

Estão compostas por créditos vinculados representados por cumprimento da exigibilidade dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros depósitos, como demonstrado a seguir:

	Forma de Remuneração	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	22.815	101.047
Depósitos de Poupança	Índice de Poupança	1.052.203	941.911
Pagamentos Instantâneos - PIX	Sem Remuneração	27.565	190.386
Aplicações Voluntárias no Banco Central	SELIC	551.999	517.000
Total		1.654.582	1.750.344

10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a. Classificação

30/06/2026					
Categoria/Papel	sem vencto.	até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)	27.655	60.577	178.460	135.933	402.625
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	27.655	60.577	178.460	135.933	402.625
Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	-	106.945	161.538	19.147.253	19.415.735
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	27.815	129.350	19.106.834	19.263.999
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	79.185	32.266	49.445	160.896
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(55)	(78)	(9.027)	(9.160)
Mensurados ao Custo Amortizado (CA)	-	5.252.097	1.034.174	121.482	6.407.754
Títulos de Dívida de Emissores Públicos- Brasil	-	4.980.791	257.196	50.246	5.288.233
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	129.868	85.908	-	215.776
Títulos de Dívida Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	156.001	699.060	71.261	926.322
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(14.562)	(7.990)	(25)	(22.577)

31/12/2025					
Categoria/Papel	sem vencto.	até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)	33.358	32.550	298.835	148.525	513.268
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	33.358	32.550	298.835	148.525	513.268
Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	-	923.655	3.878.861	10.329.063	15.131.579
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	714.293	3.601.131	10.286.870	14.602.294
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	209.799	279.563	47.061	536.423
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(437)	(1.833)	(4.868)	(7.138)
Mensurados ao Custo Amortizado (CA)	-	6.722.035	1.281.305	160.772	8.164.112
Títulos de Dívida de Emissores Públicos- Brasil	-	6.300.509	452.290	48.797	6.801.596
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	318.431	91.860	-	410.291
Títulos de Dívida Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	107.672	745.936	113.280	966.888
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(4.577)	(8.781)	(1.305)	(14.663)

b. Ganhos e Perdas não Realizados de Ativos Financeiros Mensurados através de Outros Resultados Abrangentes

	Saldo 31/12/2025	Ganho	Perda	Impostos	PDD	Saldo
		Não Realizado				30/06/2026
Instrumento de Dívida e Patrimônio	(21.371)	(3.082)	(35.204)	16.666	(175)	(43.166)

c. Composição do impairment dos Instrumentos de Dívidas e Crédito das Instituições Financeiras

Ativos financeiros ao VJORA	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Títulos e Valores Mobiliários	(9.144)	(16)	-	(9.160)	(7.138)	-	-	(7.138)
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	(8.533)	-	-	(8.533)	(6.187)	-	-	(6.187)
Letras do Tesouro Nacional - LTN	(32)	-	-	(32)	(345)	-	-	(345)
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	(509)	-	-	(509)	(344)	-	-	(344)
Debêntures	(70)	(16)	-	(86)	(262)	-	-	(262)
Total	(9.144)	(16)	-	(9.160)	(7.138)	-	-	(7.138)

Ativos financeiros ao custo amortizado	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras	(2.357)	-	-	(2.357)	(2.813)	-	-	(2.813)
Aplicações no Mercado Aberto	(1.787)	-	-	(1.787)	(2.550)	-	-	(2.550)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(570)	-	-	(570)	(263)	-	-	(263)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio	(763)	-	(19.457)	(20.220)	(1.131)	-	(10.719)	(11.850)
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	(237)	-	-	(237)
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	(234)	-	-	(234)	(235)	-	-	(235)
Títulos Públicos Federais - CVS	(10)	-	-	(10)	(18)	-	-	(18)
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	(23)	-	-	(23)	(25)	-	-	(25)
Debêntures	(169)	-	(19.457)	(19.626)	(225)	-	(10.719)	(10.944)
Letras Financeiras	(101)	-	-	(101)	(193)	-	-	(193)
Nota Comercial	(226)	-	-	(226)	(198)	-	-	(198)
Total	(3.120)	-	(19.457)	(22.577)	(3.944)	-	(10.719)	(14.663)

d. Movimentação do Impairment dos Instrumentos de Dívidas e Crédito a Instituições Financeiras

Em 30 de junho de 2026:

Ativos financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(7.138)	-	-	(7.138)
Novos ativos financeiros originados	-	-	-	-
Estorno de provisão de operações liquidadas	-	-	-	-
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(2.006)	(16)	-	(2.022)
Saldos em 30 de junho de 2026	(9.144)	(16)	-	(9.160)

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(2.704)	-	-	(2.704)
Novos ativos financeiros originados	-	-	-	-
Estorno de provisão de operações liquidadas	(287)	-	-	(287)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	752	-	-	752
Saldos em 30 de junho de 2026	(2.239)	-	-	(2.239)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(1.247)	-	(10.712)	(11.959)
Novos ativos financeiros originados				
Estorno de provisão de operações liquidadas	(58)	-	(19.457)	(19.515)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	11.136	-	-	11.136
Saldos em 30 de junho de 2026	9.831	-	(30.169)	(20.338)

Em 31 de dezembro de 2025:

Ativos Financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	(14.291)	-	-	(14.291)
Novos Ativos Financeiros Originados	(794)	-	-	(794)
Estorno de Provisão de Operações Liquidadas	8.002	-	-	8.002
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(55)	-	-	(55)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	(7.138)	-	-	(7.138)

Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	(2.103)	-	-	(2.103)
Novos Ativos Financeiros Originados	(154)	-	-	(154)
Estorno de Provisão de Operações Liquidadas	166	-	-	166
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(613)	-	-	(613)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	(2.704)	-	-	(2.704)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	(1.766)	-	-	(1.766)
Novos Ativos Financeiros Originados	(268)	-	-	(268)
Estorno de Provisão de Operações Liquidadas	257	-	-	257
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	530	-	(10.712)	(10.182)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	(1.247)	-	(10.712)	(11.959)

e. Ativos Financeiros Vinculados

Refere-se a ativos vinculados à garantia de certas operações de câmbio, operações de cartão de crédito e operações de seguro.

	30/06/2026	31/12/2025
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	87.025	248.259
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	87.025	248.259
Vinculados a Provisões Técnicas de Seguros - Nota 22.c	74.120	82.056
Títulos de Renda Fixa - Públicos	74.120	82.056

f. Derivativos

O Banestes opera com instrumentos financeiros derivativos para administrar suas exposições a riscos de mercado associados à variação da taxa de juros.

São contratos de *swap* de taxa de juros, em que são acordadas com contrapartes instituições financeiras, externas ao grupo, a troca de rentabilidade futura (de pré-fixada para pós-fixada, ou o inverso) aplicada sobre um valor referencial (“nacional”).

Atualmente há apenas um contrato vigente, firmado para permitir o amadurecimento dos processos relacionados.

A operação não está designada como *hedge* contábil.

f.1 Por Indexador, valor de nominal, valor de mercado e vencimento (Valores em reais)

	30/06/2026			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Swap - taxa de juros				
Valor de referência	100.000,00	-	-	100.000,00
Nível 2 de valor justo				
Valor Justo - Posição ativa	8,96	-	-	8,96
Valor Justo - Posição passiva	-	-	-	-

f.2 Receitas e despesas líquidas (Valores em reais)

	Banestes Múltiplo
	30/06/2026
Swap	166,36

11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

	30/06/2026			31/12/2025		
	Bruto	Impairment	Líquido	Bruto	Impairment	Líquido
Cartões	740.812	(47.576)	693.236	741.929	(47.155)	694.774
Crédito comercial	3.463.122	(164.996)	3.298.126	3.488.668	(156.985)	3.331.683
Imobiliário	2.744.564	(25.383)	2.719.181	2.780.431	(27.981)	2.752.450
Industrial	131.394	(6.124)	125.270	80.203	(1.968)	78.235
Pessoal	4.253.443	(108.960)	4.144.483	4.085.485	(110.543)	3.974.942
Renegociação	291.336	(101.541)	189.795	295.869	(131.226)	164.643
Rural	1.326.835	(22.127)	1.304.708	1.244.260	(20.216)	1.224.044
Total	12.951.506	(476.707)	12.474.799	12.716.845	(496.074)	12.220.771

Movimentação do Impairment

Em 30 de junho de 2026:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Perda Esperada em 1º de janeiro de 2026	112.903	72.557	310.614	496.074
Movimentos com impactos no resultado:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(8.267)	18.153	-	9.886
Estágio 1 para o Estágio 3	(2.717)	-	50.898	48.181
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(13.082)	99.367	86.285
Estágio 2 para o Estágio 1	8.089	(18.064)	-	(9.975)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	1.613	(17.156)	(15.543)
Estágio 3 para o Estágio 1	63	-	(1.832)	(1.769)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	20.265	3.983	34.855	59.103
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	(12.226)	(12.856)	3.698	(21.384)
Estorno de provisão de contratos liquidados	(8.136)	(4.643)	(161.372)	(174.151)
Total dos movimentos com impactos no resultado	109.974	47.661	319.072	476.707
Perda Esperada em 30 de junho de 2026	109.974	47.661	319.072	476.707

Em 31 de dezembro de 2025:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Perda Esperada em 1º de janeiro de 2025	187.613	34.633	251.368	473.614
Movimentos com impactos no resultado:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(39.767)	35.455	-	(4.312)
Estágio 1 para o Estágio 3	(5.724)	-	139.580	133.856
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(4.857)	21.175	16.318
Estágio 2 para o Estágio 1	1.975	(11.094)	-	(9.119)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	8.984	(43.435)	(34.451)
Estágio 3 para o Estágio 1	63	-	(5.073)	(5.010)
Novos Ativos Financeiros Originados ou Comprados	45.618	25.418	62.605	133.641
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	(34.794)	(4.509)	9.566	(29.737)
Estorno de Provisão de Contratos Liquidados	(42.081)	(11.473)	(125.172)	(178.726)
Total dos Movimentos com Impactos no Resultado	112.903	72.557	310.614	496.074
Perda Esperada em 31 de dezembro de 2025	112.903	72.557	310.614	496.074

Composição por vencimento

	30/06/2026	31/12/2025
Total Vencimento e Direcionamento dos Empréstimos e Recebíveis	12.951.506	12.716.845
Prestações Vencidas	188.032	171.327
A partir de 1 dia	188.032	171.327
Prestações a Vencer	12.763.474	12.545.518
Até 1 ano	4.061.022	3.926.800
De 1 a 5 anos	5.041.146	3.333.651
Acima de 5 anos	3.661.306	5.285.067

12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

12.1. Impostos Correntes e Diferidos

	30/06/2026		30/06/2025	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da Trib. e Participações	307.303	307.303	289.939	289.939
Encargo de Imp. de Renda e Contr. Social às Alíquotas Vigentes	(76.826)	(61.462)	(72.485)	(57.987)
Ajustes aos Encargos de Imposto de Renda e Contr. Social				
Juros sobre o Capital Próprio	27.805	22.244	20.686	16.548
Resultado de Equivalência Patrimonial	21.925	16.219	17.465	12.886
Adições (exclusões) de caráter permanente	(11.483)	(472)	(11.335)	(2.075)
Adições (exclusões) de caráter temporário	3.976	3.170	(5.379)	(4.022)
Total dos Valores Devidos	(34.603)	(20.301)	(51.048)	(34.650)
Realização da Reserva de Reavaliação	4	4	5	5
Incentivos Fiscais	965	-	1.940	-
Despesa de Imp. de Renda e Contr. Social Corrente	(33.634)	(20.297)	(49.103)	(34.645)
Receitas (Despesas) de Imp. De Renda e Contr. Social Diferida	(808)	(637)	(557)	(472)
Ativo Fiscal Diferido	(2.211)	(2.499)	34.851	27.683
Total da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(36.653)	(23.433)	(14.809)	(7.434)

* A alíquota efetiva de IR e CS é de 21,33% e 15,77% para o primeiro semestre de 2026 e 2025, respectivamente.

12.2. Movimentação dos Saldos do Crédito Tributário

	Saldo em 31/12/2025	Constituição	(Realização)	Saldo em 30/06/2026
Refletidos no Resultado				
Diferenças Temporárias				
Provisão para Devedores Duvidosos	175.048	212.194	(193.960)	193.282
Ações Trabalhistas	30.948	3.381	(2.913)	31.416
Ações Cíveis	28.315	3.290	(12.560)	19.045
Contingências Fiscais	20.462	602	-	21.064
Outras Contingências	15.213	13.753	(16.752)	12.214
Ajustes de IFRS*	(9.417)	(9.940)	15.980	(3.377)
Total de Adições Temporárias	260.569	223.280	(210.205)	273.644
Crédito Tributário Não Corrente	-	-	-	-
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	260.569	223.280	(210.205)	273.644
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Adoção Inicial / Resolução 4966	101.825	-	(18.323)	83.502
Ajustes ao Valor de Mercado - VJORA	21.031	2.503	15.906	39.440
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	122.856	2.503	(2.417)	122.942
Total Geral dos Créditos Tributários	383.425	225.783	(212.622)	396.586
Total dos Créditos Tributários Ativos	383.425	225.783	(212.622)	396.586

* Composto pelo efeito fiscal dos ajustes em IFRS.

a. Saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua Movimentação

	Saldo em 31/12/2025	Constituição	(Realização)	Saldo em 30/06/2026
Refletidos no Resultado				
Superveniência de Depreciação de Leasing	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	22.830	1.445	(1)	24.274
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Ajustes ao Valor Justo - Tít. Disp. P/Venda	(1)	-	-	(1)
Reserva de Reavaliação de Imóveis	(825)	-	(8)	(833)
Total Geral dos Débitos Tributários	22.004	1.445	(9)	23.440

b. Expectativa de Realização do Crédito Tributário

	Crédito Tributário Ativado				
	Adições Temporárias		Prejuízo Fiscal e Base Negativa		Total
	IR	CSLL	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	Ativado
2026	41.467	33.177	-	-	74.644
2027	38.904	31.124	-	-	70.028
2028	38.361	29.972	-	-	68.333
2029	23.412	18.729	-	-	42.141
2030	23.412	18.729	-	-	42.141
2031 a 2035	55.166	44.133	-	-	99.299
Total	220.722	175.864	-	-	396.586
Valor Presente	172.385	137.327	-	-	309.712
Valor Presente em 30/06/2025	153.547	122.540	-	-	276.087

13. OUTROS ATIVOS

	30/06/2026	31/12/2025
Adiantamento ao FGC	122.318	-
Depósitos Judiciais dados em Garantia	194.299	210.524
Depósitos Trabalhistas	43.812	45.486
Depósitos Cíveis	38.872	57.192
Depósitos Fiscais (Nota 20)	108.855	105.474
Depósitos de Sinistros	2.415	2.027
Outros Depósitos	345	345
Impostos e Contribuições a Compensar	77.373	61.585
Pagamentos a Ressarcir	41.840	37.625
Serviços Prestados a Receber	2.716	2.335
Adiantamentos e Antecipações Salariais	14.368	7.234
Adiantamentos para Pagamentos	25.751	24.837
Despesas Antecipadas	50.864	63.152
Participações Pagas Antecipadamente	228	19.026
Relações Interfinanceiras e Interdependências (a)	114.326	105.059
Devedores Diversos - País	112.705	115.457
Outros Ativos	7.783	6.303
Total	764.571	653.137

a. Relações Interfinanceiras e Interdependências

	Forma de Remuneração	30/06/2026	31/12/2025
Relações Interfinanceiras		114.326	105.059
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	Sem Remuneração	12.678	3.713
Sistema Financeiro da Habitação		93.738	94.932
SFH - FGTS a Ressarcir	Índice de Poupança	2.178	2.862
SFH - Fundo de Compensação das Variações Salariais	TR + Juros	103.274	103.784
Provisão p/ Perdas com FCVS	Sem Remuneração	(11.714)	(11.714)
Correspondentes	Sem Remuneração	7.910	6.414
Total das Relações Interfinanceiras e Interdependências		114.326	105.059

14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	30/06/2026	31/12/2025
Custo de aquisição		
Saldo no Início Do Semestre	49.518	47.910
Aquisições	13.818	36.804
Alienações / Baixas	(14.413)	(34.469)
Transferências	424	(727)
Total	49.347	49.518
Desvalorização de Ativos Mantidos para Venda		
Saldo no Início do Trimestre	(1.275)	(1.506)
Desvalorização	(6.379)	(11.318)
Baixas / Alienações	6.137	11.549
Total	(1.517)	(1.275)
Resultado Líquido	47.830	48.243

15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS

	Terrenos e Edificações	Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipamentos de Processamento de Dados	Equipamentos de Comunicação, Segurança e Transporte	Outros	Imobilizado de Arrendamento(*)	Total
Custo de Aquisição								
Saldo em 31/12/2025	3.606	67.217	35.182	155.282	24.540	8.522	130.618	424.967
Aquisições	-	3.159	836	-	28.881	126	25.995	58.997
Alienações/ Baixas	-	-	(223)	(4.610)	(28.788)	-	(312)	(33.933)
Transferências	-	(424)	(2.756)	2.509	247	-	-	(424)
Saldo Final em 30/06/2026	3.606	69.952	33.039	153.181	24.880	8.648	156.301	449.607
Depreciação								
Saldo em 31/12/2025	(2.280)	(37.103)	(20.245)	(95.080)	(15.760)	(6.737)	(28.353)	(205.558)
Depreciação do Semestre	(29)	(2.512)	(743)	(5.079)	(517)	(219)	(13.639)	(22.738)
Baixas/ Alienações	-	-	203	4.600	161	-	312	5.276
Saldo Final em 30/06/2026	(2.309)	(39.615)	(20.785)	(95.559)	(16.116)	(6.956)	(41.680)	(223.020)
Saldo Líquido Final em 30/06/2026	1.297	30.337	12.254	57.622	8.764	1.692	114.621	226.587
Saldo Líquido em 31/12/2025	1.326	30.114	14.937	60.202	8.780	1.785	102.265	219.409

(*) O imobilizado de arrendamento é composto majoritariamente por contratos de aluguel de imóveis.

16. ATIVOS INTANGÍVEIS

	Sistemas de Processamento de Dados	Sistemas de Comunicação e de Segurança	Licenças e Direitos Autorais e de Uso	Outros (*)	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 31/12/2025	300.188	12.113	348.391	47.453	708.145
Aquisições	5.457	-	15.791	14.577	35.825
Alienações / Baixas	-	(8)	-	-	(8)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo Final em 30/06/2026	305.645	12.105	364.182	62.030	743.962
Depreciação					
Saldo em 31/12/2025	(130.664)	(8.473)	(164.049)	-	(303.186)
Amortização do Semestre	(12.606)	(245)	(29.955)	-	(42.806)
Baixas / Alienações	-	8	-	-	8
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo Final em 30/06/2026	(143.270)	(8.710)	(194.004)	-	(345.984)
Saldo Líquido Final em 30/06/2026	162.375	3.395	170.178	62.030	397.978
Saldo Líquido em 31/12/2025	169.524	3.640	184.342	47.453	404.959

(*) O Outros é composto majoritariamente por ativos em desenvolvimento.

17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO

	30/06/2026	31/12/2025	Taxas mínimas e máximas 30/06/2026	Taxas mínimas e máximas 31/12/2025
No País:	10.981.968	10.024.879	-	-
Depósitos à Vista	818	653	-	-
Operações Compromissadas	9.603.991	9.430.737	8,49% e 14,15% a.a.	10,43% e 14,90% a.a.
Obrigações por Repasses:	415.783	370.747	-	-
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	169.357	181.999	-	-
BNDES	37.184	37.856	-	-
Finame	116.385	50.892	-	-
Outras Instituições	92.857	100.000	-	-
Depósitos Interfinanceiros	961.376	222.742	0,01% e 14,15% a.a.	3,00% e 14,90% a.a.
Total	10.981.968	10.024.879		
Composição por Vencimento				
Exigível à Vista	818	653		
Exigível a Prazo	10.981.150	10.024.226		
Até 1 ano	10.777.953	9.855.356		
De 1 a 5 anos	203.197	168.870		
Acima de 5 anos	-	-		
Total	10.981.968	10.024.879		

Os passivos financeiros denominados de "Recursos de instituições financeiras" são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO

	30/06/2026	31/12/2025	Taxas mínimas e máximas 30/06/2026	Taxas mínimas e máximas 31/12/2025
Depósitos à Vista	1.038.055	950.505	-	-
Depósitos a Prazo	19.896.152	18.389.647	0,14% a.a. a 14,15 % a.a.	2,00% a.a. a 14,90% a.a.
Depósitos de Poupança	4.746.595	4.719.128	0,60% a.m. e 0,68% a.m.	0,66% a.m. e 0,68% a.m.
Outros	5.272	9.453	-	-
Total	25.686.074	24.068.733		
Composição por prazo de vencimento				
Exigível à Vista	10.701.905	10.518.350		
Exigível a Prazo	14.984.169	13.550.383		
Até 1 ano	3.035.571	2.176.409		
De 1 a 5 anos	11.792.228	11.021.576		
Acima de 5 anos	156.370	352.398		
Total	25.686.074	24.068.733		

Os passivos financeiros denominados de "Depósitos de clientes" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

19. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO

	30/06/2026	31/12/2025	Taxas mínimas e máximas 30/06/2026	Taxas mínimas e máximas 31/12/2025
Letras de Crédito Imobiliário	548.351	330.098	9,91% a.a. a 13,73% a.a.	11,92% a.a. a 14,90% a.a.
Letras de Agronegócio	978.463	954.663	9,91% a.a. a 13,73% a.a.	11,92% a.a. a 14,90% a.a.
Total	1.526.814	1.284.761		
Composição por prazo de vencimento				
Até 1 ano	-	-		
De 1 a 5	488.052	1.794		
Acima de 5 anos	1.038.762	1.282.967		
Total	1.526.814	1.284.761		

Os passivos financeiros denominados de "Títulos de dívida emitidos" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a. Ativos Contingentes

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, a menos que a probabilidade de êxito seja praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é praticamente certa ou provável, que deveriam ser registrados.

b. Passivos Contingentes

O SFB é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, para os processos com probabilidade de perda avaliada como provável.

A Administração do SFB entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos, cujo saldo e movimentação são as seguintes:

Natureza	30/06/2026					30/06/2025				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro	68.806	63.218	46.458	183	178.665	63.517	60.807	39.890	433	164.647
Constituições/Atualizações	7.489	7.275	1.352	-	16.116	8.882	6.368	6.420	366	22.036
Pagamentos/Reversões (*)	(6.448)	(27.925)	-	(183)	(34.556)	(5.835)	(4.821)	(1.128)	(605)	(12.389)
Saldo Atual	69.847	42.568	47.810	-	160.225	66.564	62.354	45.182	194	174.294

(*) No primeiro semestre de 2026 foi realizado saneamento das contas de depósitos judiciais associados aos processos cíveis, o que resultou na baixa de provisão na ordem de R\$ 20.030, em contrapartida ao respectivo ativo. Não foram identificados ajustes materiais não saneados.

c. Processos Trabalhistas

São ações ajuizadas por empregados e ex-empregados, visando a obter indenizações de natureza trabalhista. A provisão é realizada de acordo com a classificação de perda provável das ações trabalhistas no último dia útil de cada mês do ano corrente. Quanto aos processos com pedido de indenização em decorrência de dispensa discriminatória, baseada na Resolução 696 (Normativo interno do Sistema Financeiro BANESTES), foi provisionado o percentual de 98,49% em todos os processos, considerando a média de pagamentos desta matéria.

Em 30 de junho de 2026, o SFB possuía provisão trabalhista de R\$ 69.847 (R\$ 68.806 em 31/12/2025) sendo que se encontrava registrado, na mesma data, em depósito judicial R\$ 40.837 (R\$ 42.281 em 31/12/2025) e em depósito recursal a importância de R\$ 2.975 (R\$ 3.205 em 31/12/2025).

d. Processos Cíveis

São demandas que têm por objetivo pedidos de indenização por danos morais e materiais. No que se refere aos pedidos de indenização por dano moral, na maioria das vezes, são relativos a protestos abusivos, devolução indevida de cheques e registro indevido de dívidas nos órgãos de proteção ao crédito.

As questões discutidas nas ações, normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado econômico e financeiro da Instituição. Estas ações tramitam perante Juizados Especiais Cíveis, nos quais os pedidos são limitados em 40 salários mínimos, e também na Justiça Comum.

A provisão é realizada de acordo com o histórico de condenações pelo tipo de pedido existente nos processos. O valor provisionado é resultado da aplicação do percentual obtido com a média aritmética ponderada dos percentuais de variação entre o valor do pedido corrigido e o valor de condenação dos processos existentes no banco de sentença.

e. Processos Fiscais

O SFB discute judicialmente a exigência de alguns tributos originários de lançamentos, multas e autuações pelos órgãos fiscalizadores.

Os advogados da Instituição utilizam os critérios de natureza das ações, atualização de cada ação e posicionamento de nossos tribunais onde as referidas ações são classificadas conforme a possibilidade de perda em: provável, possível e remota.

Assim, demonstramos a seguir as provisões constituídas para riscos fiscais, segregadas por tipo de tributo e, caso aplicável, o respectivo depósito judicial:

Natureza – Fiscal	30/06/2026		31/12/2025	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
INSS - Diversas NFLD (1)	16.382	65.022	16.016	63.095
IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/91 (2)	28.835	39.876	27.895	38.576
Honorários - Diversas Ações	2.557	-	2.511	-
Outros	36	3.957	36	3.803
Total	47.810	108.855	46.458	105.474

(1) **Contribuições Previdenciárias e Terceiros** - Ações judiciais que visam afastar as autuações fiscais que versam sobre Contribuições Previdenciárias, Terceiros e descumprimento de obrigação acessória com relação a Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP.

(2) **IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/1991** - Ação judicial com pedido de dedução integral da diferença havida entre o IPC e o BTN, nos índices de correção monetária das Demonstrações Financeiras para efeitos fiscais e societários, reconhecida pela Lei n.º 8.200/1991, no percentual de 84,32%, na apuração do lucro real do ano-base de 1992, Exercício 1993, e na base de cálculo do imposto de renda sobre o lucro líquido e da contribuição social sobre o lucro. O processo transitou em julgado e atualmente encontra-se em fase liquidação de sentença, e foi levantado em favor do BANESTES, parte do depósito judicial no valor de R\$ 7.102 já reconhecido pela União.

f. Passivos Contingentes Classificados como Riscos de Perdas Possíveis

O Sistema Financeiro BANESTES mantém sistema de acompanhamento para todos os processos judiciais e administrativos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais nos quais figura como “autor” ou “réu” e, amparado na opinião dos assessores jurídicos e/ou da Superintendência Jurídica, classifica as ações de acordo com sua chance de êxito quando estiver no polo ativo e risco de perda quando figurar no polo passivo. Nesse contexto, os processos contingentes do polo passivo avaliados como riscos de perdas possíveis, estão demonstrados a seguir:

Processos Trabalhistas - As contingências trabalhistas com probabilidade de perda possível são ações referentes a equiparações salariais, horas extras, danos morais e materiais, supressão de função, reintegrações, dentre outras verbas. Os valores destas contingências totalizam R\$ 8.566 (R\$ 10.346 em 31/12/2025).

Processos Cíveis - Das ações com estas características, o valor total é de R\$ 324.378 (R\$ 296.225 em 31/12/2025).

Processos Fiscais - Os valores totais dos processos que representam possibilidade de redução do ativo e perfazem um montante de R\$ 380 (R\$ 476 em 31/12/2025) referentes a questionamentos judiciais e administrativos de cunho tributário.

21. OUTROS PASSIVOS

	30/06/2026	31/12/2025
Passivo de Contratos de Arrendamento (a)	114.362	102.758
Impostos a Recolher	44.611	46.981
Obrigações por Aquisição de Bens	41.605	47.879
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	133.125	141.691
Obrigações Sociais e Estatutárias	23.279	126.307
Pagamentos a Efetuar	92.193	82.210
Relações Interfinanceiras	634.856	639.023
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	30	115
Credores por Recursos a Liberar	55.896	19.030
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	67.257	142.949
Obrigações por Convênios Oficiais	65.881	52.338
Credores Diversos - País	156.613	163.822
Outros Passivos	49.493	49.438
Total	1.479.201	1.614.541
Total Passivo Circulante	1.357.935	1.504.312
Total Passivo Não Circulante	121.266	110.229

a. Composição de Vencimento do Passivo de Arrendamento

	30/06/2026	31/12/2025
até 1 ano	23.347	23.671
de 1 ano a 5 anos	68.436	54.696
acima de 5 anos	22.579	24.391
Total	114.362	102.758

22. OPERAÇÕES DE SEGUROS

a. Passivo para cobertura remanescente

Em junho de 2026:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo Inicial em 31/12/2025	96.677	(71.884)	24.793
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	93.504	98.945	192.449
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(35.978)	(17.550)	(53.528)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(214)	-	(214)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	26.438	17.651	44.089
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	(97.913)	(89.208)	(187.121)
Saldo Final em 30/06/2026	82.514	(62.046)	20.468

Em dezembro de 2025:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo Inicial em 31/12/2024	107.166	(86.706)	20.460
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	201.931	190.030	391.961
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(70.931)	(33.695)	(104.626)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(362)	-	(362)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	54.665	33.840	88.505
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	(195.792)	(175.353)	(371.145)
Saldo Final em 31/12/2025	96.677	(71.884)	24.793

b. Passivos de contratos de resseguros mantidos

Em junho de 2026:

Movimentação do grupo de contas	Ramo
	Pessoas
Saldo Inicial em 31/12/2025	11.515
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	-
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Trimestre	-
Saldo Final em 30/06/2026	11.515

Em dezembro de 2025:

Movimentação do grupo de contas	Ramo
	Pessoas
Saldo Inicial em 31/12/2024	11.515
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	-
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Trimestre	-
Saldo Final em 31/12/2025	11.515

c. Passivos para sinistros ocorridos líquido resseguro

Em junho de 2026:

	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Movimentação do grupo de contas			
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	36.217	19.209	55.426
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(11.071)	(9.777)	(20.848)
Saldo Final Ajustado	25.146	9.432	34.578

Em dezembro de 2025:

	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Movimentação do grupo de contas			
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	38.068	22.934	61.002
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(21.236)	(14.159)	(35.395)
Saldo Final Ajustado	16.832	8.775	25.607

23. MARGEM FINANCEIRA

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas Financeiras		
Caixa e Equivalentes de Caixa	416.049	426.546
Créditos a Instituições Financeiras	63.197	33.014
Empréstimos e Recebíveis	1.070.497	960.734
Títulos de Investimento	1.257.959	1.056.284
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	31.616	38.078
Outras Receitas Financeiras	451	618
Total	2.839.769	2.515.274
Despesas Financeiras		
Recursos de Instituições Financeiras	(672.772)	(632.341)
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	(1.348.095)	(1.168.142)
Depósitos Especiais	(351)	(322)
Outras Despesas Financeiras	(38.354)	(1.668)
Total	(2.059.572)	(1.802.473)
Margem Financeira	780.197	712.801

24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de Prestação de Serviços		
Conta-Corrente / Poupança	59.153	57.271
Cartões de Crédito/ Débito	41.265	40.029
Administração de Fundos de Investimentos	18.758	10.468
Taxa de Distribuição de Fundos de Investimentos	6.914	7.021
Arrecadações e Convênio	11.780	12.188
Cobrança	7.529	7.800
Corretagem de seguros, Previdência e Capitalização	35.911	21.739
Serviços de Custódia	485	427
Outras Receitas de Prestação de Serviços	12.260	15.589
Total	194.055	172.532
Despesas de Prestação de Serviços		
Serviços do Sistema Financeiro	(35.399)	(41.596)
Cartões de Crédito	(18.148)	(21.752)
Correspondente Bancário	(7.828)	(8.446)
Informação Cadastral	(1.978)	(1.558)
Outros Serviços do Sistema Financeiro	(7.445)	(9.840)
Despesas de Comercialização de Planos de Seguros e Previdência	(13.953)	(8.880)
Despesas de Corretagem de Seguros	(18.953)	(13.793)
Despesas de Tarifas Interbancárias	(2.075)	(1.816)
Outras Despesas de Prestação de Serviços	(9.109)	(7.889)
Total	(79.489)	(73.974)
Resultado Líquido	114.566	98.558

25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas		
Instrumentos de Dívidas	-	-
Fundos de Investimento	65.177	32.020
Total	65.177	32.020
Despesas		
Instrumento de Dívidas	-	-
Total	-	-
Resultado Líquido	65.177	32.020

26. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	76.823	77.985
Pessoas	109.236	101.116
Total	186.059	179.101
Despesas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	(81.674)	(74.201)
Pessoas	(35.755)	(37.406)
Total	(117.429)	(111.607)
Resultado de Seguros e Previdência	68.630	67.494

27. RESULTADO DE PERDAS COM IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas		
Reversão de Provisão de Operações de Crédito	306.417	333.986
Total	306.417	333.986
Despesas		
Provisão de Operações de Crédito	(441.718)	(535.178)
Outras Provisões	(7.356)	782
Total	(449.074)	(534.396)
Resultado Líquido	(142.657)	(200.410)

28. DESPESAS DE PESSOAL

	30/06/2026	30/06/2025
Salários	(154.271)	(167.969)
Encargos Sociais Obrigatórios	(52.915)	(47.764)
Benefícios	(54.239)	(47.460)
Participações Estatutárias no Lucro	(18.801)	(17.171)
Remuneração da Diretoria e Conselho de Administração	(5.513)	(4.972)
Treinamento	(1.229)	(1.248)
Remuneração do Comitê de Auditoria	(129)	(144)
Remuneração do Conselho Fiscal	(464)	(435)
Total	(287.561)	(287.163)

29. PROVISÕES

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas		
Reversão de Provisões Trabalhistas	-	13
Reversão de Provisões Cíveis	5.806	2.989
Reversão de Provisões Fiscais	-	1.013
Reversão de Provisões Outras	-	-
Total	5.806	4.015
Despesas		
Contingências Trabalhistas	(7.489)	(8.882)
Contingências Cíveis	(7.310)	(6.368)
Contingências Fiscais	(1.352)	(6.420)
Contingências Outras	(87)	(3)
Total	(16.238)	(21.673)
Resultado das Provisões	(10.432)	(17.658)

30. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30/06/2026	30/06/2025
Contribuição ao Cofins	(48.437)	(43.596)
Impostos s/Serv.de Qualquer Natureza-ISS	(9.993)	(9.421)
Contribuição ao PIS/PASEP	(8.141)	(7.308)
IPTU	(813)	(953)
Outras	(387)	(194)
Total	(67.771)	(61.472)

31. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2026	30/06/2025
Depreciações e Amortizações	(65.544)	(57.444)
Serviços Técnicos Especializados	(29.419)	(30.711)
Processamento de Dados	(44.412)	(28.016)
Segurança e Vigilância	(13.571)	(13.034)
Manutenção e Conservação de Bens	(14.282)	(11.496)
Comunicação	(6.533)	(7.149)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(21.336)	(18.246)
Transporte	(5.326)	(5.794)
Água, Energia e Gás	(3.634)	(3.263)
Serviços de Terceiros	(8.942)	(7.904)
Juros de Direito de Uso de Arrendamento	(4.816)	(4.459)
Viagens	(1.361)	(582)
Materiais	(1.239)	(966)
Aluguéis(1)	(221)	(1.693)
Seguros	(93)	(127)
Contribuições Filantrópicas	(703)	(740)
Outras Despesas Administrativas	(7.005)	(8.109)
Total	(228.437)	(199.733)

(1) Refere-se a arrendamentos de curto prazo, baixo valor e pagamento variável.

32. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS

	30/06/2026	30/06/2025
Outras Receitas		
Ganho de Capital	810	-
Recuperação de Encargos e Despesas	1.413	1.377
Atualizações Monetárias	10.142	7.268
Depósitos Judiciais	10.142	7.248
Outras Atualizações	-	20
Receitas de Aluguéis	441	493
Reversão de Provisões Operacionais	7.703	2.996
Reversão de Provisões - Recursos Humanos	60	1.250
Variações Cambiais Ativas	39	453
Outras Receitas Operacionais	1.482	10.527
Outras Rendas Não Operacionais	202	857
Total	22.292	25.221
Outras Despesas		
Contribuições ao FGC	(13.184)	(12.211)
Despesas com Cartões	(459)	(3.251)
Desvalorização de Outros Valores e Bens	-	(51)
Perda de Capital	-	(553)
Ressarcimento de Custos	(3.538)	(2.704)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(15.920)	(9.205)
Encargos Trabalhistas INSS - Proc - Trabalhistas	(920)	(452)
Remuneração de Arrecadação - Benefício INSS	(1.685)	(914)
Despesa com Processos Cíveis	(96)	(54)
Estorno de Tarifa - Conta Corrente	(924)	(914)
Despesa com Regulação de Seguros	(356)	(357)
Variações Monetárias Passivas	(200)	(76)
Variações Cambiais Passivas	(2)	(58)
Outras Despesas Operacionais	(5.874)	(11.872)
Outras Despesas Não Operacionais	-	-
Total	(43.158)	(42.672)
Resultado Líquido	(20.866)	(17.451)

33. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do lucro por ação básico em 30 de junho de 2026 foi baseado no lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais, no valor de R\$ 221.560 (R\$ 118.793 em 2025), e na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação de 347.504.146. O valor do resultado por ação básico e diluído foi de R\$ 0,64 em 30 de junho de 2026 e R\$ 0,38 em 30 de junho de 2025.

34. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social - Constituído por 254.106.600 ações ordinárias e 93.397.546 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, das quais 92,48% das ações ordinárias e 92,06% das ações preferenciais pertencentes ao Estado do Espírito Santo.

b. Reservas de Lucros - O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei n.º 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem:

c. Reservas de Lucros - O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei n.º 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem:

c1. Reserva Legal - 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social. No exercício em que o saldo da Reserva Legal acrescido dos montantes das Reservas de Capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei n.º 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal.

c2. Reservas Estatutárias - São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:

- **Reserva para Margem Operacional** - está limitada a 80% do valor do Capital Social e tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

- **Reserva para Equalização de Dividendos** - está limitada a 20% do capital social e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976.

d. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

d.1. Dividendos - O Estatuto Social confere direitos a dividendos obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, não podendo exceder a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, como dividendo obrigatório (Norma BrGaap). Conforme faculta o artigo 9º da Lei n.º 9.249/95, o Banco optou pela distribuição de Juros sobre o Capital Próprio que foi imputado ao valor dos dividendos obrigatórios, e estão demonstrados no quadro a seguir:

	30/06/2026	30/06/2025
Base de Cálculo:		
Lucro do Semestre BRGAAP	226.057	193.767
Reserva Legal	(11.303)	(9.689)
Base de cálculo	214.754	184.078
Total Dividendos e JSCP do Semestre	111.217	82.743
Juros sobre o Capital Próprio Intermediários	51.217	-
Juros sobre o Capital Próprio	60.000	82.743

d.2. Juros sobre o Capital Próprio - Os Juros sobre o Capital Próprio contabilizados no semestre findo em 30 de junho de 2026 no montante de R\$ 111.217 (R\$ 82.743 em 2025), com retenção de 15% de IRRF no valor de R\$ 954 (R\$ 608 em 2025), exceto para os acionistas pessoas jurídicas imunes ou isentos, que líquidos do Imposto de Renda na Fonte perfazem o montante de R\$ 110.263 (R\$ 82.135 em 2025), foram calculados com base na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, conforme artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, objetivando melhor aproveitamento tributário, previsto no Estatuto Social da Instituição, *ad referendum* da AGO 2027.

Demonstrativo de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referentes aos períodos de 2026 e 2025:

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2026	30.000	(257)	29.743	0,086329905
Juros sobre o Capital Próprio intermediários do 1º trimestre/2026	25.882	(222)	25.660	0,074480035
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre/2026	30.000	(257)	29.743	0,086329905
Juros sobre o Capital Próprio intermediários do 2º trimestre/2026	25.335	(218)	25.117	0,072905183
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	111.217	(954)	110.263	0,320045028

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2025	22.500	(165)	22.335	0,071222172
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre/2025	22.500	(165)	22.335	0,071222172
Juros sobre o Capital Próprio intermediários do 1º semestre/2025	37.743	(278)	37.465	0,119473227
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	82.743	(608)	82.135	0,261917571

d.3. Política de Dividendos do BANESTES S.A

O Conselho de Administração da Instituição aprovou em reunião extraordinária realizada em 29/06/2026 a Política de Dividendos do BANESTES.

Em conformidade com sua Política de Dividendos, o Conselho de Administração do BANESTES aprovou as seguintes distribuições relativas ao exercício de 2026:

- 15 de dezembro de 2025:

- Calendário 2026: Aprovação do cronograma de pagamentos de JCP mensais para o próximo exercício.

- 23 de março de 2026:

- Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) intermediários, referentes ao 1º trimestre de 2026, no valor bruto unitário de R\$ 0,07448003515 por ação (ON e PN). O valor líquido a ser pago, já considerando a retenção de 17,5% de Imposto de Renda na fonte, será de R\$ 0,06144602900 por ação, excetuando-se dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente isentas ou imunes. O pagamento será realizado no dia 13/04/2026. Terão

direito aos proventos os acionistas posicionados na base acionária ao final do pregão de 26/03/2026. A partir de 27/03/2026, as ações passarão a ser negociadas “ex-direitos”.

- 29 de junho de 2026:

- Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) intermediários, referentes ao 2º trimestre de 2026, no valor bruto unitário de R\$ 0,07290518263 por ação (ON e PN). O valor líquido a ser pago, já considerando a retenção de 17,5% de Imposto de Renda na fonte, será de R\$ 0,06014677567 por ação, excetuando-se dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente isentas ou imunes. O pagamento será realizado no dia 20/07/2026. Terão direito aos proventos os acionistas posicionados na base acionária ao final do pregão de 02/07/2026. A partir de 03/07/2026, as ações passarão a ser negociadas “ex-direitos”.

Os Fatos Relevantes pertinentes aos assuntos estão disponíveis no site de Relações com Investidores do BANESTES (ri.banestes.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

35. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

O SFB gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento de propriedade de terceiros e outras modalidades de investimento em favor dos investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas exceto o Fundo de Investimento BANESTES MEZ I FFIDC, em função de deter o controle, governar sua política operacional e financeira, ser o único quotista e gestor deste fundo.

As tarifas e as comissões auferidas durante o período pelos serviços prestados pelas entidades do SFB a esses fundos são reconhecidas sob a rubrica “Receitas de Prestação de Serviços” na demonstração consolidada do resultado.

O patrimônio líquido dos fundos são os seguintes:

Fundos	30/06/2026	31/12/2025
Fundo de Investimento BANESTES Institucional - Renda Fixa	117.605	123.660
Fundo de Investimento BANESTES Invest Money - Renda Fixa	147.792	150.251
Fundo de Investimento BANESTES Invest Public - Renda Fixa	1.570.847	1.396.412
BANESTES Investidor Automático Fundo de Investimento - Renda Fixa - Curto Prazo	29.787	33.188
Fundo de Investimento BANESTES Previdenciário - Renda Fixa	81.634	88.586
Fundo de Investimento BANESTES Liquidez Renda Fixa Referenciado DI	3.827.383	4.019.649
Fundo de Investimento BANESTES Solidez Automático Renda Fixa Curto Prazo	632.249	527.740
Fundo de Investimento BANESTES Referencial IRF - M1 - Tít. Públicos - Renda Fixa	214.320	201.896
Fundo de Investimento BANESTES Tesouro Automático Renda Fixa Curto Prazo	374.420	432.316
BANESTES Debêntures Incentivadas FIC de Fundos de Investimento Multim. Créd. Priv	31.654	52.017
BANESTES Vitória 500 FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	7.998	7.586
BANESTES Valores FIC de Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	267.402	256.654
BANESTES VIP DI FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	372.098	362.008
BANESTES FIC de Fundo de Investimento de Ações - BTG Absoluto Institucional	4.610	5.386
BANESTES Estratégia FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa	170.122	160.171
BANESTES Dividendos Fundo de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento de Ações	9.278	8.626
FUNSES FIC FIM	1.061.798	935.536
BANESTES Invest Fácil Fundo de Investimento Renda Fixa Simples	4.770	2.298
BANESTES Selection Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	21.952	20.503
BANESTES IMA-B 5 Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	17.996	17.574
BANESTES Crédito Corporativo I FIC de FI Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo	16.099	13.135
BANESTES MultiEstratégia Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	6.337	5.913
BANESTES Reserva Climática FIF Renda Fixa Referenciado DI Responsabilidade Limitada	1.203.980	1.145.075
BANESTES Adm. Rec. Terc. - Banestes FIF Banestes Tenax	12.164	12.275
BANESTES Adm. Rec. Terc. - FIF- Banestes FIF Soberano Simples	114.712	107.327
BANESTES Synergy Long Only FIF	7.546	6.274
Total	10.326.553	10.092.056

Em fevereiro de 2026 entrou em vigor a Resolução CMN nº 5.272/2025, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). A Banestes Asset Management, empresa integrante do SFB, avaliou os potenciais impactos da nova regulamentação sobre os fundos de investimento sob sua gestão que possuem recursos provenientes desse segmento. Não foram identificados, até o encerramento do período analisado, impactos materiais decorrentes da nova regulamentação sobre o volume de ativos sob gestão da Instituição. A Banestes Asset Management permanece acompanhando a evolução das discussões regulatórias e avaliará, de forma contínua, eventuais impactos decorrentes de alterações na regulamentação aplicável.

36. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

36.1 Planos de Aposentadoria - Seguridade Social - O BANESTES é um dos patrocinadores da BANESES - Fundação BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciais a seus empregados. A modalidade do Plano II de Benefícios é de Contribuição Variável - CV, que é uma conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida - CD e Benefício Definido - BD. Preponderantemente, possui características de CD na fase de acumulação de recursos e BD na fase de pagamento do benefício.

Em 29/10/2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Portaria n.º 602, publicada no Diário Oficial da União de 30/10/2013, aprovou as alterações do Regulamento do Plano II de Aposentadoria da BANESES, referentes ao fechamento do Plano II, não permitindo, a partir de 30/10/2013, a adesão de novos participantes. O Regulamento do Plano II e o Estatuto da BANESES estão disponíveis no endereço eletrônico da BANESES <https://www.baneses.com.br/institucional/nossos-planos/plano-ii> e <https://www.baneses.com.br/institucional/quem-somos/estatuto>, respectivamente.

Foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria n.º 149 de 15/02/2017, a aprovação do Regulamento do Plano III de Aposentadoria da Fundação BANESTES, de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro BANESTES e da Fundação BANESTES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação, foi 02/05/2017. O Regulamento do Plano III está disponível no endereço eletrônico da Baneses: <https://www.baneses.com.br/institucional/nossos-planos/plano-iii>

Foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, por meio da Portaria Previc n.º 471, de 26/05/2025, publicada no Diário Oficial da União de 02/06/2025, a alteração do Regulamento dos Plano II e III de Aposentadoria. As alterações aprovadas contemplam, principalmente, o aumento do limite máximo da contribuição normal dos Patrocinadores de 9% (nove por cento) para 10% (dez por cento), a partir do mês de competência julho/2025.

No primeiro semestre de 2026, as contribuições mensais da patrocinadora, com valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 10% do salário de participação), corresponderam ao BANESTES R\$ 8.192 (R\$ 8.506 em 2025). Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal. Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal.

O primeiro semestre de 2026 e o exercício encerrado em 31/12/2025 apresentaram resultado superavitário, tendo como consequência um ativo financeiro, conforme estudos atuariais efetuados por empresa especializada. Entretanto não foi reconhecido o ganho atuarial nas Demonstrações Financeiras do patrocinador, em função da definição dada pelo IAS 19 com relação a contabilização de um ativo atuarial, que deverá observar o *asset ceiling*, que corresponde ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções de contribuições futuras para o plano.

Essa definição enseja a análise da situação atuarial presente em cada plano de benefícios e dos dispositivos da legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar EFPC no tocante à revisão de plano e destinação de superavit, de forma a se definir se existe, com um alto grau de certeza, a possibilidade de a empresa obter um benefício financeiro decorrente do superavit apresentado nos planos de benefícios.

Com base em parecer de atuário independente, a seguir são apresentadas as informações pertinentes aos planos de aposentadoria do BANESTES, em conformidade com a Resolução CVM n.º 110/2022 e IAS 19.

Nome do Plano	Planos I e II Aposentadoria	
	30/06/2026	31/12/2025
Períodos findos em		
A. Reconciliação da obrigação de benefício definido		
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	1.365.111	1.294.040
2. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	500	1.105
3. Custo dos juros	167.061	139.601
4. Fluxo de caixa		
a. Benefícios pagos pelo plano líquido contribuições assistidos	(65.862)	(142.256)
5. Outros eventos significativos	-	-
6. Redimensionamento da obrigação		
a. Efeito da alteração de premissas financeiras	9.733	21.310
b. Efeito da experiência do plano	(263.179)	51.311
7. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
8. Obrigação de benefício definido no final do período	1.213.364	1.365.111

	30/06/2026	31/12/2025
B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano		
1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	1.685.418	1.604.983
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	206.260	166.895
3. Fluxo de caixa		
a. Contribuição do participante	4.862	10.361
b. Contribuição do patrocinador	3.350	7.294
c. Benefícios pagos pelo plano líquido contribuições assistidos	(65.862)	(142.256)
4. Outros eventos significativos	-	-
5. Redimensionamento do valor justo dos ativos do plano	-	-
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	(92.834)	38.141
6. Efeito da mudança de câmbio	-	-
7. Valor justo do ativo do plano no final do período	1.741.194	1.685.418

	30/06/2026	31/12/2025
C. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa		
1. Obrigação de benefício definido	1.213.364	1.365.111
2. Valor justo do ativo do plano	(1.741.194)	(1.685.418)
3. Situação Financeira do plano	(527.830)	(320.307)
4. Efeito do limite máximo teto do ativo	527.830	320.307
5. Passivo/(ativo) líquido	-	-

	30/06/2026	31/12/2025
D. Componente do custo/(receita) de benefício definido do período		
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente deduzido das contribuições de participantes ativos	(4.362)	(9.256)
b. Custo total do serviço	(4.362)	(9.256)
2. Custo líquido dos juros		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	167.061	139.601
b. Juros/(rendimento) sobre o valor justo dos ativo do plano	(206.260)	(166.895)
c. Juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	39.199	27.294
d. Custo total dos juros	-	-
3. Redimensionamento de outro benefício de longo prazo	-	-
4. Despesa administrativa e imposto	-	-
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(4.362)	(9.256)

	30/06/2026	31/12/2025
E. Componentes do custo / (receita) de benefício definido para o próximo período		
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	1.016	999
Custo do serviço corrente bruto	1.016	999
Contribuições esperadas de ativos para próximo período	-	-
b. Custo do serviço passado	-	-
c. (Ganho)/Perda decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
c. Custo total do serviço	1.016	999
2. Custo líquido dos juros		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	80.754	167.061
b. Juros/(rendimento)sobre o valor justo dos ativo do plano	(115.883)	(206.260)
c. Juros/(rendimento) sobre o direito reembolsável	-	-
d. Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativo) /passivo oneroso	35.129	39.199
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	1.016	999

	30/06/2026	31/12/2025
F. Movimentação do Passivo Líquido		
1. Passivo/(ativo) líquido no final do exercício anterior	(389.268)	(310.943)
2. Despesa do ano	(4.362)	(9.256)
3. Pagamento de contribuição patrocinadora	(3.350)	(7.294)
4. (Ganhos)/Perdas atuariais do período	160.612	(34.481)
5. Variação no teto do ativo	(39.199)	(27.294)
6. Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	-	-
7. Passivo/(ativo) líquido no final do período	(275.567)	(389.268)

	30/06/2026	31/12/2025
Premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	13,75%	12,24%
2. Taxa de desconto atuarial	8,00%	7,59%
3. Taxa nominal de crescimento salarial	0,00%	0,00%
4. Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,33%	4,32%
5. Taxa nominal de reajuste de benefício	0,00%	0,00%
	30/06/2026	31/12/2025
Premissas para determinar o custo/(receita) de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	12,24%	10,59%
2. Taxa de desconto atuarial	7,59%	7,37%
3. Taxa nominal de crescimento salarial	5,36%	4,03%
4. Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,32%	3,00%
5. Tábua de mortalidade geral	AT- 2000 Suavizada 30% por sexo	AT- 2000 Suavizada 30% por sexo
	30/06/2026	31/12/2025
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
1. Aposentadoria hoje (idade atual 55 anos)	36,82	31,37
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 30 anos)	57,02	55,08
	30/06/2026	31/12/2025
Análise de sensibilidade nas Hipóteses		
Taxa nominal de desconto		
1. Taxa nominal de desconto- 1,00%	1.291.146	1.453.953
Premissa da análise	7,00%	6,59%
2. Taxa nominal de desconto+ 1,00%	1.144.552	1.270.191
Premissa da análise	9,00%	8,59%
	30/06/2026	31/12/2025
Fluxos de caixa esperados para os próximos anos		
1. Contribuição esperada a ser paga pela empresa	-	-
2. Contribuição esperada da empresa para direito reembolsável	-	-
3. Total previsto de pagamentos de benefícios pelo plano		
Ano 1	145.538	145.749
Ano 2	141.446	142.897
Ano 3	137.181	139.873
Ano 4	132.751	136.679
Ano 5	128.165	133.314
Próximos 5 anos	567.391	610.337
	30/06/2026	31/12/2025
Estatísticas dos participantes		
1. Ativos e autopatrocinados		
a. Quantidade	950	972
b. Folha anual de salários de participação	139.057	139.983
c. Salário de participação médio anual	146	144
d. Idade média	49,4	49,1
e. Tempo de serviço médio	23,0	22,8
2. Aposentados e pensionistas		
a. Quantidade	2.465	2.464
b. Benefício médio anual	157.671	116.710
c. Idade média	73,74	69,94

36.2 Assistência à Saúde - O BANESTES também é um dos patrocinadores da Caixa de Assistência dos Empregados do Sistema Financeiro BANESTES - BANESCAIXA, associação com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, voltada para assistência à saúde, na modalidade de autogestão. No primeiro semestre de 2026, a contribuição mensal da patrocinadora equivaliu a 50% do valor estabelecido na tabela por faixa etária, para cada empregado, o que correspondeu a R\$ 5.979 (R\$ 4.923 em 2025).

36.3 Outros Benefícios Concedidos a Empregados - O BANESTES e suas empresas controladas oferecem também aos seus empregados outros benefícios, tais como seguro de vida, acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, incluindo as contribuições mencionadas acima, totalizaram no primeiro semestre de 2026, R\$ 18.305 (R\$ 17.420 em 2025).

37. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com controladores são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, como segue:

Além das transações apresentadas no quadro a seguir, no acumulado até 30 de junho de 2026 foram distribuídos Juros sobre o Capital próprio ao Estado do Espírito Santo (Controlador) no montante de R\$ 77.709 (R\$ 41.348 em 2025).

Transação	30/06/2026 Ativos (Passivos)	31/12/2025 Ativos (Passivos)	30/06/2026 Receitas (Despesas)	30/06/2025 Receitas (Despesas)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (1):	(32.684)	(7.631)	-	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(32.684)	(7.631)	-	-
Depósitos à Vista (2):	(23.307)	(18.795)	-	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(23.307)	(18.795)	-	-
Depósitos a Prazo (2):	(5.981.946)	(5.370.379)	(404.436)	(363.489)
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(5.981.946)	(5.370.379)	(404.436)	(363.489)
Demais Transações (3):	133.164	134.837	5.932	4.777
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	-	-	(430)	(461)
Companhia Espiritosantense de Saneamento - CESAN (**)	133.164	134.837	9.521	8.109
Prodest Hospedagem Equipamentos TIC em Data Center	-	-	(928)	(928)
Fundação Banestes de Seguridade Social - Baneses	-	-	(2.003)	(1.943)
Caixa De Assistência Dos Empregados Do Sistema Financeiro Banestes - BANESCAIXA	-	-	(228)	-

(*) Compreende o Estado do Espírito Santo e órgãos da Administração Direta.

(**) Refere-se a operação realizada com a CESAN - Companhia Espiritosantense de Saneamento, em 15/06/2023, entidade controlada pelo Estado do Espírito Santo, para Recomposição de Caixa, operação feita de acordo com taxas e prazos de mercado.

(1) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referem-se a valores destinados pelo Banco ao controlador;

(2) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

(3) As demais transações referem-se a receitas de cobrança entre o BANESTES e o controlador e são cobradas de acordo com contratos mantidos entre as partes.

a. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

A seguir informamos a remuneração e os benefícios pagos:

Benefícios	30/06/2026				30/06/2025			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Remuneração paga	874	4.447	464	129	825	4.007	436	144
Gratificação Natalina	-	192	-	-	-	139	-	-
Participação nos resultados	96	269	-	-	97	284	-	-
Benefícios pós-emprego	-	133	-	-	-	99	-	-
Plano de pagamentos baseado em ações	25	592	-	-	-	-	-	-
Totais:	995	5.633	464	129	922	4.529	436	144

38. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

Estão apresentados abaixo os quadros com a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS, com a descrição conceitual dos principais ajustes:

Atribuído à Controladora	Patrimônio Líquido		Lucro Líquido	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
BRGAAP	2.504.742	2.411.697	226.057	193.767
Provisão Perdas Esperadas Operação Crédito e TVM - PDD	3.718	(4.453)	8.170	(122.192)
Contratos de Arrendamento	-	-	-	-
Efeito Fiscal	(1.673)	1.773	(3.446)	57.271
Outros	4.992	14.214	(9.221)	(10.053)
IFRS	2.511.779	2.423.231	221.560	118.793
Diferenças entre o IFRS x BRGAAP	7.037	11.534	(4.497)	(74.974)

Provisão Perdas Esperada de Operações de Crédito e TVM

São as perdas esperadas de empréstimos e adiantamentos a clientes e aos demais ativos financeiros.

Contratos de Arrendamento

É o reconhecimento dos contratos de arrendamento com prazo maior que 12 meses e cujo o ativo individual tem valor relevante.

Efeito Fiscal sobre os Ajustes de IFRS

Constituição de IR e CSLL diferidos sobre as diferenças de prática contábil.

Outros Ajustes

São os ajustes de valores não materiais, de forma individual ou agregada.

39. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Reforma Tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo (RTC), instituída pela Emenda Constitucional n.º 132/2023, promove uma grande alteração no sistema tributário nacional. Este novo modelo foi implantado pelas Leis Complementares n.º 214/2025 e n.º 227/2026, que consolidaram as bases do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS), além de regulamentarem a atuação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS).

O cronograma de transição estabelece a extinção do PIS/Pasep e da Cofins ao encerramento de 2026, com a substituição integral pela CBS a partir de 2027. Paralelamente, o IBS terá sua implementação iniciada de forma gradual em 2029, culminando na supressão definitiva do ISS até 2032.

No tocante ao setor financeiro, as alíquotas de IBS/CBS seguirão uma progressão escalonada, com início projetado em 10,85% e evolução gradual até atingirem o patamar de 12,50% em 2033. Em contrapartida, estima-se que as tarifas atualmente oneradas pelo ISS experimentem uma redução em suas alíquotas ao longo do mesmo intervalo temporal.

Por fim, o Banco mantém o monitoramento contínuo da evolução normativa e das regras infralegais exaradas pela Receita Federal e pelo CGIBS. Ressaltamos a necessidade de adaptação dos sistemas e processos internos às exigências vigentes a partir de 2026, embora, no presente estágio, ainda não seja possível mensurar com precisão a totalidade dos impactos financeiros decorrentes deste processo de transição.

b. Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC)

b.1 Recolhimento antecipado de contribuições ordinárias

Em 25 de março de 2026, em observância ao Comunicado 05/2026 do FGC, a Instituição realizou o aporte extraordinário de R\$ 126.536 referente à antecipação de 60 (sessenta) meses das contribuições ordinárias mensais.

A liquidação financeira ocorreu mediante a utilização de saldos mantidos em contas de Reservas Bancárias junto ao Banco Central do Brasil, amparada pela regulamentação que permitiu que a totalidade desse valor seja abatida dos recolhimentos compulsórios sobre depósitos à vista para esta finalidade sistêmica.

O valor recolhido está registrado como Despesa Antecipada no Ativo, sendo amortizado mensalmente à razão de 1/60 (um sessenta avos) contra o resultado do período.

A partir da Base de Cálculo das Contribuições Ordinárias, mensalmente é apurado o valor da despesa de Contribuição Ordinária do mês e é feito um ajuste financeiro junto ao FGC, com pagamento ou recebimento da diferença em relação ao 1/60 que foi pago antecipadamente, de modo que o efeito em resultado decorrente dessa antecipação é nulo.

Destaca-se que essa é uma circunstância sistêmica. Isto é, as instituições associadas ao FGC estão obrigadas a atender aos preceitos do referido comunicado. De acordo com essa regulamentação, a medida tem por finalidade assegurar a solidez patrimonial do FGC e garantir a plena capacidade de cumprimento de suas obrigações, em estrita observância à legislação vigente e às disposições estatutárias.

b.2 Compromissos Adicionais (2027-2028)

Novas antecipações de fluxo de caixa ao FGC estão previstas, conforme cronograma estabelecido no referido comunicado:

- Exercício de 2027: Antecipação equivalente a 12 meses de contribuição ordinária.
- Exercício de 2028: Antecipação equivalente a 12 meses de contribuição ordinária.

40. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do BANESTES autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras Consolidadas em 12 de agosto de 2026, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas Demonstrações.

Órgãos da Administração em 12 de agosto de 2026.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maelcio Maurício Soares (Presidente)
Carlos Artur Hauschild
Danilo Ronaldo Alves dos Santos Bicalho
João Luiz Pereira de Oliveira
José Roberto Macedo Fontes
José Marcos Travaglia
Katya Elvira Paste
Marcello Rinaldi
Sebastião José Balarini

DIRETORIA

Carlos Artur Hauschild
Benedito de Jesus Pimentel
Fernando Valli Cardoso
Joseane de Fátima Geraldo Zoghbi
Marcos Vinícius Nunes Montes
Rafael Zibetti
Silvio Henrique Brunoro Grillo
Vicente Lopes Duarte

CONSELHO FISCAL

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Célia Lúcia Vieira
Eliseu José Fidêncio
Murilo de Campos Cuestas
Tamires Endringer Depes

COMITÊ DE AUDITORIA

Mário Zan Barros
José Roberto Macedo Fontes

CONTADOR

Magno Willian Viana da Silva
CRC-ES 020.893/O-0

www.banestes.com.br



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do

Banestes S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo

Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo (“Banestes” ou “Banco”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banestes em 30 de junho de 2026, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o período findo nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banestes e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das

demonstrações financeiras intermediárias consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração das perdas esperadas de operações de crédito

Conforme Notas Explicativas nº 3(d) e 11 das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Principal assunto de auditoria

O Banestes registrou em 30 de junho de 2026, R\$ 476.707 mil de provisão para perdas esperadas de operações de crédito, que compreendem as operações de empréstimos, adiantamento a clientes, operações de compra com compromisso de revenda e demais instrumentos de dívida não mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) e para os limites de créditos concedidos e não utilizados.

A provisão de perda esperada é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo, e caso não tenha ocorrido aumento significativo no risco de crédito desde sua origem, a provisão é baseada na expectativa de perda para 12 meses.

A mensuração da provisão de perdas esperadas é apurada com base em julgamento e premissas baseadas no comportamento histórico de perdas e projeções de perdas esperadas considerando variáveis macroeconômicas.

Devido à relevância das operações de crédito para Banestes e à incerteza significativa envolvida mensuração da provisão de perdas esperadas – principalmente em razão da complexidade dos modelos e da subjetividade e precisão das premissas utilizadas – consideramos este um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- avaliação do desenho e da efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos relevantes relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações sujeitas ao risco de crédito, incluindo as políticas e manuais que documentam as modelagens desenvolvidas, à aplicação das metodologias, à utilização de índices e premissas utilizados pelo Banestes no cálculo das perdas esperadas das operações de crédito;

- avaliação, com base em amostragem, das premissas que suportam a avaliação do Banestes quanto às perdas esperadas das operações, incluindo a análise de suficiência das garantias, quando aplicável, e inspecionamos as documentações de itens selecionados;

- recálculo, com o envolvimento de nossos especialistas em riscos de crédito, da provisão para perdas esperadas das operações de crédito;

- avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em riscos de crédito, dos modelos, premissas e dados utilizados pelo Banestes para mensurar as perdas esperadas das operações de crédito avaliadas de forma coletiva, incluindo as premissas e dados utilizados para determinação das perdas esperadas por meio da aplicação de cálculos estatísticos para avaliação da performance e estabilidade desses modelos e metodologias desenvolvidos pelo Banestes; e

- avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos de perdas esperadas para as operações de crédito, bem como as respectivas divulgações do Banestes, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Mensuração das provisões e divulgações dos passivos contingentes – Trabalhistas, cíveis e fiscais

Conforme Notas Explicativas nº 3(I) e 20 das demonstrações financeiras consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
O Banestes é parte passiva em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades com as respectivas provisões registradas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas no montante de R\$160.225 mil. Essas provisões foram constituídas considerando a probabilidade de perda atribuída a cada processo, ou seja, a probabilidade que recursos financeiros são exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança, com base nas avaliações dos assessores legais/jurídicos e do Banestes, que levam em consideração, inclusive, o histórico de condenações em cada processo judicial. Devido a relevância dos montantes e as incertezas e julgamentos envolvidos para a mensuração dos passivos contingentes e provisões, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle dos passivos contingentes e a mensuração dos montantes provisionados; - obtenção e avaliação de informações sobre processos judiciais por meio de confirmações recebidas dos assessores jurídicos externos e internos; - avaliação, com base em amostragem, das premissas utilizadas na mensuração dos processos selecionados, incluindo a inspeção da documentação dos processos judiciais; - avaliação da suficiência de provisão por meio do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão; e - avaliação das divulgações efetuadas pelo Banestes nas demonstrações financeiras consolidadas descritas nas notas explicativas, de acordo com normas aplicáveis. Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes das provisões e das divulgações dos passivos contingentes, no contexto das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Outros assuntos

Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido (Nota explicativa nº 38)

A conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido consolidado ("conciliação BR GAAP e IFRS") das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), incluindo a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banestes, conforme descrito na Nota explicativa nº 38, é apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável. Em nossa opinião, essa conciliação BR GAAP e IFRS foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banestes é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, incluindo a IAS 34 – Interim Financial Reporting, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banestes continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banestes e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banestes e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos

opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banestes e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banestes e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banestes e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Primeiro Semestre de 2026

Introdução:

O Comitê de Auditoria, como órgão estatutário do Banestes S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo S.A., exerce suas atividades em conformidade com a Resolução CMN nº 4.910/2021, com o Estatuto Social e o Regimento Interno do Banestes S.A., estendendo sua atuação à Banestes Seguros S.A., em conformidade com a Resolução CNSP (Conselho Nacional Seguros Privados) nº 432/2021.

O Comitê de Auditoria é órgão permanente de assessoramento ao Conselho de Administração, atuando com autonomia e independência na supervisão da qualidade das demonstrações financeiras, da atuação das auditorias interna e independente, da efetividade dos controles internos, da gestão de riscos e da observância das normas legais e regulamentares.

As atividades do Comitê de Auditoria – COAUD são reguladas conforme dispõe o Estatuto Social do Banestes S.A. e pelo Regimento Interno, cuja última versão foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião extraordinária realizada em 30/01/2017 e alterações posteriores, sendo a última em 26/04/2021.

O Comitê de Auditoria é de funcionamento permanente e foi instituído visando à observação das melhores práticas de governança corporativa pelo Banestes S.A., composto por 03 (três) membros, sendo que um de seus membros tem reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

Durante parte do primeiro semestre de 2026, o Comitê permaneceu composto pelos Senhores Mário Zan Barros (Coordenador), Christiano Santos Corrêa e José Roberto Macedo Fontes, sendo que o Senhor Christiano Santos Corrêa apresentou renúncia na Reunião do Conselho de Administração realizada em 25/05/2026.

O mandato dos membros do Comitê de Auditoria é de 01 (um) ano a contar da data de sua posse, permitida a recondução nos Termos da Legislação em vigor, sendo um deles, coordenador, preferencialmente especialista em contabilidade e finanças, não exercendo outra função no Banestes S.A.

O Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, exercendo suas atribuições de forma consultiva, sem poderes executivos, em estrita observância às competências estabelecidas no Estatuto Social e no Regimento Interno.

Compete ao Comitê de Auditoria avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras, o

cumprimento das exigências legais e regulamentares, a atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria externa; supervisionar atividades de auditoria interna e controles internos e de administração de riscos; suas avaliações e atuação baseiam-se nas suas próprias análises e nas informações recebidas do Sistema Financeiro Banestes e dos Auditores Externos.

A KPMG Auditores Independentes Ltda. é a atual empresa responsável pelo exame e emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e pela emissão dos relatórios especiais sobre as revisões trimestrais.

As áreas de Auditoria Interna, Controles Internos e de elaboração das demonstrações financeiras são subordinadas à Diretoria da Companhia, supervisionadas pelo Comitê de Auditoria.

Atividades do Comitê de Auditoria – Período compreendido entre janeiro e junho de 2026:

No primeiro semestre de 2026, sob a Coordenação do Senhor Mário Zan Barros o Comitê de Auditoria realizou 6 (seis) reuniões ordinárias e 9 (nove) reuniões extraordinárias para apreciação dos assuntos estratégicos relacionados à governança corporativa, auditoria, controles internos, gerenciamento de riscos e demonstrações financeiras do Sistema Financeiro Banestes, contando com a participação de administradores, gestores das áreas técnicas, Auditoria Interna e Auditoria Independente, sempre que necessário.

Destaques das atividades desenvolvidas

- acompanhamento das Demonstrações Financeiras do primeiro semestre de 2026 e do Relatório do Conglomerado Prudencial;
- reuniões com a KPMG Auditores Independentes para análise dos trabalhos de auditoria independente;
- análise e aprovação do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria referente ao primeiro semestre de 2026;
- acompanhamento da execução do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT);
- análise dos Relatórios Conclusivos de Auditoria (PAR PRO), com determinação de providências e monitoramento das recomendações expedidas pela Auditoria Interna;
- acompanhamento das comunicações de indícios de ilicitude e dos relatórios provenientes do Canal Institucional de Denúncias;
- acompanhamento das Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria do Banestes novembro/2025 a maio/2026;
- análise dos balancetes patrimoniais do Banestes S.A., Banestes Seguros, Banestes Asset, Banestes Corretora, Banestes Loteria e dos Fundos de Investimentos;
- acompanhamento da política de gerenciamento de riscos e dos controles internos;

- análise do Plano de Segurança Cibernética, Plano de Continuidade de Negócios (PCN), Business Impact Analysis (BIA) e Plano de Recuperação de Desastres (PRD);
- acompanhamento dos estudos de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (PLD/FTP);
- análise dos Relatórios de Avaliação de Efetividade dos processos de PLD/FTP do Banestes S.A., Banestes Asset e Banestes Seguros;
- acompanhamento das providências relacionadas às recomendações da Auditoria Externa e dos órgãos reguladores;
- monitoramento das políticas de gestão de riscos, controles internos e governança corporativa.

Demonstrações Financeiras:

O Comitê de Auditoria analisou os aspectos relacionados ao processo de elaboração das Demonstrações Financeiras, notas explicativas e relatórios da Administração com data base 30/06/2026, mantendo reuniões com os responsáveis pelas áreas técnicas e com os Auditores Independentes para obtenção dos esclarecimentos necessários.

Com base nas análises realizadas, não foram identificados fatos relevantes que comprometessem a qualidade das demonstrações financeiras ou a adequada aplicação das práticas contábeis adotadas pelo Sistema Financeiro Banestes.

Subsidiárias Integrais Banestes Seguros S.A., Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Banestes Asset), e Banestes Loteria S.A., e empresa controlada, Banestes Administradora e Corretora de Títulos e Capitalização Ltda. (Banescor) - O Comitê de Auditoria analisou a elaboração das Demonstrações Financeiras com o objetivo de observar as práticas contábeis adotadas, bem como a efetividade dos controles internos dessas empresas.

Foram verificadas também as Demonstrações Financeiras dos Fundos administrados pela subsidiária integral, Banestes Asset Management.

Conclusão

O Comitê de Auditoria do Banestes S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, não recebeu, neste período, registro de denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração do Banestes S.A. que indicassem a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em riscos a continuidade do Sistema Financeiro Banestes ou pudessem afetar, de forma material a fidedignidade

de suas Demonstrações Financeiras. Procedidas as análises das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas (BRGAAP), Demonstrações Financeiras consolidadas em IFRS, e dos relatórios da administração referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026 e considerando as informações prestadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda., opinam, por unanimidade, recomendar a sua aprovação pelo Conselho de Administração da Sociedade.

Vitória (ES), 12 de agosto de 2026.

Mário Zan Barros

José Roberto Macedo Fontes

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Declaramos ter examinado os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, relativas ao Semestre findo em 30 de junho de 2026, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas, bem como os Relatórios do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, e o Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais.

Somos de parecer favorável à aprovação dos referidos documentos.

Vitória (ES), 12 de agosto de 2026

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Conselheiro

Célia Lúcia Vieira
Conselheira

Eliseu José Fidêncio
Conselheiro

Murilo de Campos Cuestas
Conselheiro

Tamires Endringer Depes
Conselheira

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que:

1. Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos Auditores Independentes e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer sem ressalvas, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisamos as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026 do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Vitória (ES), 12 de agosto de 2026

Carlos Artur Hauschild
Diretor-Presidente

Silvio Henrique Brunoro Grillo
Diretor de Relações com Investidores
e de Finanças